

ISMAEL TCHAM



**ESTAR, FICAR E RETORNAR:
ESTUDANTES AFRICANOS NO BRASIL E
OS DILEMAS DA MIGRAÇÃO**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO

ISMAEL TCHAM

ESTAR, FICAR E RETORNAR: ESTUDANTES AFRICANOS NO BRASIL E OS
DILEMAS DA MIGRAÇÃO

Recife
2016

Ismael Tcham

Estar, ficar e retornar: Estudantes africanos no Brasil e os dilemas da migração

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Antropologia, sob a orientação do Profº. Drº. Antonio Carlos Motta de Lima.

Recife
2016

Catalogação na fonte
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB-4 1689

T249e Tcham, Ismael.
Estar, ficar e retornar : estudantes africanos no Brasil e os dilemas da migração / Ismael Tcham. – 2016.
324 f. : 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Motta de Lima.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCCH.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2016.
Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Educação – Cooperação internacional. 3. Migração de retorno. 4. Imigrantes. 5. África. I. Lima, Antonio Carlos Motta de (Orientador).
II. Título.

390 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2016-47)

ISMAEL TCHAM

“Estar, ficar e retornar: estudantes africanos no Brasil e os dilemas da migração.”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Aprovado em: 10/03/2016.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Drº. Antonio Carlos Motta de Lima

Universidade Federal de Pernambuco (Orientador)

Profº. Drº. Bartolomeu Figueirôa de Medeiros

Examinadora Titular Interna – PPGA/UFPE

Profª. Dr.ª Vânia Rocha Fialho

Examinadora Titular Interno – PPGA/UFPE

Profº. Drº. Moisés de Melo Santana

Examinador Titular Externo – UFRPE

Profº. Drº. José Bento Rosas

Examinador Titular Externo – PPGH/UFPE

DEDICATÓRIA

Mariama Sila *in memoriam*
Tanun Tcham *in memoriam*
Maimuna Tcham *in memoriam*
Thaimamady Tcham *in memoriam*

AGRADECIMENTOS

O contato com o outro continua sendo a base em que se edifica a formação do antropólogo e a tarefa da pesquisa em Antropologia quase sempre requer o contato direto com um conjunto invejável de pessoas as quais, à medida que o trabalho de campo desenrola, vão tecendo, junto com o etnógrafo, uma relação de co-participação e confiança, tendo sido, evidentemente, o que ocorreu neste trabalho. Cabe-me, oportunamente, enquanto organizador de nossos pontos de vista, agradecer a todas e a todos que colaboraram com a pesquisa deste trabalho. O seu tempo, sua opinião e seu desejo de participar foram determinantes para as conclusões que aqui se apresentam. Não teria sido possível chegar até aqui sem a contribuição inestimável de um grupo de pessoas com as quais deixo meu respeito e gratidão.

Antes de qualquer coisa, uma palavra de apreço especial para o meu orientador, o Prof. Dr. Antonio Motta cujo *insight* e os conselhos, modestamente apresentados em forma de proposta, assinalam um particular rigor intelectual amplamente reconhecido no meio acadêmico e universitário. O seu tempo e sua atualização permanente fez da minha formação, em nível de pós-graduação, uma jornada descontraída empolgante marcada por cobranças que no fundo foram lições para a vida. Este trabalho trata, do culminar de um processo iniciado com minha admissão no mestrado, e, agora, encaminha-se para atividade profissional voltada para o ensino, a pesquisa e a extensão.

Declaro igualmente que, durante essa fase de minha trajetória acadêmica que corresponde à pós-graduação, em especial o doutoramento, muitas foram as ocasiões de realizações positivas, percalços, alegrias, certezas, dúvidas, ganhos, perdas e lágrimas. Uma vivência rica em experiências, procedimentos e condutas no artifício de aprender-aprender, lições que nos acompanharão no curso normal da vida acadêmica. A nossa gratidão se direciona também a todos os colegas africanos dos Palop, dando destaque aos que, mesmo não sendo sujeitos contemplados nesta pesquisa, apoiaram facultando-nos contatos e informações úteis, às vezes, conduzindo-nos até os endereços dos inquiridos é o caso do Alfa Cande, em Salvador, João Paulo Patriota, em Fortaleza, Eugênio Bambi e Anderson-Sultão-Andi ambos em Recife, o nosso muito obrigado.

O nosso agradecimento se entende ainda a todos aqueles que ajudaram e seguiram ajudando, longe ou perto, estando sempre ao meu lado: Profª Drª Rachel Rocha(UFAL), Prof. Dr. Pedro Nunes (UFPB), Prof. Dr. Antônio Freitas (UFAL), N'Famara Tcham, Prof. Vagner Bijagó (UFAL), Profª Clara Suassuna (UFAL), Profª Jô Monteiro (UFAL), N'fanco Sawane,

Anso Sano e aos meus familiares: Kelly Jane da Silva Tcham, Sophia Munira Tcham, Kleber José da Silva, Josefa Marli da Silva que mesmo distantes representam nossa base e razão para persistir e prosseguir.

Os nossos mais sinceros votos de gratidão vêm também para aqueles amigos e amigas que, além de compartilhar transmitir conhecimento, sempre nos incentivaram a procurar aquela sabedoria que não se aprende nos livros... e, além de sustentar e aplaudir, ainda ajudou-nos, divina e teologicamente, a ultrapassar momentos angustiantes desta trajetória.

Citar nomes agora pode ser extremamente arriscado de modo quedemos correr o risco de deixar alguém injustamente esquecido. Ainda assim, gostaria de fazer alguns agradecimentos, absolutamente específicos:

Dinar Souza - Assistente Social pela UFPE.

Ana Luiza Alves – Museóloga pela UFBA.

Marcela Teixeira – Comunicóloga pela UFAL.

Prof. Dr. Eduardo Araripe – Antropólogo pela UFPE.

A vocês um “obrigado” muito especial por se fazerem sempre presentes.

Agradecimento singular aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da UFPE, pelas orientações excelentes, pela bolsa de estudos e pelo apoio em arcar com despesas de viagens da nossa participação em eventos científicos. Gostaria de agradecer igualmente as servidoras do PPGA e do Departamento de Antropologia e Museologia (DAM), em especial a Carla Neres de Souza e Aldemilda pela amizade e pelo acompanhamento pontual e competente, em apreciar e resolver nossas demandas e solicitações burocráticas. Aos meus colegas de curso e de turmas, digo-vos que, ao longo deste processo formativo nossas conversas, mais do que esclarecer ou fornecer pistas de investigação teóricas e empíricas, foram de ternuras, vivências autênticas e “terapêuticas”, para renovar energias e continuar o estudo e trabalho... muito obrigado a todos e a todas.

Para finalizar, agradeço a receptividade de todos os entrevistados pelo modo sério e simpático que se traduziu num importante fator de incentivo ao longo de toda a realização deste trabalho, tendo levado a criação de laços de amizade que, na ocasião de minha aprovação no concurso de professor na Unilab, em dezembro de 2015, recebemos no facebook e Whatsapp seus correios, desejando felicidades. Espero que este trabalho constitua-se num instrumento, ainda que muito pequeno, possa proporcionar reflexões e debates em torno do processo migratório dos africanos para o Brasil.

RESUMO

O objetivo fundamental desse estudo é examinar e compreender a dinâmica e a configuração da imigração contemporânea para o Brasil, com destaque num fluxo migratório muito peculiar: a migração dos africanos em razão dos estudos. Estes chegam ao país, oriundos da “África Lusófona” no âmbito do Programa Estudante Convênio de Graduação, e acabam não voltando mais aos países de origem. Esses egressos constituem um contingente crescente de imigrantes no Brasil, por serem sujeitos por vezes esquecidos, não tendo sido matéria de uma análise etnográfica profunda. Realiza-se, inicialmente, uma análise da complexa realidade histórica, política e ideológica vivenciada pelo continente africano nos anos que antecederam e sucederam às primeiras independências políticas na década de 1960. Interessa-se, sobretudo evidenciar os impactos da guerra fria, considerando-a como um dos suportes exógenos para emergência dos nacionalismos africanos e como um grande evento cujo desdobramento contribuiu na promoção dos primeiros fluxos migratórios com fins de estudos na “África Lusófona”. Destacam-se os fatores que contribuíram na fragilidade do Estado e precarização das instituições de ensino em toda a África, articulando estes casos aos fluxos da migração internacional com fins de estudo. A perspectiva de aprofundar a compreensão sobre a evolução das relações entre o Brasil e a África na área da educação, levando em conta diversos contextos ligados às dinâmicas geopolíticas internacionais. A partir do enfoque teórico da migração e da Antropologia articulados aos relatos empíricos, busca-se entender a complexidade da decisão de ficar, e não voltar ao país de origem, considerando as implicações demanter-se com os projetos nacionais dos seus países e com os laços estabelecidos nos lugares em que fixam residências. Conclui-se apresentando ponderações sobre o atual panorama migratório internacional sinalizando o seu estado caótico, intenso, complexo e diversificado, prevendo as implicações culturais que dele decorrerão, bem como o papel que uma antropologia pedagógica poderá desempenhar perante a irreversível situação de lidar com o “outro” diferente.

Palavras-chave: Acordos de Cooperação Educacional, Migração, Estudos, Palop, Brasil, Permanência, Retorno.

ABSTRACT

The fundamental aim of this study is to examine and understand the dynamics and configuration of contemporary immigration to Brazil, highlighting a very peculiar migration: the migration of African due to studies. They arrive in the country from the "Lusophone Africa" under the Undergraduate Student Program Agreement (Programa Estudante Convênio de Graduação), they end up not returning to their origin countries. These graduates represent a growing contingent of immigrants in Brazil, sometimes forgotten, not being such subject matter of a deep ethnographic analysis. It carries out initially an analysis of historical reality, political and complex ideology, experienced by the African continent just before and after the first political independence in the 1960s. It interests above all, to highlight the impact of the cold war, considering it as one of the exogenous holders for the emergence of African nationalism and, as a great event, which unfolding contributed to the promotion of the first migratory flows with the purpose of studies in the "Lusophone Africa". Noteworthy are the factors that contributed to the state fragility and precariousness of educational institutions across Africa, linking these cases to the flow of international migration with the purpose of study, seeking essentially deepen the understanding of the development of relations between Brazil and Africa in education area, taking into account different contexts linked to international geopolitical dynamics. From the theoretical approach of migration and Anthropology articulated the empirical reports, it seeks to understand the complexity of the decision to stay and not to return, considering the implications of staying with the national projects of their countries and links established in places where they reside. It concludes presenting the reflections on the current international migration outlook, signaling its chaotic state, intense, complex and diversified, predicting the cultural implications that flow from it, as well as, the role that a pedagogical anthropology can play towards the irreversible situation to deal with "another" different.

Keywords: Educational Cooperation Agreements, Migration, Studies, Palop, Brazil, Permanence, Ret

SUMÁRIO

Listas de Siglas e Abreviaturas	Página
Listas de Figuras	Página
INTRODUÇÃO	16
Perspectiva Metodológica Adotada	24
Parte 1. EXPERIÊNCIA COLONIAL E PROCESSO MIGRATÓRIO EM ÁFRICA.	35
1.1 – Emergência do nacionalismo e da migração africana no Mundo	35
1.2 - A Construção de Nacionalismos em África	40
1.3 - Formação do Bloco Afro – Ásia: países não-alinhados	47
1.4 - Inserção dos Estados Africanos no Sistema Internacional	51
1.5 - Partidos únicos nos PALOP: da luta colonial à democracia.	55
Parte 2. ESFORÇOS PARA REVERSÃO DO QUADRO DE ATRASOS NOS PALOP	62
2.1 - Fragilidade Política e Econômica dos Estados	62
2.2 - Controvérsias conceituais em torno da <i>fragilidade</i> de um Estado	66
2.3 - Um legado do contexto internacional na fragilidade do Estado.	68
2.4 - Erguendo-se dos Escombros de Guerras	75
2.5 - Ascensão dos BRICS em África	80
Parte 3. RELAÇÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS NO ESPAÇO “LUSÓFONO”	86
3.1 - Aproximação do Brasil e África: uma questão de	86

princípios e interesses	
3.2 - CPLP: Plataforma Antiga para Operações Políticas e Econômicas Contemporâneas	102
3.3 - Lusotropicalismo e Lusofonia: conceitos para pensar a constituição da CPLP	108
3.4 - Nova Perspectiva da Política Externa Brasileira para a África do Século XXI	117
Parte 4. O FENÔMENO MIGRATÓRIO: EXPERIÊNCIAS E ABORDAGENS DIFERENTES	129
4.1 - Estado e Migração: presença africana no Brasil	129
4.2- Do temporário a um “imigrante” permanente	147
4.3 - Perpetuar uma permanência temporária: uma decisão nada familiar	160
4.4 - Da universidade à decisão de ficar: necessidade de inserção no mercado de trabalho	177
4.5 - Migrações e os paradigmas teóricos	183
4.6 - Vocabulários de migrações associados à Antropologia	193
4.7 - Entre “ficar e voltar”	201
Parte 5. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, CÍCLOS POLÍTICOS E REGULARIZAÇÃO DE FLUXOS	237
5.1 – O Brasil e as políticas migratórias.	237
5.2 - Dimensão demográfica: presença dos africanos no nordeste brasileiro.	253
5.3 - Migrações internacionais: tendências e seus impactos no século XXI.	274
CONSIDERAÇÕES FINAIS	298
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	312

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BRICS	Acrônimo para Referir: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEA	Centro de Estudos Africanos
CEAA	Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Rio de Janeiro
CEAO	Centro de Estudos Afro-Ásia
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CELADE	Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONARE	Comitê Nacional de Apoio aos Refugiados
CONLAB	Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa
DP	Departamento da Polícia Federal
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FORGES	Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IBAS	Fórum Trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IESP	Instituições de Ensino Superior Privadas
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
LEC	Laboratório de Estudos Avançados de Cultura Contemporânea
MDIC	Ministério de Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior

MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MLG	Movimento de Libertação da Guiné
MLSTP	Movimento para a Libertação de São Tomé e Príncipe
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MRE	Ministério de Relações Exterior
MT	Ministério de Trabalho
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	Organização da Unidade Africana
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEC-PG	Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
RNE	Registro Nacional de Estrangeiro
SADEC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SESU	Secretaria de Ensino Superior
UA	União Africana
PAIGC	Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UEMOA	União Econômica e Monetária da África Ocidental
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal de Ceará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
Unb	Universidade de Brasília
UNILAB	Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UPG	União dos Povos da Guiné

Lista De Quadros, Gráficos E Figuras

Quadros

		Páginas
Quadro 1	Descrição dos Entrevistados segundo suas nacionalidades e residência no Brasil	29
Quadro 2	Quantidades dos Anistiados em Fortaleza, Recife e Salvador	256
Quadro 3	Número de Visto Permanente no Brasil no Período de 2012 a 2014	259

Gráficos

Gráfico 1	Interlocutores com Familiares vivendo na Europa	205
Gráfico 2	Intenção de Permanecer no Brasil	212
Gráfico 3	Recomenda alguém vir trabalhar no Brasil	219
Gráfico 4.	Ciclo de amizade entre africanos e brasileiros	224
Gráfico 5	Acolhimento no Nordeste do Brasil	225
Gráfico 6.	Razões Que Fizeram Permanecer No Brasil (%)	229
Gráfico 7.	Forma De Obtenção Do Visto Permanente	246
Gráfico 8	Vistos Permanentes emitidos em 2010 a 2014 nos Estados de PE, BA e CE aos imigrantes dos PALOP	260
Gráfico 9	Mobilidade entre as cidades do NE	267

Figuras

Figura 1		280
----------	--	-----

INTRODUÇÃO

Considerando as novas relações sociais estabelecidas entre o continente africano e o Brasil, bem como a crescente possibilidade de atividades laborais e econômicas que emergem na “nova” África do século XXI, esse estudo se propõe a refletir sobre o processo de permanência dos ex-estudantes do (PEC-G) oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) no Nordeste brasileiro. Busca-se entender a complexidade que envolve a decisão de ficar no Brasil e a de voltar para sua terra de origem, observando a persistência de certas promessas, valores e decisões que mudaram ou foram renegociados ao longo do tempo. Escreve Bhabha (1998) apud Lopes e Bastos (2010, p. 9) “pôr o pé, por assim dizer, nos dois lados gera binarismos que ao mesmo tempo contribui na construção de uma epistemologia que, ao prestigiar a fronteira ou fluxo entre os dois polos, oferece um olhar alternativo para compreender a vida social em trânsito, em movimento ou nos entrelugares. Tais binarismos, parece adequado para dar conta, dos modos por meio dos quais nos situamos cada vez mais nas dinâmicas sociais. Estamos num período, que pode ser caracterizado por objetos em movimento que, incluem ideias e ideologia, pessoas e mercadorias, imagens e mensagens, tecnologias e técnicas”.

Essa nova relação entre o Brasil e o continente africano está sendo reinterpretada na atualidade como singular, não podendo ser equiparada numa perspectiva semelhante à relação deste país a outros continentes, nomeadamente, aos países da Ásia e da Europa Ocidental.

A vinda dos africanos para o Brasil no intuito de cursar o ensino superior não pode ser explicada exclusivamente como decorrente da demanda da sociedade pelo conhecimento ou ainda pela sua transformação mais recente que resulta numa outra, a de informação – aquela que força os sujeitos a conhecer, aprender e saber cada vez mais – levando a busca por locais de aprendizagem onde se fornece um conhecimento válido, assim como instrumentos importantes que visem o desenvolvimento dos seus contextos sociais e culturais.

A África, em geral, apresenta-se favorável à estratégia de cooperação com o Brasil, uma vez que o recente incremento cooperativo entre o Brasil e os países africanos faz com que exista por parte do Brasil uma procura intensa por fornecedores de recursos naturais e matérias-primas (com destaque para países como Nigéria, Angola e Moçambique), assim como oportunidades comerciais e novos mercados para suas exportações, enquanto que, aos países africanos, interessam a aquisição de recursos para realização de obras públicas e de

infraestrutura necessárias para o desenvolvimento, para superar o atraso em termos tecnológicos e reconquistar o seu peso político no mundo.

Acredita-se que, estas razões apresentadas, que parte dos especialistas dispensam uma tônica maior aos aspectos desta cooperação moderna, justificando, assim, a presença dos africanos no país, inclusive, os termos que regulamentam estes acordos e permite ao sujeito deslocar-se do seu continente, atravessando fronteiras nacionais para adentrarem no Brasil, guiado pelos projetos nacionais e supranacionais de desenvolvimento dos Estados-nação. Outra parte dos especialistas explica a nova presença dos africanos no Brasil elucidando amplamente a dimensão histórica entre os dois lados.

Esta dimensão histórica, de fato, tem âncoras profundas e características peculiares que podem não ser percebidas quando se leva em conta apenas a tendência contemporânea acima explicitada, ou seja, a circulação internacional de pessoas para todas as partes do mundo propiciadas pelos inúmeros fatores da globalização econômica contemporânea como: emigrações, comércio, turismo, religião entre outros, podem ser percebidas/entendidas como condicionantes, em particular, da vinda dos africanos dos Palop para o Brasil.

A África e o Brasil têm em comuns experiências históricas que remontam séculos. Estas experiências seculares poderiam ser relatadas, tomando como ponto de partida o próprio início da humanidade, isto é “a África como o berço da humanidade”. Mas, ao invés disso, torna-se interessante, para essa discussão, adotarmos como ponto de partida o passado, não muito distante, que liga o continente africano ao Brasil, o qual caracteriza-se pelo processo de deslocamentos forçado dos africanos iniciado (ainda) no século XVI. Parte desta história acabou deixando marcas culturais indeléveis das Áfricas na sociedade e na cultura brasileira. Porém, este estudo se restringe apenas a parte moderna desta história, na qual os indivíduos migram das Áfricas com a finalidade de estudar no Brasil contemporâneo. Assim, em razão do passado em comum, tais como os aspectos da cooperação moderna entre os países do continente africano e do Brasil, revela-se a existência de uma relação de interdependência complexa de difícil precisar, uma vez que se assenta em várias conexões com profundas implicações políticas e econômicas.

A moderna relação entre o Brasil e os países do continente africano apresenta um histórico de pouco mais de meio século, apesar disso, no início o século XXI já se apresenta um impacto que tem suas repercussões claras tanto entre os africanos quanto entre os brasileiros, como para outras partes do mundo liberal. Isso tem ocorrido na medida em que a recente atuação brasileira no continente, em particular nos Palop, se finca sob bases de uma

cooperação solidária e parceira, podendo-se afirmar que essa atuação tem sido igualmente caracterizada como a que se realiza, até o presente momento, respeitando exigências de padrões humanitários legais, ambientais e trabalhistas, quando se refere à exploração dos recursos naturais pelas empresas brasileiras (SARAIVA, 2012). Já no terreno político e diplomático, nota-se um crescente abandono do discurso colonizador por parte do Estado brasileiro quando se refere à África contemporânea.

Na atualidade, os países emergentes e as nações desenvolvidas que gozam de certa influência na África, em termos da atuação política e econômica. O Brasil, sem dúvida, se afigura entre os mais bem recebidos no continente, por vezes, encarado com certo otimismo e, em vários núcleos sociais e político é considerado uma potência benigna no continente, nomeadamente nos Palop.

Este breve quadro permite-nos destacar que, há uma particularidade entre os Países da “África Lusófona” e o Brasil: são conectados por uma herança histórica comum – a colonização e o idioma. Atualmente, compartilham igualmente os ideais da liberdade, democracia e do desenvolvimento. Esta última condição moderna, de alguma forma tem contribuído para que estes países recebessem uma atenção especial do mundo moderno, em particular, por parte do gigante da América Latina. A manutenção da paz, segurança e respeito aos Direitos Humanos tornam-se garantias para a segurança dos investimentos. Esse esforço no contexto dos Palop tem apresentado desde o início terceiro milênio, efeitos positivos cuja evidência está no aumento das atividades industriais de todas as nações emergentes no continente, por exemplo, em Angola e Moçambique. O Brasil e A China dominam atividades industriais e têm uma grande ascendência no setor do comércio, nomeadamente, em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

De maneira geral, trata-se de um momento em que a “África Lusófona” pela primeira vez em toda a sua história passa por períodos de otimismos, caracterizados, particularmente, pela estabilidade política e do crescimento econômico que suplanta o pessimismo de conflitos políticos militares das décadas anteriores. Assim, no século XXI as nações emergentes como o Brasil e a China, bem como outras grandes economias mundiais, redescobriram o próprio continente, recolocando-o num patamar político e econômico onde esteve até o fim da Guerra-Fria. Para o Brasil e a China, a África seria um ponto estratégico para o fortalecimento de suas posições na sociedade internacional e também um meio de assegurar, através do investimento, o crescimento econômico, enquanto os africanos, não apenas

encaram estes países como referências imediatas, mas também vislumbram neles uma multiplicidade de oportunidades de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas.

Neste sentido, se tomarmos como referência o século XXI, a nova presença do africano enquanto estudante ou imigrante no Brasil pode ser interpretada a partir de uma perspectiva de cooperação parceira, com o objetivo de promover o desenvolvimento do país de origem dos sujeitos africanos presentes nesta diáspora, essencialmente, através da aquisição da educação superior. Por esta via, Gusmão (2007, p. 285) explica que, “o campo educacional quando é inserida neste universo das relações de poder estabelecidas nacionais e internacionalmente, transforma a educação um meio instrumental de manutenção e reprodução do *status* ou um instrumento da libertação e autonomia para os países em consolidação enquanto Estados-nação.” Com efeito, esta presença pode também ser explicada como resultado do jogo entre as nações a partir do papel que os países africanos desempenham nas negociações políticas e econômicas entre as nações do hemisfério Sul. Gusmão (*ibidem*) ressalta que, os acordos voltados para a formação de quadros de nível superior no Brasil contribuem favoravelmente na barganha geopolítica internacional num mundo multifacetado. Com base na relevância dos propósitos acima descritos, acreditamos que a presença dos imigrantes africanos no Brasil se limita se forem vistos exclusivamente como resultante de resarcimento da dívida histórica do Brasil em relação à África.

Importa ressaltar que todas as perspectivas acima explicitadas levaram alguns especialistas (Gusmão, 2007; Saraiva, 2012) a afirmarem que a presença dos africanos no Brasil não deve ser entendida como uma simples travessia do atlântico em direção ao Brasil. Trata-se, porém, de um processo complexo no qual os sujeitos que dele participam não só recebem suas formações como ganhos reais para exercício cívico da profissão, em princípio, nos seus países. Colaboram também no sentido de Estados-nação cumprirem suas obrigações políticas e morais, de um lado, contraídas por séculos de escravização dos africanos no Brasil e, por outro, os Estados africanos têm com as suas sociedades um contrato político de promover a formação dos seus nacionais.

É a partir deste fato que Gusmão 2007, (*ibidem*, p. 284) entende que “todos que migram para estudar, de diferentes modos encontram apoios, ideais e subsídios entre os grupos formais e informais que atuam nos países de origem e nos países de acolhimento, estruturando-se um conjunto de relações em rede”. Como já explicitamos/esclarecemos, os africanos estudados aqui migraram para o Brasil com base nos acordos de cooperação. O interesse por esta pesquisa surge, então, a partir da percepção de que há, na região nordeste,

muitos africanos provenientes dos PALOP que vieram para o Brasil com fins de estudos no âmbito do Programa estatal PEC-G, resguardados por diretrizes de acordos de cooperação educacional, mas que nunca mais voltaram para os seus países de origem.

A partir desse fato, pareceu-nos oportuno investigar as razões que os levam a não retornar aos seus países de origem. Esta constatação inicial conduziu a imersão neste objeto de análise e isso me incentivou a querer conhecer as experiências individuais e coletivas vividas pelos africanos no nordeste brasileiro, bem como os ideais que os levaram a migrar e, consequentemente, construir projetos de ficar a partir das circunstâncias objetivas que emergiram de suas relações com o Brasil durante os extensos períodos de suas estadias enquanto estudantes de graduação e pós-graduação. Outras interrogações foram surgindo paulatinamente como: de quem é a responsabilidade de manter estes sujeitos durante os estudos no Brasil? Por que não voltam após a conclusão do curso? Os acordos educacionais são cumpridos pelas partes? Em que sentido o PEC-G pode ser considerado como adequado aos tempos atuais, ou estariam os seus termos devassados? Onde estes atores enxergam seus futuros? Com relação ao sentimento de voltar aos seus países, como eles definem essa emoção?

Foi com estas questões em mente que iniciamos a nossa pesquisa em busca de respostas com base no pressuposto de que este tipo de migração implica uma experiência que tem características próprias, uma vez que incorpora várias instituições formais, simultaneamente, e que trazem para os sujeitos envolvidos a certeza sobre a razão objetiva de sua migração. Isso tem feito com que surjam, no decorrer do tempo, projetos individuais ou familiares que reconfiguram a perspectiva inicial deste ato de migrar, caracterizando aspectos significativos desses processos migratórios, menos conhecidos que exigem compreensão e interpretação.

O presente trabalho é composto por cinco partes e uma síntese conclusiva ou considerações conclusivas. A primeira parte consistiu na busca exaustiva do enquadramento histórico do continente africano a partir da segunda metade do século XX. Este esforço, pelas nossas pretensões, não significou um desperdício de tempo, especialmente, num momento em que se assiste a revisões sucessivas e substanciais no panorama de redescoberta da África por parte dos países emergentes, julgamos, portanto, pertinente recordar o processo político em que os Estados modernos da África estavam envolvidos no período em que a política externa brasileira se estabelece no continente africano. Nesse sentido, identificamos alguns eventos que ocorrem no mundo que tiveram impactos em África no referido período.

Na década de 60 o continente africano foi um palco de confrontos decorrente, indiretamente, da Guerra Fria. Este conflito frio surge como consequência do desdobramento das duas grandes guerras mundiais e com a bipolarização ideológica do mundo. Tais eventos geopolíticos internacionais ajudaram no sentido dos africanos terem ciência de que as nações inteiras em África eram vítimas do imperialismo Europeu, portanto, era preciso fomentar ideias e políticas, a fim de tirar o continente dessa condição. O panorama geopolítico no contexto internacional, impulsionado pela guerra fria foi importante para a formulação das condições internacionais objetivas à emergência de ideais nacionalistas em África, disseminado primeiramente pelo movimento Pan-africanismo, originado nas diásporas negras que envolviam alguns intelectuais africanos, Movimento dos Países não Alinhados, e mais tarde pela Organização da Unidade Africana (OUA).

Durante o fim da guerra fria na década de 90, o mundo passou por um novo processo de reorganização geopolítica no qual surgiram diversos centros de poder que influenciaram diretamente na economia, na política e no aparato militar, contribuindo, desta forma, para o surgimento de um mundo multipolar, mas com um único sistema econômico dominante. A imersão nesse contexto histórico se faz necessária, aqui, para destacar não apenas o surgimento do nacionalismo africano – angolano, cabo-verdiano, guineense, são tomense e moçambicano, entre tantos outros, mas também aspectos que propiciaram as primeiras migrações com finalidades de estudos, assim como para o restabelecimento da política externa brasileira para a África e, em particular, com os Estados africanos descolonizados. A síntese desse processo pode ser encontrada na primeira parte desse trabalho.

Na segunda parte, são expostos os fatores que contribuíram para fragilidade dos Estados africanos, embora nem sempre possamos aplicá-los a toda a África. Contudo, é necessário ressaltar que a fragilidade de nações africanas explica-se, em parte, segundo Munanga (2007), na construção dos Estados nacionais no continente, nos quais foram instituídos juntando diversos povos, reinos e impérios, que, convivendo com suas diferenças e acompanhadas de guerras, resultado da aglutinação de povos e grupos culturais diferentes, passaram a disputar entre si a posse da terra e o controle da mesma.

Para esse autor, a origem recente de conflitos em África está na reconfiguração perante a divisão e administração colonizadora, carregando grande parte da causa do empobrecimento de tão rico continente. Esse legado colonial da partilha do continente soma-se também ao descontrole de gestão de recursos públicos afigurando-se na promoção da instabilidade social, política e econômica do continente.

Hoje, vários países africanos estão no limite de todas as escalas convencionais em nível global, tanto de poder como de prestígio. Esta condição marginal do continente, segundo Oliveira (2009), em muito dos seus aspectos, foi originado no contexto internacional. Contudo, consideramos que existem fortes evidências que apontam a África – como um todo – reerguendo-se. Todavia, as necessidades de recuperação são gigantescas em função dos danos causados pelas décadas de extração colonial, pela destruição de grande parte das infraestruturas, pelos extensos períodos de guerras civis e pelos governos que não souberam priorizar o desenvolvimento dos seus países. O breve balanço deste cenário de guerras, instabilidade política e medidas mais recentes de recuperação foram pontuadas na parte dois desta investigação.

Na terceira parte, centramo-nos, essencialmente, na análise que busca aprofundar a compreensão sobre a evolução das relações entre o Brasil e o continente africano, levando em conta diversos contextos políticos e econômicos ligados aos eventos geopolíticos internacionais, já apresentados anteriormente, que acabaram por renovar a importância da África para o mundo e, particularmente, para o Brasil. A década de 60 pode ser caracterizada como um marco nas relações do Brasil com o continente africano na medida em que o novo interesse brasileiro em África se torna mais claro com a criação do Departamento da África pelo Itamaraty, em 1961. Contudo, o maior impulso nesta relação emerge com a criação da Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa (CPLP) nos anos 90 e, a partir de então, floresceram posturas política e econômica interessantes, sobretudo, entre o Brasil e os Palop.

Em muito dos aspectos desse novo momento de relação transatlântica, a migração a promovida pelos Estados tem envolvido vários programas, dentre eles, o PEC-G, que aparece como o acordo de maior notoriedade no âmbito educacional entre o Brasil e a África. No início do século XXI, evidencia-se um aprofundamento de relações entre o Brasil e África – a Nova política africana no Brasil implantada a partir do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva - assentadas em novas bases (políticas, econômicas, culturais, entre outras) mais sólidas e permanentes na medida em que são alicerçados pelo protagonismo empresarial do capitalismo brasileiro e africano, assim como pela inovação conceitual no trato. Esses são temas resumidamente esmiuçados nesta parte do trabalho.

A quarta parte ocupa-nos em demonstrar o protagonismo do Estado brasileiro na promoção da migração dos africanos para o país desde início da década de 60 até os dias atuais. Esse fato é reconhecido por vários especialistas, ou estudiosos da política externa brasileira para a África, como Cláudio Ribeiro que, por seu turno, sugere necessidade de

centrar a análise das ações estatais na medida em que a evolução das relações entre o Brasil e os países africanos, nomeadamente os PALOP apresentam-se no contexto dos entendimentos alcançados no âmbito das atividades do Poder Executivo. Todavia, a presença dos africanos no Brasil apresenta-se como resultado desta articulação mais ampla da política externa brasileira. Destacamos, nesse sentido, a evolução da migração dos estudantes africanos e os processos de adequação da legislação do PEC-G ao longo das décadas. Certos privilégios negados aos integrantes do Programa correspondem a alguns aspectos discutidos nesta parte do trabalho, centrada, essencialmente, na exigência na desburocratização das possibilidades de continuar os estudos no Brasil.

Nesta parte do trabalho optamos por iniciar com a apresentação das informações obtidas no campo sobre a percepção dos interlocutores no meio social em que vivem, ou seja, nas cidades que os acolheram - mais precisamente no Nordeste brasileiro - assim como os obstáculos e benefícios conseguidos. Colocamos em evidência que, os processos migratórios educacionais envolvem indiscutivelmente a família como uma construção social, ao lado do Estado. Através do discurso os entrevistados afirmaram que “nunca receberam apoio dos seus familiares quanto à decisão de ficar,” reforçando a ideia de que a migração, particularmente para os fins de estudos é um projeto econômico, familiar e afetivo. Conclui-se que, para a grande parte dos inquiridos, a decisão de permanecer se trata de uma decisão própria. Alargamos nos subtítulos que compõem esta parte quatro do trabalho, apresentando as estratégias destes atores para superar as barreiras burocráticas para conseguir ingressar no mercado de trabalho. Expomos também sobre o fenômeno migratório através da revisão sucinta da literatura nesta área de estudo, discorrendo sobre uma diversidade de abordagem de escolas, vertentes teóricas e um infinito número de especialistas que por meios dos seus esforços intelectuais constroem modelos e categorias explicativas sobre a migração.

Esta parte do trabalho foi subdividida em subtítulos e, apesar dos cortes entre os blocos, seguiram-se a apresentação e análise de dados com gráficos ilustrativos sobre a dimensão demográfica provisória da população africana, no sentido de “dar conta” de dimensões subjacentes caracterizadora do tipo predominante do imigrante africano no Brasil, dando ênfase nos seus projetos e vivências no país. Para encerrar o capítulo apresentamos os resultados do estudo através da análise das entrevistas realizadas, com pouco mais de duas dezenas dos interlocutores que colaboraram neste trabalho, bem como todos os diálogos informais e outras informações privilegiadas obtidas no campo, acrescidas de alguns dados

estatísticos. Em decorrência deste percurso, chegamos, com efeito, a uma tese, com base na discussão teórica e análise de dados empíricos.

Na Parte cinco, procuramos em linhas gerais expor com base no Estatuto do Estrangeiro alguns aspectos da legislação sobre a política migratória no Brasil como a regulamentação de concessão de vistos e a classificação de ingressos. Os tipos de vistos que foram analisados foram os de: Trânsito: direcionado àquele que, para atingir o país de destino, tenha que entrar em território nacional; Turista: para o estrangeiro que vier ao país em caráter recreativo ou em visita e que não tenha finalidade migratória permanente nem intenção de exercício de atividade remunerada; Temporário: para o estrangeiro em viagem cultural, missão de estudos, viagem de negócios, artista, desportista, estudante, cientista, professor, técnico ou profissional de outra categoria sob regime de contrato ou serviço; Permanente: ao estrangeiro que pretenda se fixar no país, sendo que a migração tem objetivo de primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional. Procuramos apresentar a dimensão demográfica dos africanos no Brasil relacionando-a com decisões políticas e ideológicas sobre a entrada ou a restrição da migração negra no Brasil nos diversos períodos da história do Brasil com a África. Encerramos o capítulo com uma incursão sobre o fenômeno migratório contemporâneo, caracterizando-o como intenso, complexo e diversificado, prevendo os problemas sociais e culturais que dele decorreram, pontuando o papel que uma antropologia pedagógica poderá desempenhar perante a irreversível situação de lidar com o outro.

Finalmente, o último tópico, denominado de considerações finais, serve como síntese de diferentes olhares e percursos dos entrevistados nesta diáspora, abrindo novas perspectivas para investigações e debates futuros.

Perspectiva Metodológica Adotada

Neste trabalho, adotamos a perspectiva do estudo exploratório para investigar a permanência dos ex-estudantes do PEC-G oriundos dos Palop no Nordeste brasileiro, buscando entender as bases objetivas e subjetivas em que se assentam suas decisões de ficar e de não voltar aos seus países de origens após a conclusão do curso de graduação e/ou pós-graduação no Brasil.

A proposta do estudo visa a responder as seguintes questões de partida: de quem é a responsabilidade de manter estes sujeitos durante os estudos no Brasil? Por que não voltam

após a conclusão do curso? Os acordos educacionais são cumpridos pelas partes? Em que sentido o PEC-G pode ser considerado como adequado aos tempos atuais ou estão os seus termos devassados? Onde estes atores enxergam seus futuros? Com relação ao sentimento de voltar aos seus países, como eles definem essa emoção? Como descobrir de que modo esta permanência afeta suas relações com seus países?

Para tentar responder as questões levantadas acima, optamos realizar a pesquisa apenas com os ex-alunos do PEC-G – imigrantes oriundos dos Palop. Tal medida deveu-se, em primeiro lugar, ao fato destes, em termos numéricos, ser o grupo dos ex-estudantes do PEC-G que mais ficam no Brasil se comparado com o número de egressos do PEC-G originários da “África-Francófona” e “Anglófona” que radicam no país. Em segundo lugar, a escolha dos egressos dos PALOP, em certa medida, possue entre si um “histórico colonial comum” e, em terceiro lugar, por escolherem o Brasil não somente para realizar estudos, mas também permanecer para viver nesse país marcado pelos laços históricos que se ligam aos seus países através da colonização portuguesa, o que por si, apresentou-se como algo com certa dimensão significativa a ter em conta.

No curso da elaboração do procedimento metodológico, houve também a preocupação de restringir a pesquisa aos ex-alunos do PEC-G que vieram ao Brasil nas décadas de 1980 e 1990. Alguns destes já somam mais tempo vivendo no Brasil do que em seus países de origem. Com efeito, pretendeu-se, com este estudo, dar uma contribuição no sentido de encontrar uma resposta parcial às questões supracitadas, sob o ângulo de quem passa pela experiência de ficar quando deveria voltar ao país de origem, como determina os imperativos normativos dos acordos educacionais entre o Brasil e os países africanos em vias do desenvolvimento signatário da cooperação acadêmica que envolve o PEC-G.

Desse modo as opções metodológicas adotadas resultaram, por assim dizer, diretamente na especificidade da população estudada, bem como nos próprios objetivos declarados e nos pressupostos teóricos que os informam. Neste sentido, optou-se, desde o início, pelo enquadramento deste estudo num campo teórico diversificado, mas com enfoque em teoria de migração ou de fluxos migratórios. Não obstante, por se tratar do imigrante africano, optamos por fazer uma breve contextualização histórica com o objetivo de examinar os processos que o continente, como um todo, esteve envolvido quando o Brasil, na década de 1960, se reaproximou da África. Tal contextualização histórica foi necessária para poder compreender esse aspecto pouco trabalhado, mas que se torna tão necessário, uma vez que esses processos podem servir de base para compreender as razões de inúmeros deslocamentos

de africanos para várias partes do mundo, assim como pode ajudar a entender muitos anexos da construção deste novo momento emblemático da política africana no Brasil e a presença africana no país. Enquadramento que possibilitou desenvolver, simultaneamente, uma estratégia de observação e de coleta de informação em campo sobre a temática em estudo.

A pesquisa bibliográfica centrou nas teorias que explicam as migrações com o objetivo de fundamentar o trabalho num suporte teórico clássico e contemporâneo. Como se pode pensar, a fundamentação teórica deste trabalho comporta, essencialmente, teorias dos sistemas migratórios articuladas com outras perspectivas teóricas, tais como a antropologia da educação. Entre as referências aqui citadas, destacam-se os trabalhos da Antropóloga brasileira Neuza Maria Gusmão que considera a perspectiva antropológica da educação como “compreensiva, moderna e crítica, capaz de descobrir, reconhecer e considerar a experiência do indivíduo como sujeito coletivo que tem memória, tradição, história de vida, valores, sentimentos e emoções”. Neste trabalho, ressalta-se, igualmente, a relevância dos textos contidos nas obras do Marc Augé no que tange à análise das implicações diferentes da imigração, assim como o debate sobre os projetos e metamorfose desenvolvido pelo antropólogo brasileiro Gilberto Velho no sentido de entender a importância da existência de um projeto da vida de um indivíduo. No geral, os trabalhos desses antropólogos constituem, essencialmente, a base teórica fornecedora de ideias e pistas referenciadas, sumariamente, ao longo deste trabalho.

Importa frisar que qualquer produção acadêmica existente que abordasse as questões do imigrante, típico da categoria aqui estudada, nos interessava. Contudo, a produção sócio-antropológica sobre a imigração de africanos para o Brasil é ainda incipiente. Ressalta-se que foram encontrados muitos artigos científicos correlatos que tratam as questões dos imigrantes, a maior parte das publicações encontradas enfocam problemáticas gerais relacionada à temática, servindo também como referência teórica de extrema relevância para este estudo¹. Os dados referentes à evolução da dimensão demográfica e dos fluxos migratórios anuais dos africanos para o Brasil foram de difícil acesso, assim como vários dados estatísticos encontrados nas mais variadas fontes, eram igualmente, muito contraditórios. Durante o trabalho de campo, deparamo-nos com maiores dificuldades na obtenção de dados relativos aos vistos de permanência concedidos aos ex-alunos do PEC-G nas três cidades pesquisadas, nas duas últimas décadas, somente conseguindo estas informações no Departamento da

¹ HENRIQUES, Maria Adelina Oliveira Graça. *Argumentos para uma viagem sem regresso: a imigração PALOP por via da saúde: um estudo de caso [Em linha]*. Lisboa: ISCTE, 2009. Tese de mestrado. [Consult. Dia Mês Ano] Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/1809>](http://hdl.handle.net/10071/1809). Acesso realizado em 20 de março de 2015.

Polícia Federal sediado em Fortaleza, todavia nos Departamentos da Polícia Federal de Recife e Salvador não obtivemos êxitos.

Outros dados institucionais foram conseguidos nas Pró-reitorias para assuntos internacionais das Universidades Federais sediadas nas cidades onde realizamos a pesquisa. No geral, as nossas fontes estatísticas foram fundamentalmente: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Polícia Federa (DP) e Ministério do Trabalho (MT). Alguns dados foram encontrados em sites na internet e nas bibliografias indicadas. A escolha metodológica para esse trabalho, em alguns momentos apoximou-se ao estudo de caso como método da pesquisa social empírica, sendo este julgado como o mais adequado, por ser capaz de levar em conta diversos pontos de vista, uma vez que um objeto pode ser uma unidade que se analisa ou uma entidade.

Entendemos e justificamos tal aproximação, justamente como ele foi concebido em Yin (1990), como: “uma forma de se fazer pesquisa social empírica ao investigar-se um fenômeno atual dentro do seu contexto da vida-real, onde as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e na situação em que múltiplas fontes de evidências são usadas” (YIN, 1990 *apud* CAMPOMAR, 1991, p. 3)². A opção por esta modalidade de estudo deveu-se, igualmente, por conter considerações singulares que possibilitam a exploração de características latentes que não se explicitam com facilidade em casos típicos. A fundamentação teórica que respalda este procedimento metodológico na perspectiva do presente trabalho pode ser explicitada nas proposições e uso de várias evidências.

Evidencia-se como um tipo de pesquisa com forte cunho descritivo na qual o pesquisador pode não pretender intervir sobre o fenômeno, mas, conhecê-lo tal como este aparece. Para Becker (1993, p. 107) um estudo exploratório “não precisa ser apenas descritivo; pode ter um profundo alcance analítico, pode interrogar a situação, pode confrontar a situação com outras já conhecidas e com as teorias existentes”. Para esse autor, o estudo de caso “pode ajudar a gerar novas teorias e novas questões para as futuras investigações e destaca a pesquisa qualitativa como um dos princípios característicos”. É uma investigação que se assume como particularística, debruçando-se sobre um grupo e uma situação específica, procurando descobrir o que há nela de mais essencial, consistindo na interação profunda de um contexto e de um acontecimento ou realidade específica.

Portanto, “requer a observação de diversas variáveis, de modo a comparar e constatar com outros casos interativos” (BECKER, idem). Portanto, foram depois destas orientações

² CAMPOMAR, Marcos J. Pesquisa de Marketing: um auxílio à decisão. São Paulo. Briefing, 1991.

teóricas e metodológicas, facilitadas pela intimidade travada com o campo, que a pesquisa foi possível de ser desenvolvida. Houve, contudo, o cuidado de manter um diálogo sempre aberto com os nossos interlocutores, explicando-lhes o objetivo da pesquisa e fazendo com que eles interviessem nas discussões.

Mas, somente a experiência etnográfica e as estratégias de observação participante da pesquisa anterior, em nível do mestrado, marcada pela investigação de tipo intensivo-qualitativo, permitiram uma aproximação à intimidade dos imigrantes africanos. Partindo dessas experiências, o objetivo era o de fazê-los falar o mais descontraído e livre. Tal maneira de falar colocou os interlocutores num esforço de fazer funcionar a memória já que o diálogo girava em torno, não só deles como sujeitos e suas trajetórias no Brasil, como também suas histórias e seus familiares. Memória, um recurso que a “Antropologia legitima como a forma pelas quais as pessoas dão sentido as suas experiências vividas e interpretam seu mundo”.

Assim, paralela à busca teórica e da informação documental e estatística, anteriormente referida, muito trabalho de observação de campo foi realizado. Para ultrapassar alguns desafios que todos os pesquisadores, segundo Mayer (2012), se deparam ao iniciar uma pesquisa, que são, entre outros, os de conseguir respostas para questões de partida. Deste modo, foram realizadas várias entrevistas exploratórias com os nacionais dos PALOP residentes nas regiões metropolitanas de Recife, Fortaleza e Salvador.

As entrevistas em Salvador e Fortaleza foram realizadas no período de férias acadêmicas entre Janeiro, Fevereiro e Março de 2015 enquanto que na cidade do Recife efetuamos entrevistas num período mais extenso, isto é, entre junho e novembro de 2015. Quase todas as entrevistas ocorreram no recinto doméstico dos africanos inquiridos, na intimidade da casa, o que foi favorável também à nossa observação, já que nos permitiu conhecer de perto os seus familiares, sendo os endereços desses conseguidos com a colaboração dos colegas e amigos africanos, muitos dos quais são estudantes de graduação nas cidades onde realizamos as pesquisas. As entrevistas foram realizadas, umas de caráter mais formal que as outras, demonstrando que foram pouco estruturadas e que priorizaram a espontaneidade de diálogo e a negociação.

Concordamos com Poupart (2012) quando julga a entrevista como mais adequada para recolher os dados principalmente nas circunstâncias em que o campo da investigação é multissituado, assim como facilita aos entrevistados a construção de suas histórias de vida e a expor o máximo do seu conteúdo com detalhe de sua especificidade, assim as experiências, as trajetórias destes africanos, as exposições sobre os lugares onde estão relatados

pormenorizadamente. Com efeito, o resultado foram vinte e duas histórias destes africanos oriundos dos Palop. Segue o quadro dos entrevistados especificando cidades e nacionalidades:

Quadro 1. Descrição dos Entrevistados segundo suas nacionalidades e residência no Brasil.

Nomes	País de origem	Cidades de residência atual
Ana Mísia	Guiné-Bissau	Salvador – BA
Beto	Angola	Recife – PE
Carolina	Angola	Recife – PE
Casimiro	Moçambique	Fortaleza – CE
Césario	Guiné-Bissau	Salvador – BA
Emanuel	Cabo Verde	Fortaleza – CE
Felipe	Angola	Recife – PE
Gaspar	São Tomé e Príncipe	Salvador – Bahia
Humberto	Guiné-Bissau	Fortaleza – CE
Isaltina	Angola	Salvador – BA
Kim	Cabo Verde	Recife – PE
Leopoldo	Guiné-Bissau	Recife – PE
Luandina	Angola	Recife – PE
Magda	Angola	Recife – PE
Miranda	Guiné-Bissau	Salvador – BA
Neto	Moçambique	Fortaleza – CE
Otavio	São Tomé e Príncipe	Recife – PE
Pedro Lame	Angola	Salvador – BA
Selmira	Cabo Verde	Fortaleza – CE
Solange	Cabo Verde	Recife – PE
Tomas	Angola	Salvador – BA
Zenão	Cabo Verde	Fortaleza – CE

Convém ressaltar que é sabido que a entrevista, enquanto instrumento metodológico de recolha de dados pode encerrar em si alguns obstáculos. Porém, fazia parte do plano da pesquisa coletar uma amostra, de fato, aleatória onde numericamente os entrevistados de cada país que integra ao PALOP fossem idênticos, mas não nos foi possível alcançar esse objetivo, portanto, não igualamos as representações em termos de nacionalidades dos imigrantes. Como já se pode verificar, no quadro acima, existe uma representação gigantesca de algumas nacionalidades, enquanto outras estão sub-representadas. Enfatizamos que nos causou estranheza quando fomos indagados, certa vez, acerca do motivo de se está investigando o fenômeno da imigração de africanos no Brasil, fenômeno este que possui uma realidade social, política e cultural relativamente própria.

Assim, decidimos trazer para esta questão algumas considerações que busquem tão somente refletir sobre a posição ou o lugar epistêmico de um pesquisador que “pertence” ou faz parte do grupo social pesquisado, não encontrando de imediato – o pesquisador – uma resposta ou opinião que daria cobro definitivo a referida questão, até porque este não nos é possível alcançar. Portanto, o nosso objetivo é trazer à tona algumas contribuições de autores como Weber (1979), Velho (1994) e Gusmão (2012), ideias por eles defendidas acerca deste problema epistêmico, podendo, de alguma forma, iluminar também a nossa preferência por este campo e linha de investigações acadêmicas que se oferece.

Não obstante, por se tratar de um debate conhecido entre acadêmicos, preferimos resumir a nossa opinião sem recorrer à base clássica do debate³. Assim, partimos do pressuposto que, tudo começa com a redução da distância física entre o etnógrafo contemporâneo e o seu campo de investigação que decorre, em parte, de acesso maciço ao ensino superior e da alta qualificação acadêmica de atores sociais oriundos de ex-colônias ou das regiões culturais historicamente subalternizadas no domínio epistêmico que tendem, cada vez mais, a construir o campo etnográfico e operacionalizar suas pesquisas científicas dentro do próprio universo étnico, religioso, grupal, político e cultural, situações que, até poucas décadas atrás, era inimaginável nas ciências sociais.

Na antropologia, os primeiros trabalhos empíricos em geral foram realizados nas sociedades ditas “primitivas”, nas quais os etnógrafos não pertenciam culturalmente aos grupos sociais pesquisados. Apesar de serem separados por uma distância geográfica consideráveis, bastaram apenas algumas décadas para emergir, na disciplina, ideias contrárias em relação à “verdade” etnográfica sobre os povos afastados do espaço do etnógrafo. Clifford (1998) observa que o desenvolvimento destas ideias trouxe um questionamento permanente no

³ Na antropologia, os primeiros estudos empíricos, em geral, foram realizados nas sociedades longínquas ditas “primitivas”, nas quais os etnógrafos não pertenciam social e culturalmente o grupo social pesquisado, separados por uma distância geográfica considerável. Para onde partiam, lá passavam por um processo de “nativização” por meio da interação cotidiana e prolongada entre os grupos investigados, registrando os aspectos que lhes são estranhos e buscando de maneira incessante a *diferença*, que ainda é uma busca incontornável na prática antropológica contemporânea. Como sabemos, a pesquisa antropológica pode ser realizada na esquina de um bairro ou nas imediações de uma universidade, mas é corriqueira a tendência de ressaltar as dificuldades encontradas quando do acesso ao campo, destacando, sobretudo parte da experiência, por exemplo, que fez o etnógrafo se sentir no meio de nativos bosquímanos e hotentotes na África Austral. Vale lembrar que os primeiros relatos sobre os povos ditos primitivos consistiram de descrições fornecidas pelos missionários e administradores coloniais. O norte americano Morgan (1883) se destaca pelo pioneirismo na realização do trabalho de campo entre os iroqueses, contudo, os trabalhos de campo que mais notoriedade obteve na antropologia foram os de Franz Boas (2004), entre os esquimós, Malinowski (1976), e entre os trobriandeses na Melanésia. Estes trabalhos consagraram a pesquisa de campo na antropologia e foram decisivos para o desenvolvimento subsequente das técnicas de pesquisa de campo nas ciências sociais e outras.

interior da própria antropologia, quanto ao limite e a capacidade de seus profissionais conhecerem os grupos que estudam.

Esta discussão propiciou uma auto-reflexão a respeito do trabalho de campo, em especial, aos seus aspectos morais e epistêmicos (Clifford 1998; Marcus 1991), que questionaram a autoridade do texto etnográfico. Mais tarde alguns antropólogos, por exemplo, Johannes Fabian, propõe que o resultado da pesquisa não fosse consequência de uma observação apenas, mas de um diálogo, introduzindo o termo *coetâneo* como o eixo processual que marca a produção etnográfica contemporânea, ou seja, a qualidade da produção da etnografia dependeria, em larga medida, da disposição de criar condições de compartilhamento do espaço de comunicação entre o pesquisador e os pesquisados.

A perspectiva defendida pelos intelectuais africanos, sobretudo os estudos pós-coloniais (Fanon, 1975; Said, 1990), é de que, ao lado das reivindicações para a liberdade física e econômica dos africanos e seus descendentes nas diásporas negras, haja, igualmente, atenção para uma liberdade epistêmica, portanto, metodológica. No campo epistêmico, Asante (1998, p. 21) observa “a persistência de construção deliberada e mafiosa de procedimentos metodológicos iniciada nas ciências positivas”. Para o positivismo, o princípio metodológico, em geral dá ênfase ao empirismo, com base no pressuposto de que o conhecimento autêntico é o conhecimento científico captado com uma orientação metodológica que assenta no “mito” eurocêntrico, levando-se em consideração características como o *universalismo*⁴, a *objetividade ou à distância*. O interesse, porém, reside no pressuposto da *distância*, o terceiro item, que para alguns cientistas constitui uma ilusão e questionam-se a razão pela qual o investigador deve manter a distância com seu campo de pesquisa.

Tal distância, ainda que seja necessária, segundo Asante (*op. cit.* p. 137) deve ser vista como transitória, pois, este autor sublinha que “mesmo os nossos mestres-ancestrais, quando lidos de maneira atenta, descobrem seus valores por trás dos seus escritos”. Castiano (2007, p. 19) acrescenta que, “no fazer científico ainda hoje, pretende manter a todo ‘custo’ determinados critérios para a prática científica *universal*, embora a própria ciência social, ainda se depare com a dificuldade de enquadrar, interpretar e sistematizar as realidades

⁴ Primeiro consiste, em poucas linhas, produzir *interpretações científicas* sobre fenômenos da realidade com uma pretensão de que estas interpretações são válidas a todas as regiões culturais. O segundo corresponde à *objetividade* defendida e disseminada pela ciência positiva, sendo cultivada por alguns pressupostos, como por exemplo, na produção do conhecimento, nota-se a existência de dois fatores: o sujeito e o objeto. O sujeito que investiga tem de manter a distância com outros sujeitos investigados. Esta distância que o investigador precisa manter é, portanto, a fonte da objetividade. O investigador deve se esforçar para escapar de ideias preconcebidas e outras crenças que possam interferir no processo de produção de conhecimento.

culturais diferentes, ou seja, as que estão fora de contextos culturais ocidentais". Concordamos com Asante, quando afirma que:

[...] a tese básica que desautoriza o pressuposto da distância radical do investigador/a em relação ao campo de investigação construído, assenta no fato de que todo o conhecimento é político, não por ter consequências políticas ou a possibilidade de poder ser aproveitado politicamente, mas pelo fato de que o conhecimento se origina em certas condições sociais e políticas, ou seja, um contexto de poder que o cientista consegue menos apagar de suas reflexões. (ASANTE, 1998 apud CASTIANO, 2007, p. 21).

Estes autores prolongam o debate questionando: o que significa seguir uma regra científica? Daí surge outra questão, o que significa seguir uma regra política? Acreditam que, nunca houve uma distinção nítida entre o campo político e o campo científico, considerando que a ciência 'tem de servir aos interesses nacionais de um país' e a política, por conseguinte, tem de se fundar no conhecimento científico. Então, isto pode nos levar a uma compreensão imediata de que, qualquer ação humana, incluindo 'fazer ciência', é um ato político, ou então é politicamente orientado. Contudo, recolha de dados objetivos no campo através de métodos, sobretudo o etnográfico, não parece estar em causa, mas a maneira como é concebida a relação de proximidade e distância entre o investigador e os investigados suscita ainda debates intermináveis nas ciências sociais.

Parece não haver mais dúvida de que o processo de produção do conhecimento científico é hoje mais complexo se comparado aos séculos passados nas ciências sociais e na antropologia em particular.

As categorias analíticas e modelos explicativos que pareciam firmes, hoje tentam sustentar uma crise profunda e irreversível, algumas parecem perder espaço por novas metáforas. Assim, construímos o nosso campo de investigação atual, num terreno empírico e heterogêneo. Porém, o investigador que indaga sobre si, isto é, sobre seu grupo social, parece representar uma das marcas que mais evidencia as mudanças que se operam na construção do objeto na antropologia contemporânea.

Então, pode-se perguntar o que acontece quando o investigador realiza buscas no terreno que lhe é culturalmente próximo?

Nas ciências sociais, a familiaridade com o campo, segundo Poupart (Op. cit, p. 236) é vista como capaz de "criar obstáculos na medida em que a pertença ao grupo ou universo cultural impede o investigador a uma racionalização sobre a realidade observada, ou seja, a exterioridade de um investigador pode ser *mais valia* no sentido do que isto possibilita a observância de considerações sobre as *diferenças culturais*". Neste sentido, a sugestão seria de

que as investigações devem ser realizadas junto aos grupos sociais que estivessem “naturalmente” distantes, no sentido mais amplo, de modo que ofereçam condições de se fazer análises mais objetivas. Ao contrário, Gilberto Velho, na sua obra *O desafio da proximidade* salienta que “o que permite a versatilidade que leva o antropólogo a desenvolver a pesquisa em condições e circunstâncias diversificadas é o fato deste profissional conseguir uma formação intelectual, transitando por diversos mundos e, simultaneamente, não deixar ser englobado por nenhum”.

A pertença ao grupo social, e propor investigar seus processos internos, em nosso caso, nos conferiu uma sensibilidade que se traduzia na rápida compreensão de enunciado de um gesto, de um toque, de um código, até mesmo dos provérbios e metáforas, elementos que permitiram conduzir da melhor maneira as diferentes análises e operacionalização das etapas da investigação com base na observação e empreender, da melhor forma, uma perspectiva crítica da realidade dos imigrantes africanos no Brasil. Importa ressaltar que não deixa de ser óbvio que a nossa condição de investigador ou a nossa relação com o “grupo” influenciou em parte o discurso sobre o mesmo, mas, acima de tudo, colocou-nos numa situação privilegiada de confrontar argumentos e observar esforço de interpretação da experiência dos interlocutores em que o pesquisador, ou “eu” sujeito investigante, situado num pólo acadêmico de referência reconhecida, entram em debate, interage e integra mutuamente os pontos de vista.

Nessa perspectiva, pertencer ao grupo pesquisado pode ser um contexto que informa não apenas a posição epistemológica, mas também a posição ética do investigador/a. Há uma variedade de técnicas aplicáveis para chegar ao conhecimento profundo de uma realidade (Briggs, 2007). Contudo, o conhecimento resulta da ocasião do encontro entre o seu sujeito e o seu lugar de pertença cultural e este deve, segundo Asante (op, cit, p. 144), “fornecer orientações necessárias por meio das quais deriva os ideais e os valores que estarão no centro da pesquisa científica”.

Assim, ao invés de buscar eliminar os “efeitos do lugar” Poupart (op. cit), empenha-se em encontrar a maneira como o lugar pode melhor carregar o discurso e os diversos componentes capazes de atuar em sua construção social. Pensa-se que é, nesta pertença cultural como um dado *a priori*, mas também adquirido, e, a partir dela, que o investigador/a começa a fundamentar as preocupações etnográficas e científicas. Neste sentido, o investigador/a deve conhecer e reconhecer bem a realidade presente da sua identidade cultural, como também habilitar-se da história da formação dela, para poder manifestá-la no

“fazer científico”, usando códigos, símbolos e mitos de maneira consciente e sistemática com a finalidade de reforçar a centralidade dos ideais e valores do seu meio cultural na análise de dados recolhidos.

Pensamos que o uso consciente de símbolos existente na história do próprio lugar para fazer ciência é importante porque o investigador que faz buscas no interior do grupo que pertence pode diferenciar-se, por exemplo, de um americanista, africanista ou outros nomes que os pesquisadores/as adotam para informar à comunidade científica, qual o lugar que estuda, ou seja, olha, não com menos qualidade científica, usando lentes do próprio lugar social, político e cultural. Portanto, é neste sentido que um investigador do próprio grupo pode fazer a diferença, usando a experiência e os valores que o próprio lugar oferece para analisar os mesmos fenômenos que orientam suas relações sociais, podendo encontrar novidades numa perspectiva científica que poderia ser negligenciada por um investigador situado fora do contexto.

PARTE – 1

EXPERIÊNCIA COLONIAL E PROCESSO MIGRATÓRIO EM ÁFRICA

1.1 – Emergência do nacionalismo e migração africana no Mundo.

Um trabalho que aborda de forma profunda sobre todos os aspectos da colonização, lutas de descolonização, emergência de nacionalismos e consequente formação de modernos Estados em África, em particular nos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), não é uma empreitada que não possa ser abarcada, apesar de considerarmos a natureza complexa de que esses fatos são revestidos. Acreditamos queseria muito interessante se nos fosse possível de realizar uma análise de cada um desses processos sociais e políticos ocorridos no continente africano, mas tal esforço não nos será necessário, uma vez que o espaço disponível para tal realização afigura-setambém limitado.

Para tal, pretendemos discorrer, fundamentalmente, sobre a Guerra fria, que trouxe a bipolarização política e ideológica do mundo, por seu impacto no continente africano, pois a mesma teve, sobretudo, uma relação que tornou favorável a emergência de Estados-nação em África e pode nos servir, igualmente, de referência para pensar sobre alguns condicionantes que, supostamente, acabaram por fortalecer a dispersão global dos cidadãos daquele continente a partir da segunda metade do século XX por fins de estudos, dirigindo-se, nomeadamente, para os países como antiga União Soviética e Cuba, em busca de melhores condições de vida, mas, essencialmente, inseridos na política do Estados-nação nascentes.

Entretanto, ainda que fosse necessário conhecer a origem das primeiras reivindicações de povos nativos da “África Lusófona” contra ocupações de suas terras, não pretendemos tomar um caminho mais longo, daí centramos basicamente nos fatos, mais ou menos recentes, que geraram “revoluções” no contexto endógeno, mas que grande parte dos seus aspectos foram trazidos pelos acontecimentos originados nos contextos exógenos.

Para tornar a ideia mais ou menos clara, é útil recordar que este trabalho visa discorrer sobre a presença dos angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e santomenses no Brasil não como presenças isoladas uma das outras, mas que, provavelmente guarda uma estreita relação com vários eventos internacionais, assim como sobre realidades políticas e econômicas em diversos contextos nacionais em África mescladas a outras dinâmicas decorrentes do cenário social, político, econômico e cultural contemporâneas.

Neste sentido, começamos a rastrear esses eventos a partir da segunda metade do século XX. Percebe-se que, durante este período, o continente africano foi um cenário de

confrontos indiretos decorrente da Guerra Fria, guerra esta que pusera nas “trincheiras” ideológicas as duas potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial: os Estados Unidos da América e a Antiga União Soviética. A Guerra Fria se inicia efetivamente a partir da confirmação definitiva da derrota do regime nazista alemão e do fascismo italiano em 1945 e se estende, de maneira mais intensa, até 1955, as partes, entrando numa relativa convivência harmônica no período entre 1955 a 1962. Os dois períodos da guerra foram, simultaneamente, acompanhados pela bipolarização política e ideológica do mundo e as disputas decorrentes dela alastraram-se até o desmantelamento da União Soviética em 1991, sendo que suas fases e seus episódios se alternaram, sucessivamente, e em palcos de diferentes continentes, inclusive, no continente africano.

O termo Guerra Fria foi empregado pela primeira vez em 1947, pelo jornalista Walter Lippman, com o propósito de assinalar a existência de confrontos entre os americanos e soviéticos, mas que não chegasse a operar no plano de combate físico entre os exércitos dos dois lados. Este duelo ideológico, iniciado no “velho” continente por aliados de outrora se espalhou em todo o globo terrestre e, durante um período de quase cinco décadas, consistiu numa fase particularmente especial da história da humanidade, não apenas por ter sucedido a Segunda Guerra Mundial, marcadamente caracterizada por práticas impiedosas de genocídios e tentativas de extermínio étnico evidenciados em prisões nos campos de concentração, mas também a Guerra Fria que chama atenção pelo nível de acirramento da rivalidade subsequente que teria suscitado entre os Estados Unidos da América e a Antiga União Soviética, duas potências emergentes com ideologia (aqui a palavra ideologia é empregada numa perspectiva simples, fazendo referência a uma visão egocêntrica do comportamento das duas potências, isto é, de “nós” capitalistas que se opõe a “eles” socialistas ou comunistas), interesses e estratégias diferentes em busca de hegemonia mundial. No entanto, mesmo sendo uma guerra com palavras, ameaças, demonstrações de poder e força (disputa tecnológica), as sociedades inteiras na Europa e fora dela sentiram temores da emergência de uma nova guerra mundial, pois havia uma corrida em busca de espaço e de aliados.

A busca de parcerias internacionais acabou igualmente testemunhando o surgimento de conflitos regionais encomendados e organizados em torno de dois centros de poder de alcance planetário. De um lado, os países da Europa Ocidental, aliados a alguns países da Ásia, da América Central, Latina e Oceania, guiados pelos Estados Unidos da América. O grupo de países liderados pelos americanos defendia o ideal do sistema capitalista, sistema este que teria consolidado seus fundamentos políticos, econômicos nos séculos XVIII e XIX

com a Revolução Industrial e, com ela, a expansão colonial em busca do mercado e da matéria prima, passando, então, estes fatores a gerenciar e acompanhar as etapas subsequentes da sua rápida evolução (NUGENT, 2004).

Os ideólogos do capitalismo centraram seus argumentos na defesa de uma economia liberal, nos regimes democráticos e republicanos, cujo princípio se fundamenta no indivíduo, na liberdade, na prosperidade, na defesa da propriedade privada, na economia do mercado na qual a produção seria orientada para a troca ou para o comércio cujos preços dos produtos seriam assegurados pela lei da oferta e procura, na livre concorrência, dentre outros.

Já outros ideólogos concebem outro extremo de relação econômica, no qual se encontra a Antiga União Soviética considerada, segundo Cutileiro (2003), como primeiro Estado Socialista o qual obtém projeção internacional como potência mundial, a partir da Revolução de 1917, incorporando o ideal do socialismo em decorrência de observância de desigualdades sociais trazidas pelo capitalismo, pondo seus pensadores a defenderem mudanças radicais através de lutas contra o que eles chamaram de exploração do homem pelo homem, buscando relações sociais mais equilibradas e igualitárias.

Por este objetivo, os soviéticos teceram as alianças, em meados dos anos 50, com a República Popular da China, Cuba e alguns países Árabes, defendendo o ideal socialista, centrado no princípio do regime unipartidário, na estatização dos meios de produção, isto é, as terras, as fábricas, os bancos, onde a produção seria voltada para o atendimento das necessidades básicas da população através de uma economia planejada e controlada pelo estado e do ideal revolucionário. Acentuava Marx (2002) que o socialismo deveria ser entendido como um modo de sociabilidade constituída sobre as falhas do próprio capitalismo, isto é, deveria ser superior ao que nele se encontra de excelência, mas não apenas diferente dele em determinados pontos. Essas diferenças ideológicas entre as duas potências, vencedoras da Segunda Guerra foram determinantes para a divisão política e econômica do mundo na segunda metade do século XX.

Vale frisar que, a rivalidade ideológica seguida do processo de bipolarização tornou-se mais evidente a partir da realização do primeiro teste atômico realizado por soviéticos em 1949⁵. Daí surge a compreensão por parte dos americanos de que havia equilíbrio de forças e rivalidades entre eles e os soviéticos, sobretudo no tocante aos seus objetivos universalistas. Desse modo, começou-se a corrida para conquistar aliados e conseguir condições ideológicas, posturas políticas e sociais favoráveis, entre os países membros, para o domínio mundial e

⁵ No período da Guerra Fria o mundo era bipolar, existiam apenas duas grandes potências mundiais: Estados Unidos e União Soviética.

empenhando-se na instrumentalização de novos partidários que os ajudassem na disseminação dos ideais do capitalismo ou de socialismo através da demonstração da superioridade do estilo de vida de cada sistema como forma de torná-los aceites e partilhados por grande parte dos Estados-nação ao redor do mundo, principalmente, nos países em que ocorriam lutas anticoloniais.

Desse modo, permitiu a disseminação da guerra em várias linhas de frente, ocasionando a formação efetiva de dois blocos de países no plano global, opositos e em equilíbrio de forças. Para consolidar o projeto político/ideológico a nível global, os dois lados, adotam como parte da tática defender os países membros que integram cada sistema, assim como das regiões satélites de cada bloco. Por exemplo, para impedir ou prevenir agressão militar soviética, os Estados Unidos e seus aliados do Ocidente criaram, em 1949, a Organização do Atlântico Norte (OTAN) e, como resposta, a União Soviética estabeleceu uma aliança militar em 1955, conhecido como Pacto de Varsóvia, centrada na reciprocidade de ajuda em caso da agressão aos países membros ou invasão de áreas de influência socialista.

Entretanto, observa-se que enquanto os americanos e seus aliados impediham todas as formas da influência do “regime comunista” (como era frequentemente designado por ideólogos capitalistas), nas regiões por eles controladas, os soviéticos, por sua vez, tendiam cada vez mais a expandir e defender as zonas de influência que chamavam de socialista, sobretudo na África e na Ásia. Deve-se, então, segundo Henrique Manuel Gomes⁶, citando Adriano Moreira, definir o bipolarismo “como um modelo de referência em cada conflito concreto, entre dois países, dois espaços ou dois blocos, mas não significa que seja uma tendência global da comunidade internacional que abriga uma pluralidade de conflitos, nem significa o começo do fim das ideologias” (1997, p. 47).

No geral, a Guerra Fria, pode não ter sido, essencialmente, um confronto direto entre os soviéticos e os americanos, mas, na tentativa de ampliar áreas de influência política, resultou em guerras regionais, luta armada entre nações, ou entre partidos de uma mesma nacionalidade ou de etnias diferentes, com o fim de impor supremacia ou salvaguardar interesses materiais ou ideológicos. Tais guerras foram capazes de afetar econômica e politicamente as gerações de várias regiões do mundo, gerando consequências que afetam a ordem e estabilidade social até hoje. Entre as guerras que surgiram, em decorrência da divisão

⁶ GOMES, Henrique Manuel. **A Nova Ordem Mundial:** do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais. Dissertação de Mestrado: Estudos Euro-Asiáticos. Lisboa, 2009. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2053/1/Tese%20de%20Mestrado%20Final.pdf>. Acesso realizado em novembro de 2015.

ideológica, a mais conhecida, por exemplo, foi a da década de 1950 que dividiu a Coreia em sistemas opostos, o Norte “socialista” e o Sul capitalista, divisão esta que se mantém inalterada até hoje. Outra consequência da Guerra Fria fora dos territórios americano e soviético foi a guerra do Vietnã, no início dos anos 60 do século XX. Além destas, somam-se outras intervenções cirúrgicas americanas inseridas no plano da defesa da área de influência no âmbito do contexto bipolar, como a invasão da República Dominicana e a guerra civil em El Salvador, ocorrida também na década de 1960 (KERR, 2013).

No curso desse processo global, marcado pela Guerra Fria, podemos encontrar as primeiras manifestações nacionalistas em África, principalmente nos seus aspectos formais, ideológicos e até de apoio logístico, sobretudo da Antiga União Soviética. Contudo, importa ressaltar que foi, precisamente, a Segunda Guerra Mundial como evento de referência a partir do qual os africanos começaram a adquirir ideias mais consistentes sobre sua condição de colonizado, ideias estas trazidas à luz, contemporaneamente, através de reflexões teóricas dos pensadores pós-coloniais como (FRANK FANON, 1952, PAUL GILROY, 2001, entre outros). Cria-se aqui um espaço para observar que o termo pós-colonial refere-se, unicamente, à cronologia, ao tempo advindo depois do período colonial e à consequente rejeição das instituições e ideologias impostas pelos antigos regimes coloniais. Nesta contestação do colonialismo destacam-se alguns nomes como Homi Bhabha o qual discorre sobre os povos que viviam sob a tutela de dominação colonial.

Em “O local da cultura”, Bhabha discute sobre a problemática de construção e desconstrução da identidade do “outro” e demonstra o modo como os povos colonizados são representados pelo discurso colonial, isto é, como populações degeneradas, justificando a conquista de todos os aspectos e dimensões sociais e culturais deles. Outro nome fundador do debate centrado na pós-colonialidade é Edward Said. Grande parte da reflexão intelectual desse autor palestino ancora sobre questões relativas à classe, gênero e raça, nega as polaridades que explicam a realidade do “outro” a partir de categorias binárias, afirmado, no entanto que, a “luta no espaço colonial é complexa e, envolve muito além das armas e trincheiras com exércitos, mas que envolvem, sobretudo, ideias, imagens, valores e representações” (SAID, 2003, p. 89).

Este autorpalestino propõe a desconstrução da interpretação etnocêntrica que o Ocidente faz sobre o não Europeu, isto é, o Europeu representa a civilização e o não Europeu é caracterizado como o não civilizado. Tais ideias podem ser observadas na obra intitulada “Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente”.

No geral, a discussão sobre o que significava ser colonial ajudou a moldar os questionamentos mais bem elaborados sobre a dita superioridade da “civilização” Ocidental, mas, principalmente, porque propiciou o entendimento sobre a amplitude da dominação colonial e incentivou a geração colonial dos africanos a reflexões e atitudes mais profundas para emancipação epistêmica do continente, assim como no passado (Horris, 2010) os ideais pan-africanismo tinha sedimentado os caminhos rumo à emancipação que seria uma luta que não se restringia apenas a um grupo étnico específico no interior da África, mas começaram a compreender que os povos inteiros daquele continente, assim como os seus descendentes cujos seus antepassados haviam sido arrancados deliberadamente nas terras africanas, sofriam diversas formas de exploração nas diásporas.

Porém, os acontecimentos das duas grandes guerras mundiais e seus desdobramentos que resultaram na Guerra Fria, e com esta a formação da bipolaridade ideológica, ajudam no sentido de ter ciência de que as nações inteiras na África e na Ásia eram vítimas do imperialismo Europeu. Com o fim da Guerra fria, o mundo passou por um novo processo de organização geopolítica no qual surgiram diversos centros de poder, influenciando diretamente na economia, no poder político e militar, gerando, desta forma, um mundo multipolar. No mundo multipolar, o poder está relacionado de maneira mais intensa com a capacidade econômica onde se destacam fatores como disponibilidade de capitais, avanços tecnológicos, elevado nível produtivo e qualificação da mão de obra.

1.2 - A Construção de Nacionalismos em África

Para maior parte dos estudiosos a Segunda Guerra Mundial pode ser encarada como início da crise da centralidade incontestável do poder da Europa sobre o resto mundo. Até então, as nações colonizadoras localizadas no chamado “velho continente” tinham operado hegemonia sobre outras regiões do mundo, centrando suas ações nos aspectos econômicos e políticos que reprimiam povos e civilizações ao impor suas línguas, religiões e valores culturais. Para M'bokolo (2010), o pensamento colonial se ancorava no ideal imperialista o qual se baseava na defesa de supostos direitos históricos de soberania sobre os territórios africanos. Tomás (2007) acrescenta que, o alcance desses ideais estaria no estabelecimento de diversas maneiras de dominação de uma minoria exógena num território alheio ao europeu.

No caso da África, o processo de dominação teria começado no século XV e alguns dos países que surgiram deste processo foram os participantes dos PALOP, os quais são os

atuais São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, que teriam igualmente participado do processo de acumulação do capital em escala mundial desde o período supracitado, na medida em que teriam sofrido com o tráfico dos africanos. Sousa Lara (200, p. 23) defende que a “África participou involuntariamente na largada econômica do ‘velho continente’ e esteve na parte mais tenebrosa, sombria e profunda da Revolução Industrial”. De acordo com Banton (1977) não há consenso no que tange à quantidade de africanos levados para fora, mas estima-se que foram mais de 25 a 30 milhões de pessoas retiradas, muitas das quais perderam a vida antes de chegar ao destino. Segundo Ki-Zerbo (1972, p. 122) foi durante o século XVI que o “tráfico de africanos tomou configurações ‘diabólicas’, onde a maioria dos africanos foi levada para os centros metropolitanos e para o Novo Mundo”. É dessa maneira que podemos supor o quanto esse fenômeno talvez tenha diminuído a capacidade produtiva do continente, tendo em vista que seus esforços e inteligências foram aplicados em outros lugares.

O exercício do poder colonial baseava-se numa lógica de superioridade que assumia forma de civilização dominante. Amilcar Cabral (1980) observa que a diferença tecnológica entre povos europeus e africanos teria propiciado, a partir de 1700, o espalhamento da ideia de que existia uma superioridade racial dos colonizadores, impulsionando a convicção da necessidade da conquista colonial em África. No seu turno Mario P. de Andrade (1997) acrescenta que foi com base na subjugação econômica que o europeu encontrou a justificativa para alegar a superioridade racial baseada na dialética: *comando x obediência*. Esse autor assegura que foi através deste mecanismo que se fomentou o racismo e legitimou o aproveitamento das riquezas do continente africano. Ademais, a escravização e o tráfico foram substituídos por um poder colonial, sendo que ambos contribuíram para uma dominação total. A escravatura começa quando o colonizador opta em destruir recordações de povos escravizados e sobre esse esquecimento deliberado é que surge a colonização, no entanto existe argumento de que:

[...] a obliteração física e cognitiva de povos colonizados levou a uma divisão entre espaços geográficos ‘deste lado’ e ‘do outro lado’ onde o princípio ‘universal’ criado era o de que as populações das colônias eram desprovidas de saberes e de capacidade de pensar. Logo, em termos políticos, havia condições para que as populações indígenas fossem, através de sistemas legais desiguais, administrados e imobilizados em categorias legais rígidas e forçados a processos de assimilação. Esta forma de exercer o poder enquadrava-se na doutrina colonial europeia iniciada em meados do século XIX a qual pressupunha a necessidade de civilizar os territórios ultramarinos, primeiro dado a suposta superioridade da cultura portuguesa e,

por outro lado, pela possibilidade de os “outros” melhorarem as suas qualidades como resultado desse encontro de culturas (SANTOS, 1999, apud MENEZES, 2010, p. 68).

Desde que os lusitanos chegaram aos territórios dos PALOP seus contatos com os povos que lá encontraram sempre foram marcados por uma relação de dominação transitória. A ocupação efetiva de territórios em África se deu na sequência de eventos ocorridos na Europa designados de Revolução de 1820 cujos eixos ideológicos foram o liberalismo e o nacionalismo. O desdobramento desses eventos fez Portugal implementar algumas alterações no campo político em África, sobretudo às que diziam respeito ao fim do comércio de escravizados para o Brasil. Segundo Andrade (1997 apud Sousa, 2013, p. 6) essas alterações foram, na sua maioria, feitas na Constituição de 1822 cujo termo legisla a “integração” dos “territórios” dos PALOP que mais tarde foram nomeados de “províncias ultramarinas”. Os lusitanos insistiam naquilo que entendiam como “direito histórico” de Portugal em África para manter a soberania sobre os territórios junto a outras potências colonizadoras. Apesar disso, era necessária a “ocupação efetiva”, isto é, o exercício de atividades políticas e econômicas nos territórios, a qual já tinha sido recomendada, em 1884 a 1885 na Conferência de Berlim. Aí estava a dificuldade enfrentada por Portugal que deveria se fazer presente no imenso território geográfico que ocupava em África.

Apesar desta dificuldade, a emigração portuguesa em Angola, Cabo Verde e Moçambique aumentaram continuamente desde meados do século XIX. Esse fluxo e povoamento eram garantidos pela mobilidade da população facilitada pela pobreza extrema que se fazia sentir em Portugal e pelo apoio político e financeiro que estes fluxos tinham. Deste modo, no início do século XX, o pensamento colonial era de que os cidadãos portugueses tinham o direito de governar os indígenas mais “atrasados” no caminho do progresso e do civismo. De acordo com (MENEZES, op, cit, p. 100) “a institucionalização da República, e consequentemente da legislação sobre a administração das províncias ultramarinas, passou a prever duas características de seus habitantes: os *civilizados* e os *não civilizados*, como para incentivar migração para a África uma vez que, os *civilizados* gozariam de direitos e privilégios sobre os ditos não “civilizados”.

Não há dúvida de que os indígenas se afiguravam na categoria de não *civilizados*. No entanto, para que fossem considerados *civilizados* estes tinham que preencher alguns requisitos, entre eles: *saber ler e escrever*, praticar a religião católica, igual aos portugueses, e manter-se em padrões de vida e costumes semelhantes aos deles. Conforme dizíamos anteriormente, essa pesada herança colonial já vinha do poder do sistema escravocrata.

Assim, na primeira metade século XX o regime do Estado Novo reduziu ainda mais o exercício do poder nos territórios ultramarinos, mantendo uma legislação que diferenciasse ideologicamente a população, mesmo não sendo tão forte economicamente.

Depois da Primeira Guerra Mundial, cria-se, no Ocidente, a Sociedade das Nações, isto é, uma organização internacional que assumiu para si o compromisso de garantir a paz mundial. Porém, acabou por fragilizar tanto na prevenção como nas mediações de conflitos no mundo, dentre estes a colonização, e por consequência da falta de posicionamento sobre ela, dentre outros fatores, iniciou-se a Segunda Guerra Mundial, a qual iniciou profundas alterações em relação às colônias. Com efeito, antes mesmo do fim da Segunda Guerra já havia movimentos nacionalistas engajados no processo de descolonização. Para continuar a buscar entendimento sobre a emergência dos nacionalismos que são hoje designados de angolano, cabo-verdiano, guineense, moçambicano e sãotomenses são necessários, antes de qualquer coisa, saber o que é *nação*? Para abordar o conceito de *nação* iremos buscar apoio nas contribuições de vários autores, percorrendo um pouco a trajetória deste conceito.

O conceito de nação emerge no século XVIII com a Revolução Francesa. Na perspectiva etimológica, nação provém da palavra *natio* que significa “nascimento” e faz apelo à origem comum (HOBSBAWM, 1998, p. 20). Ademais, se apoiarmos nas definições apresentadas em dicionários a nação pode significar “o agregado dos habitantes de uma província, de um país ou reino ou um estado ou mesmo corpo político que reconhece um centro de poder exercido por um governo comum”. A nação pode significar ainda “a comunidade dos cidadãos de um Estado que vive sob o mesmo regime ou governo e tem uma comunhão de interesses, a coletividade dos habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses em comuns e subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade de grupo; o povo de um Estado”.

Em África, a construção dos estados nacionais apresenta outras interpretações. Munanga (2005) discute esse processo partindo da ideia de que a colonização foi um sistema de exploração econômica, de dominação política e de sujeição cultural, assim sendo, acreditase que não há como construir uma nação sem resgatar e reabilitar as culturas que foram reduzidas e humilhadas durante o regime colonial. Com efeito, os mais de cinquenta países que constituem as configurações geopolíticas africanas atuais são produtos de herança colonial. No seio de cada um deles convivem diversos povos ou formações culturais. O autor lembra que, na época pré-colonial essas diversas culturas tinham relações ora de amizade, ora de conflitos, muitas das vezes decorrentes de disputas pelo poder, o que provocavam divisões

e fragmentações de grupo e, consequentemente, a junção de novos membros para legitimar o novo poder e justificar a ocupação de novos territórios, muitas vezes, através de migrações.

Até aqui, há pistas de que o principal significado de *nação* é a “política associada à ideia do povo, a nossa terra comum, o público, o bem-estar público”, resumindo, trata-se de um “corpo de cidadãos cuja soberania coletiva forma um Estado”. Para Anderson (2008) a posse do sentimento nacional não esgota o conceito de nação. Para ele os membros de uma nacionalidade “desejam estar sob o mesmo governo e ser governados por eles próprios ou por uma parte deles, exclusivamente”. A ligação de um conjunto de cidadãos a uma descendência pressupõe a existência de um território. E a terra de onde as pessoas são originárias conduz ao surgimento da ideia de pátria, ou seja, local de nascimento. Segundo Sousa Jr (2013, p. 13) “o nacionalismo é uma ideologia política que defende e exalta a nação, tendo por base sentimentos comuns do grupo numa lógica identitária que procura, por um lado, a autodeterminação e, por outro, assenta em sentimentos de lealdade que são partilhados por um conjunto de indivíduos que têm valores culturais, religiosos, étnicos ou linguísticos comuns aos restantes membros”.

Nesta perspectiva, as nações existem enquanto se mantiverem como entidades espirituais desejadas na cabeça e nos corações dos indivíduos. Assim, essa identidade nacional confere aos cidadãos daquela nação um conjunto de direitos e deveres que os obrigam a respeitar os poderes soberanos expressos através de uma legalidade reguladora. De acordo com Sousa Jr (ibid, p. 14), a língua e a cultura se afiguram de maneira incontornável como fator identitário dos cidadãos de determinado grupo. No caso da África, uma das questões que intrigavam a cabeça dos nativos era justamente a legitimidade que o Estado colonial tendia a impor suas línguas sobre a população indígena e daí também surgia a questão da aspiração libertacionista e nacionalista. Deste modo, a pretensão era de que a soberania e o poder fossem exercidos por membros da comunidade nativa. No caso da “África Lusófona”, embora o colonizador tivesse adotado o princípio do governo direto para controle dos seus territórios coloniais, não resultou na formação de uma ideia da nação no formato europeu do conceito acima referido, o que se tornou evidente no período pós-colonial onde surge aquilo que Mahmood Mandani chamou dos Estados-nação “bifurcado”, referindo-se ao seguinte fato:

[...] com uma organização nas áreas rurais diferente das urbanas, o estado tinha duas caras, estava bifurcado. Continha uma dualidade: duas formas de poder sob uma única autoridade hegemônica. O poder urbano falava a linguagem da sociedade e dos direitos civis; o poder rural, a da comunidade e da cultura. O poder civil dizia-se protetor dos direitos, o poder tradicional

impunha a tradição. O primeiro estava organizado de acordo com o princípio da diferenciação como mecanismo para controlar a concentração do poder; o segundo seguia o princípio da fusão para garantir a unidade da autoridade (MANDANI, 1996 apud FRY, 2005, p. 62).

Assim, pode-se afirmar que grande parte do esforço colonial em África, nomeadamente nos PALOP, no sentido da formação de nações não foi completado, ressurgindo, em muitos contextos, a perspectiva de nações pré-coloniais.

Nas primeiras décadas do século XX, a mudança no contexto internacional seria um fato importante para que fossem criadas as condições internacionais necessárias à emergência e à disseminação de ideais nacionalistas em África. Vale frisar que estes ideais se originaram fora de África e foram disseminados, principalmente, por grupos de estudantes e intelectuais, descendentes de africanos, que se encontravam nas universidades nos Estados Unidos da América, Caribe e Europa. Esses grupos de intelectuais apropriaram-se das ideias originadas do seio do movimento que ficou conhecido como Pan-africanismo, assumindo uma ideologia política que defendia a libertação da África do poder colonial por parte dos africanos. Decraene (1966) lembra que o Pan-africanismo revelou-se sob perspectivas diversas: racial, cultural, política e sindical.

O principal expoente dessas ideias foi Du Bois, responsável em sistematizar as ideias do Pan-africanismo e fazer apelo à consciência dos africanos para que estes despertassem da dominação colonial exercida pelo Ocidente (YAZBEK, 1983).

Na sua intervenção política e nacionalista, Gilroy (2001, p. 72) afirma que Du Bois “reclamava a dignidade africana, pretendia reivindicar para os povos afro-americanos o livre acesso à participação na sociedade de forma igualitária e não subjugação ou inferioridade racial defendeu o despertar de consciências para o encontro de povos e para a contribuição do homem negro com toda a sua história e cultura no avanço da humanidade”. Outro nome importante entre os Pan-africanistas foi Marcus Mosiah Garvey Jr, ativista jamaicano, opunha-se a Du Bois por defender ideias de radicalismo nacionalista. O conjunto de seus pensamentos tornou-se uma corrente que carregava seu nome, o garveyismo e também era chamada de Sionismo Negro, na medida em que defendia a separação entre as raças, a fim de evitar o domínio de uns sobre outros.

Segundo Decraene (Op. cit) e Sousa Jr (2013) a expressão máxima desse pensamento ficou marcada quando fez o apelo “África para os Africanos”. Deste modo, pretendia o regresso de muitos africanos à sua terra natal para que fosse possível construir uma nação negra num continente negro. Appiah (1999) aponta Alexander Crummel como àquele que

defendeu o Pan-africanismo na religião como um meio para alcançar a unidade. No contexto africano será na região da África Ocidental que o nacionalismo africano primeiro ganha corpo e notoriedade na sua versão moderna, principalmente, em Gana e Senegal que foram os primeiros a acolher as ideias defendidas por Du Bois. Desta forma, destaca-se a atuação política conseguida pela aliança entre os dois estadistas Kwame Nkrumah, na política, e Léopold Sénghor na literatura.

O primeiro é considerado por muitos como maior estadista africano do século XX. Para Nkrumah o socialismo era um projeto através do qual se poderia construir os Estados Unidos da África. Em sua obra *A África deve unir-se* explicitou os objetivos do Pan-africanismo no qual pretendia promover a unidade política de toda a África, assim como a reunificação dos povos e das etnias que tinham sido separadas pela determinação das fronteiras coloniais circunscritas durante a Conferência de Berlim, em 1885. O segundo expressou seus ideais Pan-africanismo através do movimento designado de *negritude*. Tratava-se do movimento literário que tinha pretensão de resgatar as diversas tradições culturais do continente negro. A ideia primordial da negritude é de que: “todos os povos da descendência africana tinham uma herança cultural comum”, esta perspectiva, vinculava à negritude a noção de raça e de pertença cultural comum a todos os africanos e seus descendentes nas diásporas.

Essas duas figuras cujo pensamento acaba de ser resumido foram fundamentais para disseminar o pensamento Pan-africanismo para África. Curiosamente, no contexto da África, os expoentes do Pan-africanismo como Nkrumah, Leopold Seghor, e outras figuras importantes que emergiram no cenário da descolonização do continente africano, tinham frequentados seus estudos universitários “fora de África”, isto é, no exterior o que, de alguma forma, reforça a pertinência não somente de entender as circunstâncias políticas que propiciaram este processo migratório com fins de estudos nas décadas de 1950 e 1960, mas de estudar, igualmente, a evolução deste mesmo processo na contemporaneidade envolvendo, no caso deste trabalho, os estudantes africanos egressos do PEC-G. Importa destacar que este processo de circulação, com fins de estudo, dos nacionalistas africanos para diferentes países e universidades teve reflexos na forma de encarar o processo de Pan-africanismo, principalmente, na sua perspectiva intelectual da descolonização, assim como a diferença no processo colonial das colônias britânicas, das francesas e também das colônias portuguesas refletiu, igualmente, na posição anticolonial destas lideranças.

De modo geral, o Pan-africanismo consiste no ideal político que reivindicava a defesa das nações, de liberdade e integração africana e dos descendentes de africanos nas diásporas negras. O Pan-africanismo enquanto movimento abrange, necessariamente, as lutas antirracistas, anticolonial e, mais tarde, antineocolonial. No final da Segunda Guerra Mundial, surge um novo impulso para a descolonização com a criação dos movimentos independentistas na África, resultando na criação do movimento de países não-alinhados.

1.3 - Formação do Bloco Afro – África: países não-alinhados

A África ganhou experiências de grande impacto com a Escravidão, assim como com as duas Guerras Mundiais, que somam, com outras experiências decorrentes dos processos internos da colonização, da luta de descolonização e da formação de moderno Estados nos quais as mesmas tiveram, marcas profundas na gênese do nacionalismo. Para continuarmos, reforçamos que a Segunda Guerra contribuiu para alterar o quadro de subordinação do resto do mundo à Europa, em grande parte, devido à observância de esgotamento e fragilização econômica do “velho” continente. No entanto, vários fatores podem ser mencionados para explicar o desgaste dos fundamentos da legitimidade do colonialismo, mas, enfatizamos que, com a intensificação da Guerra Fria e o surgimento no plano internacional de duas potências descomprometidas com a colonização, contudo, interessados em ampliar áreas de influência econômica e ideológica, a nível planetário, consolidar-se-ia em bases para início da disputa ideológica e da bipolarização política do mundo. Em meio à bipolarização generalizada, houve esforços no sentido de criar um espaço neutro e uma nova ordem imparcial nas regiões periféricas do mundo, isto é, entre as nações afro-asiáticas, chamadas países de Terceiro Mundo⁷, ou Nações não-alinhadas, isto é, países que não estavam filiados a nenhuma das duas grandes potências mundiais: os Estados Unidos e a União Soviética.

O marco decisório na definição de não-alinhamento dos países afro-asiáticos teria ocorrido na Conferência de Bandung na Indonésia, em abril de 1955, reunindo representantes de mais de 50 países afro-asiáticos, nações que representavam na época, quase 70% da

⁷ O termo surge com o demógrafo francês Alfred Sauvy, que propunha a ideia de um Terceiro Mundo, inspirado na ideia do Terceiro Estado, usada na revolução francesa. Neste caso, os países membros do chamado Terceiro Mundo deveriam se unir e revolucionar a Terra, como fizeram os burgueses e revolucionários na França. Os chamados primeiro e segundo mundo surgiaram de uma interpretação errônea por parte, principalmente, da mídia. O “Primeiro Mundo” seria o dos países capitalistas desenvolvidos, enquanto o “Segundo Mundo” seria o dos países socialistas industrializados. Restariam no “Terceiro Mundo” os países capitalistas economicamente subdesenvolvidos e geopoliticamente não-alinhados (MBEMBE, 2010).

população mundial e teve o mérito de ser o primeiro evento de política internacional que juntou o então denominado Terceiro Mundo (SOUZA JR, 2013). Tratou-se de um acontecimento histórico que discutiu aspectos relacionados aos Estados asiáticos, africanos e à unidade política das novas soberanias. Destacaram-se, nesse processo, a liderança de países como Egito, Índia, Paquistão, Indonésia, China, Costa do Marfim, Gana, Líbia, Iraque, Vietnã, Arábia Saudita, entre outros. É de referir que, até a data da Conferência de Bandung, a África Subsariana praticamente não possuía territórios descolonizados.

Segundo Andrade (1997) o primeiro grupo de países africanos que alcançou a independência apenas a conseguiu na década de 50 do século XX. A Etiópia alcançou em 1952. A independência total do Sudão foi em 1956. A Tunísia e o Marrocos em 1956. A Gana em 1957 e a Guiné-Conakri em 1958. Capoco (2012, p. 68) afirma que o “sentimento de unidade nacionalista africana conduziu a que as nações que tinham obtido as soberanias sobre os seus territórios apoiassem as demais lutas pela libertação”. A conferência recomendou aos seus membros a efetiva participação na divisão internacional, sem, contudo, alinharem-se aos blocos ideológicos existentes. Além do não alinhamento, os países não-alinhados defenderam como princípio, a autodeterminação, pois se declararam avessas à segregação racial e apoiaram o estabelecimento de formas pacíficas de resolução de conflitos. Landes (1998) observa que a Guerra Fria opunha dois sistemas políticos bem distintos: o Capitalismo e o Socialismo. Se o mundo Ocidental se identificava com os EUA não é menos verdade que a URSS, além do denominado Bloco Soviético, procurou estender a sua área de influência para os territórios sob dominação das grandes potências estrangeiras.

A articulação política internacional dos países não-alinhados surpreendeu de tal maneira que, impondo um desafio radical aos soviéticos e americanos, deixou, igualmente inquieta, a própria Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945. Esta última fora, na época, atingida por certa desconfiança da possibilidade real de descentramento da Ordem Internacional, passando, a partir daí, a exercer formas múltiplas de pressão sobre potências colonizadoras para assegurar o reconhecimento da autonomia dos Afro-Ásia. Naquele momento, os africanos e asiáticos tinham difundido as bases de uma congregação política assentada na neutralidade como alternativa política e ideológica de sua inserção na sociedade internacional, até então, ancorada na bipolaridade soviético-americano. Linhares (1985) observa que tais medidas propiciaram aos Países não alinhados a conquista de uma ascendência considerável em outros países durante as décadas de 1960 e 1970.

Perante esta atmosfera diplomática as duas potências mundiais não podiam se não ficar cada vez mais atentas à articulação diplomática na periferia do mundo e, como resposta, passaram a debater, com profundidade, a possibilidade de surgimento de um terceiro bloco regional, contudo, mais econômico e político e menos ideológico-militar, com propósitos firmes, manifestados em atitudes e desígnios de anticolonialismo incontornáveis.

Com efeito, as potências começaram a adotar medidas no âmbito de sua política internacional orientadas não apenas para subestimarem a neutralidade ideológica anunciada entre os afro-asiáticos, mas também para indexar as reivindicações anti-coloniais, atentando-se, cada vez mais, para as exigências dos Afro-Ásia em relação à equidade na ONU, de certo modo, para equilibrar os debates e as relações internacionais. É desse modo que podemos enfatizar a importância da parceria entre os não-alinhados na análise da descolonização da África e Ásia. Andrade (op, cit) acrescenta que a ação mais notável da atuação dos países não-alinhados na ONU ocorre nos finais dos anos 60 quando da aprovação de uma carta em defesa da descolonização dos países sob domínio colonial. Os resultados favoráveis das primeiras atuações de países não-alinhados fizeram brotar o clima total de euforia não apenas pelo reconhecimento do seu peso no cenário político internacional da época, como também se criava, a partir daí, a possibilidade de surgimento de novos Estados. Salienta-se que não encontramos nenhum registro da participação do Estado brasileiro na articulação diplomática e junta política com os não-alinhados tampouco era também claro o seu posicionamento em relação à descolonização. Todavia, vai ser o primeiro a reconhecer a independência da República de Angola, proclamada em 1975.

A relevância do movimento dos países não-alinhados reduziu com a descolonização parcial do mundo e, definitivamente, com a implosão da União Soviética. Grande parte dos Estados asiáticos integrantes do bloco-neutro retomaram suas atividades econômicas com mudanças que não aboliram, totalmente, as estruturas nativas de produção por onde, possivelmente, encontraram os estímulos para competir e extraer ganhos no sistema econômico capitalista. No contexto africano, durante década 1960, um grande número de Estados africanos alcançou suas independências. Estima-se que na década de 1960, 17 dos atuais 54 países africanos tornaram-se soberanos. Todavia, a dominação colonial, principalmente nos PALOP e outras regiões subsarianas, continuou sob jogo do imperialismo até início de anos 70 do século XX.

Durante os anos 60 e 70, enquanto os países asiáticos seguiam reorganizando suas estruturas sociais e econômicas, em África, pode-se afirmar, no entanto, que as mudanças

desejáveis não ocorreram na esfera econômica (Sen Amartya, 2002), mas houve avanços, em particular, no terreno político, protagonizado, conforme nos referimos anteriormente, pela notável atuação política de Kwame N’Kruma, de Gana, Julius Nyerere, da Tanzânia, Jomo Kenyatta, do Kenia, Léopold Sédar Senghor, de Senegal, entre outros; essas lideranças nativas são consideradas, pela historiografia africana contemporânea, como pais dos nacionalismos em África. De modo geral, como nos referimos anteriormente, o Pan-africanismo era um movimento intelectual centrado na promoção e defesa de *droits des peuples africains et de l’unité de continent africain* a partir de um único Estado soberano construído em África e para todos os africanos, tendo-o como referência também para todos os descendentes dos africanos nas diásporas negras (a diáspora africana referida até aqui é a que foi constituída com maior intensidade do século XVI até final do século XIX, resultado do deslocamento forçado para as Américas, Europa e Ásia, em parte decorrente de escravidão e do tráfico, compondo, na atualidade, as primeiras diásporas africanas).

Embora não houvesse grandes avanços na concretização de determinados objetivos preconizados, muito em função dos interesses conflitantes com as potências coloniais e da própria complexidade da organização das sociedades africanas, contudo, ao Pan-africanismo pode ser atribuída a paternidade da Organização da Unidade Africana (OUA). Ela teria sido registrada, em Adis Abeba, na Etiópia, no dia 25 de maio de 1963, assumindo o compromisso de erradicar todas as formas de imposição colonial e defender a soberania e integridade territorial, coordenar a guerrilha e as relações entre os Estados africanos.

No âmbito internacional, a OUA empenhou-se em aperfeiçoar as possibilidades de descolonização do continente apelava, nas Conferências da ONU, à autodeterminação dos povos africanos, partindo de pressuposto de que a liberdade é um fundamento básico para a dignidade humana e negá-la a um povo equivale a impedir sua existência e que existem, igualmente, as riquezas naturais abundantes, tanto para o uso endógeno quanto para o comércio exógeno (ferro, petróleo, diamante, ouro, entre outras), em África, as quais imaginaram que, quando bem exploradas, podiam lançar as bases econômicas mais amplas para o desenvolvimento sustentável do continente.

A OUA pode ser considerada como uma organização que substituiu o bloco de Países não-alinhados na articulação diplomática internacional em busca da descolonização total da África. Com efeito, apesar da grande maioria dos seus países aceitarem, explicitamente, ser enquadrados como “não-alinhados”, mais tarde muitos, dentre eles, revelaram dificuldades de resistir a uma série de ofertas e de uma relação privilegiada que inclui múltiplos apoios, de

uma ou da outra superpotência, em troca da lealdade ideológica e da garantia de inserção e proteção na sociedade internacional.

1.4 - Inserção dos Estados Africanos no Sistema Internacional

A aproximação da Antiga União Soviética aos Estados africanos deu-se, basicamente, através de apoio para a luta de suas independências. As potências colonizadoras, por sua vez, após a fase de vulnerabilidade econômica e reconstrução que passavam, apresentavam uma visão diferente quanto ao modo como encaravam as suas colônias e as reivindicações de autodeterminação que estas manifestavam. Procuravam evitar crises que pusessem em risco os seus domínios. De acordo com Capoco (2012, p. 70) “a liberdade e a democracia passaram a ser encaradas como prioridade para a Europa e, neste sentido, verificou-se uma rápida mudança de posicionamento face às suas colônias, ou seja, estes valores passaram a vigorar também para integração das colônias no sistema internacional”, isto é, as colônias passariam a interagir como atores que formam o conjunto de países, sendo que as necessidades e as estratégias de um são levados em conta por todos.

Deste modo, a descolonização afigurava-se irreversível, porém, cada sistema colonial, singularmente, usou-se da estratégia de encabeçar a inserção internacional de sua colônia, porém, não necessariamente como uma sociedade livre, mas, principalmente, como regiões satélites de influência que serviam de demonstração da extensão política internacional do colonizador face aos outros sistemas coloniais, bem como de abastecimento da “antiga” metrópole com produtos vegetais e minérios de alto valor econômico (HUBAND, 2004). Por essa razão, consideramos que, da maneira como foi feita a inserção internacional dos Estados africanos, teve implicações políticas e econômicas tão negativas na contemporaneidade até mais do que as consequências da própria partilha do continente pelas potências coloniais no século XIX. Com isso, não queremos negar que no período anterior à partilha, e até mesmo depois da partilha, os colonizadores não exerceram forte domínio sobre os territórios, sobretudo nos aspectos econômico e militar centrados na pilhagem e na troca desleal da riqueza animal, mineral e vegetal repatriadas para os centros de Impérios coloniais, mas que a submissão destes Estados ligados a um conjunto, direta ou indiretamente, continuou sendo manipulados em outras instâncias novas como ONU, FMI e Banco Mundial.

Já dissemos que a Segunda Guerra contribuiu sobremaneira para alterar a centralidade do poder colonial. Acrescente-se a isto, alguns fatores que vão minar de vez a legitimidade da política colonial nomeadamente no contexto africano, dentre eles, de um lado, o avanço de movimentos democráticos voltados à defesa de princípios relacionados à liberdade, aos Direitos do Homem e, principalmente, às ações anti-coloniais, e de outro, a vontade da União Soviética de promover sua ascensão como potência mundial. Desse modo, os soviéticos optaram não manter os interesses do poder colonial europeu no mundo, em particular na África, conforme lembra Oliveira (2007)⁸, talvez por ter sido excluída na partilha do continente africano, ficando, igualmente, sem nenhum território também na Ásia e na América, locais onde podiam encontrar mercado e matéria-prima para abastecer as indústrias soviéticas crescentes.

Embora os Estados Unidos tenha participado na Conferência que dividiu o continente africano entre as potências europeias, não se beneficiara de territórios naquele continente. Contudo, manteve suas influências em África, gozando, plenamente, da liberdade para operacionalizar seus interesses tanto do ponto de vista econômico como militar. Segundo Landes (1988), a influência dos Estados Unidos em África pode ser identificada também através do apoio que recebia dos seus aliados anticomunistas: França, Inglaterra, Portugal, etc.

No caso dos soviéticos, porém, devido à extração de matérias-primas e às atividades industriais nos territórios que não os pertenciam como colônia, sobretudo em África, não lhes restavam alternativas a não ser incentivar a descolonização do continente, o que para eles, representava a *mais-valia*, na medida em que resultaria no enfraquecimento dos países colonizadores e, ao mesmo tempo, criam-se condições para alargar sua influência. Oliveira (op. cit) considera que, o resultado prático da política soviética em relação à África levou os Estados Unidos da América a desenvolver um artifício político de prevenção decorrente da necessidade de impedir a ampliação da influência soviética no continente. Com efeito, reaproxima-se das potências imperialistas atuantes no continente o que significou opor-se aos movimentos anticoloniais. Vale assinalar que, até o início da década de 1950, os Estados Unidos teve pouco interesse e nenhuma posição havia tomado em relação à questão da descolonização da África, embora a descolonização já fizesse parte da agenda dos ativistas

⁸ OLIVEIRA, Ricardo Soares. *A África desde o fim da Guerra Fria: Relações Internacionais* n. 24 Lisboa dezembro, 2009. Disponível em http://www.scielo.gpearl.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992009000400011&script=sci_arttext. Acesso realizado em novembro de 2015.

dos movimentos negros e dos partidos liberais que, na época, reivindicavam os direitos sociais de minorias étnicas em territórios norte americanos.

Porém, se analisarmos a Guerra Fria que sucedeu a Segunda Guerra, em relação à África, podemos destacar dois fatos antagônicos: o fortalecimento interno dos Estados africanos e a “proteção” dos mesmos por seus colonizadores.

Em relação ao primeiro, ocorreu a aquisição de meios político e logístico para a descolonização através de manipulação da disputa bipolar para fortalecer os ideais de liberdade e independência política. Em decorrência dessa disputa, os Estados africanos, como um todo, conseguiram uma importância internacional incontestável. Assim, podemos afirmar apoiando-se em (Huband, 2004) que a Guerra Fria, em África, foi caracterizada pelo apoio maciço que tanto os países capitalistas quanto socialistas deram para a descolonização e às independências políticas, pois quanto mais países independentes existissem, maior seria o apoio para o bloco capitalista ou socialista, perfazendo-se então, o continente africano como um cenário privilegiado dos conflitos indiretos.

Assim, por motivos idênticos, as duas potências não apenas apoiavam o afastamento dos países africanos de seus colonizadores europeus como também promoviam alinhamento político internacional de cada um desses novos Estados e investiam para conquistar e manter o seu posicionamento ideológico. Oliveira (op, cit) observa que, ao contrário dos soviéticos, a descolonização coordenada pelos americanos tinha caráter mais “pacífico”, isto é, sem recorrer, diretamente, ao uso das armas. Esse fato pode ser explicado levando em conta que as nações colonizadoras eram aliadas aos Estados Unidos na luta anticomunista.

Desse modo, concordando-se com Oliveira no caso dos PALOP, os soviéticos não apenas atuavam no campo militar como reorganizavam os fundamentos da resistência dos movimentos anticoloniais e empenhavam-se também em cultivar as relações centradas no fortalecimento de base ideológica e cultural de novos Estados. A bipolarização ideológica tornou-se o mais importante esquema político internacional na década de 1960, estendendo-se até início dos anos 90. Tanto os Estados Unidos como a União Soviética tentavam estabelecer e expandir a nível global um sistema social, econômico e político com um estilo de vida assentado na igualdade e no direito, sendo que estes princípios seriam fundamentados de um lado no ideal do capitalismo e no outro do socialismo, tornando-se necessário para alcance deste fim a conquista de áreas de influência no arredor do mundo, através da disputa verbal e tecnológica. Sobre esse processo Hunter (1998, p. 29) afirma que “a guerra fria não foi um conflito entre Estados, mas entre sistemas econômicos, isto é, entre capitalismo e

comunismo. Essa afirmação toma por base a existência e aceitação de uma conceituação anterior, a de bloco, e a possibilidade de diferenciação do mundo em sistemas econômicos distintos”.

Assim, a capacidade expansionista dos ideais, de ambas as partes, era determinante de maneira que, quem conseguisse seduzir o maior número dos Estados membros estaria na condição de aumentar o seu poder político internacional sobre o outro, obtendo, igualmente, maior número dos votos favoráveis dos países membros na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas e nas outras instâncias especializadas da mesma.

O segundo fator que podemos destacar é a questão de que, no contexto africano, muitos Estados, mesmo sendo pequenos e pobres, teriam surgido, neste momento, marcados pela proteção de grandes potências como também se daria, nesta condição de tutelados, sua inserção internacional. O professor Wolfgang Döpcke, citando Clapham e Jackson, explica que alguns Estados em África surgiram durante o processo de descolonização na década de 1960, muitos dentre eles, caracterizados pela falta do que podemos chamar *desoberania empírica*, isto é, falta de atributos de um Estado, por exemplo, a legitimidade interna, o poder que assegure controle de um governo sobre o território e nem os meios de controle fiscal como garantia da viabilidade econômica de um Estado⁹.

A disputa política bipolar refletiu, profundamente, na formação dos Estados africanos, de modo que muitos nem teriam surgido num outro período histórico. Assim, Clapham e Jackson caracterizam a emergência de muitos Estados pós-coloniais como detentores de uma *soberania jurídica*, ou seja, a maioria somente existe porque o sistema internacional os reconhece e não por causa da sua força e organização interna. Apesar disto, ao longo da segunda metade do século XX, grande parte destes Estados foram admitidos com todas as prerrogativas formais, incluindo assento e direito ao voto na ONU, tendo sido governado por quadros técnicos formados nas metrópoles coloniais com fundamentos intelectuais e políticos diferentes, de onde fundaram as organizações políticas para conduzir a luta anti-colonial assim como “traçar” os “caminhos” que viabilizassem o desenvolvimento social e econômico no período pós-colonial.

⁹ DÖPCKE, Wolfgang. *A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra*. Rev. Bras. Polít. Int. 42 (1): 77-109 [1999]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v42n1/v42n1a04.pdf>. Acesso realizado em novembro de 2015.

1.5 - Partidos únicos nos PALOP: da luta colonial à democracia.

Desde o início da democracia de massas no Ocidente, por volta do século XIX, as organizações partidárias se tornaram os maiores agentes de representação e de canalização da política democrática. Apesar de suas funções mais remotas, isto é, socialização política, homogeneização e hierarquização dos interesses, entre outros, continuam a ser importantes na medida em que, além de dominarem a dinâmica política contemporânea exercem o papel de canalizadores da comunicação entre governantes e governados. Os primeiros partidos que emergiram no contexto dos PALOP definiram a luta anticolonial como prioridade de modo a ir ao encontro das aspirações nacionais em oposição ao poder colonial. De acordo com Capoco (op, cit, p. 39) “não conseguiram de imediato adotar o regime democrático numa perspectiva clássica, apesar de ter sido um dos seus objetivos”.

Esse autor, afirma que após as independências políticas nos PALOP foram adotados sistemas de partido único pelo fato dos líderes políticos terem desenvolvido uma ação baseada na revolução e na guerrilha contra a colonização. Com efeito, acredita-se ser “normal” a opção por uma perspectiva autoritária, afastando, do seu caminho, outras forças que fossem de oposição em relação ao partido. Para Capoco (op, cit) esta atuação tinha, por referência, a matriz comunista que defendia o princípio de um partido único e um governo. Na “África Lusófana”, os partidos únicos além de ter um apoio da população contavam também com o forte braço armado, mas, acima de tudo, com a capacidade de conduzir seus respectivos países até as independências, atribuiu eles o histórico que permitiu gozar de maior respeito por parte da população. Este reconhecimento convertia-se em adesões quase “teológico” das massas aos partidos independentistas.

Estas adesões eram feitas mesmo por aqueles que anteriormente tinham assumido posições políticas distintas do partido descolonizador. Esta particularidade na adesão voluntária de novos militantes e a preocupação com a unidade nacional é que, em parte, evitavam o ressurgimento de conflitos pessoais ou étnicos, e, consequentemente, teria permitido a fuga, ou a permanência, de vários quadros nacionais nas diásporas, concretamente nos países onde tinham realizados suas formações acadêmicas (BENOT 1981, apud SOUSA JR. 2013, p. 21). Importa sublinhar que este deslocamento constitui a segunda diáspora africana formada a partir dos processos de colonização, da descolonização e da fuga de grupos de intelectuais contrários aos regimes pós-coloniais, nomeadamente, para Europa e para as Américas.

Curiosamente, as guerras civis que surgiram em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau se originaram, justamente, no seio dos partidos únicos que lutaram pela independência inspirados em líderes como Agostinho Neto, Eduardo Mondlane e Amílcar Cabral. Diferente de outras colônias, a independência de Angola foi proclamada no dia (11 de Novembro de 1975), unilateralmente, por cada um dos três protagonistas angolanos. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNL) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), nas regiões que cada uma dominava. Deste modo, Portugal transferiu a soberania para o “Povo Angolano” e não para um movimento específico. Esta decisão do Estado colonial português, acompanhada da ausência de entendimento por parte destas forças angolanas logo após a declaração de independência, conduziu, ao conflito armado interno, resultando no deslocamento de vários cidadãos angolanos para o Brasil, muito dos quais encontrados nas cidades onde foram realizadas as pesquisas de campo deste trabalho.

É oportuno citar que, após a independência, os movimentos nacionalistas angolanos encontraram motivos oriundos na divisão política bipolar para tentar assegurar o poder, seguindo, como modelo, as orientações ideológicas americanas ou soviéticas, únicas no período. De maneira geral, o continente africano como um todo, principalmente, durante o período das rupturas coloniais, foi um cenário privilegiado dos conflitos, pois os EUA e a URSS, por motivos diferentes, apoiaram o afastamento dos países africanos de seus colonizadores europeus, mas não os apoiaram na superação de contradições políticas que vinham se arrastando no contexto endógeno originados, particularmente, da colonização, das lutas anticoloniais e, principalmente, do momento político em que Portugal vivia caracterizado por um golpe de Estado que derrubou o regime ditatorial e o substituiu por uma nova República, inicialmente, de tipo socialista (OLIVEIRA, 2007). As implicações políticas deste fator em Portugal, de alguma forma, repercutiram nas colônias, pois além de apressar as independências, não permitiu uma conciliação prévia de diversas facções anticoloniais, também segundo Saraiva (1993), permitiu que sua ex-colônia através da MPLA enveredar-se por tipo de regime semelhante com forte apoio do Brasil.

Embora partisse desse mesmo esquema, ou seja, de um partido único, negando, pois, existência dos demais, Angola adequou-o consoante às suas experiências. Com efeito, logo depois do processo da independência em Angola, nação mais populosa dos Palop, rebentou a guerra civil em 1975 entre as diversas facções independentistas, perdurando com vários intervalos de negociações até 2002. As partes, MPLA, o partido no poder, pró-soviético, e do

outro UNITA, este último mais próximo do Ocidente, alimentavam-se ideológica e materialmente pela Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética.

No caso de Moçambique, as discussões do processo da independência começaram em Setembro de 1974 e terminaram com a assinatura dos Acordos de Lusaka que previam a transferência da soberania do poder de Portugal para Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). O termo do acordo estabeleceu que a independência fosse ao dia 25 de Junho de 1975. Dois anos após a independência iniciou-se a Guerra Civil que coloca frente a frente à Frelimo e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO). Entretanto, diferente do MPLA, grande parte dos integrantes do Renamo eram dissidentes do Frelimo. A discussão sobre a descolonização e guerra civil moçambicana pode ser encontrada na obra “*Mozambique, Histoire géopolitique d'un pays sans nation*” do Michel Cohen (1994), assim como o prolongamento desta discussão está em *A transição portuguesa em Moçambique*, do Elísio Macamo na qual o autor assinala que a trajetória da política em Moçambique comprehende-se por períodos históricos distintos. Estes correspondem, em larga medida, à colonização, à luta anticolonial e ao período pós-independência.

Em Moçambique, a unidade não foi possível ser mantida, pois o colono português como inimigo comum a todos tinha sido afastado; as partes que integravam o movimento anticolonial caíram de maneira “passiva” nas rubricas ideológicas da bipolarização do mundo entre os EUA e URSS assim como da própria agenda interna, envolvendo-se em confrontos que geraram uma grande guerra iniciada em 1977 e que duraria intercalada com frágeis períodos de cessar fogo até 1992 e termina sob os termos do Acordo Geral da Paz assinado em Roma. Porém, mesmo com o fim da guerra civil, os efeitos permanecem vivos nos sentimentos e nos corações de moçambicanos, ainda mais com os episódios corridos em meados de 2013 que fez o líder do Renamo, Afonso Dhlakama, regressar ao distrito da Gorongosa, considerado seu quartel general, onde ainda conta com o apoio e com a fidelidade de milhares de homens armados. Apesar do retorno de Dhlakama ao seu quartel haver suscitado tensões no seio da população, os especialistas descartam a possibilidade de uma nova guerra, encarando esse retorno como forma do Renamo pressionar o Frelimo a cumprir a totalidade do pacto de paz assinado em 1992 que fez interromper a guerra civil de 16 anos.

Em outro extremo do continente africano, a outra ex-colônia de Portugal, a Guiné-Bissau, comandado pelo Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), também viveu um período de maior turbulência de sua história recente, marcado pela explosão de conflito armado entre junho e novembro de 1998, ocasionada pela divisão

interna do exército. De um lado, estava grande parte dos ex-combatentes da guerra colonial mesclados com alguns homens que, até naquele momento, faziam parte do exército nacional e outras forças nacionais que se acoplaram, autodenominando-se de Junta-Militar, liderada pelo Brigadeiro Ansumane Mané que se revoltou segundo suas palavras, não necessariamente contra a facção do exército nacional fiel ao presidente Nino Vieira, que por sua vez contava com o apoio do exército de Senegal e da Guiné-Conakry, sobretudo por sucessivos conflitos mal resolvidos no interior do PAIGC desde os anos de 1960.

A maioria dos analistas concorda com a ideia de que compartilhar o nacionalismo guineense e caboverdiano sempre esteve assente em alicerces frágeis e quase sempre ligados ao carisma do seu principal líder nacionalista, Amílcar Lopes Cabral. Ele sempre intuiu que era necessário promover a união de diversos movimentos anticoloniais formados na Guiné-Bissau. Embora tenha se esforçado muito nessa direção de unir os partidos, não obteve sucesso, nem com a União dos Povos da Guiné (UPG) e menos ainda com o Movimento de Libertação da Guiné (MLG), os quais até, aquele momento junto com o PAIGC, constituíam três organizações institucionalizadas com certo reconhecimento internacional. Para muitos analistas o principal ponto da discordia era o interesse de unir Cabo Verde à Guiné-Bissau, projeto fortemente defendido pelo PAIGC até a morte do Amílcar Cabral, em 20 de janeiro de 1973, e a proclamação da independência do país na mesma década.

A ideia de nacionalismo compartilhada entre Cabo Verde e Guiné-Bissau fez deteriorar as relações entre os diversos grupos no interior do partido e fez surgir desconfianças e acusações mútuas entre os dirigentes do PAIGC e culminou com o golpe de Estado ocorrido em 14 de novembro de 1980, liderado por Nino Vieira, pondo fim ao governo do presidente Luiz Cabral e, assim, a ideia cabralista de binacionalismo também foi ultrapassada. O presidente Nino Vieira e o PAIGC, seguiram governando durante 14 anos com a estratégia política por ele designada de “Reajuste”, assente no princípio de coerção e perseguição política que resultou na dispersão de parte considerável dos intelectuais guineenses pretos, mestiços e brancos. Até meados dos anos 90, o PAIGC era a única força política e dita representante do povo; transformá-lo em partido político não foi uma tarefa fácil, diga-se de passagem, e que somente aconteceu devido a uma forte pressão internacional. Para Benot (1981) o multipartidarismo significava ceder espaço para o jogo político entre diferentes organizações partidárias. Pensa-se que para um partido que enfrentou uma luta de descolonização particularmente intensa e seguiu-se no poder como partido único pós-

independência sem nenhuma restrição no exercício do poder parece existir uma dificuldade deste de lidar com os novos tempos e com outras forças políticas.

Embora existissem perspectivas de maior abertura para diálogos democráticos nos PALOP, uma das questões que podem ser discutidas em outras oportunidades é, justamente, a baixa alternância do poder, fator que menos contribui para o retorno dos intelectuais destes países radicados nas diásporas pós-coloniais. De maneira geral, a noção de poder não partilhada existe muito ainda em África como um todo. Quem ganha às eleições pensa que tem o exclusivo do poder pensa que a confiança depositada pelo povo nas urnas é uma confiança sem limites e pode fazer tudo, mesmo além do razoável. Outro fator que se apresenta é uma tendência para favorecer os amigos, ou um grupo econômico, e excluir todos outros em detrimento daqueles. Outra linha de raciocínio é a de que os partidos únicos, nos primeiros anos da independência, mesmo depois da abertura democrática, continuam a ser força política dominante, pois muitas vezes não reconhece a oposição como elemento fundamental no exercício do poder político e, assim como nem encaram o poder e oposição como as duas faces da mesma moeda. Posto que as democracias, especialmente nos PALOP, não tenham evoluído suficientemente, parece-nos que é necessário, para quem governa, que se tenha a compreensão clara de que a oposição tem o seu papel na sociedade ou, parte dela por ela representada, e a oposição, por sua vez, entenda que o poder legitimamente estabelecido tem que levar adiante o programa pelo qual ele foi eleito.

No caso de Angola e Moçambique, a abertura para o multipartidarismo foi muito celebrado na medida em que permitiu a transformação da MPLA e UNITA, assim como da Frelimo e a Renamo em organizações partidárias que pudesse concorrer ao poder através das eleições democráticas não mais por vias das armas para alcançar o poder.

Em Cabo Verde, em finais de 1974, foi discutida e aprovada, entre Portugal e o Partido Africano da Independência de Cabo-Verde (PAICV), a criação de um governo de transição. Deste modo, a Independência foi proclamada em 5 de Julho de 1975. O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) proclamou a independência unilateral da Guiné-Bissau a 24 de Setembro de 1973. Esta foi aceite internacionalmente, mas não pelo poder colonizador. Portugal só reconheceu a independência da Guiné-Bissau em 10 de Setembro de 1974. De modo geral, para os nascidos nos PALOP, Cabo Verde pode ser sob vários aspectos, sobretudo na gestão da coisa pública um bom exemplo, pois, ao contrário de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, os cabo-verdianos não precisaram criar uma nova disciplina para lidar com décadas de guerras e seus efeitos subsequentes, tendo-se

concentrado o pensamento em lidar com problemas climáticos que deixa seu solo imprestável para a agricultura e outras práticas de atividade econômica. Cabo Verde tem sido prestigiado pela comunidade internacional desde sua independência, podendo-se, desta forma, afirmarmos que é uma referência de Estado de Direito e tem sido cumpridor meticuloso de acordos e suas obrigações internacionais.

Os acordos internacionais e a maciça presença de caboverdianos no mundo reforçam a autonomia deste pequeno país africano que é reflexo de sua ética administrativa e de sua luta no combate à pobreza buscada, constantemente, por meio de cooperação internacional com os países mais desenvolvidos e das nações emergentes como o Brasil.

O arquipélago de São Tomé e Príncipe conheceu a sua independência em 12 de julho de 1975, após a assinatura pelo Estado português e pelo Movimento para a Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) do tratado para a independência de São Tomé e Príncipe. Posteriormente, foi este Partido que assumiu os governos ao longo das três primeiras décadas até que, nos anos 90 do século XX, se permitiu a abertura ao multipartidarismo. Sobre São Tomé e Príncipe, muitos analistas falharam quando afirmaram que, após a independência naquele país, o governo somente precisava redistribuir a riqueza que tinha sido retida pelos colonizadores. Embora as ilhas fossem, de fato, ricas em recursos, essa tarefa de redistribuição não foi fácil, a tal ponto que a pobreza prevaleceu devido a uma governança tumultuada, agravada pela queda da cotação internacional do cacau em meados dos anos 1980.

Desse modo, a pobreza avançou em São Tomé e Príncipe e com ela trouxe a corrupção, sendo um dos poucos países no mundo onde o empobrecimento da população é atribuído, exclusivamente, ao Estado e por um único partido. Apesar do fato de existir certa melhora na distribuição de riqueza, atualmente, naquele país, isto não alterou o quadro das dificuldades da população são tomense. De maneira geral, importa conforme sugere Sousa (Op, cit) destacar, no contexto da “África Lusófona” (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), algumas das personagens que destacaram não só na luta anticolonial, mas também pelo esforço intelectual que resultou em vários trabalhos de projeções internacionais, desenvolvidos a favor da autodeterminação de povos, liberdade e direito humanos através do apelo à resistência cultural, tais figuras são por país:

❖ **Angola:** Viriato da Cruz, Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade.

❖ **Cabo Verde e Guiné-Bissau:** Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral.

- ❖ **Moçambique:** Eduardo Mondlane, Marcelino dos Santos, José Craveirinha.
- ❖ **São Tomé e Príncipe:** Alda do Espírito Santo.

Enfim, é importante frisar que alguns destes intelectuais continuam sendo referências fundamentais diante dos desafios endógenos de reconstrução dos países como Angola, Moçambique e Guiné-Bissau afetados por extensos períodos de guerras que fragilizaram por completo as suas estruturas econômicas e, de alguma forma, impedem a governança, até mesmo a coesão social, como é o caso da Guiné-Bissau que parece ainda incapaz de pôr fim às hostilidades entre os diferentes grupos que atuam na esfera pública naquele país africano.

Parte - 2

ESFORÇOS PARA REVERSÃO DO QUADRO DE ATRASOS NOS PALOP

2.1 - Fragilidades Política e Econômica dos Estados

Analistas africanos, e alguns europeus, em vários momentos, concordam entre si que, desde suas independências, os governos constituídos, em especial nos PALOP, sempre procuraram imitar¹⁰, do ponto de vista político, os Estados-nação modernos como França, Inglaterra, Bélgica, Portugal. Albert Memmi, escritor e ensaísta francês, assevera que os Estados africanos não apenas copiam características do europeu de fazer política pelo fato de grande parte da elite pós-colonial ter estudado nesses países, mas, sobretudo pela influência que os mesmos apresentaram na formação acadêmica das elites no contexto referido, pois de maneira geral, quase toda elite das nações africanas independentes frequentaram universidades europeias e norte-americanas. Em contrapartida a esta realidade, podemos observar em certos países africanos, nomeadamente nos países francófonos e inglofônios, que não havia meramente uma imitação, mas uma preocupação com a formação de uma elite política, a partir do envio de cidadãos, às vezes de um grupo étnico específico, para fins de estudo, sob a tutela do colonizador, que, posteriormente, assumiram os postos de liderança e de gestão em seus respectivos países.

Ocorre que, no caso da “África Lusófona”, embora a elite política e intelectual jamais tivesse perdido a vontade de espelhar-se no colonizador nunca conseguiu, porém, concretizar por completo esse imaginário. Alguns analistas como Carlos Cardoso, Elísio Macamo e Nelson Pestana partem do entendimento de que esta dificuldade residia, em parte, pelo

¹⁰ Em “Retrato do colonizado precedido de retrato de colonizador”, Albert Memmi discute sobre como o colonizador apresenta o colonizado, anunciando-o como débil e incapaz de autogovernar-se a ponto de apelar para ser dirigido pelo colonizador. De acordo com esse autor, o colonizador não reconhecia a qualidade e a personalidade individual do colonizado, portanto, a despersonalização deste era a coletivização do indivíduo, isto é, uma pessoa apenas será considerada a partir de um corpo coletivo e não em sua particularidade, que se perdia na massa colonizada. Em certos sistemas administrativos coloniais, o poder não era reservado ao colonizado, nem ao menos o direito parcial de gestão pública, pois ele era afastado e somente existia em função das necessidades determinadas pelo colonizador. Dentre os países colonizadores, Portugal pode ser considerado como o que mais se esforçou em afastar a massa colonizada do centro do poder administrativo consubstanciada no princípio de governar para “ficar sempre” um modelo diferente, por exemplo, do modelo britânico de “sair para ficar” (MEMMI, 2007). De acordo com o professor Muniz Ferreira, o modelo britânico de administração procurava assegurar a autoridade da elite, composta de nativos, no seio de uma burocracia autoritária colonial. Pois, o “sair para ficar” já havia sido formatado, ainda nos séculos anteriores, nas colônias dos Estados Unidos e da Austrália e seria, igualmente, adotada nas suas colônias em África, facilitando a transição da administração colonial para os governos pós-independências.

próprio caráter essencialmente opressor do sistema colonial português e, de outro, por várias questões de ordem histórica, política e ideológica. Diferente, das Áfricas francófanas e anglófanas, a constituição da elite nos PALOP não se guiou, todavia, pelos caminhos etnicamente traçados, mesmo com a existência de vários grupos étnicos e uma grande diversidade linguística e cultural dos nossos países. Este fato pode ser evidenciado se levarmos em conta que, por trás de guerras civis que ocorreram nos PALOP, as diferenças étnicas nunca foram apontadas como sendo promotoras de conflitos ou mesmo fontes de sua sustentação ideológica. Todavia, as guerras constituem no contexto dos PALOP uma das causas determinantes pela fragilidade econômica ou atraso dos seus Estados. Embora nem sempre possamos aplicar as mesmas causas “África Lusófona” como um todo.

Contudo, é necessário ressaltar que a ocorrência de conflitos explicasse, em parte, nas construções dos Estados Nacionais, em África, nos quais se deu através de junções de reinos e impérios que foram acompanhadas de guerras que sobrepuham, hegemonicamente, a política de um grupo sobre outro, o que resultou na aglutinação de povos e grupos culturais diferentes, passando a disputar, entre si, a posse da terra e o controle da mesma. David Robert Sack afirma que “o território surge da tentativa de um grupo atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação sobre uma área geográfica”. Gaston Bachelard, por seu turno, demonstra que a questão do território como constitutivo fundamental da identidade de um povo faz parte da própria história da humanidade. Pois, vários conflitos entre os povos e civilizações tiveram como justificativa a ocupação dos territórios dos outros e a defesa dos mesmos. De fato, inúmeros conflitos surgiram no sentido de organizar o território adequando-o aos objetivos de cada grupo, sendo que no caso da África, alguns conflitos decorreram da conduta da territorialidade de povos ocorrem no mesmo Estado nacional, ou seja, entre grupos sociais que deveriam compartilhar a mesma identidade nacional, assim, ao invés das etnias serem promotoras da ideia da união, tornam-se focos de tensões que desestabilizam a política, a paz e contínua fragilizando a economia de vários Estados africanos contemporâneos.

O antropólogo, Kabengele Munanga assevera, entretanto que, com a penetração do colonizador as formações culturais africanas tiveram novos e agravados problemas, pois, os colonizadores traçaram fronteiras em linhas retas dividindo estes povos, fragmentando suas formações culturais entre mais de um território colonial ou unificando culturas dentro de um território colonial. Assim, nesse ato de desfazer e refazer, desestruturar e reestruturar, o colonizador explorou também as diferenças entre povos aglutinados, atiçando rivalidades e

oposições. Para Munanga (2007, p. 39), da manifestação dessas rivalidades e oposições é que “nasce o fenômeno conhecido como ‘tribalismo’, um conceito pobre que quase sempre desqualifica o vasto conteúdo das identidades culturais e étnicas”.

Notamos que vai ser na base desse fenômeno do “tribalismo” que se emergem vários partidos contrários à colonização compostos pelos membros de uma etnia ou de etnias com elevado grau de afinidade cultural e linguística. Particularmente, acredita-se que este tenha sido o caso da Frente Nacional de Libertação Angolana (FNL) e da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

Munanga (Op, cit, p. 52), afirma que não há dúvida de que as guerras entre os povos que se reconfiguravam perante a divisão e administração colonial carregaram grande parte da causa do empobrecimento de tão rico continente, mas muito além de serem conflitos “tribais”, são, na realidade, conflitos pela posse e controle do poder. Isso foi constatado já no período pós-colonial, quando uns grupos étnicos se percebem menos representados do que outros na nova configuração do Estado descolonizado. Com efeito, seus representantes lançam a mão da solidariedade não só em relação ao grupo cultural imediato ou próximo, mas, sobretudo da massa de gente pobre em geral, reivindicando novos territórios que aglutina povos ‘diferentes’ que passam a conviver com base nas relações extremamente instáveis, contudo assumem, para si, o direito da exploração de riquezas em relação ao Estado, reivindicando igualmente seu espaço físico e espiritual.

Diante desses fatos, segundo Munanga (2007), surge no meio da sociedade civil, uma questão importante colocada aos africanistas de hoje que é a de como criar uma cultura nacional no sentido de favorecer a unidade, que seja ao mesmo tempo capaz de conciliar ou sobrepor às manifestações étnicas particulares, mas sem prejudicar as identidades étnicas consideradas como a diversidade cultural. De acordo com este antropólogo não há formula que sirva a todos os países em África. Em todo caso, acreditamos que, mesmo não havendo uma receita aplicável a todos, o caminho da superação da pobreza e da desigualdade social pode ser uma alternativa mais viável para seguir-se construindo uma consciência nacional e, em seguida, começar a superar a fragilidade do Estado. Assim, arranjos modernos ou aqueles decorrentes da globalização podem como o uso mais eficiente dos aparatos resultantes do avanço tecnológico, que, quando bem empregados, podem auxiliar nesse processo. De maneira geral, Ribeiro enfatiza que:

[...] a autonomia das sociedades humanas alimenta-se de uma dependência original, com hábitos, com costumes e saberes. As sociedades culturalmente

abrem-se para receber novos ensinamentos, informações até mesmo novas energias, criam para si novas formas de dependência. A capacidade ou a incapacidade de implementar as ações de controle do sistema, pensa-se ser o que determinou, a trajetória histórica das sociedades humanas. Porém, todas as sociedades possuem capacidade de apanhar os elementos culturais externos para ajustar situações culturais internas, sendo que a manutenção da autonomia interna só é possível por meio de dependências externas (RIBEIRO, 2000, D; p. 98).

Desse modo, a ideia de pluralidade étnica, multiculturalismo e democracia são reforçadas para propiciar a existência de fluxos entre duas ou mais culturas. A sociedade que recebe influência de outra deve valer-se de seus elementos e da retórica cultural que nela circula para manter o controle destes fluxos em todas as instâncias para impedir a sobreposição extrema de uma cultura sobre a tua, diz Darcy Ribeiro.

Sendo assim, o desafio dos PALOP, em particular, Angola e Moçambique que, desde o começo do século XXI, passam por uma performance invejável de crescimento econômico no contexto africano, parece ser o de atentar-se para a natureza complexa das relações sociais e políticas diante dos paradigmas econômicos e políticos emergentes e complexas circunstâncias contemporâneas que se instalaram em todos os lugares. Pois, a exemplo da própria colonização, pelo o que se percebe, tais circunstâncias continuam reduzindo determinados Estados em meros executores de projetos alheios ou planos econômicos inadequados aos seus contextos com mínimas possibilidades de experimentar outras perspectivas para situações que parecem ser possíveis de resolver somente com a operacionalização de meios culturais próprios. É neste sentido que, Cesário-guineense (de 50 anos), um dos interlocutores, nos chama a atenção ao aspecto de que:

Herdamos consequência de décadas de guerra colonial seguida de conflitos civis e suas consequências são sentidas com evidências refletidas nos aspectos de infraestruturas mesmo tendo passado algumas décadas de paz. Acredita-se que o reverso desse quadro somente nos é possível com uma ampla reparação histórica (Salvador – BA – Entrevista em 17/01/2014).

Esta chamada de atenção deve ser encarada como pedagógica, não importando por onde ela surge. O pedagógico aqui deve ser absorvido como o reconhecimento de erros do passado e, segundo Gaston Bachelard, nos erros que melhor se pensa, então, ele deve nos servir pelo menos como elemento de reflexão. A globalização é sempre interpretada (CASTLE, 2000) como um processo que assumea tendência de transformar o mundo em uma grande *aldeia global* sem fronteiras nacionais geográficas ou culturais, quase como “um mar de rosas”. Contudo, sua lógica nos mostra que, enquanto desfaz os limites territoriais e

econômicos entre as nações (AUGÉ, 2010), abre, igualmente, outras fronteiras bem definidas e nelas, as pessoas, os grupos e as nações que já estavam debilitados em termos econômicos, tendem a permanecer à margem da política econômica transnacional, ou seja, a globalização não lhes é estendida, o que lhes causa o transtorno de serem rotulados como Estados ou nações que falharam única e exclusivamente devido aos seus processos históricos, conclusão a que se chega quando os mesmos são vistos como fenômenos isolados.

2.2 - Controvérsias conceituais em torno da *fragilidade* de um Estado

Como sabemos, os países da “África Lusófona” apresentam-se sob esta denominação por terem características em comum, basicamente, por terem sido colônias de Portugal. O que vimos tratar, neste capítulo, com maior ênfase, é o conjunto de características sociais, estruturais e econômicas semelhantes entre si. Todos, em comum, são considerados frágeis. Essas fragilidades podem ser devidas ao processo de formação de suas sociedades. Como dissemos anteriormente, a experiência colonial une os PALOP e mostra ter uma consequência duradoura sobre o desenvolvimento institucional dessas nações.

A fragilidade de suas instituições, em parte pode estar relacionada com os problemas internos de cada país que, de alguma forma, dificultaram a adoção de uma política de desenvolvimento eficaz. Entretanto, Jeffrey Hoesbst observa que esta perspectiva não diminui o argumento que defende a importância da experiência colonial no desenvolvimento institucional dos Estados pós-coloniais. Esse autor reforça a ideia de que a África pós-colonial herdou Estados fracos e economias disfuncionais que foram agravados também por lideranças fracas e pela corrupção em muitos países. Esses fatores, provavelmente, minaram o desenvolvimento de projetos de alguns governos responsáveis em todo o continente.

Segundo Collier (2000) os debates sobre a fragilidade de um Estado pelas comunidades acadêmicas não costumam incluir as origens históricas destas fragilidades, contudo, dar ênfase à dimensão histórica dessa questão pode melhorar a credibilidade do debate na medida em que situa o problema em tempos e perspectivas diferentes. Ademais, admite-se que a expressão “fragilidade do Estado” encontra controvérsias em alguns aspectos essenciais na literatura existente.

Por seu turno, Brown (2009) observa que as definições existentes se baseiam em três aspectos principais de fragilidade, a saber, a primeira se refere aos fracassos em matéria de autoridade e legitimidade que ocorrem, respectivamente, quando o Estado não consegue

proteger da violência e ser reconhecido pela maioria dos cidadãos. Em segundo lugar, há uma fragilidade ligada à chamada prestação de serviços, na qual estão incluídas a redução da pobreza e a assistência básica à saúde, por exemplo. E, em terceiro, a fragilidade se refere a situações em que o contrato social é renegado por causa da incapacidade de o Estado assumir as suas responsabilidades no que tange ao Estado de Direito (proteção dos direitos humanos, liberdades fundamentais, transparéncia e gestão de recursos, acesso equitativo ao poder, etc).

Segundo Kaplan (2009, p. 34) “a referência ao contrato social como resultado de negociação entre a sociedade e o Estado, introduz um aspecto interessante no debate sobre desenvolvimento de modo geral e busca da paz na medida em que a fragilidade deve ser entendida unicamente como a incapacidade de gerir as perturbações que podem afetar o conteúdo do contrato social”. No caso da Guiné-Bissau pode ser esse aspecto o mais persistente. Assim sendo, a ruptura do Contrato Social deve-se à incapacidade do Estado em corresponder às expectativas da população e cria um elemento de instabilidade, o qual pode conduzir a um conflito que, por sua vez, representa a manifestação definitiva de instabilidade e, assim, se “define” a fragilidade do Estado, sendo que suas causas em muitos contextos residem no passado e no presente, conforme visto em Collier.

Desta maneira, como ressaltamos, quando a discussão abrange tempos e perspectivas distintos, em prol da desmitificação da ideia de falha das Nações pós-coloniais, Munanga (2007), ajuda a identificar quatro aspectos intrinsecamente relacionados que podem descrever a fragilidade, em particular dos PALOP: primeiro, o caráter artificial do Estado. A criação de Estados coloniais introduziu um elemento não relacionado com as características sociais, institucionais e culturais dos territórios colonizados. No caso dos PALOP, o colonizador como intencionava fixar-se, tentou transplantar de forma rápida estruturas institucionais ao contexto colonial. Esse fato mostra ser o oposto do que ocorreu às instituições na Europa, isto é, nossas estruturas não surgiram de um processo demorado que pudesse facilitar sua consolidação e mediassem os interesses conflitantes na sociedade, mas, pelo contrário, foram impostas de maneira mecânica, e, ainda hoje, continua a pairar sobre grande parte da sociedade que não as produziu, o que contribuiu no seu afastamento do Estado Moderno constituído. Redutos étnicos (BARTH, 2006) em vários contextos africanos são quase únicos espaços políticos de suporte para maioria dos membros comunitários. Mesmo não possuindo a mesma legitimidade no cenário político nacional, o poder tradicional (CLASTRES, 1974), mantém controle de várias localidades, operando com suas leis e códigos próprios, nem

sempre em diálogo com o Estado, mas que conseguem manter sob o seu domínio extensas áreas culturais que escapam o controle do Estado Moderno.

O segundo aspecto, a natureza extrativa: alguns analistas, como Mamdani (Op, cit), acreditam que as instituições foram erguidas para facilitar a transferência de recursos para a Metrópole e não para pensar no desenvolvimento local. A evidência deste aspecto pode ser encontrada no fato de a localização das Capitais dos PALOP serem nas costeiras, indicando o poder do mar sobre a cidade, e, ao mesmo tempo, atribuindo menos importância aos centros de poder dos africanos que estão localizados no interior dos territórios.

O terceiro aspecto tem haver com extroversão: os Estados estabelecem laços econômicos sólidos com o colonizador, numa relação de dependência. A extroversão dos Estados não podia ser eliminada instantaneamente na altura da independência, uma vez que a dependência de fontes externas de receitas refletia as características profundamente enraizadas nos PALOP. O último aspecto do problema da fragilidade dos Estados relaciona-se com o sistema de Governo Indireto: um sistema administrativo colonial iniciado pelos britânicos marcado pela alteração da relação entre chefe e comunidade. No período pré-colonial, as comunidades podiam expulsar os chefes do poder em caso de não merecerem mais a confiança, porém, com a reformulação da administração colonial, apenas esta podia conferir ou retirar esse poder, o que teria causado a redução da responsabilidade do chefe com sua comunidade e este podia exercer a sua autoridade tendo em vista o acúmulo de riqueza pessoal. Para Mamdani, isso contribuiu para a subsequente privatização do Estado e estabeleceu a base para a posição neopatrimonial de alguns Estados no contexto africano.

A transição para a autonomia política podia ser uma clara oportunidade para eliminar as características institucionais dos Estados coloniais mencionadas. Mas as elites políticas desses novos países raramente foram além das instituições já existentes. Deste modo, considera-se que a independência política nos PALOP não introduziu uma alteração significativa no desenvolvimento das instituições de Estado.

2.3 - Um legado do contexto internacional na fragilidade do Estado.

A conjugação analítica de disputa bipolar torna-se imprescindível para compreender a fragilidade tanto de inserção internacional como de desempenho econômico de vários Estados africanos, em particular os do PALOP. Clapham (1996) explica que durante as três primeiras décadas da segunda metade do século XX, os governos de vários países da África

beneficiaram-se dos recursos financeiros e outras formas de financiamentos externos, as quais não foram contabilizadas como dívidas, o que, portanto, não poderiam ser em algum momento cobrado. Essa convicção de oferta e de solidariedade baseadas na disponibilização de recursos financeiros por parte de várias nações europeias aos países pequenos, no período pós-independência, permitiu, no caso dos PALOP, a operacionalidade do aparelho do Estado, materialização de agendas políticas e, até mesmo, assegurar empregos, salários, preços e uma enorme expectativa de estabilidade social e previsibilidade do desenvolvimento social.

Segundo Collier (2000) estes apoios unilaterais das nações ditas amigas à África eram facilitados por uma conjuntura econômica favorável presente em quase todas as sociedades industrializadas detentoras de grande quantidade de estoques de moedas e recursos que deveriam ser esgotados para equilibrar a balança e diminuir o excesso de oferta doméstica. A partir de meados dos anos 70 do século XX, devido à segurança que existia em relação ao fim da administração colonial, emergiram expectativas de auto-governança, resultante de primeiros sinais efervescentes de nacionalismos nos PALOP. Essas expectativas de crescimento político e econômico estavam ancoradas ao “samaritanismo” acima descrito, de muitas nações (Suécia, Dinamarca, Finlândia, etc;), principalmente, da União Soviética. Podemos dizer que o grande mérito de alguns governos foi ter iniciado, através desses recursos, uma ampla tentativa de modernizar algumas sociedades através de um papel ativo do Estado, apesar de suas bases econômicas assentarem exclusivamente na regularidade de apoios exógenos e não a partir das riquezas naturais, por meio das quais, os pan-africanistas imaginaram ser a base econômica para o desenvolvimento da África como um todo.

Este cenário de unilateralismo financeiro é abalado, como dissemos quando discorremos acerca da influência da Guerra Fria sobre a transformação dos Estados-nação em África, principalmente, quando surgiram os primeiros sinais de fragilidade do sistema econômico soviético, o grande representante do Socialismo mundial. Ao aperceber-se do colapso de suas finanças, provocada pela conjugação de um conjunto de problemas que vinham se arrastando desde o final dos anos 1960, e acabaria por estourar na década de 1980 com o aparecimento de inúmeros sinais de esgotamento econômico, evidenciado com o surgimento de problemas graves, como a falta de alimentos. Assim, a gênese desta nova situação foi em parte encontrada no alto custo de manutenção do aparato militar instalado nos países sob sua influência, no caso dos PALOP, como forma de proteger os seus então parceiros para sustentar a disputa bipolar e sobrepujar os Estados Unidos.

É nesse cenário que Mikhail Gorbaciov alcança o poder em 1985. Pela lógica dos fatos, não nega as íntimas relações que os custos das atividades militares, nos países aliados, têm com a crise soviética. Este entendimento possibilitou a tomada de decisões que resultaram numa série de iniciativas, dentre elas, a chamada Perestroika, isto é, a reestruturação econômica, a qual perpassaria não, necessariamente, apenas pela retirada de todo o aparato militar, mas também de todo o contingente de médicos e professores soviéticos, assim como reduziria a quantidade de bolsas de estudos nas universidades soviéticas destinadas aos alunos africanos que estudavam na Antiga União Soviética, sendo que a medida mais importante para reduzir os custos foi a perda do apoio político internacional, expresso em forma de viagens de diplomatas africanos para países sob influência socialista e para os Conselhos de Segurança da ONU, assim como patrocínios de festivais culturais que ajudavam a propagar os ideais do sistema, e, na esteira dos cortes, o consequente fim do cenário de apoio financeiro regular aos Estados.

Os norte-americanos ao perceberem esta situação, avaliaram como desnecessário manter custos altíssimos de ajuda aos seus aliados ocidentais que atuavam no continente africano e juntos passaram a reclassificar a África como menos prioritário, mantendo-se esta postura de certa maneira até hoje.

Os problemas sociais e econômicos dos Estados africanos pós-independência, segundo Ricardo Soares de Oliveira, começam, a partir do momento em que o aspecto econômico da luta bipolar implode aliado à crise de petróleo na década de 1970 e da recessão que dela resulta gera-se um abalo “sísmico” nas economias de todos os países de “Terceiro Mundo”, com um impacto maior na África, onde, ao contrário de vários Estados asiáticos integrantes do bloco dos não-alinhados que conseguiram se adequar rapidamente ao novo cenário da economia mundial, se reduziu, inclusive, muito dos efeitos daquilo que poderiam decorrer das crises derivadas de especulações do sistema econômico mundial, os da África continuaram totalmente dependentes da regularidade de apoio externo. Importa enfatizar que estas mudanças principalmente quando têm a pretensão de entender a origem da estruturação debilitada das nossas economias, sendo que há pelo menos, quatro argumentos diretos apresentados por parte de alguns interlocutores, segundo os quais apresentam tais questões como parte de justificativa de permanência no exterior.

Naturalmente, apenas essa linha de raciocínio seria insuficiente para explicar a fragilidade econômica dos Estados africanos hoje. Para alguns, muito mais que isto, o próprio descontrole de gestão de recursos públicos, ou melhor, vindos de fora, por parte dos Estados

que citamos, foram fundamentais para a manutenção dessa situação, na medida em que a crise era mundial, mas que diversos Estados, principalmente os asiáticos, a superaram, enquanto que os da África transformaram-na numa realidade permanente, cujos efeitos são sentidos em muitos países daquele continente até os dias atuais, talvez de maneira ainda mais acentuada. A despeito desta situação, durante as décadas de 80 e 90, a agenda da Organização da Unidade Africana estava diplomaticamente voltada para encontrar os meios de sobrevivência de alguns Estados apoiando-se nas Convenções Internacionais para proteger algumas nações que caminhavam em direção à ruína. (COLLIER, 2000).

Ricardo Soares de Oliveira demonstra que o início da década de 1980 foi marcado também pela transformação do sistema econômico internacional com a superação das ideias keynesiana em detrimento de uma perspectiva econômica neoclássica. Os impactos desta virada teórica a qual enfatiza a ideia de que a crise era resultante da “dependência” de um Estado em relação a outro, ou seja, a troca desigual que caracterizava a economia mundial. Os efeitos desta lógica de dependência foram sentidos pelos Estados quando precisavam de ajuda das instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que por sua vez, responsabilizaram o Estado pela crise devido à adoção de uma política de presença deste mesmo Estado excessivo na economia.

A natureza complexa desse paradigma emergente teve implicações políticas, de tal modo que introduziu nova forma de relação internacional condicionada face às prerrogativas que os Estados gozavam há cerca de três décadas depois das independências em África. Assim, de acordo com Oliveira (2009) para concretizar a doutrina econômica planetária manifestada no seio de uma racionalidade neoliberal, as Instituições Financeiras Internacionais (IFI) deliberaram que a ajuda só seria concedida a partir de um compromisso formal assumido pelos Estados de promover reformas econômicas, o qual ficou popularmente conhecido como Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), que tinha como principal objetivo a liberalização da economia: aumentar a participação do setor privado e abrir a economia para o resto do mundo.

Tais reformas seriam controladas pelos técnicos das IFI, restando aos Estados obedecer às regras e à ordem preestabelecidas, as quais não se restringiram à esfera da economia, tendo havido exigências em que os Estados adotassem o modelo democrático de gestão pública e promovessem os Direitos Humanos, tudo sob o olhar atento da comunidade internacional para sanar aquilo que poderia ser entendido como desviante, diz Oliveira. O discurso contra o Estado, fundamentado nas teorias econômicas neoclássicas, contribuiu ainda

mais na fragilização econômica deste de modo que o processo da industrialização, de iniciativa estatal, estagnou em vários lugares, assim como também nos setores sociais da educação e da saúde que eram dependentes de recursos advindos de doações internacionais. Além do mais, em alguns países, a reforma teria colocado parte da sociedade contra o Estado (CLASTRES, op, cit), motivada pelo corte de determinados privilégios sociais e por não poder disponibilizar bens públicos de maneira menos discriminatória, colocando em descrédito, assim, o próprio domínio do Estado sobre a população e seu território.

Ao defendermos o fato de que a inserção internacional dos Estados africanos teve implicações políticas e econômicas contemporâneas tão negativas, como a consequência da própria partilha do continente pelas potências coloniais, é necessário enfatizar o quanto o sistema internacional contribuiu na formação e manutenção dos sistemas institucionais frágeis e conflitantes em África. Porém, ao constatarem que a afronta ideológica que as teorias marxistas faziam ao capitalismo tinha acabado, deixaram muitos países à própria sorte, pois, muitos deles sequer tinham quadros formados de corpo administrativo com aptidão para a gestão pública no novo contexto de auto-governança.

Poucos países de colonização francesa e britânica continuaram sob a “proteção” dos seus colonizadores (Senegal, Gana e outros) e outros, como a Nigéria, Costa de Marfim, etc, que por possuírem matérias-primas e riquezas abundantes, conseguiram estabelecer algumas parcerias para exploração das mesmas. A “África Lusófona” também apresenta um único exemplo notável de desenvolvimento institucional bem sucedido para o período, que é o de Cabo Verde. Já no caso de São Tomé e Príncipe e da Guiné-Bissau houve um processo de estagnação típica que Clifford Geertz resumiu usando o termo “involução” para descrever a falta de progresso ou de mudança social e econômica interna que ele observou, na Indonésia, na segunda metade do século XX. Oliveira (op, cit), afirma que vários países africanos estão abaixo de qualquer escala convencional em nível global tanto de poder como de prestígio. Para este autor esta condição marginal do continente, como já falado nos parágrafos acima, em muito dos seus aspectos, foi originado no contexto internacional. Ele fundamentou seu argumento sublinhando que os Estados da África subsariana foram constituídos pela “tinta de uma caneta esferográfica internacional”, merecendo o reconhecimento imediato do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Foi desta forma que “nasceram os Estados com milhões de pessoas pobres com pouca atenção à sua viabilidade política e sem uma ideia clara do que seria uma nação.

Fazendo-se um comparativo com a independência de outras nações, Collier (2009, p. 71) observa que “dos países da Ásia do Sul que estiveram sob o domínio colonial britânico somente surgiram dois países independentes, a Índia e o Paquistão, enquanto que na África os britânicos, os franceses e os portugueses dividiram o continente em vários pequenos países com fronteiras arbitrariamente desenhadas”. Estes países eram demasiado pequenos, ou seja, a sua reduzida dimensão impedia-os de proporcionarem-se segurança e responsabilidade financeira. A arbitrariedade das fronteiras coloniais formou populações compostas por grupos de identidade diferentes e, muitas vezes, “incompatíveis” para uma convivência política, comprometendo a viabilidade de trocas e atividades econômicas compatíveis.

Pudemos perceber até aqui que a grande maioria estava desprovida de uma base de sustentação econômica local que pudesse inserir, em nível internacional, suas economias. Em via de regra, se depararam com as novas demandas menos amistosas como, por exemplo, o avanço tecnológico acelerado, principalmente, o relacionado à Tecnologia da Informação que a África, como um todo, quase não o experimentou durante os anos 1990, deteriorando todas as formas legais de troca no continente com o resto do mundo. Jeffrey Herbst afirma que a “globalização econômica com base nas tecnologias de comunicação reduziu consideravelmente a capacidade da África de participação no jogo econômico internacional acentuando desigualdade entre ela e outros continentes. Collier (2000) acrescenta que, este fato ocorre devido à insuficiência dos recursos humanos e meios técnicos para a reorganização econômica no âmbito doméstico”.

Essas mudanças inseridas pelo reformismo neoliberal, para muitos estudiosos, foram rápidas demais para África cuja estrutura dos seus Estados era incipiente, particularmente para os PALOP e seus desdobramentos se tornaram novos aspectos desafiadores para os Estados e sociedades, pois tiveram um impacto dramático em todas as áreas de atividade da vida social e econômica, especialmente, em toda a “África Lusófona”, pois foi um período que ocorreram uma escalada de reivindicações sindicais, uma população saturada dos problemas de falta de apoio aliada com a falta de transparência, agravada pelas décadas de guerras civis, o que resultou numa desconfiança generalizada, fato que serviu para impossibilitar mais ainda a tentativa de reorganização.

Oliveira (op, cit) prolonga análise em sua contribuição no texto *A África desde o fim da Guerra Fria* ressaltando o fato de que os critérios de reformismo neoliberal teriam de alguma forma, que abrange todas as nações. Paradoxalmente, aqueles países fora da África

que não cederam a tais exigências de “Ajustamento Estrutural” como a Índia, a China e a Rússia, conseguiram fortalecer suas economias com uma destreza invejável.

No geral, podemos dizer que esses acontecimentos, com graus de impactos distintos, deixaram os PALOP numa posição de extrema vulnerabilidade, a qual pode ser demonstrada com os dados de muitas pesquisas e indicadores econômicos desses países, os quais constatam o empobrecimento das populações na Guiné-Bissau, o aumento de fluxos migratórios intercontinentais em Cabo Verde, as crises institucionais em Moçambique e em São Tomé e Príncipe e o nepotismo perpetrado pela lógica da corrupção dos homens de Estado em Angola. Para comprovar esse estado total de vulnerabilidade, observamos que ele não se restringe aos PALOP, pois também originou conflitos em outras localidades no interior do continente como se viu na guerra civil em Ruanda e Burundo no século passado, cessando mais de um milhão de vidas, segundo dados da ONU, além de crescente aumento de refugiados decorrente destas guerras, assim como a proliferação de doenças como malária, cólera, AIDS e, agora, o ebola. Situações que a própria retórica de reformas neoliberais sequer fala e sequer consegue reverter por trás das câmeras (OLIVEIRA, 2009).

Muitos destes eventos referidos, até mesmo os que desenrolaram implicitamente com características exclusivamente africanas, devem ficar sob os olhares atentos e levados em conta por investigadores, e, de alguma forma, trazidos a lume, postos em debates para uma análise séria sobre a África contemporânea, sobre as sociedades africanas e também sobre os seus cidadãos de diversos países que se fazem *presentes* fora dele. Ademais, ao alargarmos o debate sobre a África, podemos chegar à conclusão de que a nossa realidade não se resume apenas em abstrações no presente ou um discurso de suposição; antes, diz respeito à vivência social no passado e no presente. É nesse sentido que julgamos necessário ser importante compreender em que grau ainda hoje dependemos do passado, por sinal um passado muito recente, e conhecer, ainda que de maneira resumida, o que herdamos dos antigos (os de dentro e os de fora), ao invés de acreditarmos que o passado, por simples necessidade cronológica, não vive conosco, mas quanto a nossa realidade do passado, é também nossa vivência do presente, expresso na maneira que nos interpretam, a qual reflete, no nosso jeito de pensar e comportar, aonde quer que estivermos, “dentro de casa ou fora de casa”.

2.4 - Erguendo-se dos Escombros de Guerras

No início deste século XXI podemos notar ainda a persistência dos males que afetaram a África, principalmente, durante todo o século passado e que abalaram o continente após as independências políticas. Deste modo, podemos afirmar que as necessidades de recuperação são gigantescas, tendo em conta os danos causados pela extração colonial e pela destruição de grande parte das infra-estruturas pelas guerras civis e dos governos que não souberam priorizar o desenvolvimento dos seus países. No caso dos Palop, a primeira década do terceiro milênio se configura como o período em que se verificou um tempo maior de tranquilidade relativamente compararmos com a profunda instabilidade social, política e econômica verificada até final dos anos 1990, o que leva muitas pessoas a sonharem com a emergência de uma nova consciência política “baseada na instauração de um sistema de gestão pública capaz de conquistar uma paz duradoura como condição essencial para mudança social e desenvolvimento econômico sustentável” (DOWBOR, 1983) apud (AUGEL, 2007, p. 89).

A prioridade comum à “África Lusófona” parece ser, acima de tudo, garantir a paz, combater a pobreza, promover desenvolvimento econômico, proteger os Direitos Humanos e reforçar os laços históricos e culturais com as nações que, além da língua, possuem uma memória comum da formação dos Estados, que ocorreram por meio de lutas de libertação no século XX, as quais refletem na partilha dos valores que acabaram por impulsionar a comunidade dos países africanos da língua portuguesa.

Hoje, todos PALOP, até mesmo aqueles que não vivenciaram a guerra depois da independência, promovem, com mais ou menos eficácia, a liberdade, a segurança, a paz e uma atenção especial na economia, como condições principais do desenvolvimento. Deste modo, seguimos agora para a fase de entender os esforços que estão sendo feitos por cada um dos PALOP na superação dos efeitos das guerras civis e na erradicação da pobreza, assim como a fim de apanhar os fatores que possam ser úteis na compreensão das atividades econômicas como fatores que ajudam estes países no incremento de parcerias internacionais para o desenvolvimento mais amplo. Tais parcerias, de alguma forma, propiciam as mais diversas maneiras de circulação de pessoas entre os países, principalmente, os que falam português.

Começamos com Angola, um país apontado pelo Relatório Europeu sobre o Desenvolvimento como o que vem sendo potência emergente. A recuperação da economia angolana se inicia na primeira década do século XXI. De acordo com Carlos Lopes é inegável que o crescimento econômico angolano nos últimos anos não tenha sido enorme em todas as províncias; o país tornou-se um canteiro de obras. Em decorrência do ritmo acelerado de seu

crescimento, chegou-se à conclusão de que a estagnação da sua economia era resultado de um conjunto de fatores, os quais se destacam a guerra civil, as distorções econômicas e mau emprego de recursos financeiros; esta situação prevaleceu durante os anos 80 e 90. Dentre estes fatores, percebia-se que a recuperação do país dependia basicamente da estabilidade política e militar, que não existia. O cessar fogo, que traria a paz, a segurança e o funcionamento normal das instituições estatais, propiciaria condições normais para o país reerguer-se dos escombros da guerra e alcançar o desenvolvimento almejado.

O alcance da estabilidade, depois de quase trinta anos de disputa militar, somente foi possível com a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, em fevereiro de 2002, seguida da assinatura de acordo de paz com o governo do MPLA. A partir daí, foram muitos os desafios que partiam de uma economia desequilibrada passando por uma estrutura produtiva destruída. A ultrapassagem de inúmeras situações provocadas pela guerra perpassava, inegavelmente, pelo esforço de ajustamento econômico, que por sinal foi empreendido contando com a parceria do FMI e com a recuperação e o controle das receitas petrolíferas. A eficiência de tal medida não demorou muito para mostrar sinais positivos da sustentação equilibrada das contas e do abrandamento da cadeia inflacionária para mínimos históricos, resultando num ritmo de aceleração do crescimento econômico¹¹, apresentando um índice médio anual do PIB que ultrapassa 20% referentes ao período que começa desde 2006 até 2014.

Na esfera produtiva, o governo angolano continua se esforçando na diversificação dinâmica da economia não petrolífera. Depois de quase três décadas de guerra, Angola emerge no cenário sub-regional com desempenho incontestável de crescimento. Hoje é um dos países que fazem parte da “África em desenvolvimento”, a qual desfruta do seu melhor momento de expansão econômica sustentável desde o fim do período colonial. Observamos que o atual crescimento econômico também é impulsionado pelos maciços investimentos provenientes da expansão e intensificação das relações econômicas e comerciais com vários países do globo, destacando-se as potências emergentes, dentre elas, o Brasil, um parceiro tradicional, e a China, de maneira geral, os BRICS.

O arquipélago de Cabo Verde tem a histórica função de entreposto comercial, desde sua colonização participa do renascimento dos PALOP. É um país pobre em termos de recursos naturais, mas tem força no setor de oferta de serviços, sendo que, os setores do comércio, transporte, e turismo correspondem, atualmente, por três quartos do PIB de Cabo Verde. Este país depende muito das importações de produtos, nos quais estão inclusos os

¹¹ Fontes: Banco nacional de Angola, Ministério das finanças de Angola e Fundo Monetário Internacional.

gêneros alimentícios e equipamentos, e, sobretudo, da colaboração de parceiros externos, motivada a partir de uma progressiva estabilidade política e de reformas estruturais. O crescimento do PIB tem demonstrado bons níveis o qual, até 2013, manteve-se estável em 6,5%. Cabo Verde esforça-se na consolidação de uma economia oceânica forte, enquanto isto, o país foi anunciado pela comunidade internacional e pelas Instituições Financeiras Internacionais como exemplo de democracia, liberdade e estabilidade para os países da região e para o mundo¹². Sendo assim, há que se ressaltar o fato de que Cabo Verde, atualmente, entre os PALOP, é a nação que mais favorece condições estáveis de investimento, especialmente, nos setores comerciais e empresariais, entre outras oportunidades dos negócios, tendo uma mão-de-obra relativamente qualificada em todos os setores de atividade social e econômica.

A evolução econômica de Guiné-Bissau nos tempos mais recentes não tem sido favorável. A guerra de 1998 seguida de instabilidade política afetou não só o funcionamento da economia como levou ao cancelamento de vários programas de cooperação internacional como Programa Estudante Convênio de Graduação que o Brasil mantém com os países em desenvolvimento, com impactos negativos e persistentes. O lado positivo é a estabilidade política atual, uma vez que desde as eleições de 2013 o país, tem vivenciado uma relativa paz, conseguindo acompanhar a dinâmica política sub-regional, estabilidade que se desdobra no recebimento da solidariedade dos outros PALOP em que quase todos integrantes encaram-no como um “problema dos PALOP, e não dos outros”, ou seja, os próprios PALOP mantém a Guiné-Bissau na agenda internacional¹³.

Acredita-se que o momento atual desta relativa estabilidade política é mais propícia para a reconciliação nacional e a retomada do desenvolvimento econômico. Antes da guerra civil, as reformas mais bem sucedidas do governo guineense foram nos setores do comércio exterior e a liberalização de preços, a austeridade fiscal e o incentivo ao desenvolvimento do setor privado. Salienta-se que, após a citada guerra os sucessivos governos até tentaram

¹² Agencia Lusa. Disponível em <http://www.lusa.pt/default.aspx?page=home>. Acesso realizado em 27/07/2014,

¹³ A Guiné-Bissau integra a CEDEAO e a UEMOA desde 1997. Um grupo regional de quinze países que foi instituído pelo tratado em Maio de 1975. Foi concebida como um meio para a integração econômica e desenvolvimento. Com o objetivo de contribuir para a eventual criação de uma união econômica na África Ocidental, promoção da estabilidade econômica e melhoria das relações entre os Estados Membros. Os Estados Membros são: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Coted'Ivoire, Gambia, Gana, Guiné Conakry, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Sierra Leone, Togo. A CEDEAO caracteriza-se pela existência no seu seio de um bloco de oito países que pertencem à União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e que não só tem uma moeda comum, o *franco CFA*, ligado ao Euro, mas também um passado colonial comum com a exceção da Guiné-Bissau.

imprimir algumas medidas de recuperação econômica através de fluxos de ajuda internacional, mas, a deficiência econômica do país agravou-se ainda mais com a devastação promovida pelos sucessivos golpes de estado, cujas evidências estão no cenário de ruínas que desenham as paisagens das cidades e mesclam-se com a escassez de recursos financeiros e empregos para os guineenses.

Na tentativa de erguer-se dos escombros, a Guiné-Bissau tem a seu favor uma imensidão de terras propícias para a prática de atividade agrícola, tendo sido aproveitado apenas 10% de terra cultivável e tem uma área do seu território com potencial turístico altamente cobiçado por grandes empresários estrangeiros. Trata-se de quarenta ilhas cobertas de praias abertas ao atlântico, algumas dentre elas ainda estão totalmente desprovidas de qualquer infraestrutura moderna. Os estudos recentes apontam para existência de petróleo nas terras continentais e outros recursos minerais como jazidas com cerca de 200 milhões de toneladas de fosfato e cerca de 100 milhões de amianto, matéria-primas para o cimento. E o país ainda tem reservas de bauxita para explorar. Contudo, a atividade industrial, por sua vez, não se apresenta como prioridade, a não ser nos setores voltados ao processamento de produtos agrícolas, assim como no setor da pesca.

Este último avalia-se que, anualmente atinge cerca de 500 mil toneladas de produtos do mar que constitui uma das principais fontes de divisa para Guiné-Bissau. De maneira geral, até o momento, o país é altamente dependente de ajuda externa para quase a totalidade dos investimentos públicos. Vale frisar que, mais da metade da população vive abaixo da linha da pobreza e apresenta escassez de mão-de-obra qualificada.

Ao contrário da Guiné-Bissau, nos últimos cinco anos Moçambique manteve-se na lista dos países com uma economia sólida entre os países da África subsariana. Moçambique é um dos países africanos em que as instituições multilaterais e grupos econômicos globais influentes vêm destacando através de seus relatórios. Esses relatórios apontam as potencialidades econômicas únicas no quadro histórico atual do continente. A atividade econômica moçambicana está sendo dinamizada através do investimento público voltado à infraestrutura e privado, vindo do exterior, ao setor de gás natural e de exportações, tendo um produto interno a crescer 7,4% em termos reais. Este foi também o valor de crescimento médio da última década, substancialmente acima dos 4,8% registrado pelo conjunto de países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADEC), dados referentes ao período de 2012 e 2013.

Moçambique apresenta fortes taxas de crescimento econômico desde o fim da guerra civil, o que tem contribuído na reconstrução do país no período pós-guerra. Reformas fiscais melhoraram a capacidade do governo na arrecadação de renda, assim como o favorecimento da iniciativa privada e a entrada de capital estrangeiro permitiu uma rápida recuperação econômica. O processo de estabilização macro-econômica em Moçambique tem sido apoiado constantemente pelo FMI devido ao grau de confiança que o país tem, junto à comunidade internacional e dos investidores externos. A melhora na economia somada à estabilidade política aumenta o interesse dos países desenvolvidos e emergentes, como o Brasil, em realizar investimentos comerciais. Importa ressaltar que as atividades comerciais, no caso de Moçambique, diferentemente de Angola, não são centradas na exportação de matéria-prima energética como petróleo e gás natural. O comércio moçambicano é dominado pelas exportações de produtos agrícolas, pescados e produtos derivados das florestas.

Na “África Lusófona”, Moçambique é um dos principais parceiros do Brasil em trocas comerciais¹⁴. Analistas afirmam que o país apresenta potencial para cooperação no setor de matérias-primas energéticas, levando em consideração as suas prováveis reservas de gás natural e petróleo.

O desenvolvimento macroeconômico observado em São Tomé e Príncipe no início deste século ilustra bem o padrão que tem caracterizado a economia são-tomense desde finais do século passado, pois a evolução econômica do país continua a enfrentar dificuldades por causa de fragilidades estruturais e conjunturais de várias ordens. Todavia, são patentes os progressos assinaláveis em diversos níveis, por exemplo, a abertura econômica do país após a independência e, na década de 1990, a adoção de uma nova constituição que institui o multipartidarismo seguido da realização da primeira eleição. Apesar disto, houveram conflitos entre os partidos políticos que precipitaram repetidas mudanças nos governos deste país.

No entanto, no começo deste milênio predomina a estabilidade política e maior fluidez nas relações entre os partidos, o que tem permitido a tomada de decisões econômicas importantes, como a liberalização no sentido de favorecer a iniciativa privada interna e externa. Desde o declínio da produção de cacau, o país passou a importar a maioria dos bens (combustíveis, bens manufaturados, etc) e inclusive alimentos, o que fez a dívida externa são-tomense disparar, sendo que, até início de 2014 estava sendo negociado com o FMI o perdão de parte de tais dívidas. Assim como na Guiné-Bissau, a atividade pesqueira tem sido uma das principais atividades econômicas são-tomenses, e grande parte da população pratica

¹⁴ Banco do Moçambique e INE de Moçambique

agricultura familiar, sendo que o setor de serviços responde a mais de 70% do PIB do país. A indústria está restringida à transformação dos produtos agrários. Mas o país apresenta grande potencial para o desenvolvimento no setor de turismo devido à sua privilegiada localização geográfica e às paisagens pitorescas. No início de 2005 foram descobertas jazidas de petróleo em suas águas, abrindo perspectivas de sua exploração para o futuro. A economia do país encontra-se estável, observando um crescimento anual de 4% por ano. Estes dados são referentes ao ano de 2013. O comércio exterior do governo são-tomense é dominado pela exportação de cacau.

Vale frisar que, mais da metade da população vive abaixo da linha da pobreza e há uma escassez de mão-de-obra qualificada. É interessante observar que os esforços que estão sendo feitos por países da “África Lusófona” na retomada do desenvolvimento pós-guerras passa fundamentalmente pelos acordos e parcerias internacionais existentes que envolvem os países desenvolvidos, mas principalmente os países como Brasil, China e Índia que vêm conquistando importância *globalplayer* e que têm sido bem recebidos no continente africano com base nas necessidades de cada parte. De um lado, os *gigantes* emergentes buscam fornecedores de recursos naturais, matérias-primas, petróleo, oportunidades comerciais e novos mercados para suas exportações, de outro, a África, em particular a “África Lusófona” apresenta-se favorável à estratégia de cooperação, interessada na obtenção de fundos para realização de obras de infraestrutura para o desenvolvimento social e econômico que ajudem a superar a pobreza, diminuir a defasagem tecnológica e fortalecer a paz e a democracia.

2.5 - Ascensão dos BRICS na África

Desde o início deste milênio são notáveis as várias iniciativas conjuntas que têm continuado a envolver os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) com a África, permitindo incremento de parcerias em quase todos os domínios de atividades econômicas e troca das experiências bem sucedidas nas áreas de tecnologia, infraestrutura e diversificação econômica. Nos tempos modernos, a intensificação das relações diplomáticas parece corresponder ao dinamismo da economia e do comércio exterior; sendo assim, não é certamente por caso que as instituições dos BRICS inundam a África e os africanos circulam em busca da realização de seus projetos de vida.

Já dissemos no capítulo anterior que, na segunda metade do século XX, a Conferência de Bandung enriqueceu naquela época a dinâmica geopolítica internacional ao introduzir uma

mão cheia de novos conceitos tais como: não alinhados, terceiro mundo e subdesenvolvimento, entre outros¹⁵. Após sessenta anos, estes conceitos parecem procurar novos fôlegos para acompanhar mudanças que ocorrem a cada dia, mudanças estas que ainda são definidas pelas instituições criadas depois da Segunda Guerra Mundial (FMI e Banco Mundial), dominadas pelos EUA e União Europeia. Apesar disto, observa-se que, nos últimos dez anos os BRICS – acrônimo criado em 2001 por Jim O’Neil, economista da Goldman Sachs, vem assumindo a direção da economia mundial. Oliveira (2007) observa-se que, da mesma maneira que durante a Guerra Fria o surgimento do Movimento das Nações Não-Alinhadas criou enormes inquietações aos americanos e soviéticos, hoje, a ascensão dos BRICS suscita preocupações ao Ocidente, que arriscam até prever o futuro sombrio dos países integrantes do BRICS. Para eles, a desvalorização das moedas, o descalabro das bolsas, a fuga dos capitais e os conflitos sociais e laborais, somado tudo isto às suas dependências das importações, infraestruturas deficientes, enormes desequilíbrios na divisão das riquezas agravada por corrupção e governos ruins fazem prever o fim próximo dos BRICS¹⁶.

Suspeita-se destas possibilidades, mas diante de qualquer outro cenário, mesmo da crise econômica, acredita-se que o conjunto de países que formam o BRICS terá condições de reversão dos cenários hipotéticos, uma vez que esse grupo de países representa uma área econômica importante na geopolítica contemporânea, somente os gigantes do BRICS constituem mais de 24% de toda a extensão territorial do planeta-terra. Ressalta-se de um lado, o fato de acomodarem um contingente de 40% da população mundial e de outro, o fato de terem o controle de mais de um quinto do Produto Interno Bruto planetário. Isto, por si só chama atenção do mundo não pelo que os conflitos sociais, laborais e corrupção dos governos do Brasil, China, Índia e Rússia podem representar futuramente, mas pela clara compreensão do potencial que teria nas próximas décadas se tais previsões falharem. Alguns especialistas europeus e norte americanos acreditam que a China pode ultrapassar os Estados Unidos na condição de maior economia do mundo antes de 2025, que o BRIC ficará numa situação favorável em relação ao G-7 até 2030 e que, a Índia e o Brasil se tornarão as segunda maiores

¹⁵Ver Caderno do Terceiro Mundo- São Paulo, n. 201.

¹⁶ Sobre as finanças, o anúncio de criação do Banco de Investimento dos BRICS também foi recebido com pessimismo ocidental sobre o qual os analistas financeiros somente prevêem fracasso, alegando que os BRICS não passam de uma coligação heteróclita e conjuntural de países com trajetórias diversas e interesses divergentes e seu banco nunca sairá do papel porque a moeda de nenhum dos cinco países tem credibilidade de rivalizar com FMI e dólar. Apesar disto, os BRICS avançaram concluindo acordos para financiar o capital inicial do seu Banco de Investimento de 50 mil milhões de dólares, sendo contribuições individuais de 10 mil milhões dólares, acrescidas de 40 mil milhões de garantias bancárias (REVISTA ÁFRICA 21- JULHO DE 2014).

economias do mundo, depois da China, até o meado do século XXI (GOLDMAN SACHS, 2007).¹⁷

Estes países emergentes e suas economias alavancadas pelas exportações são vistos como os protagonistas do desenvolvimento no século XXI e parece não haver governo no hemisfério sul que não tenha se beneficiado da explosão do comércio internacional provocada pela globalização e por fortes parcerias com os BRICS. Estas parcerias são tecidas com base na articulação política e diplomática de cada membro do bloco; por exemplo, em 2013, a África do Sul viabilizou a participação dos membros da União Africana na conferência dos BRICS em Durban (África do Sul). No encontro de Fortaleza (Brasil), o Brasil convidou os membros da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Assim, é deste modo que os BRICS alargam a sua área de influência de negócios à quase totalidade do antigo Terceiro Mundo e, *a priori* não parece constituir uma alternativa política ao Movimento dos Não-Alinhados, mas, os esforços iniciais demonstram serem capazes de alterar a antiga arquitetura financeira internacional mesmo sem questionar a globalização (SARAIVA, 2012). Para este autor, a presença dos países emergentes em África não deve ser vista como sinônimo de declínio do monopólio secular do Ocidente no continente, contudo essa nova e poderosa presença tende a alterar a configuração histórica da África com a Europa, se bem que dentre estas nações emergentes, algumas têm uma história de contatos com a África como Brasil, China e Índia, desde o século XVI e outros, no caso da Rússia desde a década de 1940, quando este ainda fazia parte da Antiga União Soviética.

No entanto, a notoriedade da presença da China em África ocorre em 1960, período em que houve colaboração e solidariedade em nível de Terceiro Mundo para a descolonização do mesmo. Mas a China só se tornou um parceiro na economia da África no início deste século XXI. O que chama atenção é o fato de que a China buscou a África sem presunção de superioridade, baseado no princípio de que: A nova ordem internacional significa que todos os países são iguais, e devem respeitar os outros com relação a sua diferença no sistema político e na ideologia. Assim, os países capitalistas dos centros e as democracias ocidentais não podem interferir nos assuntos domésticos dos países em desenvolvimento, especialmente avançar com os seus poderes políticos em nome dos Direitos Humanos, liberdade e democracia (TAYLOR; WILLIAM, 2004 apud SARAIVA, 2012, p. 167).

Para estes autores acima citados, a ascensão do BRICS, em particular da China em África, tem a ver com a primazia da ideia da soberania nacional de não-intervenção e de

¹⁷ GOLDMAN, Sachs. Dreaming with BRICs, 2007.

igualdade dos estados soberanos. Para o ocidental essa perspectiva, é antiquada. Assim, ao contrário dos ocidentais que gostam de dar *aulas elições* sobre Direitos Humanos, estratégia de desenvolvimento e democracia, a China prefere não discorrer sobre questões domésticas dos seus parceiros, nomeadamente os africanos, diz Oliveira. Ademais, onde os ocidentais enxergam desgraça, eles preferem enfatizar a ideia de uma África de oportunidade, esperança futura e de bons negócios.

Analizando a presença chinesa em África, Oliveira (Op, cit) observa que o envolvimento chinês no continente é muito diferente do envolvimento tradicional dos países europeus e outros grupos de países emergentes referindo-se especificamente ao Brasil. Como estes, o interesse dos chineses está na aquisição de matérias-primas, mas além deste fato, os investidores chineses (pequenos e grandes, privados e públicos) vão para a África em grande número e envolvem-se em setores econômicos e países que os ocidentais abandonaram e depois os reclassificaram como Estados Frágeis. Para Tull (2008) os chineses foram para África de maneira estrutural; eles estão em todas as ruas comerciais de todos os países africanos. Enfatizamos que não há capitais em África que não tenha presente uma obra de grande importante feita com recursos chineses (aeroportos, rodovias, estádios de futebol, etc).

Outra presença notável em África é a da Índia, país que apesar de seu avanço no campo tecnológico e de haver se juntado ao Brasil e à China na reconfiguração moral e econômica perante os países centrais, sustenta uma presença relativamente tímida no continente africano, principalmente nos países da África Ocidental. Nos PALOP a sua presença e ação fazem-se sentir com certo relevo em Moçambique e, de maneira geral, na África Austral. Convém frisar que, apesar das relações entre os países africanos e a Índia terem alcançado maior visibilidade e de resultarem na assinatura de uma variedade de acordos de cooperação do investimento e comércio nas últimas décadas, a Índia também se dirigiu para a África contando com um histórico de contatos intermitentes existente há vários séculos, resultando em um contingente significativo de seus descendentes “indo-africanos” naquele continente, fato este que exemplifica o fenômeno da “diáspora” indiana em vários países, onde hoje muitos dentre eles estão ligados aos setores importantes da administração estatal e empresarial, compondo parte das burguesias nacionais constituídas.

De modo geral, Oliveira (2007) salienta-se que quase ninguém vê a forte presença dos BRICS em África como representando uma *Nova Guerra Fria*, com novas possibilidades e consequências para os Estados africanos. Quase todos encaram os BRICS como possibilidade de escapar da dependência total em relação à União Europeia e aos Estados Unidos da

América. De modo geral, as reações à presença dos BRICS em África são muito variadas; de um lado, há dúvidas em relação aos apoios que dão aos homens que estão no poder, há dúvida sobre os empregos para os africanos em seus serviços e, de outro, a elite se mostra satisfeita com a atenção que recebe dos BRICS. Para Tull (op, cit) parece haver um novo mapa africano, não aquele organizado pelos antigos colonizadores, apesar de estes ainda possuírem força inconteste, mas, o mapa que autoriza a presença brasileira, chinesa, indiana e outros agentes de empresas multinacionais e organizações não governamentais.

Segundo Pio (2002), a expectativa é de que esta atenção dos BRICS aumente o fluxo de recursos para a África e o espaço de manobra, sobretudo para as economias mais fortes do continente (Nigéria, Angola, Senegal, por exemplo), na esfera internacional, que foi muito debilitado durante os anos de hegemonia do Ocidente. Broadmam (2005) acrescenta que, a presença dos BRICS não é anti-sistêmica, pois, as companhias estatais e grupos transnacionais são estimulados pela procura do lucro e não por motivações ideológicas.

Em torno desta busca de lucro, que sempre fez desfilar em África os mais diversos atores internacionais que querem dividir, com os africanos, balanços e projeções econômicas. Sobre as relações endógenas e exógenas, somente temos interesse na dialética que é resultante dos acordos, pois, se de um lado, é recomendável que a África altrapasse o atraso histórico do colonialismo e dos atrasos de guerras civis, de outro, há preocupações de que novos arranjos entre as elites locais e internacionais não tragam o desenvolvimento sustentável ao continente. Estas questões servem para refletir, a “essência de reflexão é compreender o que antes não foi possível compreender”, dizia Bachelard. De acordo com Augel (2007, p. 171), a “disputa bipolar foi fundamental na consolidação da luta anticolonial e ofereceu, incontestavelmente impulso para o surgimento dos Estados africanos, entretanto a mesma briga contribuiu, em parte, na fragilidade dos mesmos”.

Em *Democracy Deselopment in África*, o nigeriano Claude Ake afirma sem aprofundar que: “o problema da África não é a dificuldade do desenvolvimento, mas ausência mesmo desta prioridade na agenda do continente” (AKE 2006 apud SEN, 2012, p. 27).

Existem temores por trás da recente internacionalização do continente. Esses temores são apresentados por agentes econômicos, políticos e intelectuais africanos contrários à lógica de sua internacionalização, sob a ideia de uma nova partilha africana em curso, liderada pelo BRICS, mantendo as formas de dominação e estratificação social e concentração do poder. Essas ideias vieram a lume por várias vozes da intelectualidade africana, como o filósofo senegalês Yoro Fal e Ali Mazrui. De acordo com Muzrui (2002) a redução de conflitos não

pode ser conseguida apenas com soluções exógenas, mas também necessita de soluções domésticas dirigidas pelo consenso entre elite e povo, isto é, a busca da paz na África pelos africanos não pode ficar apenas sob esforços de pacificação dirigida pelos atores internacionais. Embora existam estas reflexões sobre a internacionalização, a ideia de aproveitar oportunidades surgidas desde a primeira década do século XXI permeia o discurso interno dos governos, grupos empresariais e seus parceiros internacionais.

A partir destas considerações nos aproximamos do Brasil, depois de abrir uma pluralidade de temas diversos, reconhecendo, no entanto, de não abordá-los de maneira aprofundada, não devido à falta de relevância dos seus conteúdos para a nossa investigação, mas, pela opção que emerge do fato de nosso interesse centrar-se mais no Brasil e nos africanos que estão presentes neste país, ainda que consideremos estes temas diversos intermitentemente entrelaçados com um dos problemas centrais desta investigação compreender a gênese e a evolução da presença africana no Brasil. A perspectiva histórica com foco no contexto africano, prevalecente até aqui, tende a valorizar a especificidade da construção do palopianismo no seio de outros nacionalismos em África e circunstâncias de sua projeção histórica em diversos contextos internacionais. Ora, esta valorização não responde a nenhum propósito de fazer transferência de responsabilidade de guerras, o empobrecimento da população, as precariedades estruturais e conjunturais dos nossos países ou mesmo a vinda dos africanos para o Brasil como tendo causas únicas na história, todavia é resultado de um interesse em reconhecer seus impactos no processo constitutivo dos países africanos de língua portuguesa, designados de PALOP.

Parte – 3

RELAÇÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS NO ESPAÇO “LUSÓFONO”

3.1 - Aproximação do Brasil e África: uma questão de princípios e interesses

A presença do Brasil na África contemporânea apresenta uma particularidade histórica e cultural, o que distingue da presença de outras potências emergentes como Índia e China no continente. Esta particularidade do passado que temos em comum havia muito tempo a principal âncora discursiva e da ação adotada para justificar a reinserção de suas atividades econômicas e comerciais no continente africano. Mas, na atualidade, segundo Lessa (1995) a nova presença brasileira na África se traduz no aumento da capacidade de influência nos assuntos globais a partir de uma diversificação de suas relações externas na política baseada na promoção da solidariedade entre os países do Sul.

Este autor ao analisar a política externa brasileira com um recorte a partir da segunda metade do século XX constatou que a África, como um todo, se constituiu um dos parceiros comerciais mais expressivos do Brasil, ficando atrás da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América. Contudo, o período acima referido apresenta certa escassez de estudos que celebram desdobramentos desta relação entre Brasil e África, sendo que a literatura existente, na sua maioria, contempla, exclusivamente, a atuação da diplomacia brasileira neste processo. No fundo, isto evidencia a relevância de compreender as circunstâncias e dinâmica política da África a partir da segunda metade século XX que, de alguma forma, está sintetizada na primeira parte deste texto para evitar a falta de reconhecimento de que a maioria dos países africanos está a completar nesta primeira década do século XXI quarenta anos de soberania nacional e que o caminho percorrido, em tão pouco tempo, é considerável e cheio de disputas e de esperança.

Deste modo, buscamos através desta parte do texto aprofundar a compreensão sobre a evolução das relações entre o Brasil e o continente africano levando em conta diversos contextos políticos e econômicos ligados aos eventos internacionais que acabaram por renovar a importância da África para o mundo e para o Brasil, sendo que alguns aspectos destes eventos já foram anunciados no capítulo anterior.

De maneira geral, a África tornou-se parte da dimensão construtora das instituições sociais, da economia, das identidades diversas e da cultura do Brasil através da escravização e do tráfico de africanos que se configuraram como parte do berçário da história comum que

juntou o Brasil à África a partir do início do século XVI ao final do século XIX. A lógica do processo escravagista que fez chegar os primeiros escravizados ao Brasil trazidos da África, onde os aprisionavam ou compravam aos diferentes chefes de povos e reinos. Este processo, baseado no deslocamento forçado dos africanos, reaproximou social e culturalmente este continente do Brasil na medida em que algumas investigações revelaram que a África e o Brasil eram territórios contínuos que se separaram por meio de fenômenos da natureza, conforme aborda vários estudos geológicos, caracterizados atualmente pela descontinuidade territorial marcada pelo Oceano Atlântico (SARAIVA, 2012). Para a grande maioria de estudiosos brasileiros, tais como Hollando (1969), Furtado (1979), Eisenberg (1983) a mão-de-obra escrava foi o que fez pulsar a organização social da colônia portuguesa e o Estado Imperial no Brasil e regaram os alicerces da prosperidade econômica do país. A África passou a ocupar então um papel central na formação da sociedade e na dinâmica da cultura brasileira. Com efeito, a escravização e o tráfico dos africanos somente viriam a diminuir na segunda metade do século XIX, especialmente depois da proibição geral do tráfico de escravos no mundo, em 1850. Mas, a escravidão no Brasil somente termina oficialmente por meio da Lei Áurea, sancionada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888, decretando o começo do fim da escravidão no Brasil e do tráfico transatlântico. A partir daí, seguiu-se o processo de retorno dos ex-escravizados e seus descendentes para a África concretamente ao atual Benin, Nigéria, Togo e Gana, já re-instalados na África criaram uma comunidade de “brasileiros”, designada de brasileiros da África ou *Agudás*. (VERGER, 2000).

Embora tenha sido suspenso oficialmente em 1850, o tráfico de escravizados não terminou efetivamente, na medida em que surgem complicações políticas, a partir daquele ano. Alguns especialistas brasileiros ressaltam que, muito antes, em 1826, pouco depois da Independência em relação à Portugal, o Brasil firmara o compromisso com a Inglaterra de se extinguir o tráfico de africanos. A lei de 7 de novembro de 1831, estando o país sob a Regência, visto que Pedro I abdicara em 7 de abril deste ano, ratificou o compromisso. Coube à Inglaterra, apontada como a nação mais exploradora do tráfico africano, o mais brilhante papel na campanha para a extinção deste terrível comércio. Alguns estudos (Hollando, 1969; Furtado, 1979; Eisenberg, 1983) asseveram que a questão do fim do tráfico dos africanos trouxe muita dificuldade aos Governos do Brasil. A resistência de acabar com o tráfico chegou a um ponto que levou o Império Britânico a decretar a Lei Aberdeen, na qual decretava que todos os navios brasileiros que fossem encontrados com escravos seriam presos como piratas. O nome desta lei faz alusão ao então ministro inglês Bill Aberdeen e através

dela o Governo Imperial assinou a lei de 4 de setembro de 1850, extinguindo o tráfico, isto é, o transporte de escravizados para o Brasil, e estabelecendo punições rigorosas para os contrabandistas. A lei de 1850 foi referendada pelo ministro da Justiça Eusébio de Queiroz (COMPÊNDIO DE HISTÓRIA DO BRASIL, 2001, p. 29).

No caso brasileiro, salienta-se que o fim da escravidão já podia ser percebido se levarmos em conta as sucessivas fugas dos escravizados e um crescente aumento de *quilombos* em todo o Brasil, fatores somados às inúmeras legislações favoráveis à abolição da escravatura no final do século XIX como a Lei do Vento Livre (1871) e a dos Sexagenários (1885) que foram precursoras da possibilidade de insubordinação geral e conquista da liberdade, assim como início de uma etapa incessante de busca por direitos sociais. Com efeito, observa-se que a Lei Áurea não foi suficiente para cessar por completo o tráfico. A desobediência às leis ainda trouxe apreensões entre ingleses e brasileiros. Os navios de guerra dos ingleses, até os primeiros anos do século XX, precisaram manter patrulhas no atlântico para interceptar nos mares o comércio transatlântico de pessoas na condição de escravos para o Brasil. Este fato fez com que as relações entre o Brasil e o Império Britânico fossem ameaçadas. Klein (1987) explica que antes da lei de 1888, o governo imperial exprimia perante o Parlamento Inglês que a questão da escravatura no Brasil se encontrava neste pé: “nem retroceder, nem parar, nem precipitar”.

A escravidão e demais formas de trabalho forçado já eram consideradas um crime pelas leis internacionais e condenadas em várias partes do mundo. Assim, o tráfico entraria de vez em decadência em 1888. Recordo-nos Cervo e Bueno (1994) de que, a partir do ano 1900 o Brasil interrompe todas as formas de relações com a África subsariana e, na segunda metade século XX retoma relações diplomáticas com o regime do *apartheid* na África do Sul e restabelece acordos bilaterais com o Egito e outros países da África nortesariana. De maneira geral, Saraiva acrescenta:

As relações entre o Brasil com a África estiveram, em parte do século passado, delineadas pela perpetuação de silêncio e indiferença que teria iniciado no final do século XIX e que o modelo desenvolvimentista de política exterior da República mantivera até o primeiro governo de Getúlio Vargas (SARAIVA, 2012).

Este modelo de desenvolvimento encara a África como insignificante ao longo da década de 1930 até a década de 1940. A irrelevância do continente para a política brasileira

naépoca baseava-se em dois processos históricos¹⁸. O primeiro, de ordem ideológica, centrado no projeto de afastamento deliberado das imagens do continente africano na formação da nacionalidade brasileira, priorizando a construção de uma brasiliade tendo como referências as chamadas nações modernas, principalmente as do Ocidente. No curso deste processo de valorização das nações ocidentais é que a elite brasileira incentivara um maciço fluxo imigratório dos europeus. Esta iniciativa explicitamente afigurava na perspectiva de promover a substituição dos trabalhadores escravos, propalados sem qualificação, por trabalhadores europeus através do estímulo à imigração. Para os escravizados, e seus descendentes, tais políticas republicanas resultaram de causas gerais nas quais as mesmas explicam a condição do negro no Brasil contemporâneo.

Em primeiro lugar, a vinda dos europeus estaria implicitamente condicionada e moldada, sobretudo pelas correntes ideológicas que se afirmaram na Europa nos finais do século XVIII, sob a bandeira inabalável da superioridade da civilização ocidental e da “raça” branca em si, enquanto que o discurso sobre os africanos era explicitamente discriminatório e, suas culturas eram consideradas presas à primitividade, e assim, nada mais justo do que acabar ou reduzir o contingente da população negra no Brasil ou impedir para que não houvesse novas entradas de pessoas negras no país do *pau Brasil*.¹⁹

Segundo Soares (1990), os estudos realizados ao longo do século XX possibilitaram a validação e a reinterpretação da maior parte das ideias de Darwin, especialmente a seleção natural, configurando a evolução cada vez mais como um conjunto de princípios explanatórios sofisticados, intrincados e abrangentes. Aqui se faz importante abrir espaço para lembrar as lucubrações teóricas que de alguma forma marcaram o início das pesquisas

¹⁸ Durante a década de 1950 o tema central no Brasil era o desenvolvimento econômico. Este tema permeou a política externa do Brasil. Entre 1951 e 1954, Getúlio Vargas apresentou algumas críticas ao ambiente internacional em relação à suspensão do debate da descolonização do continente africano. Contudo, isso não significou nenhum apoio direto à tese da descolonização, mas será ao longo dos dois mandatos de Vargas que o Brasil inicia de maneira muito tímida a refletir sobre a possibilidade de livrar-se da insubordinação política externa aos alinhamentos ocidentais. A partir desse momento, o Brasil começou vincular a ideia do desenvolvimento econômico às noções de autonomia decisória, que fez emergir a questão da descolonização africana.

¹⁹ Uma das maiores formalizações teóricas de caráter racista pode ser encontrada em Arthur de Gobineau, na obra “*Essai sur l'inégalité des races humaines*”, obra de maior fôlego intelectual deste francês, na qual procurava defender a ascensão e a queda de todas as grandes civilizações. Gobineau, foi até os limites da ciência para defender a tese de que a questão racial ou étnica seria a responsável pelo declínio de civilizações que emergiram ao longo do tempo. Ele justificava este fato argumentando que quando uma raça originalmente pura ao misturar-se com outras se tornava degenerada, perdia as suas qualidades essenciais, conduzindo esta civilização ao declínio. Levando esta tese em conta, Gobineau não enxergava o futuro do Brasil. Outro trabalho de referência foi o do naturalista inglês Charles Darwin, intitulado “*Origin of Species*”. Nesta obra, Darwin considerava que os mecanismos evolutivos também se aplicariam à espécie humana, a qual teria surgido a partir de primatas pré-históricos.

antropológicas aprofundadas e o concomitante estudo das populações africanas. Entre os anos de 1920 até 1940, considerado como período de profissionalização da antropologia e de críticas aos paradigmas evolucionistas e difusionistas acima mencionados, o momento seguinte, isto é, de 1940 até 1960, pode ser considerado como um período marcado pelos trabalhos funcionalistas e estrutural-funcionalistas. Um período que se inicia com os processos de independência dos países africanos, até então sob dominação colonial.

A descrição pormenorizada de cada um destes períodos seria de fato interessante, contudo, não nos será possível devido à limitação de espaço. Mas, esforçar-no-emos para lembrar que os trabalhos etnográficos dos africanistas britânicos sob influência das metodologias malinowskianas teriam sido consagradas em termos metódicos na antropologia, inicialmente pelo forte compromisso intelectual de estar durante um longo período de trabalho de campo e, mais tarde, pela existência do paradigma, principalmente estrutural-funcionalista, como um modelo teórico sob a influência de Radcliffe-Brown. Com eles, emerge um novo arsenal teórico e metodológico dentro da antropologia, desenvolvidos nos contextos africanos pelos seus alunos como Isaac Schapera (1928), Max Gluckman (1940), Vitor Turner (1957) entre outros. Os seus estudos resultaram na dominação da antropologia britânica nos estudos africanistas no período colonial e podem ser entendidos como a fonte em que todos os demais trabalhos etnográficos sobre a África a partir da segunda metade do século XX²⁰ se inspiram. Até o início da descolonização e a chegada das primeiras independências políticas, o uso da antropologia para promover o avanço do colonialismo em África, na época, não causava nenhum desconforto, tanto teórico ou mesmo metódico-científico. De acordo com Mafeje (2001) os antropólogos africanistas não viam isto com maiores problemas porque prevalecia a ideia de captar a versão mais *pura* de ser africano.

Ao contrário dos estudos de Gobineau que não enxergavam o futuro do Brasil devido à miscigenação do povo brasileiro, podemos afirmar que os africanistas, em sua maioria britânicos, anunciaram para o mundo que “os povos africanos não estavam envolvidos em processos históricos de mudança”, ou seja, eram considerados pela etnografia britânica como a históricos, e suas “tradições” e “culturas” deveriam ser protegidas. Segundo Abdel (1973), o legado dos antropólogos na África foi o de pensar a cultura africana, representada por toda a estrutura da tradição reificada, inventada pelos administradores, missionários, progressistas, anciãos e antropólogos coloniais. De uma maneira geral:

²⁰ Podemos indicar outros trabalhos que contribuíram para o desenvolvimento de estudo da religião, da magia e do parentesco, destacando, Evans-Pritchard (1937) e Meyer Fortes (1945) como seus principais representantes.

África foi uma arena onde as escolas e tendência das ciências sociais e humanas se debateram, oscilando e hesitando entre o imperativo da razão prática, na qual uma sociedade e seus membros têm de sobreviver e os da razão simbólica, segundo a qual uma sociedade e seus membros sobrevivem de uma maneira culturalmente dominada e marcada em um mundo significante (CUNHA, 1986).

Os diferentes povos africanos, enquanto olhados como coletividades, sejam elas chamadas por “tribos”, “etnias”, “clãs” ou outros nomes construídos, foram e são objeto de estudo das ciências sociais, naturais e humanas. No caso da Antropologia, hoje sabemos que, até este período, não tinha sua autonomia plena, isto é, estava sob os desígnios de ditames coloniais. Acredita-se que esta mesma antropologia, sem a devida imparcialidade e rigor científico, pode ter servido como fonte de conhecimento para falar algo a respeito da África, principalmente para os países como o Brasil que não tiveram relações políticas ou mesmo de solidariedade com o continente em período anterior, desde a abolição da escravatura brasileira. Ao entrarem em contato com documentos e dados etnográficos disponíveis a respeito da África, supomos que de alguma forma os mesmos mesclararam-se com paradigmas evolucionistas que já estavam bastante difundidos no Brasil, servindo então de base ideológica para justificar a preferência pela migração europeia, que partia do pressuposto de que “a presença massiva dos europeus no Brasil e consequente contato permanente com a população, na sua maioria índia e negra, tidas como etnias por si só inadaptáveis, transformaria o Brasil, num prazo determinado, num país de brancos” (CUNHA, 1986, p. 98).

Esta parece ser a concepção geral de alguns nomes da etnologia brasileira que fizeram a opção de pautarem-se em Darwin e Gobineau para o estudo e a interpretação da presença dos africanos escravizados no Brasil (CUNHA, 1986).

Historicamente constatamos que outros pensadores também diziam isto se expressando de outras formas. Em, *Da África em casa à África fora de casa: notas sobre uma exposição em trânsito*, Antônio Motta lembra que o fio condutor desta premissa da miscigenação é antigo e bem conhecido, pois se encontra na base de uma das ideias formuladas por Sílvio Romero. O autor de *História da Literatura Brasileira*, de acordo com Mota (2012), asseverava que ir à África parecia-lhe completamente inútil, pois ela já se encontrava “em casa”, mesma na condição escrava. Sílvio Romero (1888) garantia que, nem o gosto pela aventura na travessia do Atlântico era preciso para descortinar a alteridade exótica; bastava apenas dirigir o olhar ao redor de si mesmo: no espelho do quarto, na cozinha ou no outro lado da rua. É que a África tornara-se um elemento intrínseco da propalada identidade

nacional brasileira e, com ela, o conceito de cultura afro-brasileira posteriormente se afirmaria como linhagem no chamado pensamento social brasileiro e de uma antropologia nacional.

Deste modo, Motta (2012) ainda explica que, com matizações diversas, a África e suas representações deslizaram do etno-pessimismo que prevaleceu no final do século XIX, caracterizando as gerações de Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, entre outros, para o etno-ufanismo culturalista, como fez Gilberto Freyre, Artur Ramos, Edison Carneiro e tantos outros a partir da década de 1930. Todavia, as teorias de Freyre e, sobretudo, aquelas que conferiam à mestiçagem funções “democratizadoras”, logo se tornaram alvo de críticas, da mesma forma que o culturalismo deu lugar a uma sociologia que privilegiaria o estudo do negro a partir das desigualdades sociais, das relações de classes e do preconceito da cor.

Para vários estudiosos, a europeização do Brasil e a desafricanização do mesmo teriam sido iniciadas no fim da escravatura no Brasil, período em que a então elite imprimiu uma tentativa de erradicar a população negra da história do país, considerada uma marca indesejável e maléfica para a imagem do Brasil, começando a crescer o incentivo à migração branca em substituição aos negros, para adequar a imagem do país aos padrões ocidentais, não ficando, portanto, de fora do esquema europeu, que consistia em sua introdução e disseminação ao positivismo, evolucionismo e darwinismo social, os quais enfocavam, em resumo, a valorização da população branca, associando a ela a ideia do progresso.

Na literatura brasileira, segundo Flávio Rabelo Versian podem ser encontrados os argumentos que sustentam a “suposta incompatibilidade entre o trabalho escravo e a racionalidade capitalista”. Este especialista explica que, na visão marxista, a lógica da inferioridade do trabalho escravo é influenciada pela crença de que, já que os escravos não se identificam de nenhuma forma com o trabalho que executam não se pode esperar que tenha qualquer empenho em realizá-lo bem; o único insumo que podem fornecer à produção são aqueles relacionados à força bruta. Deste modo, tendo em conta a desigualdade social no país, portanto, a vinda dos italianos e alemães não se tratava, exclusivamente, de substituir a mão-de-obra escrava, mas também de ajustar o país cromaticamente.

Assim, para prolongar análise ainda mais sobre esta questão podemos acrescentar que o estímulo à imigração dos europeus pode ser interpretada, em parte, como uma estratégia de atuação política internacional do Brasil na tentativa de articulação dos interesses nacionais orientados para a aquisição das “experiências” políticas e econômicas dos países desenvolvidos tomados como modelo, extraíndo destas nações uma diversidade de “capitais” que permitiriam ampliar o leque de contatos internacionais para o desenvolvimento do país.

Autores como Saraiva (2012) e Cunha (1986) acreditam que estas possibilidades acabaram resultando num profundo e intenso envolvimento de índole cultural e ideológica, ao mesmo tempo em que favoreceu simultaneamente um distanciamento com a África, congelando-a principalmente nas questões relacionadas à escravidão, as quais ainda em certa medida permanecem ocupando grande parte das interpretações sobre o continente e os africanos no Brasil contemporâneo, mesmo tendo um contingente populacional significativo de descendência africana, os chamados afro-brasileiros. Porém, Cunha (Op, cit) entende que contrário àquilo que se pensava com a imigração europeia, a negritude brasileira não se extirpou, tendo aumentado diametralmente, o que significou, portanto, as questões ideológicas caracterizaram fortemente a insignificância da África na política externa do Brasil na primeira década da segunda metade do século XX.

A segunda perspectiva que reforçava a insignificância da África na política externa do Brasil nos meados dos anos 40 costuma ser atrelada a questões da política internacional. Para Saraiva (2007, p. 68) “os colonizadores fecharam o espaço africano para relações internacionais que procurassem romper com o esquema metropolitano de dominação no continente. Em decorrência deste fato, o Brasil acabou por negligenciar o jogo colonial das metrópoles na África”. Apesar de parecer uma realidade distante, o colonialismo era o fenômeno que a África de maneira geral vivenciava no período mencionado.

Com efeito, o próprio colonialismo vai ser o tema inicial no lento renascimento dos interesses do Brasil na África. Celso Amorim (2003) ressalta que, a posição brasileira oscilava desde a defesa explícita de dominação colonial até a posição que expressasse anticolonialismo. Como dissemos no capítulo anterior, as lutas anti-coloniais pela independência começavam a dar sinais no final dos anos 50. Em decorrência deste fato, como aconteceu na Ásia, os movimentos de libertação na África assumiram protagonismo na agenda internacional. Tais agendas foram objeto de preocupação e ação de potências coloniais e principalmente da Organização das Nações Unidas. O governo do presidente Juscelino Kubitschek assistiu sem manifestação explícita a independência formal da primeira nação da África subsariana, hoje Gana, no ano de 1957. Da mesma forma, observou a independência de 17 países africanos em 1960. Disto supomos que a África para JK não tinha valor político. Contudo, lembra Saraiva (idem) o mais importante neste período foi a emergência de vozes dissonantes que defendiam a promoção de uma política firme para África.

Estas reivindicações permitiram a gradual alteração da posição brasileira com as potências coloniais, sendo que alguns setores da sociedade brasileira começaram a pressionar o Estado a tomar uma posição mais firma em relação à África. Sobre este fato Saraiva afirma:

No seio de tais incertezas estava um grupo de intelectuais interessados nos assuntos de relações mais consistentes para o continente africano. Eles advogavam a favor de uma verdadeira política africana no Brasil, defendiam a tese de que, com a aceleração das independências africanas e as novas demandas brasileiras por novos mercados requeriam novos arranjos na política externa do país para África. Portanto, era preciso revisar a posição do Brasil não só no caso da descolonização africana como um todo, particularmente, no caso dos países chamados de África Lusófona (SARAIVA, idem, p. 56).

A década de 1960 pode ser caracterizada como um marco nas relações do Brasil com o continente africano na medida em que o novo interesse brasileiro na África se torna mais claro com a criação do Departamento da África pelo Itamaraty em 1961. Este fato simbolizava a emergência do interesse do Estado brasileiro com os novos países africanos (AMORIM, 2003), evidente não pelo simples fato da criação de departamento que passasse a tratar questões africanas, mas principalmente, pelo fato de formuladores de rumos da diplomacia brasileira terem se expressado contrários ao período anterior, demonstrando uma nítida solidariedade ao esforço independentista de países da África subsariana, e culminando na instalação de primeiras embaixadas brasileiras em Gana, Senegal e Nigéria (SARAIVA, 2012).

Recordo-nos Claudio Ribeiro que, a retomada da política africana do Brasil ocorre levando-se em conta o contexto político e ideológico internacional moldado pela *Guerra Fria* conforme descrevemos anteriormente. Na década de 1960 o continente africano tornou-se para o Brasil um espaço importante na sua busca por novos parceiros políticos e econômicos internacionais e serviu principalmente como nova estratégia na conquista da autonomia em relação à sua inserção internacional nos anos 60, o que rigorosamente implicava a revisão de relações com o centro hegemônico ocidental e os Estados Unidos da América. No decorrer deste processo, a atuação de duas figuras emblemáticas, por meio das quais a África irá ressurgir como prioridade nas relações externas do Brasil devem ser realçadas. Tratam-se dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart, cujas perspectivas políticas em relação à África veeram a ser uma continuação do primeiro.

Segundo Amarim e Saraiva, há várias interpretações em relação a esta busca de parcerias do Brasil para com os países africanos. A primeira está relacionada com a vontade

que Jânio Quadros tinha de chocar a opinião de conservadores, desviando o debate interno para agendas internacionais. Não se deve, portanto, desmerecer essa interpretação ainda que demonstre certa insuficiência. A segunda seria o resultado de uma estratégia pragmática para garantir a expansão capitalista orientada pelo Estado que desse conta de acompanhar o crescimento econômico interno e de demandas sociais geradas pelo processo de industrialização iniciada nas décadas anteriores. A plausibilidade desta última interpretação se apresenta quando é associada à ideia de reorientação política internacional em curso na década de 1960, em que o Brasil buscava certos graus de autonomia na sua atuação externa, posto que, se a descolonização de Estados africanos e asiáticos tornou-se possível, em parte, graças ao aproveitamento da *disputa bipolar*, da mesma forma o Brasil também enxergava um conjunto de oportunidades na conquista de mérito internacional. Em decorrência deste fato Lessa observa:

A conduta da diplomacia brasileira em relação a África, na década de 1960 está associada de maneira clara ao processo de adoção da política externa brasileira para a África baseada no anseio de experimentar a política externa independente dos EUA que perpassa no estabelecimento de acordos de cooperações alternativas, permitindo não somente maiores margens de manobra, como também capacidade de barganha para o país no sistema internacional bipolarizada (LESSA, 1995).

No entanto, com Jânio Quadros e João Goulart o continente africano atinge maturidade na política externa do país, redefinindo a atuação da política brasileira para a África como um instrumento a favor de descolonização e o fim do racismo, pois anunciou apoio à autodeterminação dos povos de cada um dos países africanos. A partir disto, percebemos que a atuação brasileira no continente africano expressa com pragmatismo o desejo de maior autonomia em relação aos centros hegemônicos, e na esteira desta autonomia, a diversificação de contatos passa a ser considerada como condição fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico do país (RIBEIRO, C; 2007).

A partir desta nova postura da política brasileira para a África, alguns especialistas enfatizam que o primeiro desafio foi a redefinição da tendência que oscilava, nas décadas anteriores, entre em apoiar o regime colonial português nas suas colônias em África ou defender a descolonização, cujo momento mais importante foi o reconhecimento da independência das colônias portuguesas, a começar pela independência da Guiné-Bissau em julho de 1974, mesmo com as negociações em andamento entre Portugal e os líderes do Movimento de Libertação de Angola. Como já era de esperar-se, o Estado português criticou

o reconhecimento unilateral brasileiro, sem qualquer consulta prévia a Portugal. Já em novembro de 1975, reconhece a independência de Angola e mais tarde das outras colônias portuguesas, rompendo um ciclo de alinhamento automático com Portugal em relação à África. Iniciava-se assim uma relação privilegiada com a Angola independente e uma melhora evidente nos vínculos com o resto do continente.

Almeida (2011) acrescenta que o Brasil reconheceu a independência de Angola, atribuindo protagonismo ao MPLA, no intuito de conseguir um parceiro privilegiado que pudesse lhe oferecer condições imediatas para sua atuação internacional, na medida em que os EUA apoiavam a UNITA. Neste cenário de guerra o Brasil experimentava, através de interlocução, sua força internacional, a favor da MPLA. Paralelamente a essa articulação política internacional, o governo brasileiro concedeu asilo político a vários representantes do regime colonial português que vivia em África e simultaneamente outorgava permissão para a vinda de imigrantes que quisessem sair das antigas colônias portuguesas em decorrência das guerras iniciadas após as independências em Angola e Moçambique assim como àqueles que se sentiam ameaçados e perseguidos pelos primeiros regimes pós-coloniais em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Este foi um dos primeiros gestos do Estado brasileiro naquele contexto que mereceu, com efeito, o reconhecimento das Nações Unidas.

De acordo com Amorim (Op. cit) a reinserção do Brasil nas relações internacionais na década de 1970 permitiu ao Estado brasileiro reforçar a cooperação com a África subsariana e inclusive com os estados africanos que na época tinham certa perspectiva política ideológica apparentada ao socialismo e igualmente se esforçou na revisão de termos de cooperação com o regime do *apartheid* na África do Sul, sendo que a mais significativa decisão foi a de pôr fim no alinhamento com o regime colonial português em África. Um aspecto a ser enfatizado neste processo de retomada de cooperação com os países africanos é o fato de que o Brasil embora tenha assumido no plano diplomático uma postura discursiva anti-colonialista, no início dos anos 60, percebe-se que permaneceu com a perspectiva de não ingerência e quaisquer outras formas que pudesse pôr em risco suas relações com as potências coloniais em África. A evidência deste fato pode ser observada na sequência do estabelecimento de cooperação que assim começou pelos países africanos de língua oficial inglesa e francesa para alcançar depois os de língua portuguesa. Segundo Amorim (ibid) o Brasil então desenvolveu diferentes ações de uma política externa que seguia passo a passo a sequência de independências e que foi se desdobrando no incremento e na densidade das vinculações,

fortemente evidenciada na assinatura de variados acordos de cooperação e no aumento das relações comerciais.

Saraiva (2012) dedica uma boa parte dos seus textos para reforçar o fato de que a política externa do Brasil para a África na década de 1970 tinha sido fundamentada tendo como base quatro eixos que podem justificá-la. Em primeiro lugar, ele se vinculou ao projeto de manutenção nacional de desenvolvimentismo brasileiro através de uma agressiva estratégia internacional. Em segundo lugar, a relação do Brasil com os países africanos se caracterizava pelo pragmatismo econômico e comercial. Em terceiro lugar, o Brasil assegurou através da política africana, certa influência na região do Atlântico Sul e desenvolveu seus interesses por meio de estímulo a relações econômicas e pacíficas sem militarização da região. Em quarto, o Brasil construiu novas vinculações com a “África Lusófona” à margem da Comunidade Luso-Brasileira.

No esforço de construção de uma política internacional pragmática, o Brasil, através dos governos de Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, depara-se com obstáculos decorrentes da distribuição de poder político no sistema internacional que impedia todas as possibilidades de emergência de novos centros de poder como ele, o que resultou na crítica direta aos Estados Unidos. No entanto, o período era de crescente complexidade do sistema internacional, caracterizado por uma atmosfera de transição de uma rígida polaridade político-ideológica internacional para uma hegemonia dos Estados Unidos e pela emergência de atores como o Japão e a Europa Ocidental. Segundo Hurrel (1988) apud Saraiva (2012), as incertezas do sistema internacional no início dos anos 80 exigiam uma flexibilidade pragmática na ação diplomática brasileira, resultando na reconfiguração dos objetivos que passariam a serem alinhavados no sentido de projetar a imagem de um poder tropical industrial e convencer os estados da África subsariana, principalmente os Palop, que as relações históricas do Brasil com Portugal não deveriam impedir o desenvolvimento de relações comerciais e a expansão de mercado para os bens manufaturados. Antônio Lara observa que:

As elites brasileiras almejavam uma participação no cenário emergente de multipolaridade, com a ideia implícita do que o Brasil deveria ser encarado como uma potência emergente e detentor de um controle político nos trópicos. Assim, aproximar-se dos países africanos tinha como objetivo promover a solidariedade com eles e, ao mesmo tempo, aumentar o poder de influência nos assuntos internacionais, a partir de uma diversificação de suas relações políticas e econômicas (LARA, 2000).

Com efeito, a política centrada na ideia da existência de um *poder tropical* era justificada através da presença considerável da população negra no Brasil, fornecedora de bases para um discurso diplomático que fez questão de pontuar a importância que as relações históricas revestiam para as modernas relações do Brasil com a África. Lara (Idem, p. 61) afirma que “entre os estudiosos do continente, alguns defendem que a dificuldade encontrada pela diplomacia brasileira na articulação e disseminação da ideia da existência de um *poder tropical* entre os novos países africanos era consequência histórica do não envolvimento do Brasil como membro efetivo do Terceiro Mundo”. Embora se considerasse como parte do mesmo, porém, o país nunca se integrou na sua plenitude nas articulações políticas e diplomáticas organizadas em nível do Movimento de Não-Alinhados nas décadas anteriores abordado na parte inicial deste trabalho, o que teria provocado certa reticência entre os africanos e que deu origem à lenta absorção de tal perspectiva diplomática. Já outros estudiosos retomam a ideia de que os maiores desafios diplomáticos do Brasil para África foram as independências de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, enfatizando que a posição brasileira perante as independências havia sido pautada pela defesa incondicional do direito colonial português na África.

Deste modo, o discurso tropicalista fincado na ideia culturalista sobre o qual a construção diplomática avançava se tornou vazio no contexto africano. Contudo, o uso de tal discurso, centrado na familiaridade e na história comum a ambos os lados do Atlântico, como forma de seduzir os africanos pode ser encarado como uma forma incipiente de reconhecimento político da maciça presença de descendentes de africanos no Brasil. Ribeiro (2007, p. 17) afirma que, “a existência de raízes culturais comuns não era consistente o suficiente para assegurar níveis de pragmatismo de relações econômicas que se desenhavam no mundo inteiro no início da década de 1980”. Contudo, apoiando-se em Saraiva entendemos que os anos 80 podem ser considerados de relevo nas relações entre África e Brasil não simplesmente por ter testemunhado a viagem do presidente João Figueiredo à África subsariana, afigurando-se como a primeira viagem oficial de um presidente da América do Sul à região subsariana do continente, mas, principalmente, por não ter havido recuo na política brasileira para a África, e vice-versa, sendo isto também tornado possível com o presidente José Sarney, que coordenou a transição do país depois de décadas de uma série de eventos promovidos pelos sucessivos regimes autoritários para a democracia brasileira.

O presidente Sarney, entre 1985 e 1990 tornou-se o principal protagonista no sentido de ampliar o relacionamento econômico do Brasil com a África, cuja evidência encontramos

no fato de a Nigéria haver se tornado o maior parceiro comercial brasileiro, substituindo a África do Sul na agenda comercial para o continente africano (SARAIVA, idem). Segundo este autor, a participação brasileira no mercado nigeriano foi revestida de grande importância, o que fez o Brasil ultrapassar a relevância econômica das compras nigerianas das da Inglaterra. No âmbito de sua atuação diplomática, Sarney optou pela política africana de continuidade conceitual e prática, mas com notáveis avanços no comércio. Não obstante, os anos 80 são apelidados de década perdida, relacionando ao fraco desenvolvimento econômico do Brasil devido à retração da produção industrial e do crescimento da economia. Deste modo, adotam-se medidas de austeridade pautada na seleção de prioridades em África, o que fez avançar na aproximação com Angola e os países da África Austral e, como não podia deixar de ser, a crise fez com que a política africana começasse a ser questionada por alguns setores da sociedade civil, exigindo redirecionamento de acordos comerciais com as economias ocidentais.

Em março de 1990 Fernando Collor de Mello assume a presidência e devido ao aumento da vulnerabilidade econômica mundial, o Brasil realizou ajustes a fim de reorganizar-se de acordo com os meios disponíveis. O governo Collor passou a recuperar a tendência ao liberalismo, mas de imediato se deparou com o peso do nacionalismo de fins, o termo no qual foi formulado por Hélio Jaguaribe. Para ele, o “nacionalismo não é imposição de nossas peculiaridades, nem simples expressão de características nacionais. É, ao contrário, um meio para atingir um fim: o desenvolvimento”. O governo Collor ainda se deparou com a tradição diplomática pautada na flexibilização, multilateralismo e de diversificação de parceiros que se enraizara na política externa do Brasil. Contudo, o objetivo em relação aos governos anteriores não se alterou substancialmente, isto é, a busca da diversificação das relações internacionais a fim de protagonizar no cenário mundial. Na concretização deste objetivo, “o governo Collor muda-se do cenário de Terceiro Mundo para outros contextos, entre os quais a América Latina, as organizações multilaterais e, preferencialmente, para as economias ocidentais mais ‘avançadas’ (OGWU, 1982 apud SARIVA 2012, p. 51).

Cervo e Bueno (1994) enfatizam que a crise era geral, mas foi particularmente sentida na África de maneira mais aguda se comparada a que se viu na América Latina. Os mercados africanos ficaram diminutos e o peso estratégico do continente também estava em crescente declínio. Tais fatos ocorrem por dois motivos. Em primeiro lugar, o mundo caminhava para a transição Pós-Guerra Fria que acabaria reduzindo igualmente o valor político internacional do continente como um todo por conta do enfraquecimento do bloco soviético na disputa bipolar.

Em segundo lugar, vincula-se ao aspecto, não muito consistente, mas que sempre faz presente quando se explica a priorização das economias ocidentais em detrimento das economias de Terceiro Mundo no período citado.

Estas explicações têm como base a existência de fragilidades políticas profundas na região, como vimos em parágrafos acima, pois, a instabilidade política sempre marcou grandes economias da África subsariana (Nigéria, Costa do Marfim, África de Sul, Angola, entre outros), mas nem por isso, o pragmatismo econômico do Ocidente e nações emergentes deixaram de priorizar o continente. Mas, de alguma forma, questões de instabilidade política podem corroborar no sentido de engendrar pontos de vistas diferentes na tentativa de compreender o resfriamento do comércio com a África na década de 1990. De maneira geral, a crise dos anos 90 teve um impacto que permitiu o afastamento de algumas economias africanas das rotas de comércio mundial, acarretando acúmulo de dívidas por parte do Estado. As crescentes expectativas de cooperação e comércio foram substituídas por pessimismo, especialmente nos PALOP. A política africana perdeu força e acentuou-se seu caráter seletivo por parte dos parceiros internacionais. No caso do Brasil, a elita política do período, às vezes encobertava pelo recurso ao discurso da *Diplomacia Cultural*, as parcerias não se desvincularam totalmente, mas, pode-se observar que, na realidade as relações bilaterais se concentrariam prioritariamente na Nigéria, Angola, Moçambique e África de Sul, países que tinham condições econômicas de responder às demandas brasileiras na época.

Os governos africanos, de modo geral, não ficaram passivos diante da crise observa-se um esforço generalizado dos Estados da África em se unir em um bloco regional para estabelecer ligações entre os países dentro de um determinado espaço geográfico, motivado pelo aquilo que (HARVEY, 2007) chamou da *condição pós-moderna*, isto é, pelos interesses comuns e cooperação nas áreas de comércio e outros setores econômicos, de modo a alcançar uma zona de livre comércio e, subsequentemente, como estratégia de autodefesa e desenvolvimento socioeconômico, como é o caso do SADEC, que no auge da crise da década de 1990 estabelece um tratado em 1992 com o objetivo de melhorar as habilidades técnicas e administrativas dentro da região e estipula o estabelecimento de uma série de protocolos voltados para uma maior integração regional. De acordo com Saraiva (op, cit) na década de 1990 a prioridade da política externa brasileira se traduziu no processo de consolidação do Mercosul, sua ampliação com a absorção de novos parceiros, sua interação com outros espaços econômicos, notadamente a União Europeia, tendo como prioridades a estabilização econômica e a retomada do crescimento do Brasil.

Importa ressaltar que, mesmo com a redefinição da política para África, o Brasil não desconsiderou as relações com parceiros econômicos tradicionais no continente, e na década de 90 esta parceria se afigurava no âmbito multilateral através do fomento da cooperação com o SADEC, sob a coordenação do Mercosul e também com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), caracterizados nas suas composições por Estados altamente diversificados em suas condições socioeconômicas e políticas o que permitiu o Brasil relacionar-se com todos os estados-membros de maneira seletiva. Interessa observar que, apoiando-se no Dicionário da Política de Norberto Bobbio, entendemos *multilateralismo* como um fenômeno na lógica de condução das relações entre os estados no sistema internacional que constituiu na falta de capacidade dos estados individualmente dar respostas aos problemas diferentes, obrigando-os a cooperar para obter respostas coletivas a problemáticas comuns, sendo na prática as ações se refletem na instituição de várias organizações internacionais de vocações igualmente diferentes.

Quando se apoio em Garcin (2009) para analisar a consequência da diminuição da importância da África na política internacional por parte dos centros hegemônicos nos anos 90 associada com o avanço da política seletiva para a África por parte das nações emergentes, estes redirecionando as energias no fortalecimento dos laços com o “Primeiro Mundo”, chegamos à conclusão de que a África torna-se economicamente estagnada se comparada aos avanços que haviam sido conseguidos nas décadas de 70 e 80.

Acredita-se que foi a partir desta conjuntura que o presidente Fernando Collor tentou, no início da década de 1990 implantar o programa de modernização neoliberal no Brasil. De acordo com Almeida (2004), no entanto, com o seu sucessor, o presidente Itamar Franco o projeto de neoliberalismo se atenuou, verificando-se um moderado retorno à política africana, priorizando os PALOP e a região da África Austral. Saraiva (*ibid*) acrescenta que o grande marco do governo de Itamar relativamente à “África Lusofona” está na iniciativa de fazer parte do berçário ao lado do presidente português Mário Soares, permitindo o amadurecimento da ideia de criação de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) como forma de relacionar os dois países aos assuntos africanos, no campo político assim como em nível de cooperação social e econômica.

O autor assevera que, a CPLP se traduziu como zona de paz e cooperação do Atlântico Sul dando ao Brasil condições políticas abrangentes no incremento da ideia de cooperação que mais recentemente reuniu Índia, China e África do Sul. No entanto, diante deste quadro, é correto considerar que, apesar do retrairoamento no relacionamento comercial entre o Brasil e

países africanos, a década de 1990 não deve ser considerada um período totalmente perdido no campo político e diplomático, na medida em que os bons resultados advieram de acordos conseguidos na época e estenderam-se pelos primeiros anos do terceiro milênio.

3.2 - CPLP: Plataforma Antiga para Operações Políticas e Econômicas Contemporâneas

A intensificação da globalização fez surgir de forma muito clara as desigualdades entre regiões, países, grupos e pessoas e aparecem igualmente nítidas as fronteiras e barreiras cuja existência contradiz a tese do *fim da história*²¹, resultando evidentemente numa reestruturação da ordem mundial: novas alianças começaram a se constituir a partir das antigas que haviam sido quebradas ou mudadas o seu caráter. Assim, renasce o ideário da *lusofonia*, entendida aqui como a adoção da língua portuguesa como língua oficial por quem não a tem como língua vernácula; o falar português e o *lusotropicalismo* que se impõem na década de 1990 como necessários ao projeto político português, não apenas no sentido de renovar suas relações históricas com os países que emergiram nos seus antigos territórios coloniais, mas também a busca de sua reinserção no cenário internacional. Nesta expedição, o Brasil, o mais antigo território colonial português, não só assume o papel igualmente histórico no campo intelectual, precisamente, na formulação da proposta de uma comunidade lusófona, como também visualizou a oportunidade de aprofundar as transformações econômicas através da diversificação na economia e consequente ascensão política e econômica internacional, às vezes na base de ideia anterior sobre o *poder tropicalacima* descrito.

Assim, reunidos no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, no dia 17 de julho de 1996, os chefes de Estados e alguns membros de Governo dos Palop, Brasil e Portugal decidiram institucionalizar a primeira organização internacional voltada para a construção de uma comunidade fraterna da língua portuguesa. A ideia de criação da CPLP (a saber, Angola,

²¹ Em 1989, o norte-americano Francis Fukuyama publicou um ensaio intitulado “O fim da história” e três anos mais tarde, em 1992, o livro “O fim da história e o último homem”, no qual aprofunda as reflexões realizadas no ensaio. Ambos discorrem sobre a derrocada dos regimes socialistas no Leste europeu e em especial na ex-União Soviética e a consequente vitória da economia de mercado e da democracia liberal. Fukuyama afirma com base no pensamento hegeliano, que a história havia chegado ao seu fim; que a humanidade, no final do século XX, teria atingido o auge de sua evolução com a superação das contradições existentes e personificadas na Guerra Fria. Com a queda dos regimes socialistas do hemisfério Norte, restava apenas uma única ideologia, um único e vitorioso regime, a democracia liberal. Para ele, a democracia liberal teve como antíteses e se saiu vitoriosa não somente contra o socialismo, mas também contra outros regimes totalitários como o fascismo e o nazismo e os autoritarismos de direita representados pelos regimes militares latino-americanos, africanos e os asiáticos (FUKUYAMA, 1992).

Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) surge durante uma visita a Cabo Verde, do então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama em 1983. Na ocasião Gama referiu-se que o processo mais adequado para tornar mais consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países da língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar conferências rotativas bienais de chefes de Estados e de governos e efetivar consultas políticas frequentes e encontros regulares nas reuniões da ONU ou outras organizações internacionais. Vale frisar que, em 2014, a Guiné-Equatorial foi aceite como membro pleno da Comunidade²².

Nas palavras do Jaime Gama, em princípio, a CPLP nasce para valorizar determinadas dimensões sociais e culturais que supostamente os países membros têm em comum como herança histórica, a saber: em primeiro lugar, a identidade linguística como um patrimônio comum formador do modo histórico de pensar introduzido a partir da experiência colonial portuguesa; é à base da mobilização para a constituição desta comunidade política e tem sido consequentemente, o argumento político de referência, o discurso legitimador e a retórica discursiva que sustenta a constituição da comunidade. Em segundo lugar, o nascimento da CPLP, responde à dimensão histórica do longo prazo entre os países que a integram. Parte desta dimensão histórica já foi descrita então nos resto destacar aqui aspectos entrelaçados na relação do Brasil com a costa africana, a começar com sua acepção mais profunda que remonta, nos tempos de D. João VI, no momento de criação de uma comunidade luso-brasileira, vinculado a Portugal e suas possessões ultramarinas que se juntaria ao Brasil.

No início do século XX, Silvio Romero defendeu a ideia de uma federação luso-brasileira, contudo segundo Claudio Ribeiro (2007) a mais profunda expressão deste debate será introduzido pela sociologia de Gilberto Freyre, com discurso baseado na ideia de culturalismo e Lusotropicalismo, cujo seus pressupostos teóricos, assim como as críticas subsequentes, retomaremos mais a frente. Considerando-a como uma oportunidade histórica sem precedente, a Comunidade dos países de Língua Portuguesa emerge analiticamente como

²² A Guiné Equatorial pediu o estatuto de observador da CPLP antes do seu ingresso na organização, a exemplo de Timor Leste. A Guiné Equatorial foi uma colônia Portuguesa entre os séculos XV e XVIII, ainda tem algumas províncias do país, onde as línguas crioulas baseadas no português são faladas, além de conexões culturais e históricas com São Tomé e Príncipe e consequentemente com Portugal. O país recentemente cooperou com os Países Africanos de Língua Portuguesa e o Brasil em projetos educacionais. Em 2004, em São Tomé e Príncipe, os Estados-membros concordaram em alterar o estatuto da comunidade para aceitar países como observadores associados. A entrada plena da Guiné Equatorial esteve em discussão em todas as conferências subsequentes no sentido de admitir como membro pleno. Na sua oitava cúpula em Luanda, Angola, em julho de 2010, a CPLP decidiu abrir negociações formais e mais intensos com a Guiné Equatorial sobre a sua adesão plena à CPLP. A adesão da Guiné Equatorial como membro de pleno direito da CPLP ocorreu durante a cimeira de Díli, em Timor-Leste realizada em 23 de julho de 2014 (AGEÊNCIA LUSA, JULHO DE 2014).

meio de cooperação entre os países para enfretamento da crescente complexidade do fenômeno político no espaço lusófono e afigura como meio institucional capaz de potenciar o diálogo internacional entre países que comungam da língua portuguesa como meio de comunicação. No reforço dessa perspectiva, Susana Costa e Odair Varela, citando o ministro português Jaime Gama, observam que o valor primordial do projeto e a solidez de propósitos comuns consubstanciam-se na edificação de uma comunidade política “lusófona”, dotada de uma arquitetura institucional capaz de conferir um novo patamar ao diálogo institucional entre os constituintes (COSTA; VARELA, 2012).

Os seus instrumentos normativos esboçam-na como uma organização de foro multilateral com vocação de aprofundar os laços de amizade, fraternidade e solidariedade e de uma cooperação assente em benefícios mútuos entre os seus membros²³. Assim, a Comunidade tem como objetivo estruturante: a concertação político-diplomática entre os seus membros em matérias de relações externa. Saraiva (2012) atribui a importância da mesma na constituição de uma plataforma diplomática de concertação, observando que o cenário internacional está marcado pela interdependência complexa, resultado da reconstituição de grandes espaços geopolíticos e o reencontro das áreas culturais. Deste modo, segundo Costa e Varela (op, cit) a CPLP assume desafios centrífugos da globalização e centrípetos da regionalização com base na língua portuguesa, e a materialização de projetos de promoção e difusão da língua, as quais reforçam a sua presença no cenário político internacional, e alarga objetivos da Comunidade também na cooperação dos domínios econômico, social, cultural, jurídico e técnico-científico (ESTATUTO – CPLP apud SARAIVA, 2012, p. 121).

Esta organização, em seus termos, goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira. A Comunidade rege-se pelo princípio da igualdade soberana de seus Estados membros, não ingerência nos assuntos internos, respeito pelas identidades nacionais e reciprocidade de tratamento, promoção de valores da paz, democracia e direitos humanos, primado do Estado de Direito democrático, justiça social, respeito pela integridade territorial, promoção do desenvolvimento e de uma cooperação mutuamente vantajosa. Com base nestes termos, especialistas sublinham que, em todas as perspectivas de constituição de uma plataforma de solidariedade entre falantes da língua portuguesa desde períodos remotos, a CPLP parece ser mais pragmática nos seus propósitos. Sobre este propósito Saraiva afirma:

²³ Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Lisboa. MNE, 1996.

Desde sua constituição, esta organização vem costurando a nova comunidade, com outros rumos mais dialogados com as partes integrantes, substituindo os temores de reminiscência dos ideias dos antigos impérios, acima de tudo, a CPLP não interessa tanto para as questões das experiências coloniais ou neocoloniais (SARAIVA, 1996).

Os seus defensores incentivam aspectos desta organização que possam interagir com a modernidade, de modo a promover novas formas de convivência entre os países que a integram, viabilizando mecanismos que possam responder aos anseios e aos desafios do mundo contemporâneo, particularmente na educação, na política, na economia, entre outros, onde cada membro possa tirar proveito prático da lógica desta interação, especificamente se trouxer a lume os mecanismos pragmáticos de sua ramificação que assentam no desenvolvimento econômico, social e tecnológico, sobretudo em alguns Estados que nela integram que derivam sua modernidade de um processo tardio de descolonização dolorosa. E a maioria dentre as cinco nações deste processo (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique) permaneceram até recentemente mergulhadas em guerras, decorrentes, em parte, de interesses dos parceiros externos dedesinteligências domésticas que acabaram por comprometer as transformações positivas²⁴. Abrimos espaço aqui para explicitar a autoria do conceito de *ramificação*, acima referido, como resultante de “um esforço intelectual desenvolvido por David Mitrany que, no sentido da aplicação da integração funcionalista das relações internacionais, procurou demonstrar que a circunstância de uma colaboração bem sucedida entre Estados numa área técnica específica incentivaria a expansão da cooperação em outros domínios, porque quando os Estados interagem em múltiplas áreas técnicas e funcionais os custos se revogam e tais relações aumentam significativamente” (MITRANY, 1948, apud AUGEL, 2007, p. 93).

Assim, este esforço político conjunto entre Portugal, Brasil e os PALOP iniciado no Centro Cultural de Belém na década de 1990, pode ser considerado como um novo momento histórico, de reaproximação de nações e de recriação de laços de solidariedade no espaço dos países da língua portuguesa. A afirmação política da Comunidade tem ocorrido por meio da

²⁴ Parte dos termos da dimensão pragmática de CPLP está expresso no seu texto da Declaração Constitutiva, aprovado por presidentes e membros dos governos, visando: primeiro, consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere a identidade própria aos Países da Língua Portuguesa, refletindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícuo concertação e cooperação. Segundo, encarecer a progressiva afirmação internacional do conjunto de países da Língua Portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum. Terceiro, reiterar o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento econômico e social dos seus povos e para afirmação e divulgação cada vez maior da Língua portuguesa (ESTATUTO – CPLP apud SARAIVA, 2012, p. 116).

abertura de espaços de concertações no campo social, econômico, jurídico, educacional, etc. Neste aspecto destaca-se a 2^a conferência realizada no dia 16 de julho de 1998 na cidade de Praia, Cabo Verde, centrando-se nas questões da educação, onde se discutiu e produziu uma declaração de incentivo à cooperação entre as Instituições de Ensino Superior no espaço da Comunidade. Esta conferência da CPLP ficou conhecida como a Conferência da Praia e trouxe uma perspectiva de ampla mobilidade acadêmica nos espaços de países-membros de professores, técnicos e estudantes, e, de alguma forma, teria estimulado algumas iniciativas institucionais que se transformaram em projetos concretos, como a criação da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sediada no município de Redenção, no Estado de Ceará (Brasil), além de outras iniciativas acadêmicas bem sucedidas voltadas para a abertura de espaços de intercâmbios como a Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa (CONLAB), que se materializa em congressos bienais, assim como o espaço de concertações na gestão de ensino superior, a exemplo do Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa (FORGES), além de vários núcleos de estudos com enfoque diversos.

Estas iniciativas se somam, principalmente, com a participação de grupos constituídos interinstitucionalmente (por exemplo, Unb, UFBA e UFPE), compostos por professores e alunos universitários engajados contemporaneamente no desenvolvimento de atividades de investigações avançadas na antropologia sobre, países, regiões, grupos e pessoas em suas localidades de origem e aquelas que estão em fluxos e contra fluxos no espaço da CPLP, cujos ideários acadêmicos experiências sociais são compartilhados em cursos como o da escola doutoral da “Fábrica de Ideia”²⁵. Outro aspecto significativo deste processo vincula-se em iniciativa de instituir o “observatório da África contemporânea” denominado da rede afrodigital. O professor Antonio Mota, idealizador e coordenador deste projeto, sublinha que

²⁵ O curso avançado em estudos étnico-raciais *Fábrica de Ideias* foi iniciado em julho de 1998 e é organizada pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos (Posafro), sediado no Centro de Estudos Afro-Ásia (CEAO) vinculado a UFBA, em parceria com o Centro de Estudos Internacionais. É o resultado de uma iniciativa pioneira no âmbito das instituições universitárias brasileiras, cujo objetivo é fomentar tanto o intercâmbio de professores e alunos da pós-graduação interessados na temática dos estudos étnico-raciais e na interface com os estudos africanos, quanto favorecer a incorporação de uma dimensão comparativa e internacional. A equipe de professores da Fábrica de Ideias está composta de nomes de referência no próprio campo, como Omar Thomaz (Unicamp), Elísio Macamo (Universidade de Basileia), Claudio Furtado (UFBA e UNICV), Livio Sansone (UFBA) e Antonio Motta (UFPE). Além de ministrar aulas, auxiliam os alunos nos projetos de pesquisa. Às vezes, a partir destes contatos, alguns dos alunos despertam interesse em realizar parte dos estudos em outras instituições no Brasil ou no exterior, enquanto outros mantêm contato com os professores do curso durante a realização de suas pesquisas, ou seja, a experiência da Fábrica de Ideias muitas vezes se amplia para além do contato inicial. O curso Fábrica de Ideias tem sido reconhecido como experiência única no mundo acadêmico, no sentido de sua contribuição ao debate, em nível de pós-graduação e a formação de redes entre docentes e estudantes das mais variadas regiões e países do mundo, principalmente, entre os países da América Latina e da África (FÁBRICA DE IDEIAS, UFBA-MARÇO DE 2015).

o novo espaço digital “tenciona explorar”, investigar e discutir novas formas narrativas veiculadas no meio digital seu objetivo maior é a produção de conhecimento e disponibilização digital do mesmo a serviço da sociedade o projeto afrodigital, encontra-se sediado no Laboratório de Estudos Avançados de Cultura Contemporânea (LEC) (Programa de Pós-graduação em Antropologia) e no Laboratório de Multimeios (Curso de Museologia), do Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Motta enfatiza que, o afrodigital afigura como um museu digital, ferramenta educativa e de pesquisa que busca estimular novas possibilidades de criação, de intervenção, de comunicação e interpretação do mundo contemporâneo por meio de exposições interativas e outras formas cognitivas de organização e difusão de informações²⁶.

Estes empreendimentos, quando somados entre si, de alguma forma enriquecem o conhecimento recíproco à luz de um leque alargado de experiências acadêmicas, sociais e culturais, e, na esteira dos mesmos, como havia se referido Mitrany, surgiram outros ganhos, como os que ocorreram já na 3ª Conferência da CPLP, realizada em julho de 2000 em Maputo, Moçambique, na qual o documento final da conferência recomendou aos Estados-membros, entre outras coisas, esforçarem-se na consolidação e no aperfeiçoamento das instituições democráticas de acordo com as legítimas aspirações dos seus povos. Esta declaração teve um impacto que resultou em reflexões profundas diante das crises políticas existentes em países africanos de língua portuguesa como a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Ao mesmo tempo, pediu esforço no desenvolvimento de ações de erradicação da pobreza, dinamismo econômico, equilíbrio macroeconômico, compromisso em ampliar o comércio, estimular o desenvolvimento tecnológico e compartilhar a tecnologia, além de garantir a segurança dos cidadãos dos países integrantes em diferentes contextos da comunidade. A partir de então floresceram casos de evolução política e econômica interessantes, como os de Angola, Moçambique e Cabo Verde. Contudo, como em toda relação surgiram, simultaneamente, preocupações que a Comunidade, de maneira geral, abriga na senda desta integração.

²⁶ Plataformas digitais, formando a Rede Afrodigital, composta atualmente pelas seguintes estações: Pernambuco, Bahia, Maranhão e Rio de Janeiro. Embora cada uma delas possua propostas diferenciadas, todas se articulam em torno de um ideal comum: motivar a produção de memórias sociais através de demandas identitárias e de políticas culturais “redistributivas”, “de reconhecimento” e de “direto à diferença”, tendo como interfaces processos de musealização e patrimonialização interculturais (MUSEU AFRO-DIGITAL, MARÇO DE 2014).

3.3 - Lusotropicalismo e Lusofonia: conceitos para pensar a constituição da CPLP

Há na origem da constituição da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, entre aqueles que a reivindicam, a materialização do idioma, neste caso, o português, como espinha dorsal e finalizadora de sua constituição, e onde exatamente encontramos algumas dificuldades conceituais quando nos dispusemos em abalizá-la de maneira mais atenta. Costa e Varela (*ibid*) observam que alguns dos elementos conceituais que refletem esta dificuldade teórica sobre esta temática incluem a ideia de Lusotropicalismo e a Lusofonia. Porém, explicam que independentemente das motivações mais ou menos defensáveis dos pontos de vista éticos e políticos subjacentes a este debate de interesse acadêmico e político, não há dúvida de que esta discussão tem contribuído significativamente para a expansão do conhecimento teórico e empírico, tanto sobre a temática de uma forma geral, como acerca dos numerosos subnexos causais que ela abrange, isto é, o aumento da circulação dos cidadãos nos diferentes espaços da comunidade dos países falantes da língua portuguesa, migração e retorno, racismo, direitos humanos, “fuga de cérebros”, impacto no mercado de trabalho, etc.

A literatura existente não demonstra nenhuma polarização acentuada entre otimistas defensores da comunidade e pessimistas que exigem profundo debate histórico sobre encontros, relações e formação social de países que a integram, assim como sobre os interesses que contemporaneamente unem e tendem a fortalecer os laços e outros, que ao mesmo tempo fragilizam a integração.

Conforme explanamos em parágrafos anteriores, o esgotamento político e econômico dos soviéticos permitiu o fim da rivalidade bipolar, que até então, mobilizava atenção de grande parte dos cientistas sociais, sendo que cada um tentou de alguma forma contribuir reflexivamente, prevendo nova situação internacional que a partir daquele momento desenhava-se em nível global. Um dos trabalhos que evidenciaram este fato foi o *Choque das Civilizações*, de Samuel Huntington, historiador e cientista político americano, que defendeu a tese cuja novidade não reside tanto no conteúdo, mas na controvérsia que gerou, em relação a várias especialistas, quando constata a possibilidade de haver um novo conflito global baseado, principalmente, nas diferenças entre as “civilizações”, ou seja, entre os conjuntos de sociedades que reivindicam a mesma raiz cultural, étnica e linguística, com intensidades diferentes. O autor identificou várias regiões civilizacionais, dentre elas a africana, a latino-americano e a ocidental.

Não dispomos aqui do espaço para discorrer sobre a fundamentação da hipótese de Huntington. Mas, como dissemos anteriormente, a proposta de uma integração de países

apregoando a existência de características culturais como patrimônio comum não é recente e já foi citada por muitos. No caso da CPLP, uma das teorias que apresenta uma retórica e um argumento teórico é o luso-tropicalismo formulado pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre ainda na primeira metade do século XX. Freyre parte do pressuposto da existência de uma civilização original constituída partir da expedição portuguesa nas regiões tropicais do globo e da maneira singular dos portugueses relacionarem-se com as populações indígenas. Tais ideias, em parte, se apoiam numa curta estadia etnográfica que tivera em Mundos que, segundo ele foi, o Português que o criou. Ele passou os meses de agosto a setembro de 1951 em Portugal. Em outubro visitou a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Em dezembro percorreu São Tomé e Angola e em meados de 1952 esteve em Moçambique. Ele também visitou Goa. Destacou destas experiências que o português tinha como características a *plasticidade* e a *mobilidade* para viver e permanecer nos trópicos. Características que, segundo Freyre, somente foi possível ao português devido ao seu passado “de africanizado, arabizado, orientalizado o que capacitou-o com alto grau de disposição à *aventura do amor*” (esta última a terceira característica fundamental). Este povo seria, assim, portador de uma suposta dualidade étnica e cultural, que o faria confraternizar com outros povos, os quais foram se submetendo ao seu domínio. Com efeito, Freyre afirma:

[...] Essa capacidade de convivência deveria dar lugar a uma audácia cada vez maior à aventura de se desenvolverem em povos de cor, para neles e em gentes mestiças, e não apenas brancas, sobreviverem os melhores valores portugueses e cristãos num mundo menos racista que o atual (FREYRE, 1953, p. 75).

No lusotropicalismo, o português parece ser o único herói, por sinal transmissor da cor, e os “outros” aparecem como figurantes que são chamados para compor o palco do cenário, em última análise, para legitimar a ação lusitana. Foi através desta interação entre herói e figurantes que podemos hoje compreender a mútua influência em várias dimensões da vida cotidiana, principalmente culinária, comportamento social, modo de vestirem-se, ritos religiosos e acima de tudo, a língua. Mário de Andrade, sob o pseudônimo de *Buanga Fele*, teria sido o primeiro africano a criticar o Lusotropicalismo dedicado à África, apontando o fato de que:

[...] Freyre ter se recusado em ver o funcionamento do aparelho colonial como sendo antes de tudo uma empreitada econômica dirigida por um poder político. Essa recusa é a maior fraqueza da sua sociologia. No fundo, a mestiçagem foi largamente praticada no Brasil não em virtude de

considerações morais ou visão política, mas por uma simples circunstância o número extremamente reduzido de mulheres (ANDRADE, 1985, p. 27).

Em consequência deste fato, no caso do Brasil, os três elementos viriam a criar uma sociedade miscigenada na sua composição étnica e cultural. Contudo, Andrade duvida de uma vocação mais cristocêntrica que eurocêntrica do português face a uma prática escravocrata manchada de sadismo por mais de três séculos. O autor lembra que a mestiçagem teve força no passado africano, mas perdeu vigor com o colonialismo em África. Deste modo, o Lusotropicalismo “não é válido para explicar a formação do Brasil e é inteiramente falso para as circunstâncias do colonialismo português na África” (ANDRADE, 1985, p, 30). É difícil hoje imaginar que Amílcar Cabral, fundador do nacionalismo caboverdiano e guineense, recusasse as ideias norteadoras na qual assenta a CPLP, mas, como intelectual, a interpretação dele sobre o Lusotropicalismo como uma ideologia justificadora em si mesma do colonialismo português, não deve ser encarada como lugar onde se devesse procurar fundamentos para constituição desta nova comunidade política e linguística, ele salienta que:

[...] criou-se um mito com todas as peças. E como todos os mitos, principalmente quando eles dizem respeito à dominação e exploração dos povos, não lhe faltou o homem de ciência, no caso um sociólogo renomado, para dar-lhe uma base teórica. O Lusotropicalismo. Freyre confundiu, talvez involuntariamente, realidades ou necessidades biológicas e realidades sócio-econômicas, históricas, e fez de todos nós, povos das províncias coloniais dos portugueses, os bem-aventurados habitantes do paraíso tropical (CABRAL, 1969).

Todos os pressupostos do Lusotropicalismo foram classificados por Cabral como um grande erro que, por sinal, não é monopólio de Gilberto Freyre, mas da história da colonização da África e do que sobrou dela ainda hoje, isto é, o de caracterizar o processo de colonização de modo generalizado, estabelecendo diferenças apresentadas como específicas por parte de cada colonizador. De modo geral, não há como negar a força que este mito possuía, principalmente quando se olhava para a imagem mestiça do Brasil. Portanto, contrastando os fatos apontados por Andrade e Cabral, observamos que está no Lusotropicalismo a afirmativa de que a marca das terras colonizadas por Portugal não teriam sido a de terras violadas ou conquistadas à força bruta, mas suavemente assimiladas.

Ainda na esteira de Andrade e Cabral, as pesquisas de René Pélissier demonstram que a conquista, só do interior de Angola custou aos portugueses quase duzentas campanhas militares. No final do século XIX, quarenta e cinco (45%) do orçamento de Angola era gasto

em operações militares que envolveram cerca de 40 mil militares. Um pormenor demográfico interessante da época ilustra que, em Angola, em 1844, havia somente 1.845 portugueses, dos quais um pouco mais de 100 eram mulheres²⁷.

A necessidade de complementar a visão de Freyre sobre as terras africanas suave ou docemente assimiladas e sobre a coerção da divisão sexual do trabalho africano, no qual é enfático, afirmando que “sem coação da parte do europeu, não teria se dado a tão violenta revolução social como a representada por este deslocamento do trabalho agrário das mãos da mulher para as do homem. Paradoxalmente, “foi o trabalho coercivo a que foram submetidos os escravizados que permitiu ao português fazer o homem trabalhar contínua e regularmente nos campos e nas plantações de cana” (FREYRE, 1953, p. 405).

Na atualidade cabe-nos uma tarefa que deve envolver os antropólogos e sociólogos da CPLP a rediscutirem as distorções analíticas dos nossos antecessores. Pois, não se encontra, nem à luz da história geral e nem singular dos PALOP, adotar/aceitar esta essencialidade, esta quase perpetuação genética de aptidões e comportamentos do português, como nos quer levar a crer Gilberto Freyre, o português.

O que está em causa, no entanto, não são apenas os aspectos perversos a que esta teoria esteve a serviço no regime autoritário português do Estado Colonial, como formas políticas de atuação, através das quais o regime garantiu os seus privilégios contra a legítima vitalidade dos povos colonizados na manutenção de uma barreira entre os níveis sociais entre colonizador e colonizado e no sentido de evitar que a direção político-econômica fosse disputada contra o europeu, mas, particularmente os sentimentos negativos que estas formulações acabaram suscitando implicitamente entre os Outros, sobretudo quando se busca nestas formulações o embrião da nova comunidade. A mais clara manifestação de desagrado contra o Lusotropicalismo aparece primeiro em Mario Pinto de Andrade²⁸. Tal sentimento de

²⁷ Ver Artigo da José Maria Nunes Pereira (Pesquisador do Centro de estudos Afro-Asiáticos): *Mario de Andrade e o lusotropicalismo*. Universidade Cândido Mendes-UCAM.

²⁸ Ele publicou na revista Présence Africaine (v. 9, n. 5, out.-nov. 1955) um artigo intitulado Qu'est-ce que 'le tropicalisme'? Neste trabalho, ele retoma sua análise crítica sobre o Lusotropicalismo que já se encontra presente na Antologia de Poesia Negra de Expressão Portuguesa de 1955, alargando o seu entendimento do que se poderia chamar de Lusotropicalismo, considerando-o como “um movimento de integração de valores tropicais na cultura lusitana ou de circulação de produtos em áreas de influência portuguesa; nunca como uma harmonização de valores europeus (lusos) com os africanos ou orientais”.

rejeição começa a se proliferar energeticamente no seio dos intelectuais africanos após a queda da ditadura em Portugal, com a qual também cai a importância do *Lusotropicalismo*²⁹.

Todavia, parte dos pensadores e estadistas continuaram se esforçando para manter a ideia da solidariedade entre os povos falantes da língua portuguesa, sobretudo em Portugal, mas também no Brasil, nos anos que se seguiram após a descolonização portuguesa. O resultado vivo deste esforço surge na década de 1990 quando se realizou pela iniciativa luso-brasileira um projeto intercontinental, conhecido como Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Na oportunidade, o legado de Gilberto Freyre e o seu possível papel na legitimação desta Comunidade foram igualmente evocados. Além do Lusotropicalismo há, portanto, outro conceito importante, o de Lusofonia, também com capacidade de sustentar os fundamentos ideológicos e políticos nas relações entre as nações que têm a língua portuguesa oficialmente.

O conceito de Lusofonia aqui convocado pode ser de uma maneira geral considerado como sendo elaborado pelas elites políticas e também permanece como um conceito em processo histórico imbuído da ideia de construção de uma comunidade ou servindo de arquétipo mítico que concebe não uma crença messiânica, mas um processo de emancipação cultural capaz de edificar uma pátria onde a língua portuguesa seria o cimento da união de vários povos, cuja projeção para o futuro depende dos diferentes níveis de investimentos políticos patrocinados pelos seus constituintes.

Ao contrário desta ideia, Cristóvão (2002) fala que a Lusofonia constitui hoje um conceito genérico, difuso e circunscrito à sua dimensão linguístico-cultural, posto que seus aspectos geopolíticos careçam de força. Este autor afirma que, as redes de interdependência complexa que se tecem no sistema mundial contemporâneo pressupõem que o conceito se adapte despojado de conotação estritamente linguística e de construções identitárias e culturais como componentes antropológicos que suportam a base secular de uma matriz histórica-cultural. No seu turno, Carlos Lopes acredita que hoje deve prevalecer é o discurso político que assenta na expressão da vontade política dos Estados soberanos, mas que avança na escala planetária em termos de uma rede de articulação estratégica de projeção global no atual contexto geopolítico multipolar, caso contrário, o conceito de Lusofonia continuará a ser

²⁹ Ver os textos: Adriano Moreira de MARCHUETA, M. R. – FONTES, J. *Comunidade dos países de língua portuguesa*; o artigo do Duarte de Carvalho (CARVALHO, R. D. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, pela tangente); ou, numa perspectiva diferente, a contribuição da cientista angolana Maria da Conceição Neto (NETO, M. C. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX), entre outros, o artigo do Suzano Costa (Investigador do Observatório Político) e Odair Varela (Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra), intitulado Desconstruindo o Discurso Legitimador da CPLP.

entendido como um sonho luso de um territórioimaginário que alude à dimensão simbólica devidamente contextualizada com dispositivos retóricos do Lusotropicalismo acoplado na nostalgia imperial.

Os especialistas apontam desafios que se impõem à afirmação e à projeção da CPLP no contexto de uma geopolítica multipolar podem, em parte, ser encontrados nas diversidades de interesses nacionais dos países que a integram. No caso de Portugal, parece que a importância da CPLP é subalternizada e tende a ser expressa na retórica discursiva e política como uma prioridade secundária depois da integração europeia, fazendo com que a prioridade institucional da CPLP acabe por ser submersa por oposição à importância atribuída ao processo da citada integração. No caso do Brasil, apesar de avanços nos últimos anos, verificados em termos de assinaturas de vários acordos e parcerias para o desenvolvimento sustentável com os países africanos, a CPLP também não parece ocupar uma posição de destaque no ideário político externo brasileiro, senão a curto e médio prazo. O lugar da CPLP nas prioridades políticas brasileiras é difuso e marcado por oscilações estratégicas. Este fato, segundo Fernando J. Cardoso (2003) decorre, em parte, da mútua desconfiança e de endêmicas rivalidades luso-brasileiras que só se atenuam pela pseudo irmandade que surge na retórica do discurso político, e, de outra parte, pela notória gravitação das orientações estratégicas da política externa brasileira, particularmente na década de 1990 em torno de outros espaços geopolíticos como Mercosul, Estados Unidos e União Europeia.

Encontrar uma orientação política no sentido de valorização da CPLP não vai além de necessidades momentâneas de captar a potência que este espaço encerra, não apenas para cooperação bilateral de interesses manifestamente energéticos, mas também para sustentar o histórico discurso *culturalista* para com a África em geral, servindo de uma espécie de sedativo social para os movimentos sociais que reivindicam a valorização social, política e econômica da africanidade como parte fundamental na formação da nação (negros e pardos) brasileira. Acerca do Brasil, alguns argumentos podem ser aduzidos para evidenciar o fato do país nunca ter desenvolvido uma verdadeira ambição lusófona e, ademais, acrescenta-se o fato da África representar para a elite brasileira, o “submundo de processo identitários escondido na própria terra de pau Brasil” (CARDOSO, op; cit).

Tendo em conta os múltiplos espaços de cooperação política e integração existente (UA, SADEC) regional que Angola se encontra inserida, a CPLP ainda é uma realidade longínqua. Segundo Cardoso (2003), em Angola a CPLP revela-se muito mais como um mito do que realidade, pois a prioridade política é bastante imperceptível, porquanto os esforços

apontam para considerações de caráter bilateral e multilateral, tendo como parceiros principais União Europeia e BRICS. Para Suzana Costa e Odair Varela, citando Cardoso, o fim da guerra e o contexto regional atraente em termos econômicos, somados à prioridade da reconstrução nacional e ao desenvolvimento sustentável têm lançado a CPLP para segundo plano, embora Angola tenha mantido a trilateralidade cooperativa com Brasil e Portugal.

No que diz respeito a Cabo Verde, os princípios pragmáticos da política externa caboverdiana podem ajudar a explicar o seu entusiasmo na criação da CPLP. Para tanto, segundo Furtado (2003), a institucionalização da CPLP tem propiciado a diplomacia caboverdiana uma atuação nos grandes espaços geopolíticos e nas organizações internacionais de vocações regionais e universais. Neste sentido, Varela (2003) acrescenta que o projeto político da constituição da CPLP por parte de Cabo Verde enquadra-se na estratégia global de desenvolvimento do país, no sentido mais vasto do processo da sua internacionalização. A situação em Moçambique aparenta-se com aquela que encontramos em Angola, em relação a CPLP, onde se observa os níveis de distanciamento na sua agenda política externa. Embora sendo um país membro da Comunidade, mantendo a língua portuguesa como idioma oficial e elemento estratégico da identidade regional, a prioridade política assenta-se nos termos de sua integração à *Commonwealth*, ou seja, uma organização intergovernamental composta por quase a totalidade de países que faziam parte do Império Britânico. Na *Commonwealth*, Moçambique empenha no processo de reconstrução nacional e desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que tem mantido a trilateralidade cooperativa com Brasil e Portugal em diversas áreas, assim lançando a CPLP no plano do ceticismo.

Num patamar extremamente oposto situa-se a Guiné-Bissau. Fernando Cardoso indica que, a integração da Guiné-Bissau no cenário global das nações e nos processos de cooperação multilateral tem sido em parte, dificultada pela instabilidade política interna e crescente desagregação das instituições do Estado desde os anos 90, o que dificulta numa análise confiável do lugar da CPLP na sua agenda política. Contudo, a sua dependência em relação às instituições internacionais e às instâncias financeiras externas na locação de recursos para funcionalidade do aparelho do estado advém desta relação com a CPLP. Portanto, pode-se, com efeito, concluir que a importância da CPLP para Guiné-Bissau estaria ancorada no esforço e eficácia desta organização na viabilização de meios políticos e econômicos que possam propiciar sua manutenção na agenda política internacional. A Guiné faz parte dos países em permanente processo de reconstrução, os quais perpassam pelas múltiplas ancoragens políticas, por isso não deve abdicar-se de nenhum convite, tanto feito

pelas organizações regionais como CEDEAO e UEMOA ou internacionais como UA, Francofonia e a CPLP, cuja continuidade em cada uma destas organizações dependerá, em última análise, das vantagens que daí se extraia, na perspectiva de assegurar a paz interna assim como de evitar o seu desaparecimento da agenda internacional.

Assim como Cabo Verde, no arquipélago de São Tomé e Príncipe é pacífica e consensual a prioridade diplomática atribuída à CPLP. Para Cardoso (2003), a inserção do arquipélago por meio da CPLP no espaço comunitário enquadra-se na estratégia global de desenvolvimento nacional, ainda que existam possibilidades em curto prazo de exploração dos recursos como petróleo, podendo redefinir o jogo geo-estratégico e de prioridades políticas. Com a ascensão do Timor Leste à condição de Estado Independente e a admissão da Guiné Equatorial como membro da Comunidade, a CPLP pode expandir a sua esfera de influência territorial, atingindo espaços asiáticos e passando a constituir uma plataforma de cooperação tricontinental para quadricontinental.

Enfim, o percurso histórico da CPLP e o seu lugar na estrutura da política externa dos Estados-membros mostram-se distintos. Embora existam evidências de avanços no âmbito das parcerias entre os países que integram a Comunidade, a CPLP continua a apegar-se em torno da língua portuguesa, pois os esforços da cooperação multilateral em vários domínios com fins pragmáticos têm sido manifestamente insuficientes na afirmação internacional como comunidade política. Como foi ilustrado, as opções políticas externas dos Estados-membros da CPLP têm representado prioridades e orientações distintas, o que fragiliza o sucesso político e institucional da Comunidade. Segundo Lopes (2003, p. 45), a “CPLP não constitui um rival da *Commonwealth*, da Francofonia ou da Hispanofonia, não é e nem pode ambicionar a ser uma organização de integração regional, não só pela dispersão geográfica, mas também pela carência de relações comerciais e financeiras entre as economias que a integram”, ou seja, a falta de um conteúdo econômico que encerra a sua conceptualização teórica enquanto rede de articulação estratégica de projeção global determina a fragilidade institucional da Comunidade. A partir disto Flávio Saraiva acrescenta, apontando a imperiosa necessidade da CPLP ir além de uma ancoragem idiomática:

A adesão africana a um mundo de língua portuguesa deve ser lembrada por dois aspectos cruciais que remontam à memória. Em primeiro lugar, o português ainda simboliza, para a última geração de combatentes nas guerras de independências, a língua do colonizador. Em segundo lugar, há uma crescente aproximação de alguns desses países, como Moçambique e Guiné-Bissau, de outras comunidades linguísticas de matriz ocidental, como inglês

e francês que geram mais resultados práticos em termos comerciais e diplomáticos (SARAIVA, 2012).

Entretanto, ao mesmo tempo que se observa a importância econômica observa-se que o ponto nevrálgico da CPLP é exatamente a ausência de conteúdo econômico na formalização e prática da instituição. A constatação deste fato já era perceptível desde o surgimento da CPLP no Brasil, que ocorre como foi demonstrado, no governo do presidente Itamar Franco e coincide exatamente com o ciclo de retraiamento econômico e consequente redução de intensidade nas relações comerciais, diplomáticas e estratégicas com os países africanos na década de 1990, principalmente os PALOP. Este processo de deixar para trás os parceiros africanos por razão de suas fragilidades econômicas irá se consumar no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que acreditava que o Brasil se enganara ao apostar na África durante os governos anteriores, opinião que provocaria as críticas do Itamaraty, mas não mudaria a perspectiva política de FHC em relação à África.

Segundo Saraiva (1996), o governo de FHC, adota uma visão desenvolvimentista subordinada ao ideário neoliberal que considerava a aproximação com o Terceiro Mundo obsoleta. A África não estava entre as prioridades do novo governo e apenas alguns países faziam parte da política seletiva, o que aprofundou o distanciamento brasileiro das nações africanas enquanto se valorizava a África no discurso através de apelo culturalista³⁰. Portanto, apesar de oscilações verificadas nos governos brasileiros desde os anos 1960 em relação à África, a nova ênfase na política africana no Brasil emerge no início deste século XXI, redesenhando novos rumos no atlantismo brasileiro, sendo que a CPLP constituiu-se nesse novo cenário como um instrumento altamente relevante e os Palop assumiram o protagonismo natural de reverter o curso de suas histórias de guerras e atrasos além de doar espaço para o relançamento do Brasil no cenário internacional.

³⁰ Opinião do ministro das Relações Exteriores de Cardoso, Luiz Felipe Lampreia: Uma política africana de resultados nos planos políticos, econômico e de cooperação parte dos muitos elementos de identidade existentes entre o Brasil e a África e da contribuição cultural e étnica do continente africano em nossa formação como nação soberana e independente para não falar da riqueza material criada pelo trabalho africano. Prestamos colaboração aos países africanos na medida das possibilidades as que, francamente, são bem distintas das que prevaleceram na década de 70 e início dos anos 80, quando existiam condições objetivas para oferecer créditos subsidiados a vários países africanos. Hoje, as condições são outras no Brasil e na África (UMA DIPLOMACIA AFIRMATIVA NA ÁFRICA, EM CORREIO BRASILIENSE DE 11/05/1996).

3.4 - Nova Perspectiva da Política Externa Brasileira para a África do Século XXI

A agenda africana no Brasil, como já vinha sendo analisada nos capítulos anteriores, apesar da continuidade e aumento do seu peso em relação aos investimentos e comércio no começo deste novo milênio, apresentou segundo Saraiva (2012) um quadro de inconsistência durante várias décadas, culminando em declínio nos anos 90 do século XX, principalmente nas ações e prioridades políticas brasileiras. A tese básica dos especialistas que discutem a política externa brasileira é de que, na primeira década do século XXI, o Brasil avançou nas suas posições globais extrapolando suas fronteiras no oriente e no ocidente; substituiu o período de quase apagão na sua relação com a África por um ciclo inspirado na virtude de cooperações, de pragmatismo nas ações econômicas e projetos altruístas (Saraiva, idem) de relevância social em todo o continente e para o Brasil. Essa mudança de perspectiva em relação à África ocorreu a partir da nova vontade política de reverter a crônica disposição de fazer vontade política e de reverter um longo período de submissão econômica aos países como os Estados Unidos e de alguns países que integram a União Europeia.

Em termos gerais, o Brasil nunca deixou de reconhecer a importância e os interesses convergentes que o aproxima da África. Segundo Saraiva (idem), a política externa africana no Brasil não trouxe resultado imediato no seio da sociedade quanto ao reconhecimento de novo rumo da política externa brasileira ao passo que na África os Estados também preferiram um compasso de espera por alguns tempos para perceber que o Brasil do presidente Luiz Inácio Lula da Silva queria, de fato, participar no renascimento africano do início do século XXI depois de extensos períodos de incerteza na sua relação política e econômica com a África como um todo.

E, como tivemos oportunidade de referir anteriormente, o governo do presidente Lula da Silva imprimiu uma atitude proativa na diplomacia brasileira e permitiu que fosse estabelecido um ambiente favorável para o desenvolvimento econômico endógeno e deu tônica à autonomia da política externa ao inserir o Brasil na sociedade internacional através da diversificação de parcerias. Segundo Vigevani e Cepaluni (2007), essa autonomia atribuiu importância à cooperação Sul-Sul, destacando a África como prioridade na estratégia da política externa do país associada à prioridade mais ampla conferida à cooperação Sul-Sul, buscando um eixo equilibrado de relacionamento com os países do Norte. Enquanto isso, o compasso de espera e reticência dos Estados africanos em relação à nova intenção do Brasil

do presidente Lula se pulverizou em meio a várias viagens que Lula da Silva fez ao continente durante seus dois mandatos³¹.

De acordo com Saraiva (op, cit) no campo diplomático tais visitas foram marcadas por discursos assentes no argumento político do pragmatismo econômico horizontal. Em tais ocasiões, o então representante do Ministério das Relações Exteriores, Celso Amorim afirma:

[...] Não são viagens para esperar resultados econômicos em curto prazo, contudo, a África representa um mercado importante, pois, além de sua relevância política internacional, há um componente econômico e comercial crescente, no entanto, buscamos fortalecer um vínculo político com uma parte do mundo à qual nos unem historicamente.³²

Na ocasião Celso Amorim reconheceu que existe espaço significativo para o trabalho de cooperação, aumento do comércio de bens e serviços. Acredita-se que o fato motivador seria o processo promissor da estabilização e retomado do crescimento no continente africano, conforme atrás referido, a Angola foi considerado como um exemplo, mas a ação brasileira não se restringe unicamente àquele país. A mudança de rumo na dimensão africana, a revalorização do diálogo político vai ser potenciada no discurso do presidente Lula da Silva e será igualmente uma espécie de indicativo de crédito relativizador do ceticismo dos Estados africanos. Ainda na sua posse o presidente Lula da Silva dirigindo-se à sociedade brasileira afirmara:

[...] Chegou a hora de transformar o Brasil num país soberano, digna e consciente de sua importância no cenário internacional... Dizia ele, no meu governo, as ações diplomáticas do Brasil estarão orientadas por uma ação humanista e será igualmente um instrumento de desenvolvimento social e econômico nacional... Reafirmamos laços profundos que nos unem com todo o continente africano e nossa disposição de contribuir para que a África se desenvolva nas suas enormes potencialidades.³³

³¹ Ministério de Relações Exteriores (MRE), no período de 2003 a 2010, registra 12 viagens de Lula da Silva à África tendo visitado 23 países africanos com destaque às viagens a Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau. No geral, esse número de visitas é considerado como um fato inédito sem precedente na história da diplomacia brasileira em contrapartida, nos mesmos períodos o Brasil recebeu 49 visitas dos presidentes de diferentes países africanos. (Balanço de visitas internacionais do presidente Lula da Silva e visitas ao Brasil de presidentes ao Brasil entre 2003 a 2010). Disponível em: [hhh//www.itamaty.gov.br/tema/balanço de política externa brasileira – 2003 a 2010](http://www.itamaty.gov.br/tema/balanço de política externa brasileira – 2003 a 2010).

³² Celso Amorim – Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil - Discurso da posse preferido em 01/01/2003.

³³ Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, discurso durante sua posse no Congresso Nacional do Brasil, em 01/01/2003.

Assim, foi redefinida a relação do Brasil com o continente africano, como podemos conferir nos discursos acima, do embaixador Celso Amorim e do próprio presidente Lula da Silva. Em quase todas as suas visitas em África, em especial nos “Países Lusófonos”, Lula da Silva proferia discursos que legitimavam a requalificação das relações com a África como uma das metas do seu governo. Numa das visitas à África, diante de platéia composta de chefes de estados e governos africanos, ele disse:

[...] O incremento de relações com o continente africano, constitui para o Brasil, uma obrigação política, moral e histórica. Pois, contabilizam-se muitos laços que unem esta região do mundo com o Brasil, em particular os países que falam a língua portuguesa. Temos em comum, não apenas ligações étnicas e culturais, mas, sobretudo, a necessidade de assegurarmos o desenvolvimento econômico e bem-estar de nossos cidadãos e, o Brasil, em particular como país mais forte e mais rico precisa fazer ações mais concretas para dar sinais ao resto de mundo de que temos uma dívida histórica com o continente africano (REVISTA ÁFRICA 21, do dia 20 de novembro de 2005).

A herança escravocrata potencializou os discursos anteriores proferidos por governos brasileiros e alguns setores da sociedade civil centrados na ideia de afinidade, laços históricos e solidariedade como valor primordial que consubstancia a edificação da relação do Brasil com a África, hoje, analiticamente evidenciamos que a retomada das relações Brasil-África a partir do governo do presidente Lula da Silva assenta em novas bases, mais sólidas e permanentes, como o protagonismo empresarial e a inovação conceitual. Alguns fatores, que estão no centro da compreensão desta solidez da relação entre o Brasil e África, no entender de especialistas como (SARAIVA, 2012), podem ser identificados de seguinte maneira. Em primeiro lugar, o interesse nacional é assumido pelo protagonismo da classe empresarial dentro de uma perspectiva de expansão do capitalismo brasileiro que pode ser evidenciado num aumento das relações comerciais, assim como na abertura para atividades empresariais no campo midiático e no estabelecimento de várias instituições religiosas oriundas do Brasil. Em segundo lugar, outro setor que protagoniza o fortalecimento da nova relação Brasil-África é sem dúvida a presença de agentes da diplomacia em países africanos e estes no Brasil, agora funcionando dentro de uma arquitetura institucional, que conferiu um novo patamar ao diálogo intercontinental e à concertação político-diplomática entre os países do Sul em geral. E em terceiro lugar, na dimensão conceitual, isto é, nas inovações conceituais o que demonstra existência de grande potencial ainda a ser explorado.

A importância estratégica do continente africano no governo do presidente Lula da Silva, apesar de notar-se grande diferença com o governo de FHC, apresenta algumas linhas

de continuidade. Salienta-se que o governo de Lula da Silva empenhou-se no incremento de alianças e é nele que a coalização Sul-Sul foi institucionalizada, o esforço político na constituição de uma aliança Sul-Sul corporizada em torno da ideia de fortalecer a posição brasileira em assuntos internacionais acabou se inserindo numa perspectiva universalista³⁴ da política externa de Lula da Silva. Contudo, a lógica de cooperação Sul-Sul teria sido experimentada na década de 1990 no governo de FHC com a formação do Fórum Trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) no sentido de desenvolver cooperação econômica entre os países do hemisfério sul.

O governo Lula da Silva implodiu as bases do sistema unilateral e das inconsistências que vigoravam e orientavam as ações do sistema multilateral no governo FHC, ao voltar atenção especial aos países emergentes, agregando-se às nações com relativa fragilidade política e econômica endógena e exógena, juntos buscando polos de equilíbrio, o que acabou lhes permitindo apresentar maior peso político e econômico internacional sem abrir mão dos parceiros tradicionais. Assim, podemos afirmar que foi desta forma que Lula da Silva estruturou o esquema universalista da política externa brasileira com bases sólidas em busca de uma ordem internacional, incorporando as nações dos Palop.

Por sua vez, Cervo (2004) afirma que o presidente Lula da Silva inovou as diretrizes da política externa do Brasil na medida em que construiu uma estratégia de inserir o país no cenário internacional ajustado ao papel histórico que o Estado brasileiro por obrigação moral e política tem de esforçar-se para cumprir na contemporaneidade. Saraiva (2012) acrescenta que o Brasil é um país de dimensão continental, social e culturalmente formado congregando povos do mundo inteiro, e, levando isto em conta, o Brasil não deve optar em apenas cooperar com países e nações pelo nível de desenvolvimento alcançado. Em relação ao continente africano, embora grande parte das relações contemporâneas com o Brasil assentar-se em bases econômicas e comerciais sustentáveis, nos documentos constitutivos de tais relações e no próprio discurso que as esboçam, ainda é notória a ênfase atribuída aos laços de amizade, fraternidade e solidariedade, ressaltando menos os ganhos decorrentes desta relação.

Importa sublinhar que, torna-se antiético qualquer relação que, ignora que a maioria dos países africanos tem apenas quarenta anos de soberania nacional e que os passos que

³⁴ Universalismo aqui é entendido como ação mais alargada da diplomacia no sentido de ampliar o bilateralismo, assegurar o regionalismo por meio de ações concretas. No caso do Brasil, tais ações se traduziram na crítica ao Conselho de Segurança das Nações Unidas no sentido de sua reforma exigindo mais representatividade. O Universalismo no governo de Lula da Silva também ficou marcado pelo esforço no restabelecimento de parcerias com os países africanos, com nações magrebinas além de outros países que integram o BRICS (CERVO, 2004).

foram dados em tão pouco tempo devem merecer considerações. No entanto fica o registro de que, o continente africano quase em sua globalidade começa este novo milênio com desígnios de superar os efeitos das guerras e da pobreza, redirecionando e assumindo, paulatinamente, a pujança institucional propensa em promover o desenvolvimento com base nas cooperações mutuamente vantajosas com todos os parceiros regionais e internacionais. Deste modo, a África parece não aceitar a legitimação de acordos políticos e econômicos com base nos argumentos e conceitos hiper-identitários, mas querendo parcerias com novas bases pragmáticas, distante do fetichismo de conceitos.

Assim, como sublinha Saraiva (idem), para a reaproximação do Brasil com a Nova África foi lhe necessário redefinir uma forma de colaborar com a agenda de desenvolvimento sustentável de seus parceiros no continente, em todos os níveis, diferentemente da política para África desenvolvida no Brasil desde anos 60 até anos 90 do século XX.

Na verdade, a própria África que outrora fora encarada apenas como arquétipo mítico do mundo, um componente antropológico que havia suportado a construção social e cultural do Brasil e tinha igualmente sido durante a Guerra Fria um componente geopolítico usado para suportar a ascensão política de blocos ideológicos bipolares, hoje, especialistas concordam que a África reivindica seu desenvolvimento econômico aludindo para o seu potencial de transformação social com dinâmicas estruturadas em torno dos seguintes postulados: *herança e projeto*, isto é, não deve esquecer-se da herança dolorosa do passado e deve-se, no entanto, a partir dela projetar o futuro; *afirmação e desenvolvimento*, ou seja, desfazer-se da sua ‘história única’, a de pobreza e atraso, com respostas profícias às aspirações dos povos; *estratégias e ações*, isto é, reverter o quadro histórico de suposta desinteligência política e econômica e assumir posturas manifestamente claras nas estratégias e no prosseguimento dos propósitos desenvolvimentistas; *convicção e empenho*, atitude pró-ativa no sentido de responsabilidade para com as novas gerações; *humanismo e universalismo* assentem no desenvolvimento de uma perspectiva humanista centrada na proteção dos direitos humanos e universalista, isto é, propenso a cooperações e complementaridade com nações de outros continentes.

Não pode deixar de reconhecer a importância que os elementos de uma nova política solidária, realista e abrangente do Brasil com a África. Contudo, avaliando a estratégia e as parcerias para o desenvolvimentismo no século XXI, compreendemos que a ação brasileira em África, neste sentido, deu-se em função do continente de alguma forma ter se tornado lugar de oportunidade, com tendências econômicas positivas, sendo visto e descrito como

universalista e fértil, um lugar ideal para os que buscam mercados, mas, sobretudo, pela convicção e empenho na implantação de reformas políticas que apontam na direção do fortalecimento das instituições democráticas como fator incentivador de investimento estrangeiro no continente. Esta tendência já foi apercebida por vários estudiosos, a começar com Saraiva (2012) que sublinha o seguinte:

[...] A contenção de conflitos armados deu lugar a um crescimento econômico com indicadores macroeconômicas apontando para o otimismo numérico, resultando na autoconfiança de gestores em continuar a introduzir profundas transformações em suas estruturas políticas, econômicas e sociais no plano doméstico. Além de esforçarem no sentido de consolidação de regimes políticas democráticas consideradas essenciais para o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo se esforçam na redefinição das estratégias de industrialização e pela integração das economias aos fluxos internacionais de comércio e investimento (SARAIVA, idem, p. 101).

Sob este ponto de vista, enfatiza-se que a performance da conjuntura e da estrutura econômica do momento tem atraído alguns empreendedores, grupos e atores econômico brasileiros e outros, como é natural, preferem manter-se céticos. Em relação àqueles que ainda preferem esperar, autores como Cervo (op, cit) falam que os Estados africanos esforçam-se cada vez mais para continuar criando condições para atrair investidores estrangeiros, seja através de promoção de direitos humanos, seja pelo crescimento econômico, apesar destes fatores, é evidente hoje uma clara penetração competitiva de antigos centros hegemônicos e nações emergentes e que todos eles, por vários motivos, ainda ultrapassam a presença brasileira no continente. De fato, a África tem problemas, mas qual continente ou país do mundo que não os apresentam?

A recente reconfiguração da política africana no Brasil a partir do governo de Lula da Silva não valorizou a “Nova África” apenas nas questões econômicas, como também em outros aspectos, o que, aliás, ficou marcado em seu discurso de posse e nas várias viagens à África ao longo do seu mandato. A “Nova África” ajudou Lula a colocar em pauta alguns problemas crônicos endógeno, tais como a intensificação do debate interno sobre a história e a cultura afro-brasileiras e sobre a afro-brasilidade e sua cidadania excludente, ou de cidadãos de segunda classe, cujos reflexos propiciaram o fomento do ativismo da sociedade civil brasileira, envolvendo diretamente instituições como as universidades e o Supremo Tribunal Federal. O fomento do debate sobre as cotas raciais de acesso dos afrodescendentes às Instituições de Ensino Superior no Brasil permitiu novo fôlego ao desenvolvimento de velhos campos de cooperação com a África, com destaque na educação, intercâmbios culturais,

mobilidade acadêmica, imigração, etc. Neste sentido, a CPLP se converteu num potencial ator africano que de alguma forma se tornou parceira na articulação e projeção dos interesses sociais e no reforço de reaproximação cultural do Brasil com o continente como um todo. Por outro lado, a CPLP serviu-se igualmente numa espécie de trampolim brasileiro onde pudesse executar operações de seu acesso a outros espaços no contexto africano.

Por exemplo, o Brasil conta com a intermediação institucional com a Guiné-Bissau como membro da União Econômica Monetária do Oeste Africana (UEMOA) e Cabo Verde junto com a Guiné-Bissau, como membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) no sentido de apoiar sua inserção neste mercado com base na partilha de um mesmo idioma, o mesmo pode ser dito com relação ao Brasil e o SADEC na África Austral. Em contrapartida, o Brasil mantém profundas relações com os PALOP contabilizando, segundo dados do Itamaraty, o maior número de projetos se comparados aos países de Francofonia, Anglofonia ou em relação aos países nortesarianos³⁵.

Em nível da União Africana (UA) observa-se que o Estado brasileiro tenta reverter o histórico de afastamento desta organização, marcado pelo distanciamento em suas relações ao longo do século XX, ao empreender ações no plano social e cultural com os países-membros da UA, enquanto o Brasil acompanha a organização no cumprimento de seus objetivos endógenos através de articulações internacionais, sendo-lhe um elemento agregado para enfrentar o realismo geopolítico num mundo globalizado, que Keohane e Nye (2001) caracterizaram como sendo marcadas pela gestão da interdependência complexa.

Um dos fatos que fizeram parte desta gestão foi a entrada da África do Sul contando com o apoio total do Brasil ao lado da Índia, China e Rússia, no grupo de países do BRICS. Fato celebrado em todo o continente da mesma forma que se celebrou em África a eleição de um brasileiro a ocupar a direção do Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em junho de 2011. Para Cervo (2010) esta eleição configura-se como um dos exemplos da articulação diplomática no âmbito dos Estados africanos, pois, sem os votos deles e sem as ideias do candidato em torno do tema da agricultura nas savanas africanas, seria difícil a eleição do representante do Brasil numa das mais importantes instâncias das Nações Unidas.

³⁵ No quadro geral, as empresas brasileiras atuantes no continente, destacam-se os grupos Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiros Galvão assim como Vale do Rio Doce e a Petrobrás. O comércio entre Brasil e África, entre 2000 a 2010 cresceu de US\$ 4 bilhões para US\$ 20 bilhões, atingidos uma soma em 2008 de US\$ 26 bilhões. Com esse cálculo de 2000, o continente africano representa 3,85% do comércio do Brasil com o Mundo e em 2010 a balança afigurava em 5,32%. Assim, configura-se como quarto maior parceiro comercial do Brasil depois da China, Estados Unidos e Argentina (IPEA/BM - SARAIVA, 2012, p. 98).

De maneira geral, diante deste panorama político e diplomático, associado ao pragmatismo econômico brasileiro e de seus parceiros africanos apresentados, comprehende-se que na primeira década do século XXI, as relações entre o Brasil e o continente africano escreveram-se sob novas páginas nas suas históricas relações, desta vez com novas bases e orientações estratégicas na política externa de ambas as partes³⁶. Uma das novas bases que, hoje, analiticamente evidenciamos nesta retomada das relações Brasil-África a partir do governo do presidente Lula da Silva assenta, como dissemos anteriormente nas inovações conceituais. Saraiva (2012, p. 99) observa que, houve revisão do discurso culturalista de antes em favor de uma nova visão mais estrutural no pragmatismo da cooperação com os Estados africanos. No começo deste século, formou-se no Brasil uma junta intelectual, envolvendo agentes da diplomacia, ativistas de direitos sociais, pesquisadores e professores universitários para a desconstrução da retórica discursiva e do argumento político em torno de temas românticos da chamada africanidade brasileira associada à política externa para a África.

Na primeira década do século XXI, o Brasil inovou “encerrando” o discurso oficial assente na ideia de culturalismo que foi originado na sociologia brasileira e tinha sido premiado historicamente e veiculado pelas elites e os intelectuais orgânicos³⁷. Cláudio Oliveira Ribeiro afirma ser comum no Brasil, seja na imprensa ou mesmo nos discursos oficiais que o substrato básico das relações entre o Brasil e a África seria o componente étnico e cultural. Ribeiro (2007) dá como certo que este argumento tem perspectiva culturalista, fortemente inspirado pelas análises de Gilberto Freyre, e pode ser descrita seguindo seus aspectos essenciais, pois “durante um período de três séculos, a escravidão negra constituiu-se numa das principais instituições do Brasil, deixando marcas profundas na composição étnica, política e social do país. A compreensão, bem como a própria formulação da política externa

³⁶ Não obstante, como não podia deixar de ser, houve críticas sob alegações de que havia pouca relevância dessa relação comercial. Os críticos em relação ao comércio com os países emergentes e africanos partem de um princípio comum, o de que esse comércio não é compensador se comparada a perdas de exportações para os países do Norte. Para os críticos, as relações com as novas áreas dão importância às altas porcentagens de comércio com EUA e a União Européia. Neste sentido, Mourão (2006) observou que a abertura de novos mercados tem de ser entendida como uma atividade “complementar” e não substitutiva ou de exclusão de mercados tradicionais. Saraiva (2012) acrescenta a cooperação Sul Sul, representa uma oportunidade de alargar o comércio exterior brasileiro e no caso da África, em particular além das questões comerciais o Brasil ganha com a África por conseguir acesso aos novos mercados e influência nos espaços multilaterais (SARAIVA, 2012, LIMA, 2005).

³⁷ Antonio Gramsci atribuiu aos intelectuais orgânicos a tarefa hercúlea de alterar a cultura política e a cultura objetiva por via de combate cultural “de modo a amadurecer a sociedade para uma nova fórmula”. Porquanto, o poder constitui o principal objeto da disputa política. Gramsci sugere, ainda, a possibilidade de mudar os vetores da cultura subjetiva dos indivíduos através de uma intensa operação de propaganda ao nível de mudar a cultura política com implicações sobre a fórmula política dominante e o figurino do discurso legitimador. A distinção estabelecida entre domínio, (momento da força) e da direção (organização do consenso) é fundamental: o grupo dominante não se torna dirigente senão quando chega, por intermédio dos seus intelectuais, a exercer a sua hegemonia sobre a sociedade inteira (GRAMSCI, 1989).

brasileira para os países africanos, nestes termos, não podem ser satisfatoriamente alcançadas sem o devido reconhecimento do papel desempenhado pelos fatores étnico-culturais na formação da nacionalidade brasileira". Portanto, a dimensão étnico-cultural é em última análise é, o cerne para qualquer esforço analítico de relações contemporâneas entre o Brasil e os países africanos, em particular os PALOP.

O discurso do presidente Lula da Silva também expressa esta ideia de que o estreitamento das relações com a África constitui para o Brasil uma obrigação política, moral e histórica, afirmando, no entanto que:

[...] Com 76 milhões de afrodescendentes, faz do Brasil a segunda maior nação negra do mundo, atrás da Nigéria, e o governo dele estaria empenhado em refletir essa circunstância em sua atuação política externa. Todavia, quando nós decidimos fazer o Brasil voltar os seus olhos para a África, não era nenhuma atitude de benevolência, e não era porque a África é mais perto do que outros países. Era, sobretudo, porque o Brasil, mais do que qualquer outro país do mundo, tem obrigações históricas, não apenas porque os negros e as negras trabalharam, neste país, como escravos, durante tantos anos. Temos obrigações históricas pelo que aprendemos, do ponto de vista cultural, com os negros, que eram livres e que foram transformados em escravos para vir trabalhar neste país. (Luiz Inácio Lula da Silva).³⁸

Contudo, existe reafirmação do entendimento por parte dos analistas quanto à importância a que o enfoque culturalista pode produzir em termos do conhecimento, no entanto, no contexto econômico capitalista assente na globalização, importa pontuar, apoiando-se em Celso Furtado, citado por Cláudio Ribeiro, de que "a dimensão cultural, guarda um fim próprio, que não pode ser limitado ou simplesmente sobreposto por outros, como o econômico, pois os valores e a cultura enquadram-se na dimensão dos fins, e a lógica dos fins escapa ao cálculo econômico, pelo menos em sua versão tradicional". Apesar disto, "ninguém deve ignorar que as relações entre fins e meios nos processos sociais contemporâneos são com frequência biunívocas, podendo prevalecer uns ou outros na configuração ocasional desses processos" (FURTADO, 2003 apud RIBEIRO, 2007, p. 25).

No caso das relações entre o Brasil e os países africanos, o discurso culturalista teve efeitos negativos para ambas as partes. Os intelectuais africanos (Mário Pinto de Andrade e Amílcar Cabral, citando apenas alguns) manifestaram-se contra tal discurso, caracterizando-o como um instrumento de propaganda colonial, lacunoso, romântico e pouco atento às transformações operadas no continente como um todo. No Brasil, o discurso culturalista

³⁸ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do Museu Afro-Brasil. São Paulo, 23/10/2004. (REVISTA ÁFRICA 21, do dia 27 de outubro de 2004).

escondeu, segundo professor Henrique Cunha uma série de disfarces e serviu particularmente como nova ideologia que tendia tão somente a exaltar a contribuição dos afrobrasileiros, do ponto de vista étnico-cultural ao mesmo tempo em que estes eram afastados das instâncias política e econômica brasileira.

Para reescrever a nova política africana que emerge no Brasil no início deste século XXI, segundo Saraiva (op, cit) o presidente Lula da Silva, advogaria a favor da substituição do discurso culturalista por outro discurso, o da Dívida Histórica do país em relação à África. De acordo com este autor, essa dívida é reconhecida não apenas pelo Estado, mas também por grande parte da sociedade civil brasileira demandando nova forma de construção de uma nova matriz teórica na relação política com o continente africano. A dimensão conceitual (doutrina gilbertiana) construída no passado, já de alguma forma apurada nos capítulos anteriores, também sofreu reverso do ponto de vista da opinião no seio das instituições como o parlamento, as universidades, as empresas e vários atores sociais e agentes culturais.

No entanto, se a África é um lugar de formação da brasilidade, segundo Saraiva (ibid, p. 34), “curtida e urdida no tempo, uma política para o continente africano não poderia esquivar-se de tal especificidade”. A partir disto o mais importante foi identificar certa satisfação das lideranças e alguns intelectuais africanos contemporâneos com o novo discurso brasileiro. Pois, desde a década de 1960, a maioria dos políticos, todos os governos militares e alguns intelectuais brasileiros, longe do consentimento da parte africana, preferiram o uso do idioma da solidariedade cultural e tônica assente na dimensão mítica, simbólica e imaginária, engendrando ilusões em relação à África, tida às vezes como um território habitado apenas pelo povo negro e, onde foram arrancados os antepassados de povos que ajudaram a formar as sociedades nas Américas, sobretudo no Brasil, sendo por isso continua ser imaginado, reinventado e idealizado de várias perspectivas.

Em suma pode-se afirmar que, grande parte da literatura brasileira sobre a África aponta o fato de que, tais ilusões levaram à compreensão de que o Brasil tinha um lugar natural na África, espalhada na ideia de que o Brasil, pela sua amalgama étnico-cultural com forte presença africana na sua formação social, poderia ser elevado à condição de dívida tropical estabelecedor de comunicação entre dois polos separados, neste caso pela cor da pele e tradições culturais, a Europa colonizadora e a África colonizada, afirmativa com evidência no discurso de Jânio Quadros quando do lançamento do embrião da política africana no Brasil, proferido no Congresso Nacional, no dia 15 de março de 1961, definindo a política para África como:

[...] Um instrumento contra a colonização. O presidente Jânio Quadros sustentou que o Brasil tinha aspirações comuns com a África, como o desenvolvimento econômico, industrialização e o desejo da paz e deixou clara que o interesse em África era resultado da necessidade do crescimento interno do país, inspirada nas primeiras independências em África, presidente anunciou que o Brasil estaria disposto ajudar a África a alcançar um nível de unidade interétnica e a ordem moral e conclui que: a ‘África próspera e estável’ seria condição essencial à segurança do Brasil (SRAIVA, op. cit, p. 79).

O argumento aduzido na dinâmica da nova política africana no Brasil a partir do século XXI demonstra ter peso, na medida em que se afigura em bases pragmáticas como a obrigatoriedade de ensino da História Africana nas escolas brasileiras assegurada na Lei, 10.639 de 2003 assim como a criação da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), medidas que não apenas amplia o conhecimento sobre a África como mostra o princípio de reversão inerente ao conceito culturalista que engendrou no país a ilusão de um Brasil democratizado racialmente, propenso a atuar como um modelo para a África. Com efeito, estas medidas acentuam o fato de que a nova aproximação é mais horizontal e parceira.

Contudo, parece que há espaço para perguntas, como, por exemplo, o que ocorre, em caso de mudança de condições políticas e econômicas favoráveis aos dois lados? É melhor esperar para ver até onde vai a capacidade de resistência de novas bases lançadas nesta relação África-Brasil. Podemos ter convicções, mas a história revela enganos, pois, é comum ouvir que a história tende a repetir-se. Um cenário mais pessimista no Brasil pode decorrer novamente de alguma fragilidade política ou crise econômica, e, em África de disputas mais acirradas por recursos naturais (China e Rússia mais Estados Unidos) cada vez mais cobiçados, e poderia acarretar em crise política e econômica e propiciar assim em um retrocesso na política africana do Brasil, para além de seu discurso culturalista. Os acontecimentos movem-se em linhas curvas, podendo gerar impactos negativos, mas estes acontecimentos só podem ser presenciados depois e sendo escritas novas páginas a seu respeito, a exemplo da dramática conjuntura política que o Brasil vive, que pode ao que tudo indica, levar ao *impeachment* da 1º presidente mulher do Brasil, o que de alguma forma pode apresentar algo novo ou renovado na relação entre o Brasil e os países africanos.

Como no momento, o que podemos presenciar não é só a persistência de situações positivas em África, a exemplo da diminuição dos conflitos, da estabilidade política e da consolidação da democracia, apesar de ainda se registrar uma frágil governança nalguns

países, a tendência é acreditar na continuidade do aprofundamento da política africana do Brasil e de incremento de várias ações diplomáticas internacionais em África apoiado pelo Brasil. Assim, desde já podemos asseverar que a primeira década deste século configura-se como sem precedente nas relações políticas, econômicas e diplomáticas entre Brasil e África, cujos reflexos podem ser sentidos não somente na estabilidade econômica, tanto no Brasil como em África, em especial nos PALOP, mas também na nova relação do Brasil com a África, que permitiu a intensificação de circulação de pessoas, levando o Atlântico a testemunhar novas migrações e travessia de diversas coisas e ideias. Se no século XV o Atlântico havia intermediado, com suas ondas calmas ou agitadas, o tráfico de pessoas escravizadas para o Brasil, no século XXI a política, a ciência, a cultura, a economia, o comércio e a diplomacia pairam em cima do mesmo Atlântico, trazendo e levando as ambições dos Estados-nação e também as frustrações individuais ou coletivas de expectativas que, ora silenciadas ora gritadas pelos homens e pelas mulheres. Passemos agora para a penúltima parte, onde se pretende fazer a exposição sobre escolas, teoria e discorrer sobre processos migratórios dos africanos para o Brasil contemporâneo.

Parte 4

O FENÔMENO MIGRATÓRIO: EXPERIÊNCIAS E ABORDAGENS DIFERENTES

4.1 - Estado e Migração: presença africana no Brasil

A partir do início do século XXI, as investigações sobre a presença de pessoas oriundas de diversos países africanos no Brasil têm apresentado progresso no meio acadêmico, suscitando uma ampla produção científica e cultural, assim como um intenso e acalorado debate em torno da africanidade brasileira. De maneira geral, a presença de africanos em solo brasileiro tem chamado atenção da sociedade em todas as grandes cidades do país, sendo também razão de várias matérias na grande mídia brasileira. Contudo, este crescimento de volume de pesquisas científicas e debates que emergem em torno desta população, atendem unicamente a demanda relacionada à compreensão do crescente fluxo de pessoas vindas da África para o Brasil. Poucos trabalhos são dedicados a apresentar a percepção de que, ainda que seja uma presença significante, trata-se de uma resposta africana a intensificação da expansão do capitalismo brasileiro, onde tal se manifesta no comércio e nos investimentos públicos e privados nos contextos africanos.

Essa expansão se apresenta como uma forma não só de garantir a continuidade da solidez da economia brasileira, através da diversificação de atividades econômicas e comerciais, mas também de assegurar não apenas um crescimento estável dessa economia, bem como auxiliar a implementação de outras políticas a nível do BRICS, assim como participar no atual processo de desenvolvimento social e econômico no continente africano, especialmente nos PALOP, explicitada como grande meta da política externa brasileira para África iniciada desde 2003, período em que governo brasileiro começou intensificar os acordos com os países da “África Lusófona”, principalmente na área de cooperação técnica através de missões realizadas em diferentes países centradas em várias áreas de conhecimento, a saber: educação, saúde, agricultura, meio ambiente e formação ou capacitação profissional, envolvendo Itamaraty e outras instituições brasileiras, buscando transferir as melhores práticas da administração pública brasileira aos africanos.

Neste contexto, observou-se um incremento substancial de acordos de cooperação técnicas e culturais entre o Brasil e os países africanos cujos termos respaldam e ajudam a intensificar as atividades das grandes empreiteiras brasileiras no continente africano, com destaque para os grupos: Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão. Estas corporações atuam em diversos países da África como: Moçambique, Angola, Guiné

Equatorial, Guiné-Conakry, Mauritânia, Argélia, Líbia, entre outros, mediante a capacidade da oferta e da demanda de cada país.

Ainda na mesma perspectiva de cooperação, segundo MRE através do Departamento da África e Oriente Próximo, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Instituto Rio Branco³⁹as empresas brasileiras encontram-se no continente africano com as ações centradas em três atividades diferentes: exploração do mercado, extração de recursos naturais e realização de obras públicas. Na primeira, o Estado ajuda a identificar as oportunidades dos mercados⁴⁰ em África; já as empresas operam na exploração de tais oportunidades com participação de empresas públicas e privadas, locais e regionais. Isso acontece dentro dos termos de acordos econômicos do país e das organizações sub-regionais como SADEC na África Austral, UEMOA na África Ocidental e, de maneira mais ampla envolvem também as organizações como UA e CPLP que apoiam a expansão das empresas brasileiras, por exemplo, o Banco do Brasil esboçou uma tentativa de internacionalizar suas atividades, instalando-se no continente africano em parceria com o Banco Português Espírito Santo e Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

A segunda atividade é a extração de recursos naturais (petróleo, gás natural, etc,), nesta atividade duas empresas brasileiras se destacam, são estas a Vale e a Petrobrás, responsáveis por todos os investimentos brasileiros nesta atividade. A mineradora atua em diversos países do continente, destacando Moçambique, onde venceu a concorrência internacional para explorar o complexo carbonífero de Moatize. A Petrobrás opera também em diferentes países como a Angola, no entanto a Nigéria afigura-se como o seu principal parceiro. O relatório do Ministério de Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior (MDIC) referente às atividades industriais no período de 2010 aponta a Nigéria como o principal fornecedor do petróleo importado pelo Brasil e, acrescenta que com a entrada em operação dos poços *Agbami* e *Akpo*, a Unidade da Nigéria já é uma das maiores produtoras do Sistema Petrobrás fora do Brasil.

³⁹Fonte: Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, n. 04, vol. 44, p. 69-93, junho de 2014.

⁴⁰De maneira geral o comércio entre o Brasil e a África foi bastante expressivo, principalmente até 2008, quando a crise financeira tornou-se uma crise econômica mundial. Até o referido ano, as exportações cresceram quase cinco vezes e passaram a representar 5,14% do total exportado pelo Brasil. No mesmo período, as importações cresceram ainda mais, passando a representar 9,11% do total importado. Salienta-se que a maior parte das exportações brasileiras é de manufaturados. De acordo com estudo *South-South Cooperation: Africa and the New Forms of Development Partnership* (UNCTAD, 2010), entre os países emergentes, o Brasil estava atrás apenas da China e da Índia, nações que possuem laços políticos, diplomáticos e econômicos muito mais antigos com a África (MDIC e DAF-I, 2010).

A terceira atividade é a participação das empresas brasileiras em África na execução de grandes obras públicas como (estradas, usinas de energia, entre outras). Lopes (op, cit) conta que, apesar das afinidades culturais e laços históricos entre o Brasil e a África a presença brasileira é bastante incipiente diante das oportunidades oferecidas pelos mercados africanos. Ainda que fosse um fato, já há algumas iniciativas que merecem ser exaltadas. A Marcopolo, produtora de ônibus atua no Egito e na África do Sul, enquanto que a empresa RANDOM opera desde início deste século XXI na Argélia e no Quênia. De maneira muito segura pode-se afirmar que é nos PALOP, particularmente em Angola e Moçambique, as tradicionais parceiras do Brasil, onde se encontra localizado o maior número de empresas brasileiras, a exemplo do Boticário e da Nobel. No entanto, parece que hoje o centro de interesse se estreitou. Quando digo que houve um estreitamento, não afirmo que exista igualdade nos termos de cooperação bilateral, todavia se coloca muito mais em evidência o tema de certa “troca”. No século XXI, as relações entre o Brasil e a África estreitaram-se muito em termos econômicos, culturais e diplomáticos, além das migrações forçadas em decorrência dos conflitos que assolaram o continente na década de 1990.

O advento dos novos governos, com seus enfoques nas mudanças na política brasileira em relação à África, traduziram-se não apenas no reencontro de interesses políticos e econômicos que ajudaram no fortalecimento das relações entre o Brasil e a África, mas também na reabertura de caminhos que propiciam a cada ano um grande fluxo de africanos no Brasil. Vale ressaltar que apesar da diversificação dos acordos políticos e comerciais entre os dois lados do Atlântico a vinda dos africanos para o Brasil ainda é fortemente impelida por acordos na área da educação superior, entretanto na contemporaneidade essa se dá de forma mais intensa. Apesar da redução de vagas destinadas ao programa estatal conhecido como PEC-G, e uma série de alterações na Lei Normativa do mesmo, o Ministério da Educação, por exemplo, avançou instituindo o Projeto Milton Santos, denominado Promisaes, voltado para fomento da cooperação técnico-científica com vários países, em especial os africanos.

O Promisaes concede apoio financeiro no valor de salário mínimo para os estudantes estrangeiros que integram o PEC-G que comprovem matrículas em cursos de graduação em instituições federais de educação superior. Este apoio visa cooperar para a manutenção dos estudantes durante o curso, já que muitos vêm de famílias pobres e de países em conflitos ou de crises sociais e econômicas crônicas respectivamente. Assim, pensa-se que a redução das vagas no âmbito do programa do convênio, o único do Estado vincula-se a necessidade de diminuir os custos, uma vez que nos períodos anteriores quase todos os estudantes africanos

do convênio vinham para o Brasil estudar dependentes de qualquer amparo financeiro do governo brasileiro.

É importante enfatizar que além das travessias derivadas deste processo de fomento da cooperação, também existem pessoas que chegam atualmente com a família para trabalhar no país - caso daqueles que participam do Programa Mais-Médicos do Governo Federal - em busca de melhores condições de trabalho, a chamada migração de profissionais qualificados que ingressam no Brasil, isso porque o mercado de trabalho brasileiro não consegue suprir a demanda destes profissionais.⁴¹ Nota-se, igualmente um número crescente de pessoas que atravessam o Atlântico, em média, trimestralmente em busca de produtos industriais, principalmente os que são produzidos na cadeia da indústria têxtil no Brasil e que tem ajudado no abastecimento de mercado desse setor e de confecções em África, em particular nos PALOP. Baeninger (2010) observa que, há contingentes de pessoas que deslocam das Áfricas, entrando no Brasil por intermédio de novas rotas ou por vias terrestres, geralmente classificadas pelas autoridades como trajeto clandestino. Entre essas pessoas algumas são oriundas de países onde não há conflitos, a exemplo de parte dos senegaleses e nigerianos que operam no comércio em quase todos os Estados brasileiros.

Por último, parece-nos justo pontuar que mesmo em número relativamente pequeno, pode-se verificar um trânsito constante de turistas vindos da África, circulando nas cidades brasileiras. Um contingente menor, mas não menos relevantes para este estudo, na medida em que podem ajudar a dimensionar a demografia da nova presença africana no Brasil. Neste processo de migração, outro grupo que merece uma atenção especial são os refugiados africanos no Brasil que vieram em busca de ajuda humanitária no país. Segundo os dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), atualmente no Brasil vive sob proteção do Estado 4,4 mil refugiados oriundos de 77 países, onde cerca de 2,8 mil deste contingente pertencem nacionalidade de algum país do continente africano. O mesmo documento aponta que até julho de 2014, o país com maior número de pessoas vivendo em condições jurídicas de refugiados no Brasil é Angola com 38% do total, o equivalente a 1,6 mil pessoas (RELATÓRIO da ACNUR, 2014).

Os relatórios institucionais das instituições das Nações Unidas ressaltam que o contingente de pessoas que saem do continente africano com o destino para a Europa é maior

⁴¹ “Migração qualificada” entende-se pelo termo o deslocamento de pessoas com nível de educação superior completa ou incompleta. Essa migração tem sido incentivada na atualidade devido as necessidades impostas pelo mercado de trabalho cada vez mais globalizado. De acordo com Baeninger (2010) há claros indícios do interesse de governos nesse tipo de migração, o que aponta para a importância de se desenvolver políticas públicas no sentido de suprir as demandas do país por mão de obra qualificada.

se comparado aos que procuram outros destinos como América Latina por exemplo. No caso do Brasil, o trabalho de campo realizado no âmbito deste estudo revela que na última década houve uma tendência crescente da presença africana no país. Baeninger (2010) afirma que há uma entrada constante dos africanos no Brasil condicionada, de um lado pelas restrições ocasionadas pelo endurecimento das políticas de emigração na Europa em razão da crise econômica e da intensificação de medidas de segurança mais abrangente contra terrorismo mundial; por outro lado, a existência de grandes oportunidades abertas nos países do Sul inseridas, em parte, na lógica do incremento da Cooperação Sul-Sul entre os Estados-nação, propiciando um grande fluxo de pessoas entre as cidades e regiões do hemisfério sul.

A origem da emigração africana para o Brasil não é muito difícil em seguir. Como iremos constatar mais adiante, esta claridade deve-se pelo fato do próprio Estado brasileiro e de vários movimentos de libertação em África e governos recentes serem protagonistas deste processo. Devido à certeza da descolonização dos Estados africanos originou-se a tentativa de se intelectualizar a administração dos estados pós-coloniais, a partir de uma base mais ou menos técnica e teórica que acabou por influenciar o envio dos africanos para estudarem nos países, que de alguma forma eram contrárias à continuidade do Estado colonial no continente, perspectiva defendida por intelectuais dos movimentos da descolonização na medida em que também haviam realizado suas formações acadêmicas no exterior na década anterior.

É importante realçar que, no caso brasileiro, a vinda dos africanos para o país em muito dos seus aspectos vincula-se, em última análise, na senda da própria formulação da política externa do Estado brasileiro, protagonizado por vários governos para os países africanos cujos termos desempenharam papéis de relevo que facilitaram a travessia de primeiros cidadãos africanos para o Brasil na década de 1960. Este fato é reconhecido por vários especialistas que estudam relações entre o Brasil e a África. Levando em conta este fato, Cláudio Ribeiro sugere a necessidade de centrar na análise das ações estatais na medida em que a evolução das relações entre o Brasil e os países africanos apresenta-se no contexto dos entendimentos alcançados no âmbito das atividades do Poder Executivo; sendo que a presença dos africanos no Brasil apresenta-se como resultado desta articulação mais ampla da política externa brasileira, adequada a uma das necessidades estratégicas das políticas do desenvolvimento dos Estados africanos, isto é, a promoção da formação acadêmica dos seus cidadãos, sendo necessário realçar a importância das Instituições de Ensino Superior por desempenharam e continuam a desempenhar neste processo.

De acordo com Luiza Reis (2012), a articulação diplomática do Estado Brasileiro que resultou na vinda dos primeiros africanos para o Brasil contou não apenas com o apoio das Instituições de Ensino Superior, como também a África, na década de 1960, se constituía como parte importante dos planos e projeto de investigações acadêmicas de vários intelectuais brasileiros vinculados as mais diversas áreas de ciências humanas e ciências sociais respectivamente. Neste contexto para entender o que Reis quer nos dizer com; contar com a África na execução de planos e projetos será necessário revistar comparativamente sobre a forma como a África participa nos estudos acadêmicos, nomeadamente na Europa.

Neste sentido, importa destacar que a África entra nos programas de estudos universitários no “Velho continente” a partir do século XX onde esteve quase sempre vinculado à Antropologia, na qual foi conferida a responsabilidade de estudar as sociedades e culturas fora da Europa, nomeadamente nas regiões que na época estavam sob dominação colonial europeia ou pretendiam ser ocupados. O contexto em que a Antropologia começa a se estruturar como disciplina científica era de profundas transformações sociais em todo o mundo; a expansão dos Estados-nação europeus irá se intensificar ao final do século XIX, surge exigência para um tipo de cientista ou pesquisador capaz de investigar a forma como outros povos se organizam, pensam e agem.

Alguns antropólogos asseveraram que, da relação existente entre o colonialismo e o eurocentrismo, é que emerge a energia de tratar “outros” como simples objetos de estudos, isto é, objeto da história e não sujeito da mesma. Assim, os povos não Europeus foram estudados como objetos de muita paixão pelos primeiros antropólogos, mas também de muita crítica inclusive no seio da própria disciplina. No início do século XX foram estabelecidos centros de investigações em algumas universidades européias como a *School of Oriental and African Studies* (SOAS) vinculado a Universidade de Londres, fundado em 1916 com o objetivo de ampliar os estudos sobre as sociedades ditas “primitivas,” centradas no interesse de saber como os outros não europeus pensam, agem, etc. Acredita-se que, é a partir destas referências que o continente negro e a África assim como os africanos são inseridos no currículo escolar em vários contextos europeus.

Alguns estudiosos acreditam que (Reis, ibid) no Brasil, as temáticas africanas também entram nos programas universitários, inicialmente como conteúdos curriculares anexos e não obrigatórios ao lado de temas sobre os negros no país, forjados pelos grupos de pesquisas que discutiam sobre as relações raciais no país dentro de currículos disciplinares existentes na Sociologia, na Antropologia e na História. Esta realidade em relação à África começou a

mudar no Brasil, nos anos de 1960 com a política externa instituída pelo governo de Jânio Quadros. Daí, o Estado através do Poder Executivo tutela a fundação dos primeiros Centros de Estudos Africanos no Brasil. Dos centros que emergiram neste período, três continuam operando no ensino, pesquisa e extensão até hoje entre eles: o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), criado em 1959, vinculado a Universidade Federal da Bahia (UFBA); o Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade de São Paulo (USP), criado em 1963 e o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), do Rio de Janeiro instituído em 1973, ligado à Universidade Cândido Mendes (ALMEIDA, 2004).

Estas instituições dinamizaram os estudos e investigações acadêmicas centradas, em parte, na África e conseguiu articular e, junto com o Estado brasileiro através do Itamaraty, estabelecer acordos diplomáticos bilaterais no campo educacional com vários Estados Africanos recém-independentes. Os termos destes acordos permitiram a seleção por via diplomática dos primeiros africanos que chegariam ao Brasil na condição de estudantes e não mais na qualidade de pessoas escravizadas; situação anterior que havia caracterizado a vinda dos africanos para o Brasil desde século XV e prevaleceu com todo vapor até finais do século XIX. Segundo Reis (op, cit), a chegada dos africanos no Brasil significava, no contexto universitário e para os investigadores das referidas instituições, um processo de reativação dos laços culturais e religiosos na medida em que suas vivências no país eram consideradas fundamentais para os pesquisadores que estavam imersos nos projetos que declaravam a pretensão de buscar raízes da africanidade brasileira, imaginando que pudessem encontrar nestes estudantes universitários alguns dos seus aspectos mais relevantes. Ainda de acordo com esta autora, o contato com os estudantes oriundos do continente africano significava o encontro com parte significativa da “ancestralidade” brasileira.

Neste sentido, podemos asseverar que a chegada dos africanos para estudar nas universidades brasileiras estava intrinsecamente associada à ampla estratégia adotada pelo Estado brasileiro no seu processo de formulação e desenvolvimento da política externa para a África, atendendo igualmente as demandas da ciência brasileira da época. Como dissemos anteriormente citando Cláudio Ribeiro, a Política Externa Brasileira Independente iniciada na década de 1960 tendia estabelecer compromissos alternativos que propiciassem não apenas maiores margens de ação política, como também capacidade de negociar para o país no sistema internacional, por isso, nova estratégia política abrangia preocupações de conhecer minimamente novos parceiros internacionais. Contudo, o objetivo era conseguir maior autonomia em relação aos seus parceiros do Norte, o que implicava na diversificação de

contatos, envolvendo outras regiões e países para poder promover o desenvolvimento econômico nacional. Este ideário, segundo Saraiva (2012) impulsionou o incremento de cooperação educacional com a totalidade de países que integravam nações-não-alinhadas.

A articulação da agenda educacional entre África e Brasil culmina com a chegada do primeiro grupo de estudantes africanos no Brasil. “Estes chegaram à Bahia em 07 de dezembro de 1961. Tratava-se de um contingente composto de quinze estudantes, dentre os quais: 05 de Gana, 04 de Senegal, 01 francês branco, 02 de Cabo Verde, 01 de Camarão e 02 franco-senegalês.” (REIS, 2010, p. 147).

Assim, este contingente de estudantes constitui precursores da migração dos africanos para o Brasil. Em última análise, pode-se afirmar que a busca pela formação acadêmica é a principal razão da travessia do Atlântico dos africanos desde os anos 60 do século XX, abrindo ciclo para travessias cada vez maiores dos africanos, quase sempre respaldados nos termos fundamentados nos acordos políticos bilaterais do Brasil, com os seus parceiros africanos até os dias atuais. No caso brasileiro, historicamente as fontes bibliográficas revelam que;

[...] a emigração estrangeira inicia em 25 de janeiro de 1808⁴² através da Abertura dos Portos facilitada pela Regência de D. João que permitiram aos estrangeiros adquirissem terras e auxílio financeiro do Governo Imperial o que significou grande atração para tornar proprietário de bens na nova terra consequentemente traduziu-se num fascínio para a vinda de grandes correntes de migrantes oriundos em sua maioria da Europa. Até então era teoricamente proibida à entrada de estrangeiros no país. (JÚNIOR, 1964 apud BAENINGER, 2010, p. 101).

A imigração dos africanos para o Brasil é recente e foi impulsionada pelos Acordos Educacionais. Desde início da década de 60, mesmo em número bastante pequeno, os

⁴² O primeiro período da imigração no Brasil começa no ano de 1808 estendendo-se até 1850, no qual, o Governo cria condições para que a contribuição do migrante possa se efetivar, a exemplo da abertura de Portos permitindo o comércio e massiva vinda dos estrangeiros, resultando no surgimento das primeiras colônias, assim como o esforço do Governo visando naturalizar, e integrá-los a sociedade brasileira. O segundo período da imigração inicia de 1850 a 1888, surgindo as orientações mais firmes por meio de Decreto nº 1 310 de 01/01/1854, regulamentando as Leis da Terra cujos efeitos foram favoráveis ao progresso de migração. A abolição da escravatura se somou a outros estímulos concedidos pelo Estado, favorecendo novas perspectivas a entrada dos imigrantes no Brasil. Os anos de 1888 até 1950 marcam a terceira fase no processo histórico da imigração no Brasil. A Abolição como mudança social sucede a República como mudança política. O novo regime abre melhores perspectivas para a imigração. O governo Deodoro da Fonseca estabeleceu uma subvenção para fomento de migração. O Decreto nº528 de 28/05/1890 constitui o primeiro documento republicano sobre o assunto da migração. A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 estabeleceu a liberdade de ação para os Estados quanto ao assunto. Tais medidas foram executadas no Governo de Floriano Peixoto onde ocorre a descentralização dos serviços migratórios no qual a migração passaria a ser promovida não mais pelo Governo Federal, mas os Governos Estaduais. De modo geral, o crescimento da migração verifica-se no período que se segue à abolição, sendo que no início da guerra de 1939 houve uma diminuição do volume da migração no contexto brasileiro (JÚNIOR, 1964).

africanos começaram ocupando as vagas que lhes eram destinados nas Instituições de Ensino Superior (IES). Entretanto, devido a crescente aumento dos estudantes estrangeiros, particularmente da “África Francófona” e “Anglófona” e Latino Americanos precipitou à necessidade de ajustar o Programa educacional aos critérios de um instrumento formal de cooperação. Assim, em 1964 o Programa Estudante Convênio de Graduação, o mais propalado programa de intercâmbio educacional brasileiro recebe o seu nome e um instrumento normativo. Este documento de normas que rege o Programa vem sendo alterado ao longo do tempo (MANUAL- PEC-G, 2000).

Vale ressaltar que o PEC-Gé é um Programa originado no Brasil tendo até hoje gestão exclusiva do Estado brasileiro através do Ministério da Educação (MEC), com a participação das IES, e do Ministério das Relações Exteriores (MRE), com a participação de Embaixadas e Repartições Consulares Brasileiras espalhadas no mundo. Assim, consideramos que a presença africana no Brasil, com efeito, desde início, foi assegurada pelo protagonismo do Estado, que resulta no esforço de cumprimento do seu papel como ator central na formulação e na execução dos acordos firmados com os parceiros internacionais no campo político e econômico, tendo seu impacto acentuadamente maior manifestado no plano educacional cujos termos tornaram favorável a circulação dos atores vinculados a várias modalidades de programas de estudos, como o PEC-G e PEC-PG nos quais, os que neles participam gozam de privilégios de serem considerados como:

[...] estudantes especiais, selecionados diplomaticamente em seus países pelos mecanismos previstos no Protocolo do PEC-G e dentro dos princípios norteadores da filosofia do Programa. Este visa à cooperação bilateral na área educacional, graduando profissionais de nível superior, dos países signatários dos Acordos de Cooperação, em sua maioria da África (Manual - PEC-G, p. 30).

É pertinente, reconhecer neste fenômeno relacionado com a presença dos africanos um aspecto importante, independentemente do volume de cidadãos africanos que vivem atualmente no país não se constitui apenas de estudantes, mas também de refugiados, turistas, comerciantes, dentre outros. Historicamente, o Brasil parece nunca ter se figurado como um destino migratório preferencial para os africanos, sendo necessário, no entanto, ressaltar que esta presença começa a ser constituída a partir do protagonismo levado a cabo pelo Brasil do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelos Estados africanos, tendo sido promovida para alcançar os objetivos e as estratégias políticas “recíprocas”. Através dessas estratégias o governo dos países africanos promovem a formação dos seus quadros enquanto –

Brasil particularmente – busca realizar seus interesses frente ao sistema internacional, respondendo a demanda tanto na esfera endógena quanto exógena e, é justamente nessa perspectiva que se situam as especificidades que caracterizam o padrão migratório dos africanos para o Brasil. Neste sentido, o Estado se apresenta realizando fortemente através das iniciativas dos governos.

Numa perspectiva comparativa, pode-se encontrar a atuação do Estado brasileiro, no passado, relativo à adoção de medidas de incentivo migratório dos cidadãos originários de outros continentes para diferentes regiões do Brasil. Todavia, embora haja diferenças no ideário, desejos e estratégias que tornaram fértil a motivação para viabilizar os fluxos migratórios de pessoas de outros continentes, ressalta-se, no caso brasileiro a forte atuação do Estado. Cervo e Bueno (1992) afirmam que, até o final do século XIX não havia qualquer tipo de relação entre o Brasil e as nações asiáticas. Entretanto, este quadro começa a mudar quando surge a aparente necessidade da busca de mão-de-obra para substituir a força de trabalho escrava no Brasil. O estímulo da migração asiática assim como a européia para o Brasil apresenta semelhanças. Inicialmente, tinha-se a procura de trabalhadores tendo a mão-de-obra chinesa como preferência, enquanto na Europa a preferência era os alemães e os italianos. De acordo com esses autores, este desejo motivou o deslocamento de uma missão diplomática brasileira para a China em 1879, no sentido de negociar os termos da emigração chinesa para o Brasil. Eles explicam que, a missão brasileira tinha passado alguns meses na Europa em busca de instruções com os governos ocidentais para não atropelar cláusulas e nenhum direito já outorgado anteriormente pela China e governos europeus. Este fato levava em conta o desejo de manter a simpatia e o consenso com as nações amigas.

Em *Origens das relações entre o Brasil e a China*, Fabio Lafaiete Dantas sublinha que, a missão brasileira conseguiu firmar o Tratado de Comércio e Navegação com a China, o que resultou na abertura do consulado brasileiro em Xangai em 1883, mas não obteve êxitos na viabilização do movimento migratório devido à proibição do Estado Chinês em permitir novas emigrações para as Américas, em particular para o Brasil. De acordo com Eric Vanden Bussche a proibição de deslocação de mão-de-obra chinesa ao Brasil surge em decorrência dos abusos e desumanização que os primeiros movimentos migratórios sofreram no continente americano, em especial nos Estados Unidos, onde havia lutas generalizadas pelo reconhecimento de direitos sociais.

Em relação ao Japão, Ruth Cardoso associa a abolição da escravidão em 1888 e o crescimento rápido da lavoura cafeeira no Estado de São Paulo como fatores que propiciaram

à ampliação da migração de mão-de-obra japonesa no Brasil. A relação entre o Brasil e o Japão teve notoriedade maior com a vinda de imigrantes para o trabalho nas lavouras cafeeiras, sendo que a base legal para essa relação foi igualmente instituída pela assinatura do Tratado de Comércio e Navegação em novembro de 1895 cujos termos asseguravam os critérios específicos no recrutamento e transporte de imigrantes japoneses. O primeiro contingente de imigrantes nipônicos chegou ao Brasil em 1908, tendo um crescimento significativo durante três décadas e paulatinamente foi decrescendo e, praticamente interrompeu-se com a Segunda Guerra Mundial.

E, assim como a Chinesa, a vinda dos japoneses foi retomada na década de 90 do século XX e se apresenta contemporaneamente um grande fluxo migratório dos dois lados. Cardoso (1970) na análise de adaptação dos descendentes de japoneses à sociedade brasileira sublinhou que em mais de um século da presença japonesa no país foi grande sua contribuição para o desenvolvimento brasileiro. Assim como a vinda dos estudantes africanos, promovidas pelo Estado, estes também se constituí alguns exemplos em que o Estado se torna principal ator diretamente envolvido na promoção de correntes migratórias.

Conforme já frisamos, na segunda metade do século XX, especialmente depois da independência para grande parte dos líderes de movimentos de libertação ficou evidente que, o fim das lutas anticoloniais teria como uma das consequências lógicas a formação de quadros nacionais que pudessem assumir a direção na administração de Novos Estados, principalmente no contexto dos PALOP que havia herdado do colonizador um sistema de educação que, além de excludente, era o mais subdesenvolvido da África. Como dissemos atrás, os movimentos e partidos que descolonizaram a “África Portuguesa” surgem na “casa dos estudantes” em Portugal. Neste sentido, julga-se que a questão da educação sempre ocupou um lugar de destaque desde a fundação dos movimentos até a descolonização dos PALOP.

[...] a preocupação com a educação pode ser evidenciada no fato de partidos como Frelimo, MPLA e PAIGC conceberem a educação como uma fonte de produção para alimentar os soldados e como meio de libertação contra colonialismo português, perspectiva que revela uma visão que tende atribuir a educação à função de fornecer os elementos teóricos e ideológicos para prosseguir a luta anticolonial. (CASTIANO, 2005, p. 181).

Este autor afirma que, com o advento das independências, à questão da educação é retomada, trazendo novos desafios mais ou menos globais nos quais, todos os setores da vida moderna, inclusive nos Estados africanos, mesmo com a modernidade tardia em decorrência

das guerras coloniais, exigem atuação de profissionais com alta qualificação técnica. A partir daí foi necessária algumas articulações políticas e diplomáticas na área da educação e, como consequência, registra-se as primeiras migrações de jovens dos PALOP para fora da África com o objetivo de estudar. Os estudantes selecionados pelo Antigo Regime Colonial, geralmente tinham a França, Portugal, Inglaterra, Bélgica, entre outros países como destinos, porém, durante as lutas coloniais até início das independências, consta que as primeiras viagens educacionais registradas teriam ocorridas em direção aos países “socialistas”, em particular aos países integrantes da Antiga União Soviética, República Democrática da Alemanha - na época sob o domínio do extinto regime soviético - e Cuba. Estes estudantes eram selecionados por ex-movimentos Anticolonialistas.

Os primeiros Acordos Educacionais nos PALOP surgem no auge da disputa bipolar, o que sustenta o fato de que o interesse Soviético na época era de alargar o terreno para inculcar o comunismo em nível planetário tendo como alvo os Estados recém-independentes. É importante observar que, no caso da “África Lusófana”, um dos principais fatores que vão corroborar para redefinir e diversificar as rotas de migração para os fins de estudos é a implosão da União Soviética. Pode-se afirmar que esses acordos contribuíram para um processo de realinhamento político e ideológico em África, a fim de compor uma nova e “única” ordem mundial que surge a partir da nova configuração internacional decorrente da superação do sistema bipolar e consequente hegemonia do capitalismo Euro-Americanano. No geral, o fim do regime colonial e do regime soviético foram marcos que tiveram um impacto na redefinição da estratégia dos Estados africanos em relação ao movimento migratório destes com objetivos de estudo.

Em Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, até início do século XX, a responsabilidade do Estado em formar ou qualificar e requalificar os recursos humanos tinha sido transferido aos seus parceiros internacionais e cumpridas através de termos dos Acordos Educacionais. Nestes países os sistemas de ensino permaneceram precários exatamente como haviam sido herdados do colonizador, condição agravada com as guerras civis, referidas anteriormente em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e, somente em tempo muito recente, os sistemas de educação nos PALOP, sobretudo em Moçambique e Cabo Verde começam apresentar sinais de qualidade que provém de um momento em que, no continente africano como um todo, pela primeira vez após décadas das independências políticas, o otimismo em relação ao crescimento econômico supera pessimismo, decorrente daquela que vinha sendo a história única da África, isto é, a da guerra e miséria. Apesar de

algumas tendências negativas na política e na economia persistirem em determinadas regiões e países, as iniciativas e ações positivas são igualmente noticiadas em diferentes regiões do continente de nortesariano a subsariana.

De modo abrangente, as previsões contemporâneas sobre a África revelam a parte nova de sua potencialidade até então pouco conhecida, animando assim setores políticos e empresariais de todo o globo cujos reflexos atraem cada vez mais os investimentos externos, muito dos quais originários das nações emergentes e outras nações que estão em processo de superação de desconfiança. De alguma forma, todos estão participando através de Cooperações Bilaterais em vários setores no desenvolvimento social e econômico do continente e tirando-o do esquecimento político e econômico, ao qual se encontrava mergulhado desde momento em que a Guerra Fria fora interrompida.

O curso desse processo recente, diga-se de estabilidade política e crescimento econômico tem apresentado resultados na educação cujas evidências estão na massificação do acesso à escola. Fato que não tinha sido conseguido em outros momentos históricos em todos os PALOP. O termo “massificação” aqui deve ser entendido mais como a ideia de proporcionar acesso de crianças em idade escolar, assim como a inclusão de adultos, jovens, mulheres e velhos através de campanhas que incentivam os sujeitos à educação. A educação assumisse-se com esse termo a “tarefa de todos nós”. Sem dúvida, uma das grandes realizações no atual momento político econômico nos PALOP, em especial em Angola, Moçambique e Cabo Verde é a expansão da rede escolar, sobre tal, Castiano afirma que:

[...] depois de uma longa marcha, a escola em Moçambique, finalmente torna-se um lugar de oportunidade também para as crianças que vivem em zonas rurais como nas cidades, independente da classe social na qual originam, porém esta ainda não é privilégio de todos. Em nível de ensino superior, não temos fontes para sustentar certas conclusões. Porém, este pode ser o primeiro momento histórico que grande parte dos estudantes nos Palop ganha oportunidade de frequentar um curso universitário em seus próprios países. No caso, por exemplo, da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) com sede em Maputo, Moçambique, é constituída atualmente pelas 11 faculdades e 06 escolas superiores sendo no interior destas faculdades e escolas encontram-se mais de 40.000 estudantes admitidos em cursos, tanto de graduação, modalidade com 71 cursos, dos quais 36 são de regime diurno e 35 funcionam no período noturno. Em relação à pós-graduação, a UEM tem 61 cursos, sendo 04 cursos de doutorado e restante de 57 são cursos de mestrado⁴³. No geral, a diversidade dos cursos existentes nesta Instituição é ministrada aproximadamente por 2.000 professores entre nacionais e estrangeiros (CASTIANO, 2005, p. 301).

⁴³ Fonte: <http://www.uem.mz>

De fato, nos países da “África Lusófona”, Moçambique apresenta-se como um caso singular no setor da educação e, goza claramente o privilégio de instituir um sistema de ensino superior de referência na África subsariana, tanto no que concerne a produção e disseminação do conhecimento científico, assim como no próprio processo de ensino e aprendizagem, o que continuará ajudando no enfrentamento dos desafios contemporâneos do país. Os avanços apontados no sistema de ensino superior em Moçambique foram acompanhados por mudanças que refletem e justificam a redução crescente do número de alunos moçambicanos que atualmente estão vinculados ao PEC-Gou que estudam no Brasil nas primeiras décadas do século XXI, principalmente nas Instituições de Ensino Superior sediadas no Nordeste brasileiro.

Estas mudanças também têm seus reflexos no perfil dos estudantes moçambicanos que ainda vem ao Brasil, uma vez que destes, quase todos estão vinculados ao Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação no nível de doutorado, o que demonstra não somente uma nova concepção na política de formação acadêmica dos moçambicanos - de certa forma, voltada a priorização do sistema do ensino local numa perspectiva mais ampla - mas também revela que o Estado ainda é o principal ator que controla grande parte de decisões relacionadas à área da educação, em especial a migração para os fins dos Estudos.

Em outros contextos dos PALOP, nota-se igualmente, avanços na área da educação em todos os níveis, mas constata-se na Guiné-Bissau, por exemplo, a falta de coordenação no sistema nacional do ensino superior, o que também pode ser constatado em Angola, o que tem ajudado no surgimento e proliferação do sistema de ensino privado, como de um número cada vez mais crescente de pessoas que procuram o ensino superior privado no Brasil, o que torna difícil falar com certa garantia sobre a universalização e qualidade do ensino.

Os interlocutores angolanos e guineenses com os quais conversamos explicam que, se abriu nos seus países duas tendências no sistema educativo, por sinal, parece ser uma propensão global, de um lado, legaliza o processo de criação de escolas para as elites políticas, econômicos e intelectuais, existindo assim uma espécie de separação oficial entre escolas para os privilegiados e escola para a maioria, estes últimos desprovidos de direitos, ficando à margem do progresso social. No geral, os dois sistemas de ensino público e privado no contexto africano são, no entanto, os que abrem no mínimo duas possibilidades: no primeiro, o que interessa é a quantidade, sendo a qualidade desta muito baixa, enquanto que o segundo é onde poucos aprendem, porém com qualidade muito boa.

Esta tendência também aparece, sobretudo, na lógica da definição e distribuição de bolsas de estudos para o exterior. As escolas privadas, desde que surgiram gozaram de melhor apetrechamento e, por via de regras, gozam melhores condições do ponto de vista didático e pedagógico, geralmente frequentadas por filhos e parentes de famílias da elite urbana, sendo estes filhos “fidalgos” que são contemplados com bolsas de estudos em polos de excelência acadêmicas situadas na Europa Ocidental e América do Norte. O que muitas vezes determina esses privilégios, na verdade, é a lógica da influência política e a capacidade de uso do capital econômico dos encarregados da educação, e não os benefícios conseguidos por terem estudado nas escolas com melhores condições pedagógicas, enquanto a maioria apenas se beneficia de vagas que lhes permitem a duras penas estudar nas universidades das sub-regiões africanas (África do Sul, Marrocos, Argélia, Senegal, entre outras) assim como em outras universidades localizadas em outras regiões periféricas como Índia, Brasil e China, muitos dos quais desamparados de qualquer apoio financeiro por parte do Estado.

Voltando-se aos esforços dos Estados para assegurar o direito à educação para todos, uma meta aprovada em março de 1990 – principalmente para os países não alinhados - na Conferência Mundial sobre Educação, realizada em Jamtien, Tailândia, continua a ser referência para todos os Estados modernos no enfrentamento de um quadro negativo de problemas da educação que se agrava com decadências econômicas, rápido aumento da população mundial e guerras. Estes são um dos problemas assinalados pelos especialistas como sendo os que dificultam a universalização de aprendizagem escolar em todos os níveis. De acordo com Castiano (2005), no continente africano, a falta de educação básica para grande parte da população ainda constitui um dos problemas que impedem que as sociedades de vários países enfrentem problemas crônicos como os de epidemias de cólera e malária, problemas de saneamento, assim como novos problemas que aparecem a cada dia, decorrentes, em parte, do aumento da taxa de natalidade e de mortalidade infantil; de outra parte, das rápidas transformações sociais, acarretando no aumento da prostituição, tráfico humano e outras formas de violência impulsionadas também pelas novas tecnologias.

Observada à persistência do quadro sombrio na área da educação em África como um todo, se precipitou a realização da avaliação feita em Dakar, Senegal, em abril de 2000, sobre a declaração de Jamtien, cujo lema foi “educação para todos”. O plano de ação aprovado em Dakar, cujos termos, em larga medida, assentam na responsabilização do Estado em oferecer obrigatoriamente uma educação escolar em todos os níveis. Este plano, em relação aos Países da “África Lusófona” tem servido de documento para a ação estratégica dos Estados para a

efetivação da educação universal através não somente dos esforços internos, mas também este deve ser realizado através das parcerias mais amplas.

Através das dimensões destas parcerias mais amplas firmados pelos Estados dos PALOP é que poderemos encontrar umas das formas como o mesmo Estado surge como incentivador das migrações de jovens com fins de estudos no Brasil. Se olharmos para oportunidades de formação superior oferecidas a cidadãos da “África Lusófona” durante quatro décadas, apenas dentro do PEC-Gno plano de implementação da educação superior, conclui-se que, este programa tem se mostrado bastante produtivo para muitos Estados do continente africano, dado que o compromisso de educação para todos ultrapassa a capacidade estrutural, financeira e organizacional de alguns países, como também comporta limites que, vários Estados já deveriam ter superado pelo menos em parte.

É indubitável o fato de que, os Estados complementam a ação política, econômica e cultural de um e de outro. Esta experiência de complementariedade os PALOP a conhece muito bem, pois, o passado colonial; a experiência de construção nacional; a emergência das organizações da sociedade civil e o novo contexto mundial sempre exigiram destas nações amplas parcerias e cooperações focalizadas. Todavia, no caso da “África Lusófona” exceto a Moçambique (isto não significa dizer que a circulação internacional com fins de estudos deixa de ser caracterizada cada vez mais como uma exigência), é lamentável constatar que até agora os esforços no sentido de conseguir esta escolarização nacional e de formação superior dos cidadãos têm se concentrado em larga medida no incremento de acordos, ou seja, no aumento de modalidades de acordos educacionais internacionais, cujas despesas, em muitos casos, são arcadas pelas empresas internacionais que se instalaram no próprio país, a exemplo de alguns estudantes de Angola matriculados em várias faculdades privadas no Brasil sob amparo financeiro e institucional de grupos como Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão. Vale ressaltar que, algumas destas faculdades nas quais o número considerável destes alunos está vinculado, se deparam ano após ano, com uma série de dificuldades de ordem didática e pedagógica de manter a média regular na avaliação do Ministério da Educação no Brasil.

Já dissemos que a demanda para uma formação superior, de fato, tem extrapolado a capacidade estatal de nações como a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Mas, a partir da primeira década deste século XXI, esta demanda fez emergir um tipo inédito de negócio entre brasileiros e africanos, pois há evidências e relatos da existência dos escritórios das Instituições de Ensino Superior Privadas (IESP), operando em quase toda a “África Lusófona”

paralelos ou em “consonância” com as Embaixadas e Consulados Brasileiros. Estes escritórios têm a missão de empreender e propagar possibilidades de formação superior no Brasil. Em Angola e na Guiné-Bissau, no período de 2009 espalharam nestes países editais anunciando que algumas faculdades pagariam todas as despesas relacionadas à alimentação, dariam todas as condições de alojamento a quem quisesse embarcar para o Brasil. Com este anúncio sedutor conseguia, sem dúvidas, selecionar jovens estudantes destes países, interessados a frequentar um curso superior no país.

Tais instituições, no entanto, para viabilizar aquisição dos Vistos nas repartições consulares aplicavam aos candidatos uma espécie de vestibular figurativo ou paliativo, dado que não existia nenhuma possibilidade de reprovação. Assim, quando se torna evidente a aprovação nestes exames, o candidato num curto prazo de tempo receberia uma carta ou comprovante de pré-matrícula emitido pela Instituição de Ensino no Brasil. Quando o estudante encontrava-se de posse deste documento fazia-se a solicitação do visto e, por regra, a Embaixada viabilizaria a emissão de um Visto Temporário para este vir a estudar no Brasil.

A nossa investigação anterior revelou que:

[...] há vários estudantes que chegam ao Brasil no âmbito do PEC-G, já em condição de vulnerabilidade quanto a manutenção e, depois de muitos esforços acabam por concluir o curso. Mas, devido a obrigação de arcar com um alto custo das mensalidades da IESP e das despesas próprias como casa e comida, alguns estudantes das faculdades privadas abandonam os estudos, não encontrando alternativas de retorno, portanto, acabam sendo nas cidades que os acolhem, a exemplo de Fortaleza, estudantes-traficante de drogas, estudantes-trabalhadores domésticos e, muitos são igualmente vencidos pela dor e fome, e aceitam se prostituir para se manter (TCHAM, 2012).

Na primeira década do século XXI, as Instituições de Ensino Privadas conseguiram, por meio deste processo, viabilizar a vinda dos africanos para o Brasil. Os dados da Polícia Federal referentes ao período de 2005 a 2010 apontam o aumento da presença dos africanos nas três cidades pesquisadas. O mesmo documento revela que, os estudantes vindos da África para as faculdades privadas superam, quantitativamente o número de estudantes de outros continentes e supera se for comparado ao contingente dos estudantes selecionados tradicionalmente no âmbito do PEC-Ge PEC-PG, que chegam a cada ano para estudarem nas Instituições Públicas de Ensino. No entanto, em decorrência das dificuldades encontradas para arcar com as despesas dos estudos, muitos destes salientaram que, a solução podia ser estudar e trabalhar ao mesmo tempo, o que também não colaboraria muito para o seu desempenho

acadêmico, mas já lhe garantiria seu sustento, e, por conseguinte, a garantia da continuidade no país e, por fim, a expectativa de concluir o seu curso. No que se refere aos estudantes de convênio, pelas normas do Programa, é proibido de exercer qualquer tipo de atividade remunerada no país⁴⁴.

Pontuando analiticamente esta questão, entendemos que a debilidade do Estado em matéria de educação se associa com a visão contemporânea extremamente otimista de origem funcionalista que, atribui à obtenção do curso superior um papel central na superação do atraso e como garantia de acesso a determinados espaços, onde, quem os frequentam, gozam de prestígio econômico, levando a moderna juventude africana, em parte, a optarem por realizar os estudos universitários e, inadvertidamente, não perceberem que o princípio do valor econômico das universidades, em vários lugares, também se tem sobreposto a todos os outros, dando bases para a sua mercantilização (KONDAKCI, 2011).

Lewellen-Smith (2008) lembra que, com a crescente transnacionalização das empresas e grupos econômicos, sem se dar conta, por vezes, a própria universidade se afigura como parte deste projeto transnacional que recebem alunos estrangeiros oriundos de nações em desenvolvimento e, em muitos momentos tende enxergá-los ou interpretá-los apenas como elementos úteis para dar respostas aos compromissos do Estado e das instituições capitalistas; compromissos estes decorrentes dos Acordos Políticos e Econômicos que fazem parte de relação entre os Estados que envolvem suas instituições, cuja atuação não se restringe ao contexto nacional. A presença dos africanos no Brasil no âmbito dos Programas de intercâmbios segue acarretando fluxos intensos na travessia do atlântico, com notáveis implicações sociais, culturais, econômicas e políticas envolvidas na sua operacionalização tanto para os Estados africanos que os emitem como o Estado brasileiro que os recebem.

De maneira geral, é sintomática esta tendência persistente dos Estados africanos continuarem a convergir seus esforços no campo educacional, propiciando a elaboração sistemática de acordos educacionais e permitindo a circulação dos seus cidadãos quando os esforços poderiam ao menos centrar-se no fortalecimento dos sistemas de ensino locais.

⁴⁴ Em setembro de 2005, a Secretaria de Ensino Superior (SESu) através de seu Departamento de Política da Educação Superior, desenvolveu o Promisaes, o qual oferece apoio financeiro no valor de um (1) salário mínimo aos estudantes vinculados ao PEC-G e oriundos principalmente dos países africanos. O Promisaes está restrito aos estudantes matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Somente pode beneficiar-se e manter a bolsa/Promisaes os estudantes com alto índice de aproveitamento escolar e que não exerçam nenhuma atividade remunerada mesmo voltada para fins curriculares ou iniciação científica, o que restringe a formação acadêmica destes em mera instrução e não à “educação”, já que esta última compreende os diversos processos de formação envolvendo pesquisa e extensão. É o caso dos estudantes da Guiné-Bissau cuja maioria se mantém no Brasil apenas com os recursos do Promisaes.

Embora o Estado ainda adote como a sua fonte espiritual de, sem dúvida, educar as novas gerações com valores humanísticos, voltados, sobretudo no enfrentamento dos desafios contemporâneos, verifica-se que o representante proeminente deste discurso carece dos meios que deveriam ser oferecidas e ações pedagógicas de acompanhamento e orientações mais abrangentes. Ainda que, esta vontade política fique a desejar, vários guineenses e são-tomenses, por exemplo, seguem empreendendo suas formações acadêmicas fora dos seus países, mesmo que desamparados pelo Estado. Por conseguinte, quando alguns destes jovens saem dos seus países de origem para vir estudar no Brasil, não importando a IES na qual estarão vinculados tende a continuar sob tutela exclusiva da família; a família, por sua vez, gera uma ampla expectativa na medida em que, além dos eventos ligados aos rituais de viagem (TURNER, 1988), os familiares já começam a vislumbrar a possibilidade de garantir o futuro de seu educando e, no decorrer deste percurso, surgem diversos desafios em termos de materialização deste processo formativo, o que às vezes provoca fragmentações familiares quando surge a percepção de que são poucas as possibilidades de ganhos com os investimentos dos estudos.

A análise dos desafios inerentes às migrações para fins de estudos, as condições de permanência dos estudantes africanos no Brasil e condicionantes do retorno constitui o objetivo principal deste estudo. Reconhecendo desde já que há de existir múltiplos limites na análise desta problemática. Seja como for, espera-se que este estudo e as reflexões nele indicadas possam ajudar a atender alguns dos aspectos deste processo.

4.2- Do temporário a um “imigrante” permanente

Desde o início dos anos 60 os programas estudante convênio PEC-G e PEC-PG atendem os países africanos. Conforme já mencionados, apesar de décadas da existência destes programas, não encontramos fontes que dispõem de dados estatísticos concretos que comprovem numericamente a exata quantidade dos africanos que vieram ao Brasil para estudar vinculados aos programas acima referidos, desde o período citado até os dias atuais. Mas, dada à magnitude deste fenômeno de travessia do atlântico, tanto no âmbito dos programas estatais como das modalidades privadas da emigração estudantil, existe certa garantia em afirmar que os efeitos de suas presenças estão sendo sentidos nas cidades que os recebem, principalmente na primeira década do século XXI quando houve um maior número de reserva de vagas destinadas aos Programas por parte das IES brasileiras.

Todavia, embora haja maior notoriedade da presença destes atores no Brasil, ainda não se têm igualmente trabalhos consistentes que mostrem o grau de satisfação das populações que vivem nos bairros e cidades que os recebem, como também não se sabe sobre o grau de aceitação popular acerca do papel da universidade como uma instituição mantida com os recursos públicos que vem a promover uma crescente presença dos estrangeiros, mais precisamente, os africanos, em particular nas universidades que são públicas, cujas vagas ofertadas para os alunos nativos ou regulares em todos os cursos são extremamente limitadas e disputadas anualmente por dezenas de milhares de candidatos nacionais de norte ao sul do país. Ainda, existe grupo de cidadãos que se autodeclararam culturalmente como negros e reivindicam seus espaços nas universidades brasileiras devido à discriminação racial e exclusão social a que são vítimas ao longo dos séculos, ainda que, grande parte dos brasileiros não só se identifica como afrodescendentes pretos e pardos, como usa o conceito “negro”, como sinônimo de pertença cultural, mas, ainda que esse vínculo com africanidade se apresente de forma nítida no comportamento social, exige problematizações diferentes para refletir entorno de possíveis crisspações subjacentes. Nos últimos anos tais reivindicações sociais e políticas vêm sendo atendidas, suscitando muitas críticas, com vagas previamente asseguradas nas universidades pelo Estado, a chamada política de ações afirmativas.

No caso dos africanos, historicamente, trata-se de questões que se apresentam como desafios empíricos e, para o pensamento antropológico e político, na medida em que se leva em conta que partes importantes da sociedade civil organizada, como alguns grupos vinculados a setores importantes da economia brasileira e grupos empresariais e midiáticos sempre se opuseram a todas as decisões políticas e diplomáticas que priorizassem o continente africano, especialmente a África subsariana. A complexidade em que estas questões são revestidas não constitui o foco deste trabalho, mas pelas suas pertinências, acredita-se que podem ser respondidas em outras ocasiões e com outras linhas de investigações para entender como são atravessadas por tensões políticas sistemáticas e pelas disputas simbólicas que, às vezes fica como problema exclusivo para os africanos que se deslocam para o Brasil.

Ao enfatizar a relevância da análise destas situações há que perguntar-se por agora sobre: como essa nova presença africana tem sido interpretada pelos brasileiros no interior da universidade assim como, quais os instrumentos teóricos fornecidos pelas ciências sociais, em particular a Antropologia sobre esta “nova” presença africana no país.

Ao analisarmos a literatura gerada até agora, percebe-se que os atores em migrações acadêmicas, de forma geral, têm sido estudados principalmente por teorias e paradigmas

institucionais que atribuem às instituições de ensino o papel de principais agentes articuladores da circulação destes atores dentro do processo da internacionalização desenvolvida em grande parte no interior da Ciência da Educação. Teichler (2004) avalia o impacto da mobilidade estudantil, restringindo sua análise sobre este fenômeno na aquisição de conhecimentos, da aprendizagem de idioma e seus processos de integração. De acordo com Streitwieser (2007) os programas de convênios e mobilidades acadêmicas estão sendo cada vez mais submetidos a uma análise que os entendam como uma estratégia da internacionalização e, parte considerável destas abordagens, considera os programas de intercâmbios como políticas públicas de caráter transnacional, por exemplo, o programa europeu *Erasmus Mundus* como modelo na distribuição de competências e oportunidades entre os alunos com níveis socioeconômicos diferentes.

Outra abordagem comum como a de Serrano (2010) e Lanes *et al.* (2011) centra-se na compreensão de processos identitários de pessoas em trânsito, investigando as formas de expressão de cidadanias transnacionais a partir das experiências adquiridas através da mobilidade, da interação e da sociabilidade entre diversos atores culturalmente diferentes, com ênfase nos relacionamentos amorosos que surgem no decorrer desses processos, e que posteriormente tem de propiciar movimentos intercontinentais ou entre os países, envolvendo pessoas.

Entretanto, outra linha de raciocínio que ocupa inúmeras páginas do artigo do Llewellyn-Smith e McCabe (2008) sobre esta população designa-se de motivacional, que procura delinear as diretrizes e modelos sobre as razões que pesam quando um estudante escolhe um destino ou universidade, às vezes, para investir na aprendizagem de uma língua concreta ou então, para enfrentar o ensino de graduação em determinado país.

No Brasil, apesar da notoriedade que a presença destes imigrantes - sobretudo os que vieram do continente africano - tem nas universidades, e dos impactos que causam nas cidades que os acolhem; verifica-se que há poucos trabalhos que tomam a migração dos estudantes como objeto de estudo. O que percebemos, é o fato de que poucos trabalhos existentes centram-se frequentemente em duas perspectivas: a primeira em uma abordagem quantitativa com ênfase na interpretação de dados estatísticos das vagas disponibilizadas de uma determinada IES para este convênio acadêmico assim como o total de matrículas que são realizadas anualmente. A segunda interpreta, a nova presença dos africanos no Brasil dentro de um prisma historicista, enfatizando os ideários que tendem a justificar tal presença como uma política brasileira de reconhecimento e do resarcimento da dívida histórica com o

referido continente através da abertura e da disponibilização de vagas nas universidades para os estudantes oriundos do continente africano.

Esta última linha de inspiração intelectual, ainda que seja limitada e de certa forma dissimuladora, tende a suplantar qualquer outra interpretação em relação à presença destes atores no Brasil. Importa ressaltar que, conforme já referida, as relações emergentes no século XXI entre o Brasil e os países africanos, tendo como situação norteadora a presença dos estudantes africanos nas IES brasileiras, bem como a atuação das multinacionais e grupos econômicos brasileiros em África, mesmo com uma larga desvantagem por parte de algumas nações africanas, pode-se assegurar que a configuração dos acordos atuais entre os dois lados do Atlântico se baseia formalmente numa colaboração mútua, envolvendo componentes econômicos, políticos, educacional e vice-versa, cujos desdobramentos de muito dos seus aspectos se inicia com o governo do Presidente Lula da Silva, sendo retomada pelo governo da Presidenta Dilma Rousseff (SARAIVA, 2012).

Todavia, paralelo ao paradigma institucional ou mesmo ao discurso centrado na ideia de “recompensa” para a África por razões históricas, já existem alguns estudos importantes sobre esta população, que não chegam a ser um paradigma, mas oferecem bases empíricas e teóricas sólidas, fundamentadas através da interloculação com os atores reais, isto é, através do discurso vivo dos próprios estudantes do convênio. Dentre eles destaca-se o trabalho do Alan Kaly, intitulado *O ser preto africano no “paraíso terrestre” brasileiro*. Nesta obra o autor apresenta argumentos com base na própria experiência sobre o racismo, e traz ao lume evidências que corroboram para o entendimento de que “o negro vítima de racismo no Brasil, não é apenas o negro pobre”. Outro trabalho distinto sobre esta população no Brasil foi o de Carlos Subuhana. Este delineou a trajetória dos estudantes moçambicanos nas IES do Estado do Rio de Janeiro. Enquanto Edilma de Jesus Desidério analisou a configuração da migração internacional com fins de estudos, examinando esta realidade através dos registros das Universidades UERJ, UFRJ e UFF, envolvendo o contingente dos estudantes estrangeiros e especificamente os africanos vinculados ao PEC-G.

O trabalho de Luiza Nascimento dos Reis da UFBA merece destaque não apenas porque descreve a primeira experiência de receber os africanos no Brasil protagonizado por Centro de Estudos Afro-Orientais como também escreve sobre a imagem e representação da África na imprensa e entre os intelectuais brasileiros no início da década de 1960. Por fim, a dissertação de mestrado, defendido no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, intitulada “A África Fora de Casa” da autoria de Ismael

Tcham, onde se buscou compreender as dinâmicas e os processos de sociabilidade e de reconfiguração identitária dos estudantes africanos oriundos dos Palop, vinculados ao PEC-Gnas Universidades UFPE e UFAL.

Os trabalhos desses investigadores dão inúmeras pistas empíricas e teóricas para outras abordagens, reflexões e debates. Assim, compactando a reflexão com base nas literaturas e das experiências investigativas anterior, tornou-se possível identificar algum dos principais desafios destes atores ditos “especiais”, sendo que os obstáculos em sua maioria estão dispostos na forma das Leis que regulamentam a conduta dos estudantes de convênio nos quais relatos de muitos desses sujeitos apontam para o fato de que as suas implicações somente tendem a limitar o processo educativo e formativo dos mesmos. As normas de conduta, para os estudantes do PEC-Gestão preconizadas no Manual do próprio Programa, baseado efetivamente no Estatuto do Estrangeiro exposto na Lei nº 6.815/80, Lei 6.964/81 e Decreto nº 86.715/81, a qual o estudante-convênio deverá subordinar-se às suas exigências normativas, além de outras exigências estatutárias internas de cada universidade pública.

Os direitos e deveres dos estudantes de convênio são diferentes, por via de regra, dos alunos regulares, isto é, os “nativos”. Os emigrantes que chegam ao Brasil na condição de estudante dita “especial”, por estarem vinculados ao PEC-G, programa por meio do qual, as vagas são abertas nas universidades para a entrada destes; quando ingressam permanecem na IES durante um período considerável de tempo (quatro ou cinco anos estudando dependendo do curso), paradoxalmente, detém os deveres, os direitos e as mesmas obrigações estatutárias de turistas estrangeiros (africanos, americano, asiáticos e europeus), estes últimos geralmente ficam um tempo relativamente curto no país, ficando apenas o tempo de visitarem lugares turísticos e conseguirem um belo registro fotográfico ao lado de um monumento.

Com isto, apesar desta homogeneização das normas que regem a conduta dos estrangeiros no Brasil com deveres e direitos iguais; não se pode ignorar, evidentemente, que se trata de grupos nas suas especificidades completamente opostos, tendo em conta os objetivos da entrada no país. No caso dos estudantes, suas entradas assumem a configuração de ordem política, acadêmica e cultural até mesmo econômica e não meramente de lazer, ou seja, enquanto estudantes, eles têm longo período de estadia no país; vem para aprender uma educação superior, o que por si só, revela que são pessoas ansiosas para achar seus lugares no mundo. Acreditam que deveriam, por isso ser isentos, pelo menos, do enfrentamento da “cebola” burocrática de serviço público, na qual as camadas não se esgotam. Alguns dos nossos interlocutores afirmam que, há um desgaste contínuo no processo de regularização da

permanência no país que os estudantes são submetidos, além de outros grilhões da vida cotidiana a que são obrigados a enfrentar na universidade, assim como fora dela.

Antes de avançarmos, importa citar aqui um dos nomes cujos trabalhos e argumentos, de certo modo, vão ajudar a entender melhor as ideias defendidas ao longo deste trabalho, mesmo que se trate, em parte, de uma compreensão limitada da realidade, assim refere-se que:

Nossa época caracteriza-se por um contraste surpreendente e às vezes trágico, pois os turistas partem voluntariamente aos países de onde os emigrantes saem em condições difíceis e às vezes em riscos de vida. Esses dois movimentos de sentido contrário são um dos símbolos possíveis da globalização liberal que, sabemos não facilitar igualmente a todas as formas de circulação (AUGÉ, 2010, p. 73).

Em *Por uma antropologia da mobilidade*, o autor apresenta de forma bastante metódica a comparação entre o etnólogo e o turista sem reduzir nenhuma das partes à mera caricatura ou parcialidade analítica. De acordo com Augé (idem), o etnólogo tradicional partilha com o turista atual o fato de ambos irem para outro lugar. Augé acha que o etnólogo se distingue logo de começo porque ele viaja e permanece no local muito tempo, isto porque parte para viver e estudar o que requer a observação sistemática, solitária e prolongada. Já o turista quer, ao mesmo tempo, seu conforto físico e sua tranquilidade psicológica. Turista consome o exotismo, mar, sol e outras paisagens, mas eles se sentem em casa, mesmo estando noutro lugar, tudo persuade. O etnólogo, por sua vez, tem uma experiência bem diferente. Ele viaja fora dele mesmo. Ele precisa justificar e explicar sua presença, negociar seu status de estrangeiro. Ele precisa tomar consciência do papel que lhe atribuem. Ele não tem estatuto de extraterritorialidade que confere ao turista o nome da sua rede hoteleira. Defronta-se, com uma dupla exterioridade. Exterior ao grupo que observa, ele tenta aproximar intelectualmente deles abstraindo-se, quando possível de si mesmo. Enfim, para Augé a tese, portanto é de que o ponto de partida encontra no fato que “o etnólogo não é simplesmente um observador da história. É um ator da história, mesmo a contragosto” (op, cit, p. 73, 74, 75).

Com efeito, assim como um etnólogo tradicional os estudantes migrados, principalmente os do PEC-Gtêm as obrigações de atentar-se na observância e no cumprimento das normas e deveres que lhes são impostos, sem distinção com qualquer turista-estrangeiro como condição necessária para a sua permanência, inclusive na universidade, ainda que tais obrigações não tenham nenhuma configuração de ordem acadêmica, ou de aprendizagem. Há entendimento que um estudante que opta pela formação acadêmica no nível de graduação dentro deste programa, tendo em conta a durabilidade desse processo e da permanência na

cidade que o recebe acaba por assumir nesse contexto um papel ativo como agente social em processos específicos em que está inserido, nomeadamente no processo de lutas sociais, dinâmicas da circulação de ideias, entre outras. Ainda no caso dos africanos, a presença deste tem impacto real na reciclagem da imagem de si e da sua sociedade de origem, por exemplo, é interessante observar que muitos deles têm cooperado, através de suas participações nos ciclos de eventos escolares - do ensino fundamental e médio - em nível estadual e municipal, como palestrantes, conferencistas ou em outras formas de colaborações reflexivas e dialógicas.

Pode-se afirmar que, vive-se um momento de renovação do conteúdo disciplinar nas escolas brasileiras, com os esforços centrados na tentativa de dissolução das interpretações unívocas da história da África, dos africanos e seus descendentes no Brasil e nas diásporas, e que, portanto, empenham-se igualmente na desconstrução dos estereótipos existentes nos livros didáticos ainda em uso nas escolas públicas e privadas; tende o como exemplo concreto a Lei 10639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e africana. Desse modo, pode-se descrever a presença destes atores no Brasil como um caldo cultural e intelectual de mais-valia, no sentido de possibilitarem a descentralização de vozes e pontos de vistas sobre as questões contemporâneas como identidades culturais, racismo, sexualidade e educação multicultural ou interculturalidade na escola, debates que pela pertinência envolve contemporaneamente a todas as pessoas indistintamente⁴⁵. Acredita-se que é desta forma que a presença destes atores extrapola todos os aspectos de viagens e dos viajantes interessados em encontrar experiências reais de lazer. Porém, são em torno de alguns aspectos destas dimensões normativas discriminadas no Manual do PEC-G⁴⁶ que muitos estudantes do convênio acreditam constituir o epicentro, segundo o qual afigura os maiores obstáculos para uma formação mais abrangente e integral.

⁴⁵ No caso brasileiro, não obstante, o incentivo para estudar a África tem respaldo da Lei 10.639, em desde 2003 obriga o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todos os níveis escolares, além da existência de inúmeros programas e projetos de apoio a pesquisas transatlânticas, envolvendo, sobretudo os PALOP. Mas, o fato de haver programas e currículos voltados para a África não resultou na participação efetiva dos estudantes como parceiros potenciais na produção e nos debates sobre a África, o que demonstra certo subaproveitamento das experiências reais destes atores, deixando muitos deles no rodízio de chegar, colar grau e retornar (TCHAM, 2012).

⁴⁶ Um estudante-convênio, mesmo para os fins de uma investigação científica, é vedado a sua participação em manifestações ou atividades de cunho “político”, mas é liberado a participar de atividades culturais, ainda política está presente nela, sob pena de ser desligado da universidade e deportado em seguida, o que demonstra que o estudante-convênio deve evitar todas as formas de aprendizagem vital e extra-acadêmica como um benefício profissional, tão incentivado pela literatura de viagens educacionais. (MANUAL DO ESTUDANTE DE CONVÊNIO /Seção X - DISPOSIÇÕES GERAIS, p. 28).

Vale ressaltar desde já que, desregrar a conduta dos cidadãos de um país e daqueles que nele entram como migrantes temporários não deve ser o propósito dos alunos; como referiu Norbert Elias:

[...] a manifestação de sentimentos na sociedade medieval é, de forma geral, mais espontânea e solta do que nos períodos subsequentes. Mas, não foram livres ou sem modelagem social em qualquer sentido absoluto. O homem sem restrições é um fantasma. Reconhecidamente, a natureza, o força, o detalhamento de proibições, controles e dependências mudam de centenas de maneiras e, com elas, a tensão e o equilíbrio das emoções e, de idêntica maneira, o grau e tipo de satisfação que o indivíduo procura e consegue. (ELIAS, 1990, p. 211).

Todavia, na condição de imigrantes enquanto estudantes universitários na contemporaneidade, impedi-los de terem acesso a determinados espaços (políticos, econômicos, culturais, entre outros)⁴⁷ ou continuar seus processos formativos curricular ou extracurriculares depois de concluir a primeira graduação, no mínimo deve merecer uma reflexão especial, por trazer uma série de implicações negativas contra o espírito da transnacionalização da educação superior e troca de experiências sociais e culturais tão evidente na recente globalização. Nesta relação, geralmente o estudante-migrado e conveniado deve, diferente do turista estrangeiro, ter dedicação exclusiva aos estudos, isto é, chegar, formar, colar grau e retornar, sem ser-lhe permitido o exercício de qualquer atividade complementar no país. Certos privilégios negados aos integrantes do PEC-G correspondem a alguns aspectos de sua liberdade enquanto pessoas em processos educativos, pois, a liberdade é a condição que unicamente o ser humano possui: *o de agir livremente*. Sobre a liberdade, alguns autores partem de um pressuposto de que:

Os seres humanos só podem gozar de liberdade moral em uma sociedade organizada e regulamentada pelas leis. Tal sociedade é condição para o progresso moral de quem passa a fazer parte dela e de fato é o meio pelo qual a moralidade é refletida na história. Este é o maior propósito do desenvolvimento da natureza e todas as capacidades naturais da humanidade podem somente serem desenvolvidas em sociedade totalmente livres (KANT, 1990 apud HURRELL, 1995, p. 183).

O homem, para Kant, “possui uma grande capacidade moral” e é “animado pelo respeito, pelo direito e pelo dever”. Segundo Hurrell (Op, cit, p. 183) a visão do progresso baseia-se essencialmente sobre o processo dialético pelo qual o ato anti-social e as más

⁴⁷ Ver Seção X do Manual do Programa Estudante-Convênio de Graduação e demais Protocolo em vigor do MEC/MRE que, entre si celebram a regulamentação do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação.

qualidades tornam-se um estímulo constante da necessidade de criar e manter um mundo mais pacífico e regido por leis sociais. Como atores internacionais sabem que esse agir livremente significará sempre consciência da necessidade de aprendizagem, liberdade está igualmente relacionada ao conhecimento que eles possuem sobre a sociedade que acolhe e as leis que condicionam a sua ação em uma determinada localidade, mas, sem coerção ou impedimentos, pois, se espera um imigrante-estudante consciente da sua condição de estrangeiro; sendo que esta condição não deve ser impeditiva da possibilidade de autonomia de aprendizagem mais abrangente que perpassa necessariamente através de trocas ou contato direto com o meio profissional no campo da atuação.

Como dissemos atrás, os Protocolos do PEC-G ordenam o retorno imediato do estudante-convênio após a conclusão do curso, isto é, num prazo de 90 dias, sendo o diploma também recebido na embaixada brasileira situada no país de origem do aluno. Caso surja o interesse de prosseguir com os estudos no Brasil não lhe será possível, pelas normas vigentes no Programa. Os objetivos dessas medidas, *a priori*, são fundamentados na necessidade de obrigar os alunos a voltarem para trabalhar em prol do desenvolvimento social e econômico dos seus países. Supostamente, parece desta forma que o PEC-G corrobora com as políticas dos Estados Africanos, que encaram, conforme abordado anteriormente, a educação dos cidadãos e a qualificação técnica e profissional dos mesmos como um projeto nacional, vinculado a premissa da organização e produção do Estado para o bem-estar social de cada nação. Se não fosse contra a vontade do indivíduo, acredito que tal não encontraria oposição.

Esta tendência meramente ideológica disseminada pelo Estado vem sofrendo um reverso, isto é, uma espécie de golpe na medida em que - no caso do Brasil - desde o início dos anos de 1990 começa a existir a manifestação do desejo de permanecer no Brasil depois da conclusão do curso universitário a que fora selecionado no âmbito do PEC-G E PEC-PG. Esta tendência crescente pode estar mais em evidência nos estudantes migrantes dos Palop, em particular, ainda que seja uma quantidade relativamente reduzida. Isto assinala um flagrante claro de um contra senso em relação aos propósitos preconizados; se levarmos em conta que, os objetivos atribuídos à educação escolar pelos Estados apoiados pelos Programas de Convênios, então conclui que a decisão de não retornar contradiz o espírito que rege a chegada, a permanência e o retorno, mas atende a liberdade de um indivíduo fazer escolhas.

Para muitos especialistas a questão de querer ficar na diáspora⁴⁸ (na contemporaneidade, praticamente toda emigração se auto-representa com o nome “diáspora”, e, para diferenciar, levou as ciências sociais a designar as antigas “comunidades de emigrantes” de “etnias desterritorializadas”), em especial no país por onde um indivíduo realizou a sua formação superior surge, em parte, como resultado decorrente da realidade vivida nas sociedades capitalistas contemporâneas onde se pode identificar a contínua globalização e transnacionalização do trabalho (KONDAKC, 2011). A presença de migrantes nos empregos que exigem alta qualificação deriva da internacionalização das condições de produção, marcadas pela homogeneização das técnicas laborais dentro de cada ramo e de um mesmo sistema de normas; rompendo com anacronismo do ideário que atrelava com rigor um cidadão a Estado Nacional, particularmente durante a primeira metade de todo século XX, acarretando surgimento de análises que também delimitavam o espaço das sociedades modernas ao Estado. Mas, com os novos processos atrelados a globalização econômica, instituições que antes reprimidas pelo paradigma do Estado nacional ajudaram a redirecionar o enfoque das teorias sociais, ocupando o interesse dos cientistas sociais e ganhou um novo folego.

Kondakc (2011) lembra que, com efeito, a partir do final do século passado a procura e a oferta de serviço, parece terem por base, simplesmente a formação e a qualificação individual do ator, possibilitando pessoas qualificadas, mesmo estando em trânsito, a encontraro trabalho, principalmente quando se trata de sociedades modernas e abertas, um lugar que oferece maiores oportunidades de trabalho e de estabilidade profissional, podendo perpetuar-se nela.

Para este autor, no entanto, há contemporaneamente um reconhecimento da crescente migração internacional de pessoas por fins laborais, o que implica admitir a ausência do emprego propriamente nacional, tanto nos países menos desenvolvidos assim como nos países mais desenvolvidos.

⁴⁸ A definição do conceito *diáspora*, segundo o *Dicionário de relações étnicas e raciais*. Segundo Cashmore (1996), diáspora vem dos antigos termosgregos *dia* (através, por meio de) e *speirō* (dispersão, disseminarou dispersar) e está associada às ideias de migração e colonização da Ásia Menor e do Mediterrâneo (a.C.). De acordo com Cashmore, a palavra designa, também, maldição, visto sua referência à dispersão dos judeus exilados na Palestina depois da conquista babilônica. É justamente por isso que, no sentido clássico, a noção de diáspora corresponde a exílio forçado, dor e sofrimento. Essa característica da diáspora resultou no primeiro entendimento sobre a mesma como uma *Experiência não Voluntária*, portanto, traumática, ou seja, como um processo que constituiria um sentimento de perda, consequência da impossibilidade de retorno à terra de origem. *Outro aspecto importante* a ser considerado em relação à diáspora, no que tange, especificamente, às comunidades em diáspora, são os sonhos de religação, quase sempre resultados de uma projeção histórica de pureza e de atemporalidade sobre a terra de origem. (CASHMORE, 1996 apud MARILISE DOS REIS, 2010, p. 39).

Para Castel (2005) a transnacionalização do trabalho ocorre necessariamente, como dissemos atrás, porque o modo de produção capitalista é transgredido pelo capital internacional que possibilita cada vez mais a fragilização de rígidas fronteiras nacionais construídas nos séculos passados entre os Estados. Esta realidade, segundo o autor se soma com a emergência de constituição dos Blocos Econômicos Regionais e Internacionais como a CPLP, por exemplo, provocando desnacionalização do trabalho e suscitando debates interessantes em torno dos modelos anteriores de aquisição de cidadania de um trabalhador qualificado; os modelos anteriores se ofuscaram com a presença de “outros” que chegam à terra que não é deles através da migração, migração que, sempre foi considerada uma necessidade básica da condição humana, mas que parece transformar contemporaneamente nas questões de soberanias de um Estado, no sentido de permitir a entrada num país de pessoas qualificadas para suprir demandas nacionais de trabalhadores, visando evitar a crise da própria funcionalidade do Estado moderno.

A antiga relação do Estado para com seus Cidadãos que, por muito tempo incidia nas questões de relação entre a migração e o fato de um imigrante pertencer a um determinado Estado e responder por ele, parece ultrapassada, pelo menos em nível de Convenções Internacionais⁴⁹, na medida em que existe, o incentivo para que as pessoas exerçam suas liberdades⁵⁰ de ir e vir, o que é um dado histórico que acompanha o percurso da humanidade e respaldados pelas legislações dos Estados modernos, isto é, “pertencer a um Estado não é a mesma coisa que manter com ele, necessariamente, uma estreita conexão com o território e, estar sob controle de um determinado poder estatal” (PREUSS, 2008, p. 73).

Para ele as migrações internacionais envolvem atualmente, portanto, não uma perda do vínculo do indivíduo com o Estado-nação de origem ou sua comunidade política primordial, pois, esta perda parece não ocorrer pelo menos na sua totalidade, dado que cada vez se valoriza o princípio de que o indivíduo não nasce membro da sociedade, por conseguinte nasce com a predisposição para a sociabilidade que o torna membro de uma determinada sociedade ou uma comunidade política. O ponto de partida deste processo é a interiorização que se inicia com a interpretação imediata de um acontecimento, ou seja, a manifestação dos processos subjetivos de outras pessoas que faz sentido para mim. Interiorizações é a

⁴⁹ Por Exemplo: Sistema Interamericano de proteção aos direitos humanos, destacam-se a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, e o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador).

⁵⁰ A Convenção da ONU legisla sobre Proteção dos Trabalhadores Migrantes e seus Familiares adotada em 18 de dezembro de 1990 pela Assembleia Geral, entrou em vigor, em 10 de julho de 2003, sendo as mais importantes convenções sobre direitos humanos da ONU, voltada para os trabalhadores em contextos internacionais (LOPES, 2009).

compreensão dos nossos semelhantes, porém isto não quer dizer que os outros a compreendam bem.

Esta fase corresponde à socialização primária experimentada na infância. Somente depois deste processo inicial de interiorização é que o indivíduo torna membro da sociedade. Ademais, a socialização primária tem o valor mais importante e, toda socialização subsequente deve adequar-se a primária porque corresponde ao primeiro mundo social e cultural do indivíduo quase sempre carregado de luminosa realidade (BERGER; LUCKMANN, 1985).

Berger e Luckmann deixam transparecer um fato que podemos resumir assim: a socialização de um indivíduo ou, por exemplo, de um imigrante ocorre em dois momentos, primária recebida na terra de origem possui ancoras profundas e não se apaga tão fácil na memória⁵¹. Enfatiza que, a socialização é processo contínuo, sua etapa inicial “termina” quando o conceito sobre si for estabilizado na consciência. Bourdieu (2007) reforça esta perspectiva quando observa que, a herança cultural ou os bens da família têm como função não só de permitir a continuidade da linhagem, e, por conseguinte, consagrando sua identidade social, indissociável da permanência no tempo, mas também contribuir para sua reprodução moral em termos de valores, virtudes que servem de base para manter a filiação com a origem, mesmo quando é encerrada a socialização primária, a que nos fala Berger e Luckmann. Já a socialização secundária, corresponde à etapa da interiorização de “submundos” institucionais, baseados em escolhas pessoais ou coletivas.

Para Berger e Luckmann, a extensão e caráter dessa socialização dependem da complexidade da divisão do trabalho e da especificidade de aquisição do conhecimento e sua distribuição social. Segundo Bourdieu, estes dois momentos são intercambiáveis, sendo que suas relações somente podem ser referidas quando são avaliados o modo da herança de valores familiares bem como da aquisição, reconhecimento e garantias escolarmente conseguidas, considerando o efeito da sobrevivência, os mesmos aquisições (diploma, *status*) podem garantir relações bastante diferente, para o bem ou para o mal, com a cultura de origem e, a relação tende de ser cada vez menos intensa à medida que indivíduo sobe a hierarquia escolar e que aumenta o reconhecimento neste contexto assim como a maneira de usar o saber em relação ao valor atribuído ao saber. A etapa designada de secundária que um

⁵¹ O processo ontogenético pelo qual isto se realiza é a socialização, definida como ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade. Reforçamos o fato de uma pessoa, não poder se libertar completamente da atenção e carinho das pessoas que contribuíram na sua criação ou educação na primeira infância, mas também é verdade que as pessoas se esforçam para se definirem individualmente e controlar a dependências que podem criar entraves de realização individual (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 175).

imigrante, ou seja, egressos do PEC-G tendem a vivenciar com intensidade, sendo que os condicionantes de voltar à origem nacional costumam tornar por um determinado tempo menos importantes, contudo, exigirá deles a aquisição de vocabulários específicos da sociedade acolhedora, o que requer a interiorização de diversos campos semânticos que orientam as interpretações e condutas de rotina institucional da nova sociedade.

Para Bourdieu (2007) de certa maneira para Berger e Luckmann (1985) a principal sugestão consiste em não ser tão fácil para um imigrante esquecer sua estrutura primordial, isto é, a família e nação de origem. Porém, para um imigrante a realidade mais próxima, ou seja, da sociedade que o acolhe, torna-se a mais interessante enquanto a realidade distante, isto é, a do país de origem, parecendo esta segunda ser menos intensa. A partir desta suposição analítica, parece recomendar a necessidade de um ator manter bipolaridade, mas assumir uma ligação formal com o Estado-nação que foi escolhido para viver e gozar-se nele a cidadania por esta escolha e acolhimento a que lhe foi dispensado como novo membro, disposto e com capacidade de exercer atividades econômicas, políticas, sociais, culturais e, sobretudo a capacidade de manutenção da ordem social, assim como participar de qualquer forma positiva de democracia no país que se faz presente.

A essência do PEC-G é a formação de recursos humanos para trabalhar e desenvolver os seus países de origem - desta maneira percebe-se o quanto é anacrônica a premissa mantida pelo Programa, no qual determina que, quando um estudante estrangeiro formado e profissionalmente qualificado no Brasil sob sua tutela, deve rigorosamente retornar para servir o país de origem; tendo-o *a priori*, como lugar pré-determinado, pelo menos para iniciar a sua carreira profissional, não conforma mais com a realidade contemporânea. O PEC-G funcionava mais de 50 anos, contudo, mantém a perspectiva de formar capital humano para o Estado. Alguns interlocutores reivindicam que, o Programa negligencia o fato de que os ideais e as características dos estudantes, em particular os africanos da década de 60 e 70 do século XX nada têm a ver com o cosmopolitismo dos estudantes do novo milênio: em primeiro lugar, é grande o fosso que os separam, tanto nas suas vivências, como nas suas ambições sociais, políticas e econômicas. Portanto, o cosmopolitismo aqui não significa a abolir prerrogativas dos Estados nacionais, mas quer dizer, sob nosso ponto de vista, que as pessoas podem realizar-se na política, gozar-se dos seus direitos e seus deveres, sendo que, esses direitos e deveres e outras dimensões da vida parecem não encontrar, de modo abrangido, exclusivamente dentro de uma única sociedade; em segundo é preciso atentar-se para a

transição irreversível do paradigma hobbesiano⁵² de Estado-nação para o paradigma kantiano⁵³ do cidadão transnacional que procuram permanecer em outras sociedades reivindicando cidadania e direito plenos (HINSLEY, 1980).

O fenômeno migratório no mundo contemporâneo envolvendo diretamente os africanos aparece com certa importância e preocupação depois da descolonização dos Estados em África, quando os antigos colonizados passaram a migrar para os países dos ex-colonizadores na Europa. No caso brasileiro este processo envolveu imediatamente a vinda dos primeiros migrantes africanos para o país com objetivos de estudar no âmbito dos Programas estatais da educação superior. Como frisamos atrás, este fenômeno possibilitou a formação acadêmica de um número incontabilizado dos africanos nos quais a grande maioria retornou para os seus países de origens. Todavia, resultou igualmente na permanência de uma parcela considerável desta população em diferentes regiões do Brasil que chegaram a distintos ciclos migratórios, estudaram em diversas universidades federais, Católicas e outras conveniadas e depois de receberem suas qualificações acadêmicas e profissionais escolheram levar adiante novos projetos de vida que emergiram, considerando novos contatos sociais e laborais estabelecidos no Brasil ao longo dos seus processos de formação universitária.

Contemporaneamente, novos temas supostamente envolvem estadias destes atores no Brasil se levarmos em conta as rápidas transformações que vêm ocorrendo no início do novo milênio a nível global e, em particular no continente africano como um todo. Há, portanto, situações nas quais permitiram suas permanências no país e cujas implicações precisam ser revistas, avaliadas e levadas em conta para compreender as âncoras de tais decisões no momento presente tanto aqueles que decidem ficar no Brasil quanto os familiares que ficaram nos seus países de origem. No entanto, sabe-se que, para ganhar o mundo, dependem, em parte, da articulação, da autonomia particular e da solidariedade coletiva (HALL, 2005) e, quase sempre, esta solidariedade vem da família e envolve amigos onde todos ganham oportunidade para pensar a flexibilidade das fronteiras, num mundo global em constante transição.

⁵² O Estado no final do século XVII e o Estado do século XVIII, um simples mecanismo resultante da soma das partes através de um pacto, como pretendera Thomas Hobbes (1588-1679) em 1651 com seu “Leviatã”.

⁵³ O famoso panfleto de Kant, “A Paz Perpétua”, tem sido visto como defensor do federalismo, do governo mundial, do sistema de segurança da Liga das Nações e do pacifismo do tipo imediato. A tendência em valorizar o lado universalista e cosmopolita dos escritos de Kant e de focar as suas ideias em relação à paz perpétua através de uma associação limitada de Estados independentes recebeu forte apoio de uma das interpretações mais influentes em língua inglesa, a de F. H. Hinsley, em “Power and the Pursuit of Peace”, publicado pela primeira vez em 1961. O argumento central de Hinsley é de que Kant tenha proposto mais do que efetivamente o fez. Hinsley salienta que Kant não vê a solução para o problema da guerra em termos de uma fusão dos Estados, mas era mais lógico esperar resolver vários problemas internacionais pela superação dos Estados (HINSLEY, 1980).

4.3 - Perpetuar uma permanência temporária: uma decisão nada familiar

A nova presença dos africanos no Brasil contém versões de histórias que podem ser caracterizadas e igualadas a tantos outros fatos históricos que perpassaram pelo atlântico. Todavia parece que, o ato de atravessar o atlântico pode ser o único aspecto que precipita esta coincidência, dado que as primeiras viagens dos africanos nos séculos de XV a XIX para as Américas ocorreram dentro do processo de tráfico dos escravizados enquanto que as novas travessias de pessoas da África para o Brasil iniciada na década de 1960 foi e, continua a ser protagonizadas por um grupo de jovens de 20 a 23 anos de idade, oriundos das diversas nações que aceitam a participar pela opção nos ideários e no pragmatismo político e econômico dos seus Estados nacionais, assim como no capricho diplomático dos seus governos revelados na pretensão de promover a formação acadêmica de pessoas para o desenvolvimento social e econômico dos Estados com o diploma de curso superior.

No entanto, pode-se afirmar que este ideário de aventura também permitiu traçar destino de várias pessoas, o que revela aspectos da utopia existente neste ideário e que há muito tempo foi ignorado ou dissimulado pelas leis e normas regidas que regem diversos Programas Educacionais que promovem migrações.

Os processos migratórios educacionais envolvem indiscutivelmente a família; refere-se à família na sua acepção antropológica, isto é, centrada no parentesco que seria um grupo social formada pela combinação da descendência entre pais e filhos, consanguinidade entre os irmãos e por afinidade através de aliança por casamento. É exatamente o modelo da família africana que estamos nos referindo aqui uma vez que existem muitas pessoas que pertencem a este núcleo social, sendo todas coletivamente ou não, interferem na decisão de quem decide sair e permanecer no exterior. Por essa razão, porém, para sermos sistemáticos, começemos a buscar respostas ou supostas explicações também pelos os aspectos da dinâmica da vida social dos nossos interlocutores vinculadas à família. O Estado, por vezes pode ausentar-se na vida de uma pessoa em situações de migração deixando-a a própria sorte, ao passo que a família como um todo, costuma ser instituição social - se não a única - que não desaparece por completo do indivíduo. Segundo alguns especialistas, isso se deve pelo fato de que a formação deste grupo social assenta-se a partir de duas dimensões diferentes: a anatômica e social-cultural.

A primeira associa o homem e mulher numa relação interativa fundamentada na natureza; já a segunda se baseia numa relação contínua de ordem social e cultural, portanto a

conjugação destas dimensões resultam quase sempre numa constante solidariedade entre as pessoas que são parentes. A relevância deste último, que nos fala Berger e Luckmann: “o vínculo primário experimentado na infância tende unir uma pessoa com os restantes membros da família e esta união possui âncoras profundas e não se apaga tão fácil na memória” (1999, p. 39). Isto se infere a ideia de que, família traz consigo sentidos que não podem ser ignorados na trajetória de uma pessoa como as dimensões de consanguinidade, culturais e sociais, no entanto, estes sentidos possuem diversas funções mesmo variando-se conforme o momento ou contexto até para cada indivíduo.

Os autores consultados afirmam que, a decisão de emigrar, neste caso, de ficar no Brasil é uma decisão que certamente impele uma necessidade extrema de ponderação, não devendo ser tomada com ânimos frágeis, dado que: primeiro, ficar envolve rupturas familiares no país de origem que exige do ator uma filosofia para gerir, porque vêm acompanhados de obstáculos. É insuficiente a vontade de ficar no Brasil, pois é necessário que esta vontade esteja escoltada de alguns capitais, tais como o capital social. Isto porque, segundo Castles (2005) ter rede de parentes e amigos que propiciam a integração, certamente corresponde a uma mais-valia cultural. Esse autor explica que:

[...] o capital social diz respeito aos contatos e relações necessários para deslocar de modo seguro e eficiente com custos reduzidos. É bem sabido que a maioria dos imigrantes segue por rotas percorridos e se dirige para locais onde as pessoas conhecidas estabeleceram já uma ponte, facilitando a busca de trabalho, residência e permite facilitar enfrentamento de obstáculos burocráticos (CASTLES, 2005, p. 61).

O autor lembra sobre como a migração se tornou um bom negócio envolvendo vários setores da vida pública e, chama a atenção para a necessidade de saber compreender uma cultura diferente da sua sem, no entanto, perder a identidade própria. Terceiro, requer também capital profissional qualificado, além do econômico que darão suporte a decisão de ficar; na medida em que ficar é uma decisão, assente num propósito de alcançar, neste caso, alguma satisfação pessoal e profissional ou uma condição de vida melhor. *A priori* serão rigorosamente necessárias aquisições de habilidades profissionais e relacionais para competir no mercado de trabalho globalizado.

Há entre os estudiosos certa homogeneidade de opinião em relação à premissa de que, o ato deliberado de emigrar, ou a decisão de permanência no Brasil envolve uma ponderada contabilidade entre custos e benefícios e, há casos em que a família que permaneceu no país de origem - como dissemos, essa família é extensa – se vê na obrigação moral de custear parte

das despesas de casa e dos parentes e, ainda custear o parente no lugar onde tal resolveu ficar, alguns destes já com famílias constituídas. Partindo destes pressupostos de que os familiares, mais do que o Estado, são essencialmente importantes na vinda e permanência de alguns estudantes no Brasil, impeliu-nos a optar logo de partida, tecer algumas perguntas para tentar compreender alguns aspectos e dimensões que envolvem relações familiares e o grau de pressão que, em distintos momentos, a família exerceu como “mediadora ou não” nas decisões de ficar no Brasil. Esta opção justifica-se, segundo Abdelmalek Sayad (1998) pelo fato que o tema migração, de maneira geral continua sempre focado nos aspectos daquela pessoa que parte, ao passo que aquelas que ficam nos seus países de origem poucas vezes são lembradas, lembra.

Este autor reconhece que, a “migração deixa marcas tanto na origem como no destino”. Deste modo, no caso da população em questão deste estudo, torna-se fundamental entender as suas inter-relações familiares pelo caráter especial dos seus processos de deslocamento centrado nos estudos. Estas relações familiares; de acordo com alguns dos africanos encontrados nas cidades de Fortaleza, Salvador e Recife avaliaram-nas como boas, mas com algumas decisões não consensuais:

Fiz parte de uma família tradicional guineense, os pais e familiares tomavam conta de mim, arcavam todas as minhas despesas e não deixavam se quer trabalhar, em contrapartida tinha que estudar e, somente comecei a trabalhar depois de concluir o 7ºano de escolaridade no Liceu, sendo o meu primeiro trabalho foi exatamente de ensinar, ou seja, eu era professor de educação física, depois da independência, em 1974(CESÁRIO-Salvador/BA, 18/01/2015).

Este guineense revelou que tinha família com situação financeira privilegiada na época quando embarcou para o Brasil. No entanto, a decisão de trabalhar surgiu como uma tentativa de escapar do protecionismo familiar. Ele conta que não encontrou dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, dada a realidade do país na primeira década depois da independência; em que não havia pessoas formadas e os poucos professores que ensinavam haviam retornado a Portugal após a independência em 1974 e, também porque eram funcionários do regime colonial. Desse modo, qualquer concluinte do Liceu equivalente ao Ensino Médio no Brasil era convocado para ensinar. Cesário não lembra, mas acredita que foi a partir deste trabalho, que ganhou seu primeiro dinheiro, no qual este foi recebido pelos pais, que fizeram questão de dividir para o restante da família. Cesário concluiu dizendo que tem três filhas nascidas no Brasil e como pai sente falta do ambiente familiar que cresceu e do tipo de relações que havia

nela. Já Magda, mãe de três meninas nascidas no Recife, observa a diferença do núcleo familiar onde cresceu e o tipo de relação existente com suas filhas no Brasil.

Quando perguntada sobre como surgiu a ideia de vir para o Brasil, respondeu que foi contemplada com uma bolsa de estudo porque já tinha exercido magistério durante três anos no Liceu o que era na época principal critério curricular para pleitear bolsa de estudo no exterior, na ocasião os países com bolsas disponíveis eram: Brasil, Bulgária, Cuba e Antiga União Soviética, esta acabou escolhendo o Brasil. Magda, por seu turno conta que todos os familiares deram incentivos necessários para essa mudança. Depois de estar no Brasil, jamais retornou definitivamente, devido aos projetos que surgiram sucessivamente. Contudo, Cesário, Magda e outros quatro interlocutores afirmaram que nunca receberam apoio familiar quanto à decisão de permanecer no Brasil, por isso voltar é como se fosse um pacto a cumprir. Gilberto Velho (1999) enfatiza que o projeto de migrar é familiar e é construído a partir de um contexto de relações entre parentes que sempre envolvem perspectiva de retorno.

A tendência de uma pessoa que se desloca com fins de estudos é de seguir, rigorosamente, um caminho que privilegia a aprendizagem na sua área de formação (os alunos africanos com vínculos nas universidades federais queixam da severidade institucional para com eles). Em princípio, esse fato ocorre, em parte, devido à pressão das instituições envolvidas que tendem a buscar, a partir dos desempenhos dos sujeitos, justificativas que lhes permitam abrir possibilidades de ramificação projeto – PEC-G e PEC-PG– partindo de resultados concretos. Observa-se que será durante o curso começa a surgir, através da rede de relações estabelecidas, vários projetos a serem empreendidos. Por vezes, tais relações são instituídas com pessoas de referência na área de atuação profissional, inclusive, com professores universitários e profissionais de referência que atuam no mercado de trabalho há muito tempo.

Gaspar é sâo tomense e conta que tinha vontade de trabalhar e colocar em prática o que havia aprendido, mas também sabia que não tinha nada na área de Arquitetura em São Tomé e Príncipe, contudo, nunca imaginou que ficaria no Brasil ainda mais com a pressão que recebia da mãe para voltar. Otávio, disse que teve uma vivência cultural muito intensa na universidade e na cidade do Recife durante sua graduação, vivência essa que nunca tivera no seu país de origem. Quando perguntado se a família apoia sua permanência no Brasil, ele, quase num grito de revolta, disse que os seus pais querem que ele volte e continue a ter uma vida de privações que sempre teve, em São Tomé e Príncipe. Ele não hesitou em nos dizer que

reconhece o apoio que os familiares deram para estudar em Pernambuco, mas, hoje, a decisão de onde deve ou não deve ficar é exclusivamente dele.

Ele é casado (embora ainda não seja pai), não quis explicar, pormenoradamente, os aspectos de sua vivência do que fala na cidade onde mora. A colaboração de Otávio ilustra o fato que o estrangeiro, em migração acadêmica, não costuma perder a oportunidade de aprender os códigos sociais e culturais da nova sociedade. Geralmente, uma migração como essa não caminha no sentido oposto, isto é, optar por uma auto-exclusão das práticas sociais características da sociedade local. Acredita-se que esta abertura para as relações sociais mais amplas torna-se relevante para um imigrante na medida em que:

O projeto de sair para estudar fora do país de origem se apresenta como algo familiar, incluindo o retorno. Ao longo do tempo, este projeto pode ser reelaborado de modo diferente, adiando o retorno imediato, o que significaria aproveitar muito mais as redes de relações sociais, estabelecido num contexto novo o que também expressa igualmente à necessidade de reelaborar a tua posição na família, reivindicando papel diferente do que tinha na família antes de sair (VELHO, 1999).

Neste sentido, Casimiro, lembra que quando concluiu os estudos, em Fortaleza, entrou num período de assimilar a dinâmica da cidade de maneira mais intensa, já que durante a formação lhe faltava tempo, daí o grau de pressão que ele mesmo produzia sobre si em concluir os estudos e retornar a Moçambique num primeiro momento; num segundomomento, esta pressão passou a ser exercida pela família no chamando de volta. Ele explica que:

[...] nesses trinta anos que vivo no Brasil, nunca tive apoio da família quanto a continuar aqui. Das visitas que fazia a família, quando os meus pais ainda estavam vivos, sempre ocorriam reuniões, tendo como pauta, minha volta à casa e, os argumentos eram os mesmos: “ o Brasil é violento e racista, vocênão pode ficar lá” (CASIMIRO-Fortaleza/CE, 11/07/2015).

Ele afirma que esses argumentos criavam certo pânico, mas sempre divergia com os parentes quanto a esta decisão e chegou um momento em que o diálogo sobre a possibilidade de voltar era praticamente inviável.

Os casos relatados apresentam particularidades inerentes às realidades dos familiares singulares de cada interlocutor que, parece mesclar também com a dinâmica cultural de cada país em relação às questões migratórias ou a decisão de permanência. Por exemplo, Solange de Cabo Verde, conta que a ideia de ficar teve incentivo e solidariedade familiar, mas somente foi consumada na medida em que avançava nos estudos, graduação mestrado e doutorado,

graus acadêmicos que foram conseguidos numa sequência ininterrupta e, com mais recursos escolares e profissionais decidiu se radicar no Recife.

A solidariedade familiar de que fala Solange, em muito dos seus aspectos, podem aparentemente ser interpretados como estando vinculado ao valor cultural na qual está revestido o ato do movimento de saída dos caboverdianos para o exterior, movimento este que foram sendo interiorizados no modo de vida destes e ancorados sobre o seu sistema cultural. Não queremos dizer que viver fora do país seja uma decisão fácil para os caboverdianos, mas certamente, as famílias daquele arquipélago africano são mais acostumadas a lidar com circunstâncias que envolvem a ausência de um filho devido o volume dos migrantes do país espalhados nas “diásporas” caboverdianas.

Dona Carolina, casada, mãe de dois filhos, vive em Recife há 30 anos; Isaltina, casada, mãe de um filho, vive há 17 anos em Salvador, ambas declararam, no entanto que, a decisão em permanecer no Brasil nunca foi um problema em pauta no seio das suas famílias em Angola, porém, as suas respectivas famílias, sempre acham que as crianças e elas estão em perigo constante, já que não pretendem voltar, devendo mandar crianças para Angola.

Concluída a graduação e transição a pós-graduação correspondeu para a guineense Ana Mísia uma nova fase marcada pela imensa alegria e orgulho de poder prosseguir seus estudos no Brasil, onde podia igualmente esperar até que a situação de conflitos político na Guiné-Bissau fosse resolvida. Porém, explica que foi no domínio familiar que seu orgulho foi colocado à prova, a partir do momento em que se predispôs a continuar os estudos no Brasil.

Ana Mísia conta que, não teve nenhum apoio da família em relação à decisão de continuar estudando em Salvador. Emocionada, ela referiu-se a este momento, ressaltando o fato de que: primeiro, por ser uma mulher, na sua cultura, na tradição do seu país não é natural uma mulher continuar estudando, sem ter um marido e um filho/a, visto que prevalece a ideia de que não existe um papel social para a mulher solteira na sua sociedade de origem na tradição culturais dos seus pais. Deste modo, a mulher que pretende trilhar a trajetória acadêmica será vista de uma forma, como aquela que nega, em última análise, sua “função” de mulher, isto é, de ser “mãe” de ser “esposa” de alguém.

Em outro momento, Ana Mísia disse ainda que, quando adolescente tinha a expectativa de um dia poder estudar no exterior, podendo ter condições de contribuir nas finanças da família, mas seu relacionamento com grande parte da família se deteriorou um pouco, quando começou a pôr na prática aquilo que parecia ser apenas um sonho. Apesar deste fato, mostrou-se extremamente entusiasmada com a sua família e acredita que a sua boa

educação e coragem de ganhar o mundo deve-se ao fato de ter nascida dentro de um sistema de parentesco baseado na aliança de duas etnias e, no meio desta alteridade, cresceu sem nunca optar por um ou outro lado. Ela disse:

Eu tenho uma relação familiar bastante ampla. Sou filha de pessoas que são de etnias diferentes, por exemplo, minha mãe é da etnia *Fula*, no seio da qual nasci e cresci, sendo que parte do meu processo de socialização ocorreu também com os parentes do meu pai que emerge a partir de uma mistura entre duas etnias: *Bijagós* e *Mandingas*. (ANA MÍSIA-Salvador/BA, 17/01/2015).

Perguntada se se sentia humilhada com a posição da família, ela relatou que nem tudo foi fácil de suportar e ressaltou: “no fundo sinto que minha família tem orgulho de mim”. Não obstante, acredita que enquanto solteira continuará a travar estes embates com a família, ouvindo sempre que: resolveu fazer doutorado para não casar e, acredita igualmente que, sempre há de ter problemas com o casamento e, este problema pode acentuar-se, em caso de casar-se com um homem africano por conta do seu nível de escolaridade.

Em suma, apesar do orgulho com sua educação familiar, percebe-se que a nossa interlocutora reivindica hoje, exatamente contra os aspectos desta educação que ainda persiste em sua cultura, perpetuando a condição marginal da mulher na sociedade impondo todas estas barreiras culturais. Esta marginalização continua a ser constantemente renovada nas tradições, nas religiões, nos mercados de trabalho, entre outros lugares. Ademais, em todas as sociedades, a “preponderância masculina” encontrava-se – e ainda se encontra - fortemente estacionada no imaginário de pessoas, permitindo que questões como as relações de gênero passassem ignoradas pela própria ciência que, até poucas décadas manteve sem retoque regras implícitas de subordinação, legitimando tal subordinação em alguns dos seus aspectos. Precisou-se esperar por muitos anos até que fossem organizado o Campo dos Estudos feministas e outros movimentos que, de maneira consistente começaram a abalar as estruturas desta hegemonia canônica, através de críticas que tirassem a cortina nas categorias explicativas e interpretativas da representação do feminino, constituídas nas ciências humanas e sociais a serviço do masculino e heterossexual.

Importa acrescentar outro exemplo relevante: teorias racistas europeias - a dita racismo científico - defendia que o modelo mais elevado da espécie humana seria Europeu, no entanto, caberia ao africano um lugar inferior. Ademais, defendiam que a miscigenação provocaria a degeneração das espécies e que colocaria suas capacidades reprodutivas em decadência, levando a humanidade à extinção. Essas teorias fundamentaram grande parte da

produção científica em todo o mundo e, em quase todas as áreas da ciência, premiou os ideais do nazismo alemão com seus campos de extermínio nos quais, médicos e outros cientistas determinavam sob decisões supostamente científicas quem deveria viver ou morrer.

Estas teorias foram introduzidas no Brasil com alterações muito superficiais, servindo, contudo, nos contextos locais, referenciais que determinaram relações raciais nas quais reforçaram a hegemonia de pessoas brancas até hoje. Hall (1996) aponta o feminismo como uma das rupturas teóricas decisivas que vem alterando uma prática acumulada em Estudos Culturais, reorganizando sua agenda em termos bem concretos e, enfatiza a ideia do *masculino* também como uma realidade socialmente construída. A introdução de novos campos de reflexão está permitindo derrubar barreiras e rediscutir vários princípios da ciência, julgando a validade de determinadas explicações cujos efeitos ainda são observados nas relações sociais contemporâneas. Esta postura renova a perspectiva segundo a qual Malinowski (1970) defendia que, a ciência realmente começa quando os princípios gerais são submetidos à prova de todos os fatos.

A migração, particularmente para os fins de estudos é um projeto econômico familiar e afetivo; estabelece uma relação entre os que partem e os que ficam. Esta relação tende a ser mais estreita em termos de acompanhamento através de contatos frequentes com os demais indivíduos relativamente próximos e de assistência no domínio espiritual ou da conduta moral, mas no sentido de suprir a ausência da família. Dissemos anteriormente que quando estes atores são selecionados nos seus países de origem para virem estudar no Brasil, gera uma ampla expectativa onde os familiares começariam a vislumbrar a possibilidade sociais posteriores, sendo que muitos deles chegam ao Brasil para estudar sem obterem nenhum apoio institucional em termos de bolsas de estudos pagas por seus governos. Tal ausência acentua a participação familiar, investindo no projeto de estudo para torná-lo realizável.

No transcurso deste processo de formação superior, alguns estudantes-migrantes tiveram a família, numa perspectiva mais ampla, como única fonte de recurso de sustento e da manutenção dos estudos. Neste sentido, a permanência e o retorno tende a tornar as decisões que geram “esquizofrenia” dado que não apenas suscita o sentimento de falta de “lugar”, mas principalmente pelo fato de saber que agora, deve trabalhar para a própria manutenção e ainda fazer o inverso, participar das finanças na casa dos pais como determina as muitas tradições culturais africanas.

Uma das questões que norteiam a concretização da ideia de participar na economia familiar no país de origem vincula-se, de acordo com alguns interlocutores, na oposição que

emerge a partir do posicionamento da nova família constituída no contexto brasileiro, ou seja, quando o/a companheiro/a é brasileira que, no entanto, há casos em que o retorno financeiro é julgado desnecessário cujo significado não é percebido, o que acaba criando situações de conflitos permanentes que se agravam, principalmente quando seus efeitos começam a interferir fortemente na dinâmica relacional da família. Para a estabilidade pessoal dos egressos que permanecem no Brasil, em parte, dependem da compreensão e solidariedade coletiva que quase sempre envolve a família do país de origem e, sabemos por experiência, a relação afetiva com os parentes torna-se essencial para manter o aspecto econômico do projeto migratório. Neste sentido, optou-se não dissociar a dinâmica bipolar das relações familiares dos nossos interlocutores, propondo-se, portanto, descobrir como eles costumam negociar estas questões com as duas famílias – os familiares que ficaram e a nova família constituída no Brasil - ou descobrir se aboliram o contrato familiar anteriores a partir de novas dinâmicas sociais encontradas no Brasil.

Quando os interlocutores são interrogados sobre se dão apoio financeiro aos familiares em África, foram unânimes em responder afirmativamente que “sim”. No entanto, as respostas sobre a regularidade, a quantia e quais pessoas da família que mais apoiam, não foram homogêneas devido à grande heterogeneidade dos nossos interlocutores, que são de origens nacionais diferentes e trajetórias de vidas igualmente diferentes. O angolano, Pedro Lame, por exemplo, nos diz que a família brasileira parece resumir-se em pai, mãe e filhos, outras pessoas, como os irmãos e irmãs da mãe e do pai, às vezes são vistos como pessoas “estranhas”, principalmente se quiserem reivindicar alguma atenção ou direito dentro da família, o que a torna diferente da dinâmica relacional da família angolana, por exemplo, onde se faz por muitas pessoas com “direitos” iguais. Lame foi quem nos deu uma explicação mais detalhada sobre a controvérsia que tivera com sua esposa brasileira:

Veja bem, eu estudei na Faculdade de direito da Universidade de São Paulo (USP), durante cinco anos. Quando já estava na metade do curso, um dia a minha mãe perguntou: “Filho, quanto tempo falta para você terminar”? Expliquei que restava mais três anos e, ela disse, então, está bem! Eu quis saber o porquê da pergunta. Ela disse que, a quantia que havia guardado para custear meus estudos estava a acabar, mas disse para eu não ficar preocupado porque os meus primos que vivem em Lisboa vão ajudar, sendo que de qualquer forma os meus tios também vão dar uma mãozinha. Estas a ver, eu não estudei com bolsa de estudos do governo do meu país, se não fosse essa junta familiar, seguramente não conseguiria estudar ou estudaria com muita dificuldade, então, se hoje ganho dinheiro como advogado; me diz qual deve ser meu dever com a minha família, principalmente agora que minha mãe está com 68 anos de idade, fisicamente debilitada, não pode mais nada! (PEDRO LAME-Salvador/BA. Entrevista 18/01/2015).

Durante esse diálogo, Lame acrescentou que se casou em 2008 depois do primeiro ano do mestrado e, no ano seguinte, concluiu o curso do mestrado e ingressou através do concurso na Universidade Estadual da Bahia como professor substituto e passou no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Coincidentemente, em Portugal as pessoas começaram a sentir os efeitos da crise que resultou na perda do emprego de alguns parentes que trabalhavam em Lisboa; na ocasião ele assumiu parte das despesas dos seus primos a pedido deles, principalmente despesas com a escola das crianças.

De acordo com Lame, essa atitude de suprir a carência, em termos financeiros dos filhos dos primos não foi consentida pela esposa; porém, como não pretendia de forma alguma suspender o auxílio, cresceu ainda mais o confronto de ordem meramente financeira com a esposa. Visivelmente emocionado, ele revelou que se divorciou a pedido da mulher, quando ela ainda estava com cinco meses e duas semanas de gestação. Daí alguns tempos, a criança - hoje chamada de Valentina Alves - nasceu prematura e com a Syndrome de Dawn.

Hoje aos sete anos de idade encontra-se sob os cuidados do pai. O que parece notável no discurso do Lame é que, ele pensa ter capturado a força que lhe restava e, que o nascimento da filha teria trazido a força “vital” para que pudesse ter, em última análise, a plausibilidade e sentido de viver e trabalhar. E, asseverou com muito entusiasmo o fato de conseguir manter Valentina numa das escolas de referência na cidade de Salvador e ainda colocar a criança sob atenção doméstica integral de duas funcionárias, podendo cumprir com elas todas as normas trabalhistas brasileiras. Caso para dizer, não encontramos outras experiências que se assemelham a de Lame, porém, quatro africanos contaram que passaram dificuldades de conjugar as duas formas de relações familiares.

Muito nesta linha também Solange cooperou, ressaltando o fato de nunca precisar enviar recursos para os pais em Cabo Verde, porque eles vivem com recursos de suas aposentadorias que lhes são satisfatórios, já seus irmãos vivem na Europa e têm empregos que lhes garantem condições melhores de vida, mas enfatizou que não mediria esforços de apoiar em caso de necessidade; para tanto, no momento, só investe nas coisas próprias e na escola da sua filha. Outras despesas familiares são compartilhadas com seu esposo brasileiro que, às vezes divergem em algumas decisões domésticas, mas garante que se trata de divergências irrelevantes - cabeça dura do homem, ressalta ela - dado que ocorre porque ela tem rendimento mensal maior que o marido, onde a mesma faz os cálculos em função da sua renda, enquanto que o seu companheiro que é servidor estadual, ganha menos e faz os cálculos igualmente com os limites do seu ganho salarial.

A manutenção da relação com os familiares no país de origem parece ser muito importante para alguns entrevistados. Lame e Solange ilustram bem a solidariedade e reciprocidade de ajuda entre os familiares africanos, que são muito forte, como nos foi permitido constatar ao longo desta investigação, sobretudo porque, essa realidade foi reafirmada no contexto não africano fragmentada pela distância. As relações familiares processam-se não apenas dos laços de sangue, culminando em um conceito de família diferente a do Ocidente. As figuras de “mãe, pai e irmãos” não resumem o conceito da família nos PALOP, se quisermos a África como um todo. Pelos relatos dos nossos interlocutores, nestes contextos, a ideia da família extrapola os laços de sangue diretos, é, no entanto, alargado às tias, aos tios e aos primos em diferentes graus; além de outras relações afiguradas, a ponto de em determinado momento, não se compreender exatamente quem são os legítimos pais, os legítimos irmãos, que podem a qualquer momento desempenhar socialmente o papel dos pais ou tios, que podem também exercer a função dos irmãos ou primos.

Abrimos o espaço aqui, para assinalar um dos aspectos menos plausível destas relações familiares extensas. Assim podemos acrescentar apoiando no campo etnográfico que, de maneira geral, o tipo de relacionamento entre os parentes nos contextos dos PALOP, como descrevemos atrás, podem, sob os seus vários aspectos serem considerados positivos, isso porque impera no seio dos parentes uma relação afincada de fato, na solidariedade e na auto-ajuda necessária entre os membros de uma família ou de uma linhagem, sendo ao mesmo tempo patológico na medida em que estas relações se transformam em *lócus* ou lugares que transcendem a esfera doméstica, tornam-se redes de autoajuda na viabilização sistemáticas de acesso dos parentes aos cargos e serviços de relevância pública, em detrimento de pessoas mais qualificadas.

Há casos em que o apelo ao retorno de um membro que se forma no exterior, expressa meramente a expectativa dos parentes em ter, ao menos, seu representante no serviço público nacional. Para muitas famílias não fidalgas; é *mais-valia* porque, deve assumir, entre outros papéis, o de garantir o acesso dos parentes aos serviços como saúde, educação superior e emprego, serviços que, por via de regras, deveriam ser oferecidos às pessoas pelo Estado indistintamente. Tomas de Angola tece seu discurso no qual expressa seu desconforto em torno desta questão: “se você não tiver alguém conhecido no Estado, dificilmente acha um emprego a sua altura, mesmo com seu nível de qualificação, somente vai restar trabalho de baixo nível e pouca segurança.” Opinião que Selmira compartilha. Tudo isto, colabora para a existência de famílias extensas, que se apoiam para o bem e para o mal de cada membro. A

observância desta relação estreita entre um indivíduo e sua família já fez autores como (BERGER E LUCKMANN, 1999) acertadamente afirmarem que a família é um núcleo social e cultural mais resistente, sendo igualmente uma das últimas instituições que um membro deixaria de atender quando houver uma solicitação, seja de que natureza fosse.

A própria globalização recente apresenta evidências de que não se sustenta apenas por avanços econômicos e tecnológicos, mas sim pela memória e deveres compartilhados em relação a nossa origem em grande escala. Tais memórias e deveres acabam por constituir meios que encurtam a distância entre famílias dispersas (HALL, 2000). Todavia, essas generalizações podem tornar-se máscaras que esconderiam outras experiências e formas de relações familiares também interessantes. Como aponta Miranda:

Minha esposa é norte americana, outra nacionalidade, às vezes a gente se diverge, ela e eu somos católicos, porém, ela presta mais atenção no irmão e nos pais dela do que os outros membros, que no meu contexto consideraria família também, por exemplo, no período de natal eu prefiro, como é de costume na Guiné-Bissau, passar natal com muita gente, seja família próxima, seja amigos ou simplesmente pessoas conhecidas. Nestas datas, geralmente aqui nós guineenses nos juntamos para celebrar a data juntos. Já na parte dela, as festividades como o natal, de fato, é uma coisa mais restrita, somente os familiares mais próximos, então às vezes há um pouco dessa divergência, mas sempre a gente conversa e chega a um entendimento. (MIRANDA, Salvador/BA. Entrevista 21/01/ 2015).

No caso de Miranda e sua esposa estadunidense, percebemos que ambos têm a necessidade de se confrontarem sempre com experiência dos tempos em que cada um viveu ao lado das suas respectivas famílias, mas que agora, tais experiências só se revelam através da memória, pondo os dois numa espécie de relação de auto-ajuda para superar a distância física com os seus países e, emocional com os familiares e amigos que ficaram especialmente; proteger-se de nostalgias que podem impedi-los de prosseguir a vida. Um pormenor importante, Miranda contou que, a esposa é professora de inglês em Salvador, costuma participar nas suas relações com a família na Guiné-Bissau de tal forma que, às vezes ele mesmo se surpreende, pois ela se comunica pela internet com os parentes dele, especialmente com a sogra, conseguindo estabelecer uma relação amigável com alguns parentes que moram em Bissau. O fato de a esposa exigir-lo a conversar com maior frequência com a própria mãe e pressionar a telefonar regularmente para a avó, constitui uma das atitudes dela que mais o surpreende. Ele não esconde o orgulho que sente da sua esposa e, conclui: “apoiamo-nos um ao outro mutuamente”.

Desta maneira, enfatizamos a ideia de que a migração é também uma experiência que coloca em relevo a memória. Em contextos migratórios, o lugar de um ator migrado é onde boas experiências tendem interativamente assegurar experiências anteriores igualmente boas. Concorda-se que, é nestes lugares que também temos possibilidades de encontrar pessoas que não apenas nos sirvam para compensarem o sentimento de descontinuidade ou de fragmentação que emerge com o ato de ficar, mas, sobretudo, possibilidades de encontro e estabelecimento de vínculos com pessoas nas quais permitiriam recuperar ideias e valores que, às vezes perde-se facilmente no caminhar.

Friedman (2004, p. 100) sublinha que, “o processo de migração e de fixação de um ator também estimula a memória do passado e sonhos do futuro. Enfatiza que, a permanência de um ator num país que não é dele pode ser o reconhecimento que a pátria não é o lugar que quer estar; é só um lugar onde o coração pode estar, mas que precisa ser deixado para trás e, essa partida pode ser pré-requisito para a autonomia, onde a distância permite explorar ângulos diferentes da experiência pessoal e coletiva e perceber alguns equívocos”.

Deste modo, vale a observação do Danticat, 1998 (apud HARRIS 2008) na qual assevera que as experiências e memórias, individuais, são também sociais e coletivas, dado que através do ato de recordar que um indivíduo compartilha alguns momentos de sua experiência do passado. Acredita-se que, a partir das experiências familiares é que se constrói grande parte da memória e, que estas experiências, quase sempre contemplam narrativas sobre seu país de origem. Sarlo (2007) argumenta que sua própria memória não deixa dúvidas que as suas fontes e suas narrativas são lembranças de suas experiências, “memória que pode ter sido tomada por empréstimo de familiares e que a parte mais substancial vem de histórias contadas ao longo dos anos pela mãe e pelo pai ou parentes como um todo. Essas memórias são recriadas em contextos de migrações e costumam forçar o olhar de si para frente e para trás ao mesmo tempo, mantendo desta forma sempre acesa a complexa decisão de ficar ou voltar.

No entanto, esta memória ou olhar para trás também invoca aspectos traumáticos em que seu país passou, pois são essas experiências domésticas e privadas e aquelas vinculadas ao Estado - em especial - que parecem influir mais na decisão de permanecer num lugar aonde chegou para viver temporariamente. Tudo isso será premiado com as oportunidades existentes na novaterra e, quando agarradas um imigrante pensa ter encontrado a segurança, e assim acreditará que está no trilho certo: o de vencer a sua história de desprivilegio social no seu país de origem ou de escapar do algo que incomodava. No caso dos atores oriundos dos

PALOP, podem pensar que estariam a vencer igualmente a longa tutela da dependência colonial e de um sistema de nepotismo quase teológico, perpetrado pelas figuras ligadas aos Estados nacionais nos referidos contextos.

Retrocedemos para notar que, em nossa pesquisa de mestrado, a ideia de retorno cresceu mais pelo fato de muitos interlocutores acreditarem no papel que o Estado poderia desempenhar no processo de requalificação do serviço público que, por via de regras, os profissionais qualificados poderiam ocupar importantes postos de trabalhos em seus países de origem contribuindo para o desenvolvimento social do mesmo. O trabalho do mestrado demonstrou que as expectativas destes migrantes, ainda na graduação, também giravam em torno dos seus países. Na ocasião, muitos dos nossos interlocutores não esconderam anseios de um dia poder dar as suas contribuições para o desenvolvimento social dos seus países. Este anseio era apresentado em forma de um sentimento carregado de uma espécie de obrigação moral e política de participar no esforço de reconstrução dos seus países de origem.

Hoje, no entanto, para vários entrevistados deste estudo, esta questão está relacionada com o percurso normal de vida, imolada por um ímpeto de ajudar na reconstrução dos seus países de origem que, por sinal, não se pulverizou por completo, continua, às vezes, a pesar, ponderavelmente, na decisão de permanecer no Brasil o que nos foi possível descortinar ao longo desta investigação. Temos como exemplo o relato do professor Leopoldo que colabora, em parte, para compreender esta emoção:

Já estou a completar três décadas vivendo no Brasil, isto nunca foi uma decisão planejada, tanto que voltei para Guiné-Bissau várias vezes durante todo esse período e, olha, não eram viagens de visita a família ou aos negócios, pois, eram mesmo retorno para ficar e galgar espaço para trabalhar e ajudar no que for possível, mas às vezes você se sente impotente na tua própria terra porque parece que as pessoas não lhe reconhecem e, quando isto ocorre saiba que não vai ter nenhuma oportunidade para você participar. Eu tenho doutorado em química, bem sei que isto não é muita coisa na Guiné, ainda mais do jeito que o país não está a superar as guerras e golpes de Estado, mas também sei que minha qualificação acadêmica pode garantir o sustento da minha família no outro lugar, então foi esta busca de estabilidade profissional que me fez retornar e ficar aqui por enquanto. (LEOPOLDO-Recife/PE. Entrevista 19/04/ 2015).

Luandina foi uma das nossas interlocutoras que mora na cidade do Recife, expusera também as dificuldades inerentes aos ingressos no mercado de trabalho em Angola, principalmente para um indivíduo que tem alta qualificação profissional muito além da graduação. Emanuel assevera o fato de haver poucos ou quase não existir concursos públicos

em seu país. De acordo com esse caboverdiano, as indicações por viés do nepotismo e corrupção é que mais facilita para conseguir vínculos empregatícios até mesmo nas empresas privadas. Já Felipe, explica que em Angola, são generais que indicam, mas estas indicações, às vezes, são condicionadas no fato de se declarar militante do MPLA e ser subordinado aos ditames do partido e não das regras trabalhistas, portanto não basta obter grau de mestrado ou outras qualificações técnicas, o que para esse angolano é inconcebível pensar em contribuir para o desenvolvimento do seu país nestas circunstâncias; “isto é um dos motivos da minha ‘dissidência’ com meu país”.

Os relatos de Leopoldo e Emanuel demonstram que a virtude consiste, portanto, em viver de acordo com a razão, evitando entusiasmos que são desvios da própria natureza racional. Os sentimentos de patriotismo aparecem em quase todas as narrativas dos estudantes. Alguns admitem a vontade de um dia poder participar do árduo processo de reconstrução dos seus países de origem, mas as circunstâncias os tornaram mais calculistas em relação à forma de fazer esta contribuição. Muitos dentre eles, não escondem a possibilidade desta contribuição ser a partir de suas atividades profissionais no Brasil ou em outros lugares do mundo, mas não necessariamente reinstalar-se nos seus países de origem.

Quando confrontado com a pergunta sobre sua posição em relação aos ex-estudantes angolanos que decidem permanecer no Brasil; Camilo Alves, presidente da Casa de Angola em Salvador-BA, optou por responder recorrendo a um provérbio, segundo o qual disse:

Eu sou da cultura *bantu*, eu não sou do litoral de Angola, meu pai sempre disse: Camilo vai ver o que estar a acontecer e, não acredita no que você ouviu dizer. Mas, a juventude de hoje somente vive do ouvi dizer. Creio que, a informação correta é aquela que você, além de ver, deve deitar por cima o seu olhar crítico. Como servidor do Estado Angolano e como filho da pátria, penso que os nossos jovens têm que aprender o seguinte: ‘com terno emprestado não se vai a festa porque o dono do terno vai estar lá e é capaz de lhe dizer que você está a sujar seu terno e, pedir para tira-lo no meio da festa... Você quer viver numa terra bonita? Construa! (CAMILO-Salvador/BA. Entrevista 26/01/2015).

Com isso, segundo Camilo, seu pai queria ensiná-lo que, a terra bonita sempre é a terra do outro.

O presidente da casa de Angola afirma que, grande parte destes jovens que estudam e ficam no Brasil não têm ideia do panorama de desenvolvimento recente do país porque vieram em períodos críticos da história de Angola, tempos de guerra. Portanto, dado ao longo período em que vive fora, a visão torna-se distorcida, não conseguindo estes enxergar o que

ocorre contemporaneamente em toda a Angola e, optam por aquilo que parece ser mais óbvio: ficar. Alguns destes realizam suas graduações, mestrados e doutorados, mas esquecem de que, ainda que alguns não tenham estudado com bolsa de estudo do Estado, tendo cursado ensino superior com recursos familiares, eles deveriam, por isso, pensar que são elementos transformadores dos próprios familiares que ficaram como também da sociedade angolana como um todo. Então, há que se conscientizar que fomos colonizados, queira ou não e, os efeitos desta história ainda vão perdurar.

A permanência dos egressos do PEC-Gno Brasil suscita opiniões que conflitam com os interesses dos Estados-nação, colocando-os numa arena de competições discursivas pelo exercício de hegemonia dos seus destinos, pondo em relevo os seus deveres de pertença nacional, contudo, os mesmos Estados-nação não esboça nenhum esforço no sentido de incorporar seus quadros técnicos dispersos no mundo em novas formas institucionais transnacionais que estes parecem reivindicar cada vez mais num mundo globalizado. De certo modo, “os Estados interpenetrados pela experiência das diásporas, são por elas subvertidos” (KEARNEY, 1995 apud TRAJANO, 2010, p. 11). Neste sentido, o conceito da diáspora além de tornar amplo ainda ganhou grande importância, não necessariamente em termos conceituais, mas elabora e resignifica um fenômeno social (migração) em plena expansão, para o bem ou para o mal. Friedman (2009) sublinha que, atores que permanecem num lugar aonde chegaram para não ficar independente do seu estatuto de exilado, refugiado, trabalhadores migrantes, estudantes e outras formas de chegar ou transitar na contemporaneidade, são sempre vistos e encarados nestes lugares como parte de uma dinâmica instável em um mundo assimétrico, há quem nos dissesse:

Não posso dizer que estou estável, pois ainda não consegui por enquanto aquilo que almejo ter, com dedicação e muito trabalho, mas também não pretendo voltar ao país de origem, depois de viver por aqui mais de trinta anos, acho que o sentido da minha vida, além de ganhos e perdas, agora está no Brasil (LEOPOLDO-Recife/PE. Entrevista 06/05/ 2015).

Alguns depoimentos dos nossos interlocutores impeliram-nos a compreender, em parte, que alguns aspectos que envolvem a questão de migrar no sentido mais amplo, ou de permanecer, numa perspectiva mais restrita, num lugar onde deveria transitar carregam, às vezes, experiências dolorosas. Danticat, (1998 apud HARRIS 2008) declarou que, quando um indivíduo parte deixa-se o passado físico que é premeado por cores, cheiros, dores, amores, ansiedades, medos para trás e se depara com outras realidades que não constavam na sua

experiência de vida. Sua ligação com as pessoas que ficaram na terra continuará sendo de um elo forte, mesmo estando na terra nova. Mas, quando essas pessoas começam a adoecer, a morrer ou começa a não poder mais reconhecê-las, em suas várias dimensões, tem-se a sensação que estão lhe tirando suas âncoras ou apartando-lhe com as suas raízes. Deste modo, mesmo que tenha constituído vínculos afetivos na nova terra é preciso, segundo Harris (2008), não esquecer que ganhamos muito e perdemos muito quando não retornamos à terra mãe. Desse modo, cabe a cada ator maximizar os ganhos e reduzir as perdas.

4.4 - Dá universidade à decisão de ficar: necessidade de inserção no mercado de trabalho.

Já dissemos atrás que, radicar ou retornar, ambas são decisões que geram “esquizofrenia” num estudante não apenas porque não tenha documentação para radicar-se ou porque suscita questionamento como: onde vou trabalhar? Mas, principalmente, pelo fato de saber que, agora, deve trabalhar para a própria manutenção. Desta feita, consumada a decisão de permanência depois do término da qualificação técnica-profissional no Brasil e da superação, em parte, da pressão familiar, os atores em questão inauguram, imediatamente, a nova fase que requer a adoção de novas estratégias que lhes permitem galgar um espaço no mercado de trabalho, já que, conforme referimos, fixar residência no Brasil é uma decisão que, de alguma forma, assente num propósito de alcançar uma condição de vida melhor no sentido mais amplo, sendo a etapa, *a priori*, rigorosamente ultrapassada, ou seja, a necessidade de aquisições e habilitações profissionais; assim como a etapa, *a posteriori*, que corresponde à busca do emprego. Portanto, é neste domínio que quem fica se depara com outra realidade e esta nova realidade se caracteriza pelo:

[...] desemprego e à instabilidade econômica, social que resulta do abalo global da forma de vida. Pois os sobressaltos da cidade e da sociedade urbana hoje são as testemunhas desta instabilidade que se apresenta em forma de uma revolução que tenta se generalizar e, nesse sentido, ‘finalizar a história’, mas da qual percebemos, a cada dia, os efeitos desestabilizantes. Assim, a instabilidade se torna a versão mais traíçoeira da mobilidade que associamos aos aspectos mais dinâmicos da economia e do mercado (AUGÉ, op, cit, p. 35, 36).

Sabemos, entretanto, que para os que permanecem e desejam pleitear um emprego, ou seja, conseguir um contrato de trabalho, deve evidentemente atender ao enquadramento jurídico e político legal existente no Brasil, o que requer a autorização emitida pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Esses aspectos jurídicos e práticos serão apresentados no próximo capítulo. Por agora, examinaremos esse processo de enquadramento de imigrante, apoiando-se em determinados argumentos de Marc Augé, amiúde, o autor usa o termo “exclusão” para evidenciar que o ideário da globalização recobre muitas fronteiras em diferentes escalas e, a metáfora “exclusão”, que o autor se apropriou, quando esmiuçada por ele, revelou a existência de um *interior* e de um *exterior* onde, quando estes pólos distintos fossem encaixados e aplicados de maneira pragmática para controlar as fronteiras nacionais face à demanda de outras pessoas originárias de outros países que buscam ter acesso ao emprego e estabilidade social, ressurgem daí tais fronteiras e trazem a lume uma desmentida tese de mundialização e superação das fronteiras nacionais inculcadas pelos especialistas que reivindicam a globalização.

A reconstituição explícita destas fronteiras costuma determinar sob máscaras da legislação a “exclusão” dos que, apesar de serem às vezes familiares, são vistos como intrometidos, o que implica nesses casos a validade das redes de solidariedade de amigos e da idoneidade individual de quem permanece que, evidentemente, a força de suas redes constituídas traz a lume o grau de sua integração social na nova sociedade. Assim, a eficácia de tais redes de relações sociais, estas redes, no caso dos ex-alunos do PEC-G parece que foram constituídas ainda nos tempos da universidade e outros espaços culturais partilhados que permitem de alguma forma a estes estrangeiros não enfrentar, solitariamente, situações até então desconhecidas na nova sociedade.

A maior parte dos entrevistados, especialmente os homens, considera desnecessária a propensão de confronto que têm os agentes federais ou interpretes de noções de interior e exterior de Marc Augé (2010) quando entram com pedido de permanência no Brasil. De fato, as atitudes de alguns são indignas de notas, uma vez que todos os interlocutores queixam da indiferença policial e tendência constante de querer menosprezar objetivos apresentados para justificar a permanência no país ou simplesmente não conseguem absorver a concepção de sua revolta explicitada no desejo de permanecer. Humberto relata o fato de ter decidido continuar no Brasil porque havia recebido grande incentivo do chefe do departamento de gestão e contábeis da empresa distribuidora de águas e energia do Ceará, bem como a solidariedade de amigos e colegas, onde realizou estágio por dois anos, assim ele testemunha:

Na ocasião, ganhei motivação e entrei com o pedido de permanência no Departamento da Polícia Federal (DPF) com o contrato de trabalho em mão, aguardei durante um ano, porém não saiu o resultado da solicitação de permanência, daí decidi retornar a DPF e, durante o período de espera o meu Visto Temporário já tinha vencido. Me orientaram para sair do país, não me deram alternativa, saí fui até Paraguai apanhei outro Visto com um ano de validade, era um tempo curto, mas foi suficiente para arranjar filho. Irmão, quando penso nisso, sou tomado por uma sensação contraditória porque acabei tendo uma filha e depois casei, é desta forma que me foi possível garantir a permanência. Na verdade, casar não fazia parte dos planos na época, mas foi preciso, se não poderia perder a possibilidade de ser contratado pela empresa e perder o vínculo no curso de mestrado por causa da documentação (HUMBERTO-Fortaleza/CE-Entrevista 12/07/2015).

A análise de experiência de Humberto corrobora todas as hipóteses para o entendimento das circunstâncias em que Augé (2010) lança mão do termo “clandestino”, empregado metaforicamente para enfatizar outra fonte de novos medos, isto é, pessoa sem documentos, o que revela o princípio da negação de qualquer possibilidade da sua existência, portanto, ser ex-estudante ou possuir alto capital de qualificação acadêmica nem sempre constitui para uns uma condição absoluta para conseguir autorização e acesso ao mercado de trabalho, ainda mais num lugar no qual não é o seu lugar de origem. Eis outros testemunhos:

Consegui minha permanência, seis meses depois de casar com brasileiro, quando a minha filha nasceu já estava regularizado, inclusive já era concursada, só fui uma vez para assinar papeladas, foi meu esposo, quem andava na Polícia Federal porque precisava muito mais de dados dele (CABOVERDIANA/Recife/PE entrevista, 18/04/2015).

Manter minha situação regular aqui foi difícil. Naquela época era burocracia demais, inoperância das instituições nem se fala, meu diploma estava no meu país de origem porque quando você termina o curso eles mandam para lá, e aqui só pode usar declaração de conclusão, até que um dia no DPF me falaram que tinha que entregar o diploma para comprovar a graduação e que, o diploma de mestrado não serve para isso, sendo que tinha estudado na mesma universidade graduado e pós-graduado no mesmo curso. (ANGOLANO/Salvador/BA entrevista, 30/01/2015).

De uma maneira geral, a experiência dos entrevistados face a estas questões não são homogêneas. Zenão explica:

Eu cheguei com o Visto de Estudante Temporário, porém meu visto venceu e, por conta da instabilidade política do meu país de origem eu fiz um requerimento especial, um pedido de refúgio o qual o processo estava em trâmite junto ao Ministério da Justiça e, sempre a informação era de aguardar a transformação porque quando a gente solicita esse pedido é fornecido um

protocolo temporário que é o documento provisório que a gente recebe enquanto aguarda a permanência que, futuramente, pode se transformar em um protocolo permanente, então fiquei nesse processo de tramites do pedido e a publicação no diário oficial pra que eu possa substituir o meu protocolo temporário por um protocolo permanente, mas acredito que foi o casamento que acabou por agilizar o processo (ZENÃO-Fortaleza/CE - Entrevista 06/07/2015).

Para a maior parte dos guineenses e sãotomenses encontrados, a estratégia para regularizar a estadia no país passou pelo pedido de refúgio ou anistiados, devido à instabilidade política militar nos seus países de origens. Mas constata, no entanto que, a transibilidade “completa” dos vistos de grande parte destes atores, foi condicionada pela adoção de outras estratégias nas quais, basicamente se resumem em “casar” e ter “filho” com uma brasileira; já que o peso do contrato de trabalho de uma empresa costuma, no caso dos africanos entrevistados, serem interpretados por Agentes Federais como menos expressivo para conceder a permanência no Brasil.

Para muitos dos nossos interlocutores estas estratégias valeram a pena, embora tenha representado algumas precipitações que lhes conferiram, de forma precoce, um novo estatuto social, conforme foi observado no caso de Humberto, que se tornou pai, em princípio, pela necessidade documental. Este esforço desmedido, no sentido de uma rápida regulamentação jurídica e política de permanência no país, revelam em primeiro lugar a necessidade de redução da dependência familiar nos países de origens em termos de manutenção financeira, isto é, aliviar a família em termos financeiros; em segundo a compreensão de que o clandestino, além de constituir uma categoria em perigo constante ainda aplica sua força de trabalho sem ser declarado, portanto sem segurança.

Segundo Augé (*ibid*), os clandestinos são encontrados em quase todos os destinos migratórios e representam todos os perigos para o Estado, na mesma proporção que são *mais-valia* para os seus empregadores. Nesta senda, é preciso acrescentar a essas considerações alguns relatos importantes que denunciam ocorrências subjacentes associadas a uns dos inquiridos. Um guineense, atualmente professor universitário, declara perceber obstáculos que lhes impôs quando adentrou com o pedido de permanência apresentando seu filho como prova ou justificativa da permanência, ele afirma ter percebido a dificuldade no fato da mãe do filho não ser brasileira, sendo ambos da mesma origem nacional. Quando perguntado sobre de que forma chegou esta percepção, mencionou o fato de terem lhes pedido atestado de antecedentes criminais da mãe; o que segundo ele, tal solicitação não ocorreria se fosse uma mulher nativa. Ademais, o pedido contemplava a criança como elemento que justificasse a permanência e

não a mãe, diante da posição inegociável dos Agentes Federais, o casal teve que apelar para a Defensoria Pública da União em Pernambuco, sob total amparo dos seus amigos e a solidariedade de alguns dos seus colegas pernambucanos, queixando-se este de um tratamento assimétrico no Departamento da Polícia Federal.

Todavia, para alguns conseguir o enquadramento jurídico e político legal no país não implicou perda de dinheiro, mas transformou-se numa negociação dispendiosa de extrema paciência, muito além daquilo que alguns precisariam para se regularizar e encontrar o emprego. Tal como afirma um engenheiro mecânico cabo-verdiano:

A empresa contratante foi quem se encarregou de oficializar minha estada, pois, durante mestrado fazia parte de alguns projetos do meu orientador com algumas empresas do Estado, depois da defesa de dissertação fiquei a trabalhar porque havia necessidade de uma assistência permanente de um engenheiro numa das empresas, daí meu orientador me indicou; uns tempos depois me contrataram e continuei, mesmo depois de ter sido admitido no processo seletivo para fazer doutorado, no qual, defendi a tese em março de 2010 e trabalho nesta empresa até hoje (KIM-Recife/PE-Entrevista 12/05/2015).

Ultrapassada todas as barreiras dos papéis, parece que encontrar um emprego imediato não tem se constituído um grande problema para estes atores que vieram dos PALOP. De uma maneira geral, a opinião deles em relação ao mercado de trabalho revela certa unanimidade em afirmar que existem oportunidades de trabalho e de crescimento profissional no Brasil, mas quando questionados sobre se estão satisfeitos face aos empregos que têm atualmente, logo a heterogeneidade de respostas dos nossos inquiridos se apresenta. Quase todos, exceto os professores universitários concursados nas Instituições Públicas Federais e Estaduais, manifestaram o desejo de ainda encontrar o “emprego ideal”. Alguns reforçam, colocando a hipótese de um dia progredir na profissão o que demonstra que os projetos de curto prazo passam por permanecer no Brasil. Por exemplo, Miranda de Guiné-Bissau e Neto de Moçambique opinam que, sua formação acadêmica pode permitir-lhes conseguir não somente bons empregos como talvez alcançar independência não apenas financeira, mas uma independência no sentido amplo, isto é, em relação à família, o Estado entre outras. Já nos seus países de origem, talvez não conseguissem o que implicaria continuarem muito dependente dos seus pais. Neto, mestre em controladoria pela UFC, revela ter participado em dois concursos públicos, nos quais não lhe foi possível ser aprovado, mas apostou no fato de haver possibilidades de tentar quantas vezes for necessário até conquistar emprego e ganhos satisfatórios que dele podem vir.

A aposta maior destes atores, em particular aqueles mais jovens, se configura nas possibilidades de conseguir trabalho no Brasil, não necessariamente em relação às condições de trabalho em si; e acreditam que, desde que existem concursos públicos como forma de acesso ao mercado de trabalho, então, apostam em si, tendo como uma exigência pessoal cada vez mais a aquisição de maior capital qualificacional. Entre os mais antigos egressos do PEC-G, apenas um guineense com 35 anos no Brasil, não optou pela docência. Ele apresentou um extenso e satisfatório histórico de sua trajetória profissional no país. Conta que, seu primeiro emprego no Brasil foi numa empresa de ônibus no Rio de Janeiro, ele acrescenta:

Eu estava chegando, não podia escolher muito, passei dois meses lá, espalhei meu currículo, depois me chamaram para trabalhar em uma empresa em São Paulo, trabalhei nessa empresa uns seis anos, depois outra empresa me chamou pra fazer um projeto de segurança. Como arquiteto, percebi que ninguém se especializou em projetos prisionais na década de 1990. Então, decidi especializar-me em projetos de segurança. Um tempo depois instalei minha empresa tive sucesso a ponto de雇ear 18 funcionários com os quais elaboramos vários projetos de segurança para indústrias, bancos e guaritas de segurança residenciais (GUINEENSE-Salvador/BA-Entrevista 18/01/2015).

Este arquiteto guineense tem de si orgulho, e exalta a emoção de ser profissional responsável na implantação do maior Centro Prisional de Ressocialização de Pernambuco (o Complexo do Curado). Conclui, no entanto, salientando que se trata de um projeto que não foi materializado no seu todo, muito em função da falta de vontade política dos sucessivos governos pernambucanos.

Ressalva ainda que independente da cidade de residência, da área de atuação profissional e papéis diferentes que exercem no dia a dia, quase todos admitem terem conseguido no Brasil aquilo que dificilmente conseguiram em seus países de origens, apontando, essencialmente, suas formações acadêmicas como a mais alta conquista que o Brasil os teria propiciado. Os inquiridos oriundos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe enfatizam o fato de serem hoje o que são, isto é, especialistas, mestres e doutores se devem em primeiro lugar pelas audácia em enfrentar obstáculos e situações de perigo constante, interesse e afínco nos propósitos e entregas pessoais somada ao espírito cooperativo do povo e do Estado brasileiro, porém, os países citados até recentemente não tinham níveis de escolarização equiparada à graduação e menos ainda cursos de pós-graduação de qualidade. A aquisição de altos capitais qualificacionais longe dos seus países de origens ampliou suas escolhas e margens de manobras, alargando suas opções e

alternativas de escolhas possíveis, permitindo cada um definirem seu caminho e descobrir o que se quer e aonde quer ficar.

A consciência do que uma pessoa quer, às vezes surge dentro de uma heterogeneidade de experiências culturais; caso dos egressos do PEC-G no Brasil; primeiro na universidade e depois na sociedade como toda. Tais experiências múltiplas ajudaram-nas numa maior elaboração de seus projetos. As dificuldades enfrentadas durante suas formações acadêmicas parecem ter efeitos pedagógicos implícitos na coerência dos projetos e nas estratégias.

Contudo, o trabalho etnográfico anterior referente à dissertação de mestrado – A África Fora de Casa (Tcham, 2012) - e as investigações mais recentes revelaram que não se tratam de pessoas demasiada calculistas e abstratas nos seus comportamentos no dia a dia, pelo contrário, admitem terem falhado em alguns momentos e, expressam com veemência as emoções que constituem os seus projetos de vida e reconhecem a importância de pessoas que os tornaram viáveis. Ressaltando os sentimentos e emoções dos acertos, muitos acreditam que serão tolerados ou condenados dentro de suas estruturas familiares e nas suas sociedades de origem pelas suas decisões pessoais. Segundo Velho (2002, p. 32), “os projetos mudam e transformam-se, podendo um ser substituído por outro”. Os projetos na contemporaneidade são tão dinâmicos quanto à dinâmica relacional dos próprios atores, o que revela o seu caráter subjetivo porque, são construídos em função das experiências socioculturais, de códigos de vivências e, será interpretado dentro de um campo de possibilidades circunscrito tendo como respostas, entre outros motivos, a uma oportunidade existente ou a uma insatisfação em relação a uma situação real num determinado momento, podendo ser desfeito e igualmente refeito em outro lugar.

4.5 - Migrações e os paradigmas teóricos

O fenômeno migratório existe desde a gênese da humanidade. A evidência deste fato pode ser nitidamente percebida através de uma simples revisão de literatura nesta área. Para se ter ideia da existência de escolas, vertentes teóricas e um infinito número de especialistas que por meios dos seus esforços intelectuais constroem modelos e categorias explicativas que tendem apanhar diversos aspectos que envolvem a migração, revela a premissa de que a migração não se trata apenas de um processo de deslocamento que remonta aos primórdios da existência das sociedades humanas, mas essencialmente, a diversidade de causas que a impelem e institui um alto grau de complexidade, de examinar minuciosamente as mais

variadas rupturas que acabam por incidir no social e, culturalmente sobre as pessoas que se deslocam atravessando as suas fronteiras nacionais ou lugares de origem.

Em decorrência disso, tornou-se unanimidade entre especialistas interessados na temática lançar um olhar em torno do conceito de migração, não reduzindo esta a uma única dimensão, devendo a sua conceitualização respeitar a incorporação de diversos elementos que devem tornar o termo universal. Neste trabalho optamos pelo uso do conceito migração por denotar simultaneamente aquilo que existe de imigração e emigração, isto é, o fenômeno biunívoco de referência as duas sociedades ou um único elemento de outro conjunto. De acordo com Massey (1993), um emigrante é ao mesmo tempo, um imigrante e vice-versa. Assim, ao discorrer sobre um migrante, aborda-se acima de tudo um indivíduo que parte do seu país de origem *emigrante* e que se fixa num novo país *imigrante*.

Todavia, o conceito de migração varia segundo os autores estudados. Diante deste impasse, então, optamos para as duas noções interessantes sobre “o lugar”, introduzido por Marc Augé; “lugar e não lugar”. A opção por esta metáfora marcogeana deve-se pelo fato de representar algo menos rígido sob o ponto vista conceitual e pela ambiguidade da sua definição, dando margem para a analogia com migração numa perspectiva conceitual.

Para Augé (1994, p. 127) *o lugar* antropológico “representa um tempo passado” e da identidade que carrega sentimento de pertencer aquilo que nos pertence; o *não lugar* “representa um provável futuro”, mas sem dimensão ontológica na construção da identidade que surge ao indivíduo como uma espécie de força latente na tentativa de atingir sua afirmação. Pensar a relação entre os dois é de certa forma refletir sobre uma realidade que, de partida, seria indagar de onde viemos e onde estamos ou, até mesmo perguntar o que fomos e somos e aquilo que poderemos nos tornar ou aquilo que estamos nos tornando.

Augé (idem) faz uma comparação entre o lugar e não lugar, argumentando que o lugar antropológico está carregado de sentido social, onde tudo se justifica, mas acrescenta que a liberdade individual não existe no meio fechado, isto é, a liberdade pode não ser encontrada no seu lugar de origem. Ele considera que, os não lugares correspondem aos espaços de comunicação, circulação e consumo que estão cheios de pessoas e funções sociais distintas, onde o global mescla no local e são marcados por uma plurifuncionalidade. Trata-se em ambos os casos, “lugar antropológico”; espaços simultaneamente cheios e vazios. Um exemplo desse fator pode ser percebido nas falas dos interlocutores, onde a maioria destes afirmaram que, quando chegaram no Nordeste do Brasil para iniciar seus estudos, se depararam com um vazio em um sentido abrangente, ocasionando nestes a vontade de

concluírem o mais rápido possível seus respectivos cursos e voltarem para os seus países de origem, isto é, voltar para O lugar. A medida com o que o tempo foi passando, foi-se preenchendo esse vazio, despertando-nos mesmos o interesse em continuar onde estavam, resultando para muitas grandes conquistas, a exemplo dos títulos de pós-graduação. Assim, parece que migrar seria saída de um “lugar antropológico”, onde a experiência essencialmente primária do indivíduo está ancorada, espaço que ele habitou, percorreu e onde habita a sua história e sua cultura para o outro. O “não lugar” que representa os espaços de fluxos contemporâneos, o “mundo novo” no qual pretende ficar (AUGÉ, ibid, p. 44).

De maneira geral, a migração é uma condição natural da experiência humana envolvendo dois lugares simultaneamente, no entanto, a motivação para migrar pode ter origens diversas e envolve todos os tipos de deslocamento, a exemplo das pessoas que circulam pelo mundo em busca de algum tipo de estabilidade. Castles (2000) reforça que, a migração sempre existiu ao longo da história, com maior ou menor intensidade em resposta ao crescimento demográfico, as alterações climáticas e as necessidades econômicas.

Paradoxalmente, alguns estudiosos defendem que a migração começa primeiro com os Europeus pelos “Descobrimentos” e, mais tarde, com o processo de colonização dos territórios, dando grande impulso ao desenvolvimento do processo migratório. Segundo Portes (1999) os defensores deste viés histórico costumam atribuir certa irrelevância teórica aos padrões de migração de caráter intrarregional entre os africanos, os americanos e os asiáticos, até mesmo entre os europeus. O movimento de populações, no caso das Áfricas em particular, é tão antigo quanto à própria “humanidade”; movimentos sob os quais uniu vários territórios, povos e etnias diferentes, evidente na configuração demográfica de atual Estados-nação daquele continente⁵⁴. Os trabalhos etnográficos referentes à migração ou distribuição étnica-cultural em África continuam a ser pouco discutido, no entanto, vários estudiosos (Ranjit Guaha, 1999) acredita-se que a forma mais segura de compreender a configuração demográfica da África contemporânea passa por método histórico centrado na análise etnográfica de vários circuitos migratórios e também de deslocamentos forçados no continente, o que permite encontrar vários componentes etnológicos desta realidade.

⁵⁴ A África tem uma longa tradição de migrações. No passado, os fluxos migratórios eram motivados pela busca da terra para agricultura e a criação de gado e, sobretudo pela relação comercial entre Costa Oriental e a região da Costa Ocidental através de deserto do Sara. Mais tarde, migrações motivadas pela fuga para escapar dos traficantes de escravos. E ainda, os sistemas coloniais introduziram novas causas migratórias a exemplo de alterações de fronteiras a partir da Conferência do Berlim em 1885 e da introdução do trabalho forçado na construção de infraestruturas necessárias para ação colonial. Os africanos migram principalmente na região e constituem 63% do fluxo migratório. Isto equivale dizer que a África é o maior destino dos seus próprios migrantes (UNDESA, 2009).

Por enquanto o único critério para esta finalidade tem sido o exame de semelhanças linguísticas entre os povos. Neste sentido, adverte Ranjit Guaha (1999) quando afirma que, os fatos linguísticos enganam mais do que ajudam as investigações antropológicas compreender a distribuição demográfica em África, devendo por isso prestar mais atenção nos itinerários migratórios, nos aspectos ligados as estruturas econômicas, políticas, religiosas, os toponímicos e gastronômicos; sobre esta última, Guaha (*ibidem*) sugere prestar muito atenção nas suas origens e deslocamento uma vez que, as comidas migram com os povos e têm ancoras profundas no paladar dos indivíduos e quase não se desnaturaliza, estando aí a segurança que sua análise antropológica pode oferecer.

No entanto, este autor lembra que além destes aspectos históricos o discurso sobre migração contemporânea existente na literatura em relação à África toma de partida a fome, a miséria e as guerras como principais, se não únicas causas para a migração no continente. Para ele, isto equivale dizer que, o discurso científico continua omissos à migração intrarregional de pessoas por motivos laborais, empresariais, acadêmicos, desportivos, dentre tantos outros. O termo subalterno encontrado nos escritos de Antônio Gramsci, referindo-se a subordinação em termos de classe, raça, gênero e língua, pode ser utilizado para referir igualmente à centralidade do discurso que subalterniza certas dimensões antropológicas de migrações no contexto africano, enquanto que as mesmas dimensões são tomadas, em outros contextos como: mais econômicos mais sociais e culturais, ou seja, mais humanas. O reforço desta ideia se encontra nos escritos de Hall quando afirma que:

O poder do discurso surge para criar e reforçar o domínio de uns sobre os outros, por exemplo, o discurso como os Europeus descreveram diferenças entre si e os outros, utilizando categorias, língua e ideias europeias, tornaram-se um fato. O conhecimento produzido por um discurso é colocado em prática e em seguida torna-se realidade. Ao produzir um discurso de diferença, a Europa conseguiu manter o seu domínio, criando um subalterno, excluído através do discurso (HALL, 2003).

A migração intrarregional no referido contexto tornou-se marginal por vários motivos; destacando a importância atribuída, em parte, ao discurso centrado na questão econômica como única motivação migratória. Portes (1999) ressalta que os primeiros estudos sobre a migração enxergaram, na economia, os fatores potencializadores do seu incremento absoluto. Nesta senda econômica, muitas vezes, o continente africano é visto como inexpressivo, ainda que tenha sido ao longo de vários séculos, um lugar que - além de acolher - foi também palco de intensa atividade econômica e de extração de imigrantes europeus e americanos.

Contemporaneamente, predomina o seu estatuto de ser uma das regiões emissoras de populações pobres migrantes para o resto do mundo.

Para Portes (op. cit), antes da globalização econômica recente as discussões sobre a migração, por conseguinte, já giravam em volta da economia política que as primeiras teorias migratórias foram fundamentadas e quase todas atribuíam uma força idêntica ao fator monetário. Essa ideia assenta sobre a perspectiva de maximizar as vantagens e de minimizar as desvantagens, tornando o indivíduo num ser racional no qual pesaria na sua decisão de migrar, tendo em conta fatores de atração e de repulsão.

Ele chama-nos a atenção ainda para o fato de que os argumentos em torno destes fatores permaneçam na base de todos os modelos modernos de *atração-repulsão*, ou, na sua denominação mais vulgar, os modelos de *push-pull*. Os defensores desta perspectiva associavam a falta de acesso à propriedade ou uso da terra, o desemprego, os baixos rendimentos salariais, as terras improdutivas, as secas, a fome e o aumento populacional como fatores repulsivos; sendo que as melhores alternativas a esses fatores repulsivos afiguravam-se fatores de atração no imaginário de atores em diversos contextos.

No entanto, a partir deste fator binário é que emergem no final do século XIX os primeiros princípios e leis elaborados por Ernst G. Ravenstein⁵⁵ para explicar o processo migratório, indo de acordo com uma concepção econômica da época, Ravenstein afirma: “encontrar variáveis que regulam a migração e relaciona o aumento desta ao desenvolvimento tecnológico e comercial da época, assinalando que os motivos econômicos eram aqueles que mais estimulavam este processo” (RAVENSTEIN, 1889, p. 44).

O modelo de atração-repulsão introduzido por este autor serviu, sem dúvida, de pista para muitas teorias subsequentes. Contudo, dada a limitação de seu modelo não lhe foi possível evitar críticas centradas, em sua maioria, pelo fato de esquecer a existência de

⁵⁵ Ernst G. Ravenstein, Geógrafo alemão passou grande parte da sua vida em Inglaterra e desenvolveu suas reflexões no âmbito da ciência da geografia, tendo sua tese, invariavelmente, associada à área das migrações com destaque para o seu *Modelo de Atração-Repulsão*. Ravenstein realizou o trabalho pioneiro considerado como clássico. Este trabalho remonta a 1885, tendo, posteriormente, sido mais desenvolvido, em 1889, nele, apresentando diversas leis estatísticas da migração, deduzidas a partir de um estudo efetuado, de caráter eminentemente empírico. As “*leis da migração*”, apresentadas no estudo de Ravenstein, em 1885, são as seguintes: 1º - A maioria dos migrantes apenas percorre uma curta distância e as correntes de migração dirigem-se para os centros do comércio e da indústria. 2º - O processo de atração para uma cidade em rápido crescimento começa pelas suas zonas circundantes e, gradualmente, estende-se para lugares mais remotos. 3º - O processo de dispersão é o inverso do de atração. 4º - Cada corrente principal de migração produz uma contra-corrente compensadora. 5º - Os migrantes provenientes de longas distâncias preferem os grandes centros de comércio e da indústria. 6º - Os nativos das cidades migram menos do que os das zonas rurais do país. 7º - As mulheres migram mais do que os homens. Lee acrescenta dois outros: o do aumento da migração com o progresso tecnológico, desenvolvimento dos meios de locomoção, indústria e comércio e o da dominância de motivos econômicos, isto é, desejo de melhorar os aspectos materiais da vida humana.

pessoas vivendo fora de seus países por outros motivos que não sejam questões econômicas - a exemplos dos asilados ou refugiados, entre outros – sendo, de alguma forma, um processo de migração forçada, não tendo as motivações econômicas propostas por Ravenstein. Entretanto, sem lançar os fundamentos para o tipo de migração na qual o econômico não tem proeminência prática que Everett Lee escreveu, mas também atribuiu relevância aos aspectos econômicos de migração, contudo, segundo Portes (op, cit) ele avançou ao reformular o modelo de *atração-repulsão* de seu antecessor, enfatizando fatores pessoais e destacando o impacto de obstáculos em relação às barreiras físicas e políticas que podem pesar na decisão dos indivíduos na hora de abandonar o país de origem.

Para alguns especialistas, Lee (1966), foi quem interpretou a migração como seletiva, argumentando que elementos como a idade, o sexo e a classe social incidem, com certa preponderância, na forma como as pessoas respondem aos fatores de atração e repulsão, considerando aspectos pessoais como a educação, a experiência e o tipo de família como dimensões que podem, igualmente, impedir ou facilitar a migração. O trabalho deste autor surge numa revista acadêmica de estudos demográficos na qual tentou conjugar as várias referências e contribuições anteriores, incluindo as de Ravenstein, numa nova teoria da migração. A partir do século XX, no entanto, o panorama teórico da migração foi muito além do modelo de atração e repulsão de Ravenstein ou de reformulações feitas por Lee. No plano deste estudo, Por exemplo, iremos apropriar-se dos trabalhos de Douglas Massey (1998) no sentido de permitir-nos resumir algumas abordagens teóricas sobre a migração, dado que este sociólogo americano, mais ou menos, sistematizou um conjunto considerável de regras ou leis que regem hipoteticamente as dinâmicas da migração encontradas em várias obras e textos acadêmicos. Nesta senda, o autor divide teorias sobre migração em dois grandes grupos, a saber: as teorias que buscam interpretar o início das migrações e as que incidem sobre a consistência dos deslocamentos populacionais no espaço e no tempo. Ele organiza no primeiro grupo as teorias voltadas ao domínio econômico designadas como um todo de *Teorias da Economia Neoclássica* cujas ideias iniciais foram conhecidas através dos escritos de economistas como Alfred Marshall no final do século XIX sob influência do trabalho de Ernst G. Ravenstein, constituindo-se como modelo para explicação das migrações no início do século XX e, defendia essencialmente que as diferenças de rendimento em termos salariais e de emprego entre os países apresentam-se como fundamentos que levam as pessoas a migrarem, percorrendo distâncias consideráveis.

Para alguns autores como Castles (2000) e Keely (2000), um dos determinantes menos contestáveis das migrações tem na economia sua essência, caracterizada pela disparidade de bem-estar social entre diferentes áreas, o que resulta na busca do equilíbrio que leva o indivíduo a encontrar um emprego onde, para tal, necessita passar por um processo de tomada de decisão individual, após analisar os custos e benefícios envolvidos⁵⁶. No entanto, o caráter essencialmente econômico desta teoria criou lacunas que a tornaria vulnerável às críticas e a emergência de outras linhas de análise teórica.

A *Teoria da Nova Economia das Migrações* é outra teoria que afigura no esquema de Massey também está centrada no domínio econômico com alguns traços distintivos da primeira; no sentido em que esta última ao invés de partir de uma decisão individual, privilegia a preponderância de um consenso coletivo para a tomada da decisão de migrar. É interessante constatar que esta teoria considera, a decisão coletiva como que ajuda o migrante a procurar maximizar os rendimentos esperados e minimizar os riscos, isso porque um migrante deve ter em consideração: os custos da viagem, os custos de manutenção, o esforço desenvolvido na aprendizagem de uma língua e de uma nova cultura, as dificuldades experimentadas na adaptação a um novo mercado de trabalho, e os custos psicológicos de cortar com laços antigos e criar outros novos. Efetivamente, essa perspectiva teórica segundo Massey tende anunciar conjunto de fatores e situações que às vezes só pode ser amortecido coletivamente já que envolve ganhos ou perdas.

Com uma perspectiva mais marxista emerge a *Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado* que, de acordo com Massey preconiza uma abordagem centrada na divisão dos mercados de trabalho, segundo a qual se estabelece da seguinte forma: mercados primários, geralmente associados a condições laborais estáveis e qualificadas e; mercados secundários, representados pela precariedade e baixa qualificação dos seus postos de trabalho. Esta corrente teórica comprehende as migrações internacionais como resultantes dos fatores atrativos dos países mais ricos e não da vontade e cálculo individual ou coletiva do migrante. Neste passo teórico apela-se, o mercado de trabalho do país de origem é que determina se o

⁵⁶ Em boa parte da literatura brasileira, esta teoria aparenta com modelo de “atração-repulsão”, às vezes, designase de “modelo do equilíbrio”. Como dissemos atrás, esta ideia foidesenvolvida pelo Ernst G. Ravenstein no século XIX, na qual as nações ricas economicamente tendem a atrairadoresde países pobres ou com problemas econômicos. Com efeito, estes países se tornam atraentes porque oferecem mais oportunidades de trabalho além de uma economia de mercado sólida e crescente. Sendo que os países que geram repulsão são aqueles com menos recursos ou com problemas econômicos e não conseguem competir com os países com economias avançadas. Como consequência disto, não lhes permitem oferecer melhores condições de vida à parte significativa da população.

país se mantém sustentável para um indivíduo viver e, se um país que recebe apresenta elevados níveis de atração para esse mesmo indivíduo.

O argumento de grande parte desta perspectiva teórica se encontra nos textos dos economistas, dentre eles (PARNWELL, 1993) que afirma que os movimentos migratórios são uma espécie de resposta às circunstâncias dos locais de origem (MASSEY, 1998).

Outra linha de reflexão teórica de destaque denomina-se de *Teoria do Sistema-Mundo* igualmente da inspiração marxista, desenvolvida pelo sociólogo Immanuel Wallerstein, este apresentou argumentos segundo o qual a entrada do capitalismo nas sociedades “periféricas” do mundo incentivou a emergência de um ideário que tornaram as populações cada vez mais móveis em direção ao exterior. Numa avaliação rápida podemos dizer que, para este caso, apesar de algumas diferenças entre as teorias resumidamente apresentadas acima, observa-se em todas que, as questões econômicas são mais uma vez apresentadas como tendo correlações que justificam os deslocamentos, acrescentando o fato de forças estruturais dos sistemas sociais e do sistema da economia mundial interferir diretamente nas migrações.

Na segunda parte Massey (1998) agrupa dentro de um esquema as abordagens teóricas sobre a migração, centradas mais no domínio social e nas reflexões para compreender a manutenção de deslocamentos ou fluxos contemporâneos, a começar com: a *Teoria das Redes Migratórias*. Segundo o autor, esta teoria emerge na década de 1970 desenvolvida por vários especialistas, entre tais: Mônica Boyd, enfatizando a importância das redes sociais em relação à motivação para migrar. Ela constata que, a Teoria da Nova Economia das Migrações, descrita atrás, aparenta com a da Teoria das Redes na medida em que, ambas defendem igualmente que, a decisão de migrar não é de uma única pessoa, mas sim de uma decisão coletiva. Esta última teoria entende que, a avaliação dos custos e riscos de deslocamento é feita pelas redes sociais, estas fornecem ao migrante as informações que ajudam a escolher o destino para migrar. À luz da Teoria das Redes é possível observar que o processo de migração pode ser regido não exclusivamente por mecanismos econômicos, podendo neste caso ser inserido dentro de processos sociais, através da solidariedade entre indivíduos.

Esta teoria tornou a discussão mais extensa ao chamar atenção ao fato que, os elementos de ordem social e cultural não poderiam ser deixados de lado se quiséssemos compreender grande parte dos aspectos que envolvem as migrações contemporâneas, partindo deste pressuposto, emerge na década de 1980 críticas em relação aos modelos neoclássicos, onde dentre os especialistas desse campo destaca-se Saskia Sassen. Ademais, passou-se a buscar novas teorias de base antropológica e sociológica, o que permitiu à retomada do

debate, situando a temática dentro de uma lógica interdisciplinar⁵⁷ que colaborou no desenvolvimento da abordagem a partir da leitura crítica das teorias anteriores, apontando o fato de tais abordagens feitas antes não ter priorizado os contextos históricos nos quais se dão as partidas, uma vez que isso é de suma importância para se compreender os deslocamentos das pessoas. Na atualidade, segundo Giddens (1991) pode-se tomar como causas de migrações temporárias/permanentes: a globalização, a internacionalização dos mercados, os investimentos e produção transnacional assim como os eventos ocorridos no passado como as lutas coloniais seguidas de décadas de guerras civis como determinantes que interferiram de alguma forma nas migrações.

O autor adianta que, no domínio social e cultural também emergiu outra perspectiva teórica de migração designada de *Teoria Institucional*, introduzida por Powell e DiMaggio, durante a década de 1990 atribuiu-se às instituições públicas e organizações privadas principais agentes na promoção da migração. Massey verifica que, concomitante a algumas teorias econômicas – a Teoria Institucional - defende a ideia de que a decisão de migrar não é tomada pelos atores, mas pelas entidades coletivas do país de destino, envolvendo as instituições privadas e as organizações voluntárias que disponibilizam os aparatos institucionais para apoiar, suportar e promover a migração, tornando-a cada vez mais institucionalizada e independente dos fatores que tradicionalmente causam a migração.

Outro nome importante trazido por Massey é o do economista sueco Gunnar Myrdal, vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 1974, este é responsável pela formulação da Teoria da *Causalidade Cumulativa*. De acordo com Massey, esta abordagem se baseia no impacto social que as migrações representam para uma sociedade, tanto da origem como do destino, podendo esse impacto tornar os movimentos migratórios futuros mais prováveis. Esta teoria encontra na distribuição de rendimentos, na divisão de terra, na organização da agricultura, na cultura, na distribuição regional do capital humano e no significado social do trabalho, portanto, são estes fatores socioeconômicos que supostamente serão mais afetados pela migração na sua forma cumulativa.

⁵⁷ Vale frisar que, o desenvolvimento interdisciplinar do estudo das migrações reforça-se com a visão das principais obras de referência das primeiras décadas deste século XX. De modo amplo, alguns dos trabalhos pioneiros das teorias migratórias têm uma dimensão nitidamente sociológica, é o caso do clássico de Thomas e Znaniecki, acerca da integração dos camponeses imigrados da Europa Oriental nas cidades norte-americanas; ou de outros textos da Escola de Chicago com destaque para os de Park, sobretudo desde 1915, acerca da integração e conflitos urbanos. Não foi por acaso que estas obras tiveram uma apropriação por outras áreas disciplinares da sociologia, incluindo os estudos sobre a família, a ruralidade e, principalmente, a sociologia e antropologia urbana. Os textos que se integraram explicitamente no domínio das migrações foram as compilações acerca da seletividade migratória que reúne contribuições provenientes de diversas áreas paradigmáticas sobre a relação entre *mobilidade e distância* e das *oportunidades intervenientes-intervening opportunities* que se inserem na tradição aberta por Ravenstein.

Dando tônica maior ao contexto histórico surge outra linha teórica, a de *Teoria dos Sistemas Migratórios* desenvolvido por Salt nos anos de 1980. Esta teoria interpreta as migrações como resultantes de contextos históricos particulares, adquirindo uma dinâmica interna que lhes confere características próprias de um sistema. Salt sublinha que, “com o decorrer do tempo, as migrações internacionais vão acabar adquirindo uma estabilidade que permite identificar neste processo um sistema, isto é, o de migração” (SALT, 1980 apud MASSEY, 1993, p. 41). Esta teoria considera a existência de conjuntos de dois ou mais países envolvidos entre si por migrações nos dois sentidos.

Castles (2003) afirma que isto denota a interação das estruturas *micro*, isto é, o papel das relações sociais informais, da informação, do capital cultural, das famílias e das comunidades com as estruturas *macro*, ou seja, econômica, política, relações internacionais, direito e as estruturas intermediárias, ou mesmo as que atuam entre os migrantes. Fora do esquema elaborado por Douglas Massey encontramos também um conjunto de teorias sobre a migração agrupadas em dois esquemas analíticos distintivos, a saber: teorias micro-sociológicas, as quais apresentam ideias que privilegiam reflexivamente o papel do agente individual e as; teorias macrossociológicas que atribuem importância maior a ação de fatores de caráter coletivo ou estruturas que condicionam formas diferentes a decisão de migrar, perspectivas teóricas que apesar de suas pertinências para este trabalho não nos serão possível aprofundá-las aqui devido à limitação do espaço.

Para além das teorias apresentadas, estamos cientes de que existem outras tantas obras com um valor colaborativo tão importante no estudo da migração, ressalva-se, contudo que, as ideias apresentadas no âmbito destas teorias são sem dúvida valiosas, visto deixar para análise a predominância de motivos essencialmente econômicos no topo das razões que levam os atores a migrarem, sem perder a noção que as zonas de confluência entre estas visões teóricas são múltiplas e as distinções não são absolutas.

Com efeito, as situações ou fenômenos como o de opressão, discriminação racial, étnica e política, como elementos chave para o distúrbio da paz social entre outros, constituem, igualmente, motivos extremos que levam os indivíduos a abandonarem os seus países de origem são, no entanto, menos analisadas pelas teorias apresentadas atrás, porém, compreende-se a tendência, às vezes metódica comum entre os estudiosos de, encaminhar o pensamento por diversos caminhos e não levar em conta os mesmos fatos, opiniões e casos.

No geral são vários os fatores que motivam as migrações, o que as tornam um ato complexo, em que cada caso é um caso, que deve, portanto, ser interpretado tendo em

consideração os atores envolvidos e os contextos envolventes assim como a forma de relacionar com o outro, com alteridade, tudo isto depende, em cada época do conhecimento e dos interesses que cada grupo ou cultura tem, é, desta forma que acreditamos, no entanto que, o fenômeno migratório adquire uma perspectiva antropológica mais ampla.

4.6 - Vocabulários de migrações associado à Antropologia

A grande parte dos antropólogos concorda que, apesar de não ser, na maioria dos trabalhos, o foco central de etnografias clássicas, a migração sempre apareceu nos estudos antropológicos como possível via de leitura para interpretar o movimento de fenômenos simbólicos, de pessoas e ideias em escala intra-regionais ou mesmo continentais, atribuindo a esse processo conceitos relevantes como fluxos (HANNERZ, 1997) e contrafluxos, categorias conceituais que serviram de metáforas para explicar a dispersão de valores e símbolos que atravessaram os limites dos espaços culturais anteriores, calculados pela antropologia clássica como o da Franz Boas e Malinowski, passando por uma espécie de renovação conceitual na contemporaneidade.

Na atualidade a temática da migração - ou se quisermos titular, do movimento, de fluxos, da mobilidade e da circulação de pessoas - dominam etnografias e da antropologia moderna. No entanto, o foco centrado na migração emerge na disciplina a partir do consenso de que o mundo passou por uma série de transformações (AUGÉ, 1997) de várias ordens, impelindo nas últimas décadas os antropólogos a prestarem atenção cada vez mais necessária nas dimensões políticas, tecnológicas, econômicas e culturais, nas quais impulsionam estas mudanças. Segundo Trajano Filho (2010) estas transformações tiveram um grande impacto ao ponto de requerer ou renovar não apenas os vocabulários antropológicos anteriores para nomear esse novo período histórico disciplinar, mas também de construir um novo arsenal metodológico e técnicas de etnografias de tipo multi-situadas em contextos distintos, dada a condição bipolar de um sujeito que migra.

De acordo com Augé (*ibid*), o tema das migrações, circulações, mobilidades, presenças, entre outros, ganharam espaço e foram a estes conferidos uma maior relevância na antropologia contemporânea. Os estudos sobre estas questões tornam-se particularmente pertinente uma vez que, na atualidade, todas as modalidades de migrações constituem dimensões mais visíveis do processo da recente globalização econômica mundial. Telles (2006) lembra que, os acontecimentos como a queda do bloco soviético, atentado de 11 de

setembro bem como os conflitos militar em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, a crise do Golfo na década de 90 do século XX, entre outros tiveram um lugar de destaque na literatura mundial assim como a crise econômica vivida na segunda década do século XXI por alguns países da União Européia e do Brasil são eventos que fixam na memória como aqueles que estagnaram diversas economias consolidadas e outras em desenvolvimento. Na atualidade, atenção especial é dada a migração quase em todas as áreas das ciências sociais e, sua relevância cresce cada vez mais com a permanente situação de deslocamentos de populações de refugiados a partir da África nortesariana para a Europa, devido essencialmente pela desestabilização política e militar na Líbia e no Egito que, totaliza com um caótico e crônico cenário político na Eritréia, Somália e Sudão, entre outros, gerando grandes ondas migratórias que seguem pulsando o mediterrâneo. Na mesma direção surgem textos que abordam uma forma especial de migração, a migração temporária para os fins de estudos, nomeadamente os estudantes africanos que buscam sua formação no Brasil.

O impacto social e cultural da travessia e permanência maciça de grupos de refugiados e outros grupos que afiguram na categoria de imigrantes legais e ilegais em busca de formação ou asilo político em diferentes contextos suscita intensos debates diplomáticos e propõe um grande desafio etnográfico, uma vez que esse fenômeno cria situações de alteridades, isso porque constitui relações de contrastes, distinção e diferenças culturais ontológicas que mexem com várias questões identitárias e religiosas, porém esse assunto será tratado de forma mais específica mais adiante.

De modo geral, as migrações ganharam um caráter político na contemporaneidade com grandes impactos culturais, revelando laços estreitos entre mudanças políticas e econômicas e os movimentos populacionais em todo o planeta. Filho (op, cit, p. 10) observa que, “muito em decorrência destas mudanças, permitiu-se que as ciências sociais e, de maneira muito especial a Antropologia, passasse por uma zona de turbulência com impacto profundo, atingindo parte substancial do vocabulário analítico clássicos, pulverizando metáforas, analogias como: estrutura, função, morfologia, instituições, entre outras, com os quais estas ciências descreviam e interpretavam mudanças sociais”. Gusmão (op, cit, p. 16) acrescenta que “a reflexão científica se faz ancorada em categorias que operacionalizam e permitem a apreensão dos fenômenos sociais num dado contexto e época”.

Para Filho (op, cit), as circunstâncias recentes escantearam metáforas referidas acima, trazendo à lume novos termos (conforme dissemos, alguns já eram conhecidos) como fluxo, diásporas, fronteiras e identidade. Outros - como múltipla presença, viagem, mobilidade e

permanência - foram igualmente re-significados ou ganharam estatutos de pleno conceito. Trajano Filho (*ibid*, p. 12) “considera naturalmente que ocorrem transformações, onde emerge simultaneamente um novo modo de olhar para o mundo e interpretar as realidades que surgem e predominam por meio às vezes de construções inusitadas, toma como exemplo, os termos: *ethnoscape*, *finanscape*, *mediascape*, *technoscapes*, entre outras”. Como afirma Telles (2006) citado por Gusmão (2011, p. 17), que “em épocas específicas determinados problemas sociais se transformam e problemas sociológicos possíveis de investigação e transformam as categorias sociais em categorias científicas, que nomeiam ‘novos sujeitos’ políticos”. Segundo Harvey (1989) na frente desta mudança conceitual estaria o encolhimento do mundo pelos fluxos instantâneos de informações, capitais e pelas múltiplas presenças de pessoas e de signos da cultura deslocados em mais de um contexto social.

Estes fluxos, assentam-se de maneira especial na migração de pessoas e na circulação de coisas, no contexto de uma economia mundial transnacional, fez com que a migração se tornar-se tema favorito para a antropologia à medida que fluxos em grande escala colocam novas questões em reflexão tais como a história colonial, as lutas da descolonização e outras relações estabelecidas entre o colonizador e o colonizado assim como suscita reflexões que envolve uma história singular da relação entre o continente africano com a Europa as Américas e, o Brasil em especial, mas sobretudo envolve os atores que buscam uma educação superior nas diásporas através de um processo migratório especial, a exemplo dos estudantes africanos que se formam no Brasil e depois retornam aos seus países de origem, mas também aqueles que ficam no Brasil, guiados por projetos individuais diferente dos projetos nacionais.

De acordo com Velho (2002, p. 26) “o projeto seria uma tentativa consciente de dar sentido ou coerência a experiência fragmentada”. Para esse autor, os projetos mais eficazes seriam aqueles que apresentassem um mínimo de plasticidade simbólica, certa capacidade de se apoiar em domínios diferentes, um razoável potencial de metamorfose. Aludindo mais uma vez ao que argumentou Velho, os projetos estão sempre em mudança, transformando-se, ou seja, estão sempre em substituição devido a sua dinamização. A obra “Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas”, constitui uma das obras de maior relevância teórica para este estudo. Nela, Velho (*ibid*) aponta outro aspecto importante do projeto, enfatizando que há uma relação entre projetos individuais e círculos sociais em que o agente se inclui ou participa, porque não existe um projeto individual puro, sem referência ao outro ou ao social, ele defende, a necessidade de entender que:

“Serão aliados, inimigos ou indiferentes, mas serão seus projetos e condutas que darão os limites dos meus. Os projetos não são, portanto, puramente internos e subjetivos. Constroem-se em função de experiências socioculturais, de um código, de vivências e interações interpretadas, isto é, dentro de um campo de possibilidades circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes” (VELHO,ibid. p. 28).

Para todos os indivíduos e grupos, as hipóteses de vida condicionam as escolhas de lugar para ficar e estilos de vida. Portanto, às peculiaridades, preferências e traços particulares dos agentes empíricos podem variar em função de contextos socioculturais específicos, isto é, por muito que se valorize a liberdade individual, a individualização não ocorre fora de normas e padrões. Neste caso, os trabalhos desenvolvidos pelo antropólogo francês Marc Augé – diga-se, um dos mais influentes, servindo como uma das bases principais para este trabalho - constitui um contributo particularmente importante, na medida em que introduz a possibilidade de pensar o mundo contemporâneo onde as sociedades são de algum modo confrontado com uma série de paradoxos co-existentes que se apresentam como desafios para o pensamento antropológico. Este autor afirma que:

[...] os nômades clássicos estudados pelos etnólogos têm o sentido do lugar e do território, o sentido do tempo e do retorno. Este nomadismo é, então, diferente do que chamamos metaforicamente de nomadismo para falar de mobilidade atual, mobilidade sobremoderno, portanto, a mobilidade sobremoderna para ele exprime-se nos movimentos de população através de migração, turismo, mobilidade profissional, na comunicação geral instantânea e na circulação dos produtos, das imagens e das informações. (AUGÉ, ibidem, p. 21).

Desta maneira, a mobilidade sobremoderna corresponde, segundo Augé ao:

Paradoxo de um mundo onde teoricamente tudo se faz sem deslocarmo-nos, e onde deslocamo-nos, asseverando que a modernidade sobremoderna corresponde muito além à ideologia do sistema da globalização, uma ideologia de aparência, da evidência e do presente que está pronto para recuperar todos os que tentam analisá-la ou criticá-la (Augé, ibid, p. 22-26).

Em geral, por várias perspectivas percebe-se que a temática tem sido amplamente discutida na disciplina, partindo do fenômeno migratório e da verificação de relação dialética entre um interior e um exterior, isto é, a unidade e a diferenciação, considerando tal dialética e seus desdobramentos culturais para analisar alteridades nas metrópoles contemporâneas, onde o foco, segundo o nosso autor, não está somente nos conflitos, mas estes também circunscrevem os aspectos das trocas, as alianças e as interações embutidas neste fenômeno

que constituem a própria vida social moderna, através do reconhecimento explícito ou implícito de interesses e valores diferentes, buscando compreender o que eles têm de específicos para troca ou para compartilhar.

Deste modo, a migração encontra um lugar central no vocabulário da antropologia contemporânea. Às vezes, para compreender a migração como fenômeno social etambém um processo identitário, apanham-se circunstâncias migratórias enquanto mudança simbólica. Dias e Lobo (2012) reconhecem que a disciplina se vê permeada por uma constelação de teorias e problemas que exigem construção de novas visões teóricas e metodológicas sobre o espaço, o tempo e os processos de classificação.

Para os autores como Kearney (1995) Appadurai (1996) Hannerz (1997) Dias e Lobo (2012), este movimento permitiria afastar as imagens bipolares do espaço e do tempo, alcançando uma perspectiva global multidimensional, permeada por subespaços e fronteiras descontínuos e interpenetráveis de tal forma que a própria separação entre global e o local se torna difícil de delimitar. Para Filho (2010), hibridização, crioulização, transculturação são alguns termos que ganharam uso corrente na antropologia nas últimas décadas para lidar com a turbulência conceitual e circunscrever as relações culturais interpenetradas na modernidade.

O autor observa que, o uso deste novo arsenal de termos produziu uma exigência pela revisão dos conceitos de sociedade e cultura e outras dicotomias, cujo alvo preferido tem sido a forma histórica que se tornou a unidade naturalizada das sociedades em escala global, por exemplo: o Estado-nação. Hannerz (1998) citado por Trajano Filho (op, cit) sublinha que, com estes novos conceitos e metáforas no novo cenário do mundo em permanente fluxo, esta unidade básica de identificação e de pertencimento esteja menos ancorada no território. Assim sendo, a permanência dos ex-estudantes do PEC-G no Nordeste brasileiro e os fluxos globais de tantos outros atores deslocados pelas Cooperações Internacionais, conflitam com os interesses dos Estados-nação, colocando-os numa arena de competição pelo exercício de hegemonia sobre seus cidadãos. Gusmão (op, cit) acrescenta que, este suposto conflito entre o Estado e os cidadãos se finca a partir de duas grandes variáveis estruturais, a saber: a qualificação acadêmica obtida sob barganha da diplomacia estatal refletida de um lado na exigência de retribuição ao país e de outro, posicionamentos contrário dos atores que participam nos jogos dos Estados em relação ao retorno, às vezes pelo “repúdio” das condições do mercado do trabalho local ou pela subjetividade pessoal.

Os estudos antropológicos têm avançado nas últimas décadas, analisando novos momentos históricos, renomeando-se em termos conceituais novas realidades com metáforas

e termologias que resultam de um processo de revisão sistemática e profunda que as ciências sociais e a antropologia, em particular, faziam interpretações, essencialmente sobre os africanos no Brasil. De forma necessariamente breve e descritiva, Antônio Motta, num dos seus textos afirma que, até os finais dos anos 1980, os trabalhos existentes no âmbito das ciências sociais tendiam compreender os africanos no Brasil, mais propriamente os cidadãos das sociedades dos PALOP, a partir das investigações realizadas junto das comunidades negras brasileiras, sobretudo, focadas na descrição etnográfica das instituições sociais, costumes e crenças culturais reconstituídas no país e nos mitos de suas origens africanas. Essas investigações muitas vezes tinham o objetivo de reunir informações que proporcionasse algum tipo do conhecimento sobre as sociedades africanas em geral, a partir do Brasil.

A partir de uma investigação bibliográfica mais profunda percebeu-se que, a perspectiva teórica e metodológica responsável por tais investigações que Mato nos fala, partia do entendimento de que as comunidades negras brasileiras enquanto coletivos, partilhavam simultaneamente sem nenhuma diferenciação as culturas de diversas sociedades africanas, isto é, as manifestações culturais afro-brasileiras assim como as africanas eram entendidas como sinônimos e, os grupos sociais eram perspectivados, estudados e compreendidos como entidades coletivas socialmente homogêneas e dificilmente demarcáveis, resultando não apenas a escassez de estudos ou ausência de trabalhos sobre os imigrantes africanos que vivem no Brasil, mas, sobretudo teve como consequência o profundo desconhecimento de que: não houve apenas continuidade cultural africana no Brasil, pois surgiram novas descobertas, invenções e reinvenções acompanhadas de novas decodificações e reinterpretações que permitiram aos africanos escravizados e seus descendentes colonizar novos territórios e se adaptarem a nova realidade.

No entanto, até o início da década de 90 do século XX não foram introduzidas alterações tão profundas nesta forma de compreender a África estabelecida nas décadas anteriores. Porém, apesar do paradigma dominante manter inalterado, em muitos dos trabalhos realizados nos finais da década de 1990, começa a emergir a constatação da existência de alteração no período em que surge igualmente a CPLP, apresentada anteriormente outros fórum conjuntos de debates e trocas acadêmicas. Com a emergência destas, criaram-se possibilidades de circulação de pessoas e ideias, e com elas atomada de consciência em relação ao “outro” também cresceu, contribuindo para introduzir modificações importantes nos modos de trabalhar a África no Brasil. Assim, a partir do ano 2000 a produção etnográfica da antropologia brasileira na África e sobre os imigrantes africanos no

Brasil, em particular, é marcada por um afastamento das abordagens presentes em descrições não problematizadas.

Este processo de revisão sistemática acompanhada das etnografias multisituadas - de acordo com Dias e Lobo (op, cit, p. 10) - são essências, uma vez que não ocorrem sem reflexão crítica frequente, que questiona não apenas as propostas clássicas sobre a migração, mas questiona a aparente contemporaneidade dos fluxos e o aumento da circulação de coisas, pessoas e informações entre o Brasil e a África, ou até mesmo em escala global. Ribeiro (2011) citado pela Dias e Lobo afirma que:

[...] ao pensar no conceito da civilização, defende ser um grande erro quando pensar na globalização como um fenômeno que só passou a existir a partir do século XX, porém argumentam que sem uma longa história de expansão capitalista não existiria o chamado ‘capitalismo triunfante’, sem barreiras e englobador de novos mercados e territórios (p.11).

Hannerz (1999) ao refletir sobre as palavras-chave da antropologia transnacional, também se questiona sobre o que há de novo em tudo isso. O autor realiza um rastreamento histórico de fluxos mundiais para depois apresentar o seu entendimento sobre as formas anteriores da globalização e chamar atenção para a necessidade de periodização deste processo. Barth (1999) quando rejeita a possibilidade de existir populações isoladas, queria dizer com outras palavras que, as diversas culturas, definem-se justamente nos fluxos culturais, nas trocas como também nos intercâmbios e nas migrações, realizados sempre nas fronteiras. Geertz (1979) no uso da metáfora weberiana dizia que, a *cultura* é como um conjunto de teias e de significados construídos ao longo do tempo e que não desaparece com o passar do mesmo, podendo ser incorporados novos elementos à teia. Por entender a cultura como uma teia; expressiu a ideia de que ela não é restrita a um determinado povo, podendo a mesma ser compartilhada, este processo só é possível com fluxos migratórios. Portanto, coisas locais e globais são criações coletivas que somente se encaixam através de deslocamento de sujeitos, ideias e coisas.

Hannerz (op, cit, p. 22) acredita na existência de uma cultura global nos dias de hoje, ressaltando que, trata de uma cultura que está “caracterizada por um organismo de diversidade e não por um repetição de uniformidade”. Ademais, são as culturas locais e suas relações, trocas, contatos cada vez mais intensos, que formam a cultura global através de partes importantes, na qual cada uma com suas particularidades formam redes culturais. Ele enfatiza que, ainda que exista uma cultura global, não há, no momento, nenhum processo homogeneizador de significados e expressões culturais. Entretanto, a atribuição da

contemporaneidade à globalização econômica, com evidências nos fluxos e aumento de circulação de coisas, pessoas e informações em escala global, além de ser frágil em termos de conteúdo crítico tende a renovar a compreensão de que tudo gira em torno da economia e, é ela que determina todas as formas de vida social.

Esta interpretação se opõe profundamente a tradição antropológica onde tal ressalta que a cultura de cada localidade nunca esteve subordinada às intervenções culturais estrangeiras. A cultura local é concebida na disciplina como flexível e se adapta às novidades que a todas as globalizações disseminaram. Augé (1997) afirma que, as culturas, na atual globalização, com força nas tecnologias de comunicação são capazes de englobar novos significados sem perder seu caráter local e suas características essenciais que a distingue das demais formas de vida cultural.

Analiticamente, Dias e Loboprolongam reflexões sobre os aspectos da globalização sobre as quais consideram pouco debatidos na literatura, aspectos que denominaram de “percepções ilusórias de novidade”.

A perspectiva dessas autoras é bastante clara, e perseguem a ideia de que, se a crítica sobre a antiguidade dos fenômenos de globalização já foi realizada, tomando inclusive o ponto de partida comum nos estudos sobre a temática, mais ainda, parece-lhes que, a noção de movimento enquanto valor associado aos desenvolvimentos contemporâneos rompe com velhos padrões de cultura e sociedade, continuando a encantar antropólogos nos quais, diante destas “novas” realidades, se vêem resistindo a esboçar outros conceitos para dar conta de uma realidade que o arcabouço antiquado da antropologia já não dá conta. As autoras navegam através de um naipe variado de obras e autores para afirmarem que:

[...] A percepção ilusória de novidade, desdobra numa clara obsessão pelas situações de ruptura que, em sua maioria, apenas reiteram visões dicotômicas de tempo e espaço, manifestamente ancorado num antes e num depois que mais parecem refletir uma imagem criada para sustentar teorias que expressão sensações de serem novas do que processos sociais efetivos (DIAS e LOBO, ibid, p.11).

Nesta referência, a perspectiva de incorporar a história na análise, serve para fugir adequadamente da ilusão de que tudo antes era estagnação e tudo agora é movimento. Para elas, a percepção de que, analisar contextos contemporâneos a partir das construções históricas permite dar conta de realidades que não se constituem e não se reproduzem, “apesar dos fluxos”, mas graças a eles, encontra na migração não uma novidade vinda da globalização, mas algo estruturante (DIAS e LOBO, Ibid).

Para além das questões teóricas que envolvem modalidades distintas de migrações ou circulação contemporânea de pessoas; explicita-se neste trabalho que parte deste contingente em circulação, dos quais se destaca grupo de ex-estudantes do PEC-Graduados no Brasil, encontra-se ao abrigo de outro estatuto de teorização dentro deste processo, que tende exprimir de forma especial a clareza da existência de diferentes dinâmicas de movimento de pessoas e a importância da especificidade de uma situação migratória temporária convertida em outra, a de permanência, sendo por isso afetado por bem ou por mal de duas decisões estruturais em permanente conflito que ultrapassam fronteiras de outras modalidades de migrações, isto é, o cruzamento de duas dimensões em contrastes - de permanecer e de retornar - nas quais, seguramente, exigem abordagens teóricas seletivas que problematizam de um lado, sua dimensão relacional no local do destino que integra diferentes experiências e, de outro lado, as pertenças e valores que orientam seus aspectos subjetivos e simbólicos em relação aos seus países de origens.

4.7 - Entre “ficar e voltar”

Nossa existência hoje está marcada por uma tenebrosa sensação de sobrevivência, de viver nas fronteiras do ‘presente’, para as quais não parece ter nenhum nome adequado. Encontramo-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir situações e figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. Isso porque há uma sensação de desorientação, um distúrbio de direção no além: um movimento exploratório incessante, que o termo francês *au-delá* capta tão bem – aqui e lá, de todos os lados, *for/da*, para lá e para cá, para frente e para trás.

Homi K. Bhabha

Por suas múltiplas relações, a migração já foi considerada por várias escolas e correntes teóricas como um fenômeno humano incontornável. Entretanto, a complexidade de suas nuances se expõe cada vez mais pelas circunstâncias da modernidade com fluxos maciços, constantes para todas as partes, assim como tensões ascendentes que suscitam enquanto problema social, político e econômico em quase todos os contextos.

Sobre o exame teórico geral sobre os condicionantes e o impacto das migrações internacionais, já vimos anteriormente que há uma maior centralidade da análise na economia para explicar a consolidação de uma série de decisões que criam uma estrutura objetiva a qual

motivam o mapa migratório dos atores. Todavia, há uma tendência crescente das teorias, sobretudo de inspirações marxista que contrapõem o peso economicista da análise teórica das migrações, procurando estabelecer uma interligação entre estruturas políticas, relações interinstitucionais e relações sociais e culturais como instâncias articuladoras que presidem os arranjos migratórios.

Apesar da emergência de novas linhas analíticas sobre o tema, algumas modalidades de migrações, em especial as que são promovidas no contexto institucional não surjam como um tema de reflexão corriqueira ou são reduzidas; em princípio, como resultantes da cooperação para o desenvolvimento dos Estados-nação ou decorrentes da lógica de acumulação pública e privada do capital, como defendeu Hudson e Lewis (1985); ou como causa da fragmentação recente das atividades do capital; conforme Massey (op, cit) constatou a partir da análise de várias teorias e de autores; ou também como resultado da “hipermobilidade do capital e trabalho” ou a contraposição entre “espaço de fluxos” e “espaço de locais”, conforme explicitou Castells (1989) e Augé (2010).

Estes autores consideram que um dos traços principais do capitalismo moderno é a criação de um “mercado de trabalho global”, onde o movimento global do capital pode ser assim relacionado com fluxos de trabalho que constituem a maior parte das migrações internacionais, ou seja, a razão principal das migrações é a existência de “zonas salariais” diferenciadas. Os mecanismos específicos de desenvolvimento e subdesenvolvimento (ou de centralidade e perifericidade) levaram à criação de excedentes de mão-de-obra nas periferias, numa situação generalizada de baixos salários, como também a uma necessidade de recursos humanos, acompanhada de altos salários, nos países mais desenvolvidos. Resultam daqui os sinais de propensão à migração que outras teorias como os modelos de *push-pull*, reelaborada várias vezes também admitiam.

Estas lucravações, sem dúvida, apresentam potencial explicativo sobre os fluxos migratórios, traduzindo muitas das realidades contemporâneas deste processo. Por conseguinte, muitas das conclusões analíticas em relação à presença dos imigrantes em vários contextos, a exemplo da permanência dos ex-estudantes do PEC-G no Nordeste do Brasil, carece de análises e das explicações de grande parte dos seus traços específicos que, de alguma forma apresentam implicações importantes no sentido de suas trajetórias assim como as decisões de permanência no país, ou seja: *chegar, estudar, formar e ficar*.

Nesta perspectiva, a migração resultante dos acordos educacionais adquire dinâmicas internas que pode lhes conferir características de um sistema migratório peculiar. Gusmão

(op, cit) explica que, o sujeito que migra não é movido só pelas questões objetivas típicas da migração tradicional, mas também, por fatores subjetivos relacionados com experiência no lugar que acolhe. Foi com o avançar nos estudos na UFPE que Solange descobriu que existia possibilidades de ficar no Brasil:

Quando comecei a graduação em Recife, não demorei muito para começar a fazer as contas de anos e meses que faltavam para terminar; a saudade de casa era muito grande. Lembro-me de ter me matriculado em todas as disciplinas, ou seja, a maior parte possível em um semestre pra terminar logo e voltar; a família, minha mãe em particular já estava aguardando o meu retorno. Mas, aí ao finalizar de fato a graduação, já comecei a me preocupar com a possibilidade que poderia ter no mercado de trabalho em Cabo Verde, levando em conta minha área de formação e, foi assim que a decisão de fazer o mestrado ganhava cada vez mais espaço no pensamento. Daí, perguntava: será que devo voltar para Cabo Verde agora só com graduação? É suficiente? Ai tomei a decisão de tentar prosseguir os estudos, elaborei projeto de estudos e participei da seleção do mestrado, mas sem nenhuma pretensão de ficar, mas fui admitida e passei no processo seletivo interno com bolsa de estudos, então, era uma possibilidade que eu não poderia abrir mão (SOLANGE: caboverdiana - Recife/PE).

Solange, conta que a mesma experiência do mestrado acabou por se repetir com relação ao doutorado e, antes de realizar a defesa da sua tese de doutoramento foi aprovada no concurso público para cargo de professora na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Para ela, a decisão de ficar não ocorreu de maneira repentina e aleatória, esta foi sendo amadurecida de acordo com as oportunidades que surgiam somadas com as experiências de encontros interativos que envolveram seus professores e colegas de curso e de carreira. Todavia, observa que os motivos para ficar não se resumem somente na aquisição do capital intelectual e da alta qualificação ou na temporalidade de sua estadia em Pernambuco, tal decisão também envolve igualmente alguns aspectos subjetivos ou a constituição da sua família cuja parte paterna é brasileira e, revela: “a questão afetiva e emocional realmente pesou bastante para tomar a decisão de ficar na cidade do Recife.”

Quando os africanos foram perguntados se a decisão de morar no Brasil foi anterior à chegada. Assim como a Solange, os restantes dos nossos entrevistados foram unâimes em dizer “não”. Emanuel elegeu a categoria família como instância de maior peso da sua permanência no país. Beto, por seu turno evidenciou o fato de ter realizado sua primeira graduação na Antiga União Soviética e retornando a Angola após a conclusão do curso, assevera que foi no Brasil, enquanto estudante universitário vinculado a UFPE que encontrou

uma companheira ideal e com o avançar da idade pesara na decisão de constituir a família. Ele considera que, ficar em Pernambuco foi de algum modo forçado:

Depois de ter família aqui, ai me impeliu a ficar com elas. Eu não tinha essa intenção de vir ficar no Brasil, não, então o nascimento do meu filho foi uma das causas que me fez ficar no Brasil. Não existia outro motivo, então como eu não queria voltar para Angola sem meu filho e como a mãe não queria deixar que eu o levasse, então acabei por ficar, mais por causa da criança (BETO-Recife/PE-Entrevista 18/03/2015).

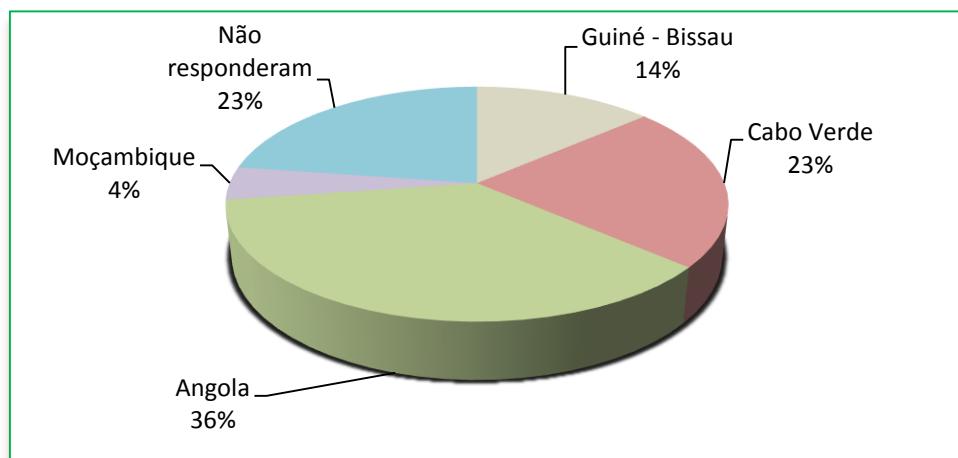
Este angolano argumenta que, ficar no Brasil não se tornou questões de desavença com a família no seu país de origem. Ele explica que, o grau superior obtido na Antiga União Soviética somado a sua formação universitária no Brasil lhe dava segurança ou facilidades de ingressar no mercado de trabalho na cidade do Recife, portanto, conjugada a família e qualificação profissional ajudaram-no a decidir em ficar. Entretanto, confessou sentir-se bem. Beto conta que além de estar vinculado à Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco como servidor público estadual - sem especificar sua atividade - revelou que fora do horário do expediente formal opera como *freelancer* em outras atividades profissionais nas quais consegue um bom retorno em termos de renda. Ademais, acredita que pela formação e pela experiência, se a qualquer momento decidir retornar a Angola, encontrará um vasto espaço no mercado de trabalho na sua área de formação acadêmica. Por seu turno, Zenão conta: “fui um estudante que virou pai cedo, então isso me fez amadurecer e pensar muito no meu menino, então essa é uma das razões por que eu continuo no mesmo Estado em que eu estudei.”

Há, no entanto, cinco interlocutores que consideraram o casamento e a família com partes brasileiras como fato suficiente para ficar ou adiar o retorno, destacando como exemplos, os casos de Lame Pedro, Leopoldo e Isaltina.

A maior parte destes africanos encontrados nas cidades investigadas é proveniente de famílias de camadas médias baixas, geralmente filhos de mães professoras ou servidoras do Estado; como também de pais policiais, militares de exército e professores. Outro dado que chama atenção é que quase todos os entrevistados possuem familiares que vivem na Europa ou América do Norte na condição de imigrante, como mostra o gráfico abaixo. Há, no entanto, quatro interlocutores que contaram que originaram das famílias pobres camponesas que vão à capital ganhar a vida como: faxineiras, vendedoras-ambulantes, operários de obras, entre outras. Caso para dizer que, esta última camada na hierarquia social, correspondem a uma larga faixa da população dos Palop. A pesquisa revela que grande parte dos africanos inquiridos possui familiares vivendo na Europa e na América do Norte como imigrantes,

indicando os mesmos como principais responsáveis pela manutenção financeira no Brasil durante os seus cursos em nível de graduação. Para muitos, estes familiares constituem referências e inspiração de permanecer na diáspora.

Gráfico1. Percentual de interlocutores com familiares vivendo na Europa



Importa ressaltar que, estes atores tinham em sua maioria, chegado ao Brasil desacompanhados dos seus familiares, ou seja, chegaram sozinho/as, solteiros e aqueles que se declaram casados conheceram seus parceiro/as no Brasil, nas cidades onde cada um reside. No entanto, muitos se casaram com companheiro/a que haviam conhecido na universidade, sendo raras situações de divórcio entre os nossos inquiridos.

Vale ressaltar que, a maioria dos africanos que conhecemos e com os quais conversamos enfatizaram que tinham a pretensão de voltar imediatamente aos seus países de origem depois da conclusão do curso de graduação ou licenciatura, portanto, os objetivos de vir para o Brasil eram unicamente de estudar. Alguns destes estudantes (o que não exprime a maioria) já possuíam diploma universitário obtidos na Antiga União Soviética e Cuba respectivamente. Alguns entrevistados destacaram como motivos para permanecer no Brasil a: a instabilidade social e política nos seus países de origem; bem como a falta de expectativas de vidas, definidas como condicionantes de adiar o retorno. Esses casos não são raros entre os imigrantes do Palop, como se pode observar no trecho a seguir:

Recordo o medo da guerra e a incapacidade do Estado guineense planejar o futuro do país. Isso foi o que me fez ficar desde os anos 90. No início tentei de todas as formas ir para a Europa ou para a América do Norte, mas sempre

deparei-me com alguns entraves. Em meio a tudo isto, conclui o mestrado e estou a trabalhar (HUMBERTO-Fortaleza/PE, Entrevista, 19/07/2015).

A grande maioria dos guineenses, angolanos e sãotomenses com os quais falamos, revelou a falta de segurança e a desqualificação política dos quadros pós-graduados nos serviços públicos nacionais de seus países. É o caso, por exemplo, de Leopoldo, engenheiro químico, Leopoldo é guineense que decidiu adequar os seus projetos a um contexto que os tornem viáveis. Mais uma vez recorremos a Velho (2003), reforçando a tese na qual afirma que os projetos são sempre alterados, trocando-se um projeto por outro; acompanhando e se adequando a dinâmica dos atores envolvidos.

Isaltina, cuja saída em Angola foi quase há quinze anos, também culpa os governos do seu país pela decisão de *ficar* em Salvador. Lembra-se da falta de perspectivas para continuar no país. Para Selmira, assim como para Isaltina, ficar no Nordeste brasileiro não foi uma escolha, mas sim uma alternativa para uma auto-realização profissional, que já perdura, no caso delas, há mais de vinte dois anos. Alguns interlocutores elucidaram que, o Brasil não é um país atrativo em termos econômicos nem de segurança para os próprios brasileiros e muito menos para quem vem de fora. Mas, reconhecem que ter um alto capital qualificacional no Brasil independente da área profissional, é um quesito para estar num bom emprego, culminando na possibilidade de melhorar sua condição social e financeira em razão do sucesso escolar, enquanto que nos PALOP, de maneira geral os meios já são escassos e, os poucos que têm, ainda são desviados para fins obscuros. Lame, Cesário e Ana Mísia tecem uma crítica da seguinte forma: no PALOP - em Angola e Guiné-Bissau em particular - “os bons empregos são destinados as pessoas que não respondem aos critérios de seleção por não haver transparência na sua atribuição”.

Minha área de formação não me oferece oportunidade de um bom emprego em Cabo Verde. Sou engenheiro mecânico – em Cabo Verde não há muita perspectiva... É um país que ainda continua limitado nessa área de desenvolvimento tecnológico, é pouco o trabalho nesta área que existe por lá, acho que já têm as pessoas indicadas, que já trabalham. Tem um outro problema comigo, já estou a aproximadamente vinte e um anos fora do país, e também é uma barreira para quem sai (KIM-Recife/PE, Entrevista 04/2015).

Este engenheiro mecânico caboverdiano também se referiu à precariedade do sistema público, sublinhando que somente se consegue emprego em seu país por meio de indicação, o que ele chamou de muita *politicagem*. Ele aponta o fator politicagem e o incipiente

desenvolvimento tecnológico como a razão que limita o mercado de trabalho no seu país de origem, o que inviabiliza o seu retorno. Dessa forma, Kim afirma preferir ficar ao invés de arriscar coisas maiores e depois ter uma deceção em Cabo Verde.

Já com relação a Zenão, quando este foi interrogado se a decisão de morar no Brasil já era anterior a sua chegada, ele explica que:

Antes mesmo de tomar a decisão final de ficar em Fortaleza, já passava pela minha cabeça às vezes; ficar ou não ficar; retornar ou não retornar a pátria. Qual seria minha melhor opção? Então, acho que as experiências que obteve a maior parte dela vivenciada, ao longo da graduação, tanto com os professores assim como com os meus colegas dentro da universidade ajudou na decisão de ficar (Fortaleza / CE-Entrevista - 09/07/2015).

Além de Solange e Zenão, quatro dos entrevistados garantem que, foi surgindo uma coisa atrás da outra que lhe fizeram ficar, portanto, não foi nada pensado antes, mesmo sabendo das poucas possibilidades empregatícias que teriam nos seus países de origem, a decisão de ficar no Brasil só foi amadurecida aos poucos. Portanto, Zenão e Solange não foram os únicos casos a dar razão à Velho (2003) ao enfatizar que há uma relação entre projetos individuais e círculos sociais em que o agente se inclui ou participa.

Na realidade, a importância deste fenômeno de conversão de migração estudantil temporária - a exemplo de alguns egressos do PEC-G- para a migração permanente, não deve ser visto somente pelo seu aspecto demográfico; mas pela sua importância política e social que estes podem ter no lugar no qual decidem ficar. Além disto, constitui um dos principais aspectos que alteram o tradicional perfil conceitual do termo *brain drain* fuga de cérebros que se refere aos profissionais qualificados em diversas áreas do mercado do trabalho que migram dos seus países de origem, estes, geralmente, são indivíduos desempregados a fim de buscarem oportunidades laborais mais promissoras em outros países mais desenvolvidos.

Para alguns especialistas, o termo fuga de cérebros designa a transferência de recursos humanos na forma de capital humano, isto é, migração de pessoas qualificadas de países em desenvolvimento para os países desenvolvidos e, para outros, a fuga de cérebros trata-se de uma descrição depreciativa da decisão de pessoas academicamente qualificadas de países pobres em busca do emprego em países ricos. No geral, segundo Hunger (2003) o termo refere à migração de indivíduos qualificados.

Os estudos relacionados à fuga de cérebros (HAQUE, 1995 apud MASSEY, 1993) tiveram uma grande notoriedade a partir da década de 1950, dando aumento da migração de profissionais qualificados de regiões “periféricas” do mundo rumo aos Estados Unidos. Estes

estudos priorizaram a análise de questões econômicas com maiores referências aos termos como, migração internacional, capital humano, crescimento, entre outros. As conclusões destes trabalhos pioneiros tentaram provar que, o bem-estar dos profissionais qualificados que permanecem nos países em desenvolvimento poderia diminuir com a saída de mão-de-obra qualificada. Desse modo, a fuga de cérebros causa prejuízos para o bem-estar dos sujeitos.

Massey, *et al.* (1993) lembra que, no início dos anos 60 do século XX até o final da década de 1970, as literaturas desta época também atribuíam a importância do capital humano para as atividades econômicas de cada país, sendo a migração de pessoas qualificadas mais uma vez apresentada como nociva para o desenvolvimento dos países de origem, já que afetam as estruturas sociais e econômicas do país de quem migra.

Na década de 1980, constata-se no âmbito das novas abordagens econômicas neoliberais, uma perspectiva teórica de valorização da migração de pessoas qualificadas que passaria a ser encarada como um dos fatores mais importantes na dinâmica de atividades econômicas. Para esta teoria, o crescimento de um novo sistema de produção pode ser estimulado positivamente ao nível de capital humano. Peixoto (1999) afirma que abordagens neoliberais contribuíram por redirecionar análises sobre o efeito da chamada fuga de cérebros cujos resultados evidenciaram o *brain drain*. Com efeitos, esse fenômeno com o passar do tempo, ampliaria as diferenças entre os países ricos e os países pobres, na medida em que a migração de pessoas qualificadas resultaria para a nação de origem a queda de renda per capita, uma vez que a participação de uma pessoa qualificada para a economia tende a ser superior, como também sua colaboração na maximização da produtividade é igualmente maior.

Entretanto, a discussão sobre a temática emerge de uma forma crescente a partir dos anos 90 do século XX, com algumas abordagens, olhando para os países em desenvolvimento de forma mais “atenta”, contestando os impactos negativos referente à fuga de cérebros. Para estudiosos desta década, a teoria tradicional não levava em consideração em suas análises aspectos como a possibilidade de migrar, já que esta pode aumentar o retorno ao investimento em educação nos países em desenvolvimento, pois mais trabalhadores estarão dispostos a investir em educação no país de origem se os salários no país receptor forem maiores do que os salários do país de origem, aumentando assim a formação de capital humano no país de origem e fazendo deste modo surgir o chamado *beneficial brain drain* (PEIXOTO, 1999).

Dessa forma, os estudos passaram a analisar o impacto da fuga de cérebros sobre a formação de capital humano, inovação, tecnologia e as implicações microeconômicas da fuga

de cérebros. Os resultados mostraram que os efeitos da fuga de cérebros sobre o crescimento econômico são incertos e que tanto pode ser bom ou nocivo para os países em desenvolvimento.

O enfoque dos estudos sobre a temática da fuga de cérebros ao longo destas décadas assenta principalmente para os seus efeitos nos países emissores, com ênfase nos determinantes e motivações da fuga. De acordo com Portes (1976) são três, os de fatores que formam o conjunto que favorece a fuga de cérebros. Os primeiros fatores: são às desigualdades em termos das diferenças salariais e condições sociais entre os locais de origem e destino do migrante, onde o processo de fuga de cérebros se torna maior quanto maior forem essas diferenças entre os países.

Os fatores secundários referem-se às diferenças no mercado de trabalho, em termos da demanda ou oferta de mão-de-obra qualificada no país de origem do profissional. Portes (*ibid*) observa que, quanto maior for a falta de perspectiva das pessoas qualificadas de conseguir realizar-se em sua profissão no seu país de origem, por quaisquer motivos, maior a migração dos atores qualificados. Por fim, as causas terciárias estão relacionadas com as diferenças individuais. Estas dizem respeito às diferenças em relação à qualidade de instrução e as redes de relações sociais em que o indivíduo se encontra inserido. Assim, o autor conclui que, quanto melhor a instrução, maior será a probabilidade de a pessoa migrar.

No entanto, os egressos do PEC-Gque convertem a migração temporária em permanência, pode ser encarado, portanto, como um fato novo, capaz de ampliar uma análise em torno da temática da fuga de cérebros, introduzindo nesta reflexão outros aspectos novos que determinam contemporaneamente à dispersão de cérebros – mas não necessariamente - a fuga de cérebro. Contudo, é a “presença” do outro num determinado país estrangeiro, condicionada pelos fatores tais como: o desenvolvimento das novas formas de mobilidade internacional decorrente da globalização econômica e do trabalho, múltiplos processos de integração regional e comunitária, a crescente internacionalização das Instituições de Ensino Superior que põem em circulação pessoas com fins de estudos.

Importa referir que, muitos saem dos seus países através de acordos bilaterais entre os Estados e outros se deslocam através de convênio de seus países com empresas multinacionais e até mesmo com o amparo de algumas instituições religiosas. Mas, o que podemos destacar de tão novo, em tudo isto? A propósito, algumas considerações são necessárias para essa pergunta, para tentar circunscrever o fenômeno e buscar compreender o que há de novo neste.

Um fato que se percebe é que, nesta diáspora temporária dos estudantes, neste caso, os egressos do PEC-G para ficarem no Brasil, têm no mínimo dez anos para tomar essa decisão. Este tempo pode ser repartidos em dois momentos absolutamente distintos, primário e secundário. O momento primário refere-se ao tempo em que o estudante chega para enfrentar o curso de graduação que tem entre quatro a cinco anos de duração. Trata-se de um momento recheado de expectativas pessoais decorrentes de emoções, por ter possibilidades reais de iniciar um processo de educação superior, mais ainda fora do contexto nacional. Estes momentos são, de um lado, igualmente carregados de incertezas refletidas na pouca idade do estudante, assim como a pressão (regra específicas que ordenam o estar fora do país) pessoal e familiar de concluir os estudos e retornar ao país de origem; por outro lado, são momentos intensos e essenciais, porque são momentos iniciais de contato com a nova realidade, atores sociais diferentes, momento em que se estabelece redes de relações sociais, momento de aceitar e interpretar de forma rápida os novos códigos e símbolos culturais locais. Ademais, cada dimensão deste momento é delicada e torna-se fundamental, de modo que a falha em uma delas pode comprometer as etapas subsequentes.

Os momentos secundários referem-se aos momentos que começam a partir do término da graduação, celebrada com a colação de grau de bacharelado ou licenciatura, estendendo-se até o momento liminar, marcada de duas atitudes pragmáticas possíveis de serem tomadas: a decisão de participar no processo seletivo interno de mestrado ou, a decisão de retornar ao país de origem. Vale lembrar que, os dados da pesquisa do campo revelaram que o perfil de qualificação dos egressos do PEC-G que decidem ficar no Brasil possui no mínimo a titulação de mestre e, esta titulação não é obtida no âmbito do Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação PEC-PG, portanto, sendo decorrente em todos os casos da decisão pessoal do estudante de enfrentar o desgastante processo de seleções internas dos Programas de Pós-Graduações nas IES brasileiras. Acredita-se que, estes dois momentos intercambiáveis são marcados da vivência, particularmente intensas, de experiências das relações sociais e culturais, expressivamente significativo desenvolvido nas sequências prolongadas de estudos que os egressos do PEC-G enfrentam. São momentos determinantes na escolha da opção de ficar no Brasil, isso porque os intercambistas descobrem principalmente que a vida, às vezes, só pode ter significado no contexto em que um indivíduo realiza o que Berger e Lukmann chamaram da socialização secundária.

Para muitos egressos do PEC-G a universidade serviu de laboratório não somente de qualificação profissional, mas também de expectativas, ideias, decisões e projetos que

revelam a certeza de adiar o retorno. Estes são casos para dar razão à Augé (2010) ao comparar o etnólogo, isto é, um estudante a um turista estrangeiro concluiu que o primeiro, além de compromissos com a ciência e academia, ele parte para viver e estudar, missão que lhe confere uma experiência radicalmente diferente se comparada aos profissionais em *brain drain*. Esses últimos, evidentemente, estão afastados dos locais de origens e simultaneamente se apresenta como turista estrangeiro na medida em que assim como um imigrante econômico que prima pelo seu conforto, tranquilidade e aventura, submetem todas as suas energias em busca de acumulação de renda através do trabalho, podendo partir para outro país, em caso de situações adversas, não sendo simplesmente um refém do mercado do trabalho. Já o estudante, por sua vez, não tem a mesma liberdade, uma vez que este precisa seguir regras e protocolos que por sua vez já restringe – em muitos casos - o acesso deste ao mercado.

Há nestes, no entanto, um interesse ardente de refletir sobre as questões sociais como: sem terra, violência, corrupção, cotas raciais, entre outras. Neste sentido, parece que não é apenas o trabalho e alto o rendimento salarial nos quais resumem o ato de ficar. Ao examinar os dados etnográficos, constatou-se que grande parte dos interlocutores deste estudo exerce ou já exerceram a docência no ensino médio e superior nas escolas públicas e privadas. Desse modo, é preciso dizer que viver *la métier* do professor, em qualquer lugar, não basta dominar linguística, sociologia, antropologia, psicologia, direito ou ainda outras ciências. Pois, tratam-se da educação, que para ser efetiva tende necessariamente interagir por um bom tempo com a sociedade local, para compreender no mínimo o que está “escondida” por detrás de certos comportamentos, valores e ideias.

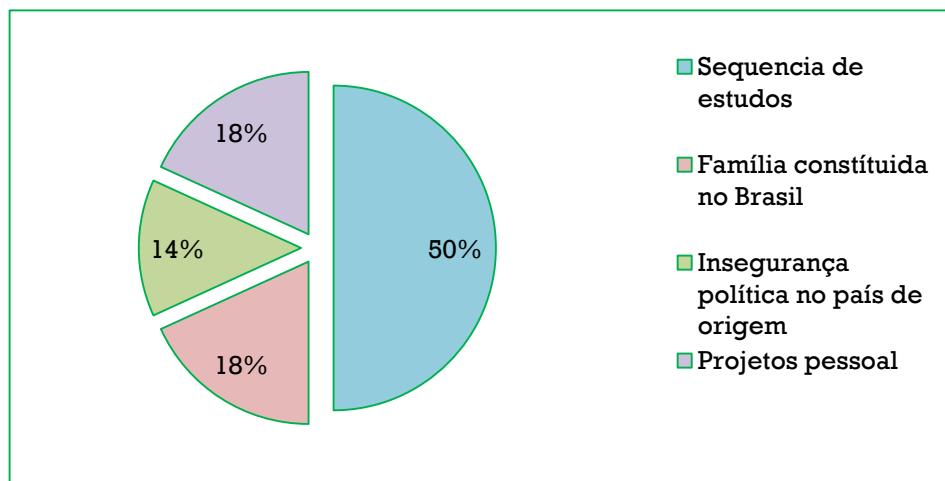
Segundo um dos interlocutores, ser professor universitário exige dele um estudo profundo e constante para entender bem a sociedade brasileira como toda, em particular, a sociedade nordestina. Ele considera uma ofensa contra a educação, ensinar conteúdos desprovidos da filosofia, da sabedoria prática ou de aspirações espirituais de um grupo social local, patrimônio em que somente na posse do qual pode haver um ponto inicial da educação e da formação mais elevada de cada povo. Neste sentido, para ele é constante a busca pelo saber local. Assim, o que podemos destacar de tão novo, em tudo isto?

Éxatamente nesses aspectos ou estado de coisas acima descritas que, acreditamos encontrar a peculiaridade da permanência dos egressos do PEC-Gencontrados no Nordeste Brasileiro. Este comprometimento com a sociedade refletida na profissão que exercem, constitui simultaneamente os seus aspectos distintivos em relação aos profissionais qualificados que se deslocam dos seus países em busca do trabalho adequado e a qualificação

técnica noutro país. O interesse aqui parece ser a importância do ato de ficar dos egressos do PEC-G, como tal fato pode contribuir para alargar o debate em torno da temática da fuga de cérebros; assim como mostrar as limitações das interpretações que consideram o ato de ficar por parte dos ex-alunos do PEC-Gapenas como uma demanda subversiva contra os Estados-nação, sendo insuficiente considerar que a decisão de ficar estaria condicionada exclusivamente pela “onda” do desenvolvimento das novas formas de mobilidade internacional decorrente da recente globalização econômica e do trabalho.

Como se pode deduzir pela leitura do gráfico seguinte, dos vinte dois interlocutores com os quais dialogamos neste trabalho, mais da metade afirmaram que a decisão de ficar foi tomada durante a sequência prolongada dos estudos universitários. Alguns confessaram que, apenas ficaram por causa dos problemas políticos e estruturais nos seus países de origem. Enquanto o restante dos inquiridos se referiram a família e outras relações de afetividades como condição *sine qua non* para ficar, mesmo que quisessem retornar ao país de origem. O gráfico a seguir retrata os argumentos dos entrevistados em relação a decisão de permanecer no Brasil.

Gráfico 2. Intenção de Permanecer no Brasil



Todavia, é preciso não confundir que, ao consumar a decisão ontológica de ficar não pulveriza por completo, por assim dizer, decisão de voltar. O problema deste estudo reside exatamente em compreender a complexidade desta relação, isto é, entre *ficar e voltar*; considerando novos contatos sociais, culturais e laborais estabelecidos ou outros atrativos no Brasil e, de crescente possibilidade socioeconômica que emergem na “nova” África, ou seja, a África do século XXI, apontado por vários especialistas como continente de oportunidades.

Conforme vimos atrás, caso para dizer que, a auto-estima dos nossos interlocutores parece vincular-se nas suas relações afetivas, aos seus projetos acadêmicos e laborais nas cidades nas quais vivem atualmente no Brasil e, nem sempre são perceptíveis as suas vertentes relacionais com os seus respectivos países, uma vez que, quase sempre, quando se refere à questões de governanças dos seus países de origem, surgem de um lado adjetivos como: mau governo, a falta de oportunidades e a corrupção, sendo esses aspectos que constituem motivos de muita crítica e preocupação; de outro lado, no fundo, essas preocupações parecem insuficientes para abalar os sentimentos de identificação e pertença individuais com as suas nações, o que implica a existência de possibilidades individuais, ainda que remotas de redefinição do projeto de *ficar ou de voltar*.

A migração, entendida de forma ampla, ou seja, contemplando os dois diferentes contextos, isto é, o contexto da partida e do destino, impeliu que autores como (Sayad, 1998) a definisse como: aquela que consiste no deslocamento de populações entre dois espaços socialmente-qualificados tanto, econômico, político, cultural assim como qualificados em suas dimensões simbólicas, ou seja, linguística, religiosa, entre outras.

No caso desta população, ainda que a maioria esteja inserida nas atividades profissionais que exigem alta qualificação (professores, médicos, advogados, engenheiros, administradores, economistas, empreendedores, entre outras), reivindicam de forma explícita e sem nenhuma radicalidade um espaço de atuação cidadã nos seus países de origem bem como no destino, sendo ambos os espaços socialmente-qualificados para intervenções políticas. O argumento neste estudo que evidencia de certa forma este entendimento, está no fato destes não se definirem como imigrantes, acreditando que também não são postulados nem pela população local e nem pelos colegas nas quais dividem as responsabilidades no trabalho como um imigrante, o que por si só tende a assinalar o grau de comprometimento social com as duas sociedades.

Pedro Lame é advogado, vive na cidade de Salvador na Bahia, julga que não se considera imigrante porque para ele, esta categoria não deve ser aplicada sob qualquer hipótese aos atores que entram num país estrangeiro através de um Convênio Educacional e, ao decidirem permanecer não devem em nenhum momento serem confundidos com imigrantes; uma vez que fazem parte dos intercâmbios acadêmicos e, como intercambistas suas relações sociais e culturais com a sociedade local e a universidade são profundas, ultrapassam desejos materiais imediatos nos quais os imigrantes de outras categorias tomam como os seus principais objetivos. Este angolano explica:

Ás vezes passo a manhã ou tarde toda no tribunal, resolvendo problemas de pessoas, que se quer têm condições reais de me pagar, casos que, se for exigir uma contrapartida, essas pessoas, na sua maioria idosa e aposentada, não vão conseguir pagar e nem resolver tão cedo seus problemas... Mas, me comprometo com seus problemas processuais não porque são questões simples, mas porque acho que nem tudo na vida tem valor monetário indiscutível (PEDRO LAME-Salvador/BA Entrevista 24/01/ 2015).

Portanto, Cesário, Beto, Lame e Solange se juntam a outros cinco africanos, para não serem os únicos que não se consideram imigrantes. Eles avaliam ser uma “crueldade” se fossem tratados indistintamente com uma pessoa que saiu de seu país em busca de trabalho, cuja rotina depende em muitos casos de objetivos como: compra de uma casa, um carro e de empreender um negócio.

Seguindo a mesma perspectiva Zenão e Felipe, entendem que determinadas metas de uma migração do tipo tradicional podem ser atingidas com ou sem qualquer grau de escolaridade e sem precisar estabelecer um vínculo social e cultural profundo com a sociedade local. Na atualidade são raras situações, mas há quem consiga alcançar tais metas em condições de um imigrante “indocumentado” ou “ilegal”, ou seja, interpretado por Sayd (*ibid*) como a permanência de pessoas num país sem permissão, ocupação abusiva de lugares de trabalho e de concorrência desleal. Isto acontece porque muitos aceitam salários mí nimos. Portanto, vários autores destacam algumas particularidades deste tipo de migrantes como aqueles que sempre serão tratados como uma força de trabalho provisória e em trânsito, por mais que fique toda a vida num determinado país.

Desse modo, a condição de imigrante é constituída por uma contradição: provisório e permanente. Para esse autor, a situação de provisoria dade jamais se afirma permanente, mas que pode durar indefinidamente. Sayad (1998) acrescenta que, este tipo de imigrante, voltado prioritariamente ao trabalho sem vínculo profundo com o meio, tende levar a expor à situação de exclusão, na medida em que qualquer situação adversa que inviabilize estes objetivos migratórios emerge simultaneamente um sentimento de inexistência, de culpa e de cobrança em si mesmo. Ademais, nestas condições, presença e ausência se entrelaçam, ou seja, ausentarse, fisicamente e mantém-se presente em termos mentais no país de origem, aflorando constantemente uma suspeita de incapacidade própria.

Enquanto que, um estudante egresso especialista e intelectual envolve-se numa rotina de carreira que ultrapassa desejos pessoais e familiares, indo até a busca constante de modos de interação com a sociedade local, a busca de formas extremamente refinadas de adaptação ao meio social e cultural, o que a distingue de outros migrantes porque, em decorrência da sua

inserção profunda, goza de privilégios específicos com quase uma presença naturalizada e, parece não ser visto como um simples instrumento de trabalho ou de serviço como o seu álibi. Todavia, tais prerrogativas, ao mesmo tempo, não permitem ascender à categoria dos naturais, aqueles que pertencem a terra, portanto, jamais, natural.

Numa perspectiva metafórica elucidativa pode-se fazer a seguinte comparação: “se um imigrante é um trabalhador que mora em outro país e, na volta a casa abre a mala para delaextrair dinheiro para construir uma casa, acrescido de nota fiscal de compra de um carro que vai chegar e outros recibos de compras de objetos curiosos para enfeitar o seu ambiente; um estudante, nômade egresso, que decide voltar a casa é também um viajante, mas que na volta já não tem mala, veste-se de outras formas, perdeu a casa, sendo obrigado a pensar e construir outros espaços próprios.” Não obstante, porém, apesar das diferenças assinaladas nos discursos dos interlocutores, sem dúvida, acreditamos que outras modalidades de migração, não se reduzem a esta simples leitura, apenas tentaram-se enfatizar as especificidades de seus estatutos de estrangeiros como egressos do PEC-G no Brasil que são raramente examinados.

A partir deste estado de coisas, o que fica para as ciências sociais - a antropologia em particular - são fatos que levam em conta não somente a categoria migração que merece ser cada vez mais problematizada, de modo a revelar as complexidades dos diferentes processos de deslocamento, alguns destes até parecem difíceis de enquadrar na definição de “migrante”, o que é exatamente o caso, da população estudada neste trabalho; mas também precisa igualmente prestar uma atenção especial nas raízes desta ausência de enquadramento semântica, assim como os fatos históricos, políticos e econômicos que a geram devem merecer um exame científico rigoroso. Porém, constata-se que o termo fuga de cérebros também parece desajustado a realidade desta população.

Quando perguntados sobre como definem a emoção em relação ao sentimento de voltar. Os argumentos que seguiram de quase todos os interlocutores, de forma explícita ou implícita mencionam possibilidades de voltar como algo latente ou submerso na essência de *ficar*, mas não chega atingir nível, por assim dizer, de um sonho de quem quer recuperar a visão, a luz que falta ao seu caminho. Apesar deste fato, os discursos sobre *voltar* foram expostos com emoções profundas, alguns foram transmitidos em forma de lágrimas e gravados nas memórias etnográficas, que a meu ver, difícil de serem transpostas em forma literária. Para esboçar este estado de emoção, destacam-se a seguir trechos de interlocução e

discursos que são de alguma forma, flagrantes de ambivalência dolorosa que repousam entre ficar e voltar.

Uma pessoa que vive muitos anos fora, aí você não sabe se quer voltar para seu país, mas também nunca sabe se quer ficar onde está pro resto da vida. Pelo tempo, pela idade e pela experiência de vida que você tem pelo que viveu e aprendeu, você tem sempre aquilo gravado na memória (CASIMIRO-Fortaleza/CE).

[...] rapaz, é complicado, porque eu acho uma das coisas mais perturbadora é quando a gente sai de casa, a gente sente desejo de voltar, mas ao mesmo tempo não precisa voltar; a falta que a gente sente quando se depara com várias situações que você nunca se deparou, ai você sente a falta de casa sim, de tudo que você deixou lá atrás, ainda vêm lembranças de tudo que você queria, mas não tinha lá; ai você começa a cultivar mais essas palavras: amor e conceito de família que a gente, muitas vezes, não valorizava (LUANDINA-Recife/PE).

Ao serem confrontados com esta questão, alguns destes africanos dos PALOP precisaram exigir um compasso de espera, um tempo relativamente curto, antes de prosseguir com a operação de escolha de palavras, expressões e gestos que, de alguma forma pudessem exprimir este sentimento. Isto, segundo Augé (1997) ocorre quando um ator flutua entre dois mundos, resultando no desenraizamento que leva a oscilação entre duas pertenças e de emoções distintas igualmente fortes. Alguns dos nossos interlocutores assinalaram as mesmas observações acima colocadas por Marc Augé, a exemplo do Gaspar, quando este afirma que:

É um conflito constante, briga, porque tem uma hora que você quer ficar e construir algo e trazer tua família, e tem hora que você ta naquela fase depressiva, digamos, frustrante, então você acha que no seu país as coisas vão ser mais fáceis, mas quem disse que o fácil é o viável, então eu acho que é um conflito constante (GASPAR-SALVADOR/BA Entrevista).

Acolhe-se nesta perspectiva, o ponto de vista da antropologia das emoções, segundo o qual “as emoções derivam da interpretação e avaliação de estímulos, neste caso, dos dois mundos, ou seja, de um processo de atribuição de sentido e valor, culturalmente específicos a cada um destes mundos” (MAUSS, 1974 apud KOURY, 2003, p 36). Nas palavras dos interlocutores ficou claro de que são sempre confrontados com perguntas como: você vai ficar aqui ou vai embora? Numa das entrevistas informais, Patriota conta que, suas respostas têm sido idênticas em todas as circunstâncias:

Eu falo: hoje eu penso em ficar aqui durante alguns tempos, mas um dia, eu vou cansar de estar num lugar só, então se eu estiver cansado, não vou ficar mais aqui. Você, por algum motivo, às vezes quer retornar. Então, eu sempre falo isso para as pessoas! Mas, de fato tem sido uma briga direta entre o ficar e o voltar porque a emoção de ficar aqui também não é muito diferente de ficar em muitos países africanos. (PATRIOTA - Fortaleza/CE - 07/07/2015).

Nas palavras de Tobie Nathan, citado pelo antropólogo Chiara Pussetti⁵⁸, as emoções são construções sociais, variáveis como qualquer outro fenômeno cultural. Portanto, é paradoxal falar de emoções inatas e universais, idênticas a todas as culturas. Na perspectiva nathaniana, a emoção não é independente da cultura, pelo contrário, é constituída pelas experiências adquiridas, situadas e continuamente modificadas pelas diferentes vivências e discursos polivalentes individuais. De acordo com Nathan 2006 (apud Pussetti, 2010, p. 43) “há expressões na emoção nas quais não podem ser consideradas neutras, mas antes, um conjunto de conotações, metáforas, significados e valores”.

O processo migratório permanente ou temporário ou qualquer outra especificidade que caracteriza a migração constitui em si um fator de risco como: a perda da família e dos amigos, da língua, da cultura, da casa, da posição social, do contato com o grupo étnico e religioso. Esta lista de perdas é, no entanto, vivenciadas como um luto em forma de perturbações emocionais. A perspectiva de voltar, como uma decisão constante e reprimida - por enquanto - pela a de ficar, foi exposta pelos nossos interlocutores, considerando alguns fatores que tanto podem facilitar este regresso como podem contribuir para retardar esta decisão: primeiro a família; segundo os amigos e terceiro os fatores sócio-políticos.

A família constituída no contexto brasileiro, para grande parte dos nossos interlocutores constitui uma categoria social fundamental no sentido de continuar adiando a volta ao país de origem. Para alguns destes africanos, residentes nas cidades de Fortaleza, Salvador e Recife, o imperativo de participar da educação, da escola e acompanhar a adolescência dos seus filhos constituem a maior prioridade, estando tal fator acima de outras decisões. Leopoldo, conta que: “o entrave principal para adiar a volta é a família: a esposa e os filhos, porque a partir do momento que você tem filhos em um lugar, você se torna responsável por essas crianças, tanto economicamente como educacionalmente, e isso pesa muito. Às vezes você quer voltar ao país de origem, mas você diz assim “será que no meu país de origem eu vou ter o retorno da vida para poder dar a sustentação a família que

⁵⁸ PUSSETTI, Chiara. *Identidades em Crise: imigrantes, emoções e saúde mental*. Centro em Rede de Investigação em Antropologia – CRIA. Lisboa, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n1/08.pdf>. acesso realizado em 01/07/2015.

formei"? Ou será que vai ser frustração; eu não vou poder ajudar e, ao mesmo tempo regredir socialmente. Aí, vêm esses dois pesos"!

O grande desafio da Magda, por exemplo, era a inquietação que sentia em relação à decisão de voltar para Angola, decisão que pudesse de alguma forma, afetar a adaptação e auto-estima de suas três filhas já adolescentes, nascidas em Recife. Ela destaca que:

Até um tempo atrás só pensava em voltar, ao mesmo tempo pensava no que essa decisão poderia causar nas minhas filhas que só conhecem a cidade do Recife, a mais velha já tem 12 anos. Mas, hoje não! Porque depois que elas foram comigo conhecer Angola e visitarem todos os parentes, então, elas próprias puderam fazer comparações, talvez do nível de vida, da própria questão afetiva, hoje percebo que elas estão mais para Angola do que continuar em Recife. Então, isso nos ajuda a não estarmos no meio. Hoje, acho que reduziu o medo que tinha em relação a voltar para Angola, mas, aí surge outra questão que deixaríamos presos aqui também; o colégio das nossas filhas, elas podem continuar seus estudos em Angola, aí também entra a questão da qualidade da educação escolar daqui e lá, sei não! (MAGDA-Recife/PE Entrevista 19/04/2015).

Levando em conta as possibilidades de voltar, o cabo-verdiano Kim reconhece que esta decisão, no caso dele, não pesa apenas a questão de espaço no mercado do trabalho em seu país, como dissemos anteriormente; completa acionando o fato da dispersão de sua família. Este cabo-verdiano assegura que ficar na cidade do Recife tem muito haver também com o fato de seus pais não viverem em Cabo Verde. Admite que:

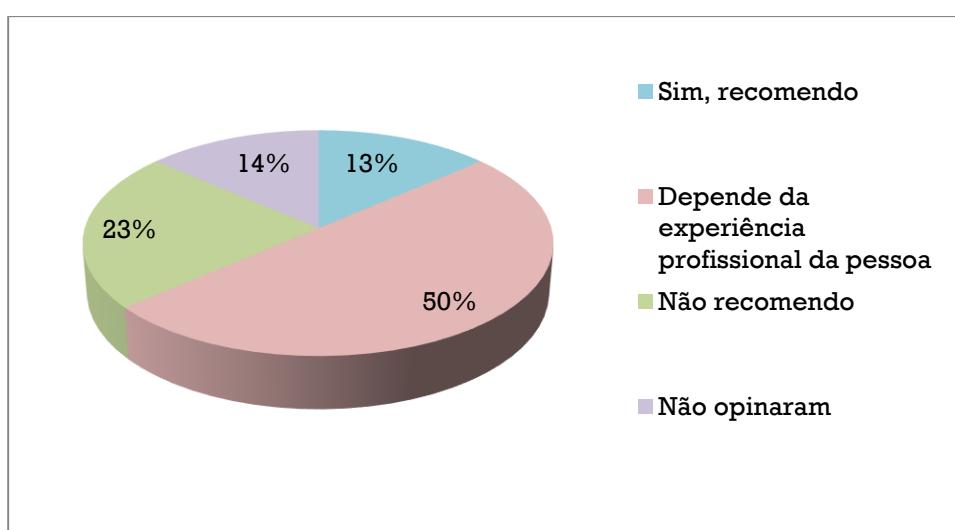
Talvez voltasse com mais facilidade se minha mãe morasse em Cabo Verde, mas como reside em Portugal quase três décadas e; eu não tenho a intenção de viver em Portugal, então, não vejo muito atrativo em Cabo Verde. Assim, optei alargar minha estadia no Brasil, quem sabe de vez, ou até que surja um chamado. (KIM-Recife, PE).

Na verdade, a maior parte dos sujeitos da pesquisa afirmou receber convites para trabalhar em alguns setores do Estado, universidades e faculdades particulares e, alguns partidos políticos também convidam. Às vezes, as organizações partidárias estabelecem contatos mais estreitos, oferecendo cargos importantes, porque têm interesse em renovar o quadro de intelectuais. Há uma unanimidade entre eles em afirmar que o mercado de trabalho nos PALOP hoje está melhor do que quando saíram, para quem possui qualificação. Perguntados sobre se saírem do Brasil qual seria o destino mais provável; a essa questão, foram unânimes em escolherem os seus países de origem como o único destino, pois, parece que os inquiridos não veem mais sentido de experimentar outras emoções culturais.

Outra opinião comum entre os africanos que encontramos no Nordeste do Brasil são as convicções, de um lado, não aconselhar nenhum parente, amigo ou conhecido a procurar trabalho no Brasil. Emanuel e Neto contam que: “não diriam a ninguém, vem para o Brasil que você vai trabalhar, porque aqui para você arrumar trabalho é muito complicado”. Há três interlocutores que disseram que: “não esperam que ninguém venha para o Brasil, pensando que Deus dará, tem que ser competitivo, ter mão de obra qualificada.” Por outro lado, afirmaram que apenas incentivariam alguém a ficar ou a vir trabalhar se esta pessoa fosse um ex-estudante em uma das cidades do Brasil; tal experiência seria uma espécie de pré-requisito necessário porque o sujeito já tem noções de relações sociais e padrões de comportamento intercultural, uma vez que no Brasil, o estigma atravessa a pertença étnico-racial. Em muitos contextos africanos, o racismo é um comportamento social desconhecido, sendo que esse comportamento é apresentado a esses atores nas suas estadias temporários no Brasil principalmente na universidade.

Conforme lembra Gusmão (op, cit, p. 297) “a natureza das relações sociais na sociedade brasileira que ao envolver a questão da cor, resulta também num problema de ordem racial, não ausente da universidade”. Contudo, sublinha Beto, habilidade para enfrentar a discriminação, não basta, o sujeito que decide emigrar para o Brasil deve estar na posse, sobretudo de um alto capital de técnico profissional porque o mercado brasileiro além de ser racialmente seletivo é, no entanto, bastante competitivo.

Gráfico 3. Recomenda alguém vir trabalhar no Brasil



Importa ressaltar que, a inserção desigual na estrutura de classes, no que se refere, sobretudo, a desfavorável posicionamento do negro devido a preconceito racial, privilegiando historicamente as pessoas da pele branca dificultou o acesso ao mercado de trabalho de outros grupos raciais no Brasil. Desse modo, uma das particularidades do mercado de trabalho no Brasil até hoje, independente da qualificação acadêmica é, acima de tudo, a desigualdade de oportunidade entre os grupos sociais racialmente distintas.

No campo, alguns interlocutores, inclusive os professores explicaram que, é difícil ganhar em dois espaços, então, adiar a volta deve-se pelos ganhos reais no Brasil e, destacam a família, esposa e filho como maiores “troféus” ganhos no país. Ademais, se mostraram conhecer e acompanhar a evolução das atividades acadêmicas e culturais nos seus países de origem, mas acreditam que para fazer parte deste processo não precisam, portanto, estar em “casa”, já que a produção do conhecimento científico se faz em qualquer lugar com os mesmos “critérios” e, somente têm validade se responderem a questões “universais”.

Muitos africanos disseram que, se voltarem, há possibilidades de conseguirem um bom trabalho. No entanto, constata-se para muitos as dúvidas em relação à decisão de voltar, no qual consiste num ciclo de vida, isto é, o avançar da idade, assim como o ciclo migratório ou de tempo fora que se entrelaçam com questões afetivas, chegando a confundirem-se. A união ou o casamento e filhos no Brasil, principalmente com cidadão brasileiro/a não é suficiente para ficar, mas influí ponderavelmente na decisão de adiar a volta. Para Miranda, Isaltina e Otávio, o sentimento de voltar é algo permanente, enquanto Beto disse que não tem como não voltar para a sociedade de origem. Ele explica esta afirmação, recorrendo os ensinamentos da pessoa, que ele chamou do “Guia Imortal”, referindo-se ao Antonio Agostinho Neto, pai da nação angolana, cujas palavras tinham o ajudado a voltar de Moscovo (Antiga União Soviética) para Luanda e acredita que as mesmas palavras podem fazer efeitos outra vez, propiciando seu retorno a terra mãe; de acordo com ele, o pai da nação dizia:

[...] Há tempo de voltar as nossas terras. Então, a nossa casa é sempre a nossa casa, mesmo que ela esteja ruim, mas nunca vai deixar de ser a nossa casa. Quem sabe, um dia eu possa voltar, mas no momento não tenho essa intenção, mas também não descarto a possibilidade que a gente possa voltar (BETO-Recife/PE Entrevista 05/04/2015).

Não obstante, abrimos espaço para registrar aqui a versão completa da obra poética da autoria do fundador do (MPLA) que parece ser inspirador para alguns interlocutores quanto à decisão complexa de voltar para África:

Havemos de voltar*

Às casas, às nossas lavras
às praias, aos nossos campos
havemos de voltar

Às nossas terras
vermelhas de café
brancas de algodão
verdes dos milharais
havemos de voltar

Às nossas minas de diamantes
ouro, cobre, de petróleo
havemos de voltar

Aos nossos rios, nossos lagos
às montanhas, às florestas
havemos de voltar

À frescura da *mulemba*
às nossas tradições
aos ritmos e às fogueiras
havemos de voltar

À marimba e ao *quissangue*
ao nosso carnaval
havemos de voltar

À bela pátria angolana
nossa terra, nossa mãe
havemos de voltar

Havemos de voltar
À Angola libertada
Angola independente.

Autor: Antonio Agostinho Neto

Um dos desafios da maioria dos estudantes africanos qualificados no exterior - nomeadamente nos 60 e 70 do século XX - que voltavam aos seus países de origem almejava participar do então processo da descolonização, conforme elucidada anteriormente; enquanto que os propósitos da geração dos africanos das décadas subsequentes, em especial do século XXI, assenta-se no esforço de conseguir inserção no mercado do trabalho numa perspectiva mais ampla, ou seja, almejam ter trabalho desnacionalizado. Este constitui, em parte, o motivo de voltar e torna tão importante, desde que tal motivo esteja relacionado com o objetivo da ida. No caso da população investigada, a experiência internacional obtida, assim como o sentimento de vitória pela qualificação é, no entanto, consideradas como um diferencial tranquilizador perante o mercado formal nos PALOP ou em qualquer sociedade de conhecimento ou moderna. Talvez, este fato constitui para esses atores, a razão que ordena o pensamento e que reduz a relevância do trabalho ou empregabilidade nos seus países de origem. No entanto, quando são confrontados com a problemática relacionada à possibilidade de voltar. A categoria amigos e relações de amizade no Brasil surgem, constituindo, portanto, o segundo aspecto no qual perturba a decisão de voltar.

* Fundação Antonio Agostinho Neto (FAAN) Texto disponível em:
<http://www.agostinheneto.org/index.php?option=com_content&id=561:desterro>. Acesso realizado em 12/08/2015.

Sem dúvida, eu tenho mais amigos brasileiros, muitos dos quais conheci ainda quando era estudante universitário, depois de terminarmos a graduação, muitos foram aprovados nos concursos públicos, outros colegas e amigos e eu continuamos na universidade para fazer pós-graduação, mas a gente mantém contatos, às vezes por facebook, através de telefone ou através encontros esporádicos nos eventos sociais e acadêmicos. E, quando comecei a trabalhar, as peladas de fins-de-semana, então, eu fiz muitos amigos brasileiros e reconheço o carinho e a confiança deles, eles foram importantes e continuam a ser (COBOVERDIANO Fortaleza/CE Entrevista 08/07/2015).

Concordamos com a afirmação da iminente antropóloga inglesa Diana Mata Condesal de que a “plausibilidade da migração também pode ser mensurada na sua dimensão afetiva, relacionada ao fato de pessoas de realidades culturais distintas terem um com o outro uma amizade que possui um sentimento social recíproco, de lealdade, compreensão, confiança e proteção”⁵⁹. Grande parte dos nossos interlocutores afirmou que seus amigos são partes de referências fundamentais na dimensão afetiva de sociabilidade e de orientações de natureza social, na medida em que são através deles que obtiveram as primeiras ideias sobre alguns aspectos da realidade social local, sobre determinadas histórias das cidades e vários outros ensinamentos, isto é, propiciaram a descoberta de alguns valores culturais e atitudes simples de comportamentos estruturados no cotidiano do povo nordestino que foram paulatinamente somadas à leitura do mundo a partir das experiências anteriores.

A maioria dos entrevistados considera fundamentais as primeiras amizades uma vez que estas permitiram fortalecer as bases do elo subsequentes com o novo lugar e se tornaram determinantes para perceber em que direção cada um pode seguir se, no sentido de voltar ou na direção de adiar a volta. Selmira é caboverdiana, estudou na cidade do Recife e depois se transferiu para Fortaleza, lembra a primeira vez que foi à casa da sua colega da turma:

A gente se conhecia, a menos de um ano na universidade. Ela sempre dizia: “os meus pais vão amar você”, convidava, chamava para ir a casa dela, até que um dia resolvi ir com ela conhecer a família. É uma família de classe média alta recifense. Nunca esqueço o carinho e atenção que aquela família me deu, a amizade só cresceu, ela me levava para a Igreja, passava fins-de-semana e feriados no sítio deles... Hoje eu acho uma *mais-valia* ter os amigos que tenho e contribuíram muito para que eu pudesse me manter emocionalmente longe da família só com 18 anos e, compensar a ausência

⁵⁹ Procesos Sociales y Económicos Transnacionales, Remesas y Desarrollo, (In) movilidades Humanas, Antropología de la Alimentación en contextos de migración. Disponível <http://www.migrantologos.mx/index.php/integrantes/36-diana-mata-codesal>. Acesso realizado em 20/11/2015.

dos meus amigos com os quais separamos (SELMA-Fortaleza/CE Entrevista 06/07/2015).

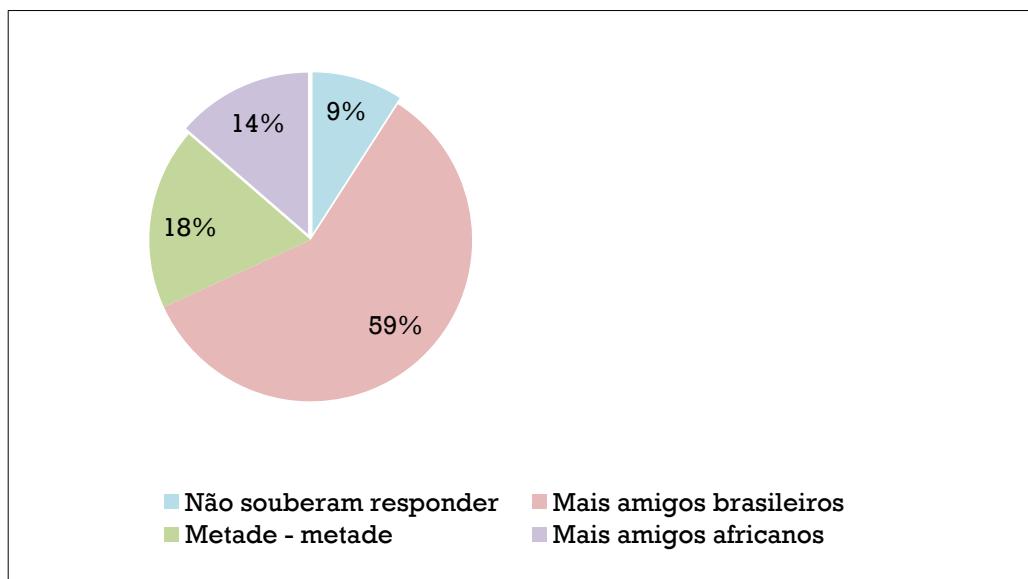
... Eu continuo no Brasil também porque sei lá, acho que tenho muitos amigos aqui, tenho com eles uma relação de irmandade, de atenção, aqueles amigo/as que chamam você de “irmão” “irmã”, que você pode contar mesmo, às vezes imagino dificuldade para lidar com essa falta deles (CAROLINA-Recife/PE Entrevista 23/01/2015).

Para alguns ex-alunos de PEC-G, a certeza de ficar no Brasil foi intuída também através de otimismo nas redes de relacionamento social, nos contatos intensos e regulares com os amigos brasileiros. Helder é amigo de Zenão conta:

Eu tenho amigos. Eu tenho amigo advogado, tenho amigo médico. Teve um amigo quase irmão meu, uns tempos atrás, saí com meu carro, quando estacionei chegou dois caras com revolver levaram o carro e documentos, um dia depois chegou a polícia para me prender porque meus documentos foram encontrados na cena do crime, a polícia prendeu-me levaram para a delegacia; não sei o quê, aí vai eu ligar para o meu amigo advogado e chamaram outros amigos meus todos de Fortaleza. Foram na delegacia, pagaram a fiança e me liberaram, uns dias depois perceberam que tinha registrado boletim de ocorrência sobre assalto em outra delegacia; isso foi meu álibi. Tratava-se de uma situação muito constrangedora, aí pedi, então, que restituíssem o dinheiro de fiança; até hoje nada mano, perdi três vezes, perdi meu carro, fui preso e não deram dinheiro de volta para que pudesse reembolsar os amigos. “Bem, só quero dizer que, não tenho amigo de Cabo Verde que faz isso, cara”, é um defeito nosso da Ilha (caboverdiano/Fortaleza - 08/07/2015).

Este caboverdiano, disse sentir-se bem com os fortalezenses e, afirma: “com quem eu tenho convívio hoje, eu já encaro como irmãos, hoje eu posso dizer que, praticamente, eu me sinto em casa.” O gráfico a seguir reflete bem o convívio dos africanos em questão com os brasileiros.

Gráfico 4. Ciclo de amizade entre africanos e brasileiros



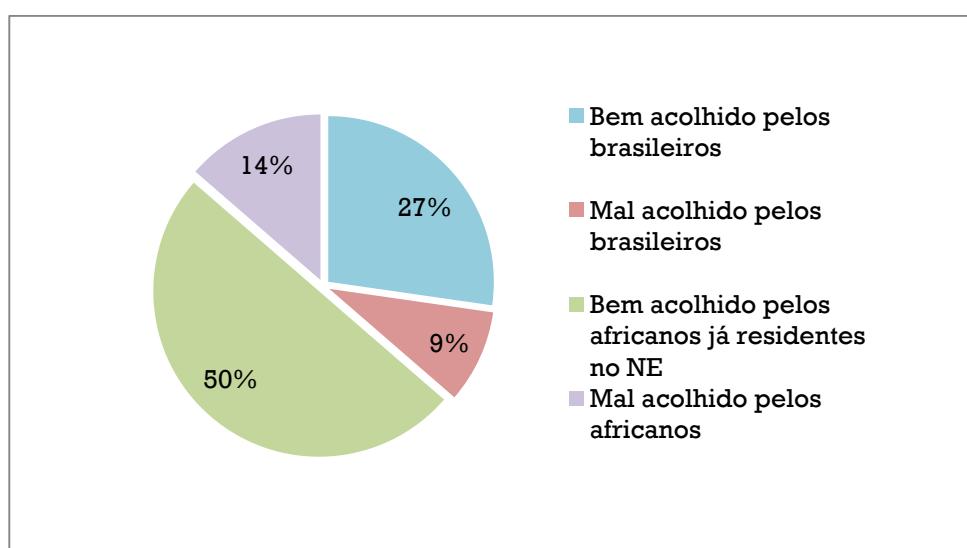
Mais da metade dos entrevistados afirmaram que se relacionam quase exclusivamente com brasileiros. O fato é que maioria dos atores inquiridos chegaram ao Brasil com menos de 20 anos de idade, estando alguns já com 50 anos, parece por isso, o tempo e o convívio permitiram que houvesse o estabelecimento de uma relação de qualidade com evidência, no fato de reconhecer seletivamente no baiano, fortalezense e no recifense, a amizade verdadeira, atributo necessário no qual julgam ser parte destas âncoras “sagradas”, que tem peso emocional no tocante a ideia de voltar. Essa rede de afetividade começou a ser constituída ainda na universidade e envolve, às vezes, pessoas que lhes aparecem pelas indicações de conhecidos a partir de relações profissionais ou de prestações de serviços que acabam por ter um apreço muito grande e vice-versa.

É uma tristeza dizer para essas pessoas que você vai voltar porque vai ser um divórcio, porque eu tenho uns clientes que confiam em mim, tenho um cliente que tem um apreço muito grande pelo trabalho que eu fiz para ele. Às vezes, é muito gratificante, clientes chegam aqui chorando e voltam sorrindo. Por exemplo, eu faço previdência social, é uma área que a pessoa trabalhou, precisa se aposentar, mas não consegue devido obstáculo burocrático, então, quando ela consegue todo mês receber esse salário, o governo pagando. E você o vê, dando risadas e, começam aí a tratar você com carinho, ganha confiança e eles indicam assim outros clientes, eles apareçam aqui, assim, confiantes e dizem: ‘Drº, o senhor foi indicado, foi muito bem indicado, tive boas referências do senhor’; isso é gratificante, então, vai ser um divórcio de você poder dizer: epa! Eu vou deixá-los! Mas, enfim, se o momento exigir de eu ter que abandonar isso, eu vou sofrer, mas

não será uma dor além do que eu possa suportar (ANGOLANO-Salvador/BA Entrevista 19/01/2015).

Patriota, por sua vez ressalta a amizade que sente por seus colegas do trabalho com os quais compartilham momentos importantes como as articulações sindicais de melhoria de condições de trabalho e salário, participam em protestos públicos, discussões sobre questões dos movimentos sociais, entre outros lugares de interação regular. No entanto, considera as circunstâncias simbólicas significativas onde, às vezes, se quer haja distinção entre si incluindo-se reciprocamente em representações coletivas de pertencer à sociedade como um todo. Para se ter uma ideia da importância dos seus amigos no cotidiano destes africanos no Nordeste, bastou-se perguntar se os nordestinos lhes acolheram bem, portanto, o “sim”, era uma resposta homogênea. Miranda explica que: “o nordestino tem essa tradição de acolher as pessoas de fora, tem esse calor humano de acolher, sem dúvida”. Isaltina revela: “eles têm uma imagem negativa da África e, já chegam falando sobre a guerra, miséria, fome e doenças, mas é um povo que se aproxima muito do desconhecido e não mede esforço de apoiar e ajudar”. Já Solange, reconhece o caráter afável dos nordestinos, mas queixa-se do excesso de barreiras nas instituições formais, principalmente com os estrangeiros. Você foi bem recebido no Brasil? Como se pode perceber na análise do gráfico abaixo, alguns entrevistados neste trabalho afirmaram que foram bem recebidos na chegada, independente dos problemas que surgiram devido à falta de orientação inicial. Alguns confessaram que não foram bem acolhidos, já outros alegaram que, apenas tiveram a receptividade dos colegas africanos.

Gráfico 5. Acolhimento no Nordeste do Brasil (%)



Importa ressaltar que, a primeira entrada dos entrevistados no Brasil ocorreu através dos seus vínculos com o PEC-G, sendo que até nos dias de hoje, em algumas IES do Nordeste não existe um aparato de acolhimento institucional para os recém-chegados, onde alguns são recebidos pelos seus colegas africanos já residentes no Nordeste do Brasil, independe da nacionalidade; outros procuram outras alternativas como: pousadas e pensionatos. No caso da Universidade Federal de Pernambuco, os estudantes estrangeiros, são proibidos de morar na residência universitária.

Assim, a partir desta dialética na dimensão relacional afetiva com os nordestinos, grande parte dos interlocutores afirmou que existe solidariedade entre eles e seus colegas de trabalho, como pode ser visto na fala de Leopoldo no trecho a seguir:

Sim, existe solidariedade! Se não fosse isso, talvez fosse mais difícil de trabalhar aqui, porque ser estrangeiro significade certa maneira que você não pode, às vezes, competir de igual para igual para com os cidadãos locais, querendo ou não os cidadãos locais tiram certa vantagem porque são daqui, mas enfim, tem lugares, instituições que a gente sente mais dificuldade e outra a gente sente menos dificuldades. Nesse sentido, eu estou aqui há 20 anos e eu vivenciei essas dificuldades, mas consegui superar, porque consegui solidariedade dos colegas de trabalho, uns não. Na vida a gente tem aceitação de uma parte, de outra não, então, o não e o sim andam juntos, a gente vai aprendendo a viver dessa forma (LEOPOLDO-Recife/PE Entrevista 04/04/2015).

Não obstante, reparamos entre os africanos a existência de uma forte tendência heterogênea em relação às respostas decorrentes da pergunta sobre o que mais lhes chamam atenção no Nordeste do Brasil. Para cinco dos nossos entrevistados, o Nordeste é a região mais periférica do Brasil, sendo que ficar em Fortaleza, Salvador e Recife se deve pelo potencial de crescimento da região, em termos de ensino, ciência e tecnologia, pois, se compararmos com a região sul e sudeste, por exemplo, o Nordeste necessita mais de pessoas qualificadas. Sendo assim, há nesta região possibilidade de maior enquadramento de mão-de-obra qualificada, assim justificam por bem ou por mal sair da periferia da África para estudar e depois ficar na periferia do Brasil.

Mas, para os restantes dos inquiridos, o que de fato chama atenção no Nordeste é a simplicidade e alegria do povo. Humberto destaca: “o que mais me chama atenção nesta região, digamos assim, é realmente a similaridade com muitas regiões do continente africano, a religiosidade e a informalidade do povo. Já tive a oportunidade de experienciar tanto no Ceará como em outros Estados nordestinos”. Patriota, ressalta a espontaneidade dos nordestinos: “aqui as mesmas expressões utilizadas na rua são as mesma que você escuta na

aula, isto é bom”. Gaspar ilustra a semelhança no clima e culinária nordestina, nomeadamente com África Ocidental. Nas palavras de um moçambicano:

O povo nordestino tem uma longa história de sofrimento. É herdeiro da história perversa da colonização portuguesa no Brasil, escravidão, discriminação e a seca decorrente da cultura canavieira; realidades que tem muito haver com a “África Portuguesa” e que a gente conhece muito bem. Apesar de todas as potencialidades, esta região ainda não conseguiu superar mazelas do seu passado. Assim como a África, o Nordeste foi encarado como região meramente de extração. Curiosamente, lugares como esse sempre tem um povo valente que luta para se superar a cada dificuldade que aparece (MOÇAMBICANO- Fortaleza/CE. Entrevista, 15/07/2015).

A história colonial do Nordeste e o passado colonial dos PALOP contêm amiúde aspectos aparentemente idênticos da memória que refletem nas nossas tradições, no comportamento e na educação na contemporaneidade. Tais aspectos históricos parecem fazer com que nossos interlocutores compreendam os problemas numa perspectiva mais ampla como também de uma lenta evolução; assim como os processos de mudanças, o que lhes permitem fazer um balanço mais seguro e, sobretudo mais inteligível da região e do povo do Nordeste brasileiro.

Nas regiões metropolitanas das três grandes cidades nordestinas pesquisadas, nos ambientes de trabalho e nos diversos grupos sociais, os africanos não só revelam ter encontrado valores, atitudes e comportamentos dos nordestinos que celebram como as de amizade verdadeira; mas também como atores sociais que admitem terem compreendido bem a história do Nordeste. Desse modo, pode-se afirmar que a história não é um simples olhar deitado sobre o passado, mas pode ser uma das ferramentas poderosas da compressão do presente e motivo de uma atitude política efetiva.

A dupla influência da colonização e do governo pós-colonial parece impelir muitos africanos a manter o ímpeto para o engajamento político em relação aos seus países, sendo de alguma forma limitada pelos seus deslocamentos geográficos em relação as suas sociedades de origem e; ao mesmo tempo se veem “impossibilitados” de voltar ao país pela decisão pessoal, como para suprir lacunas, eleger as suas referências para uma ação política dentre um leque infinito de problemas sociais existente no Nordeste, nos quais se identificam e criam vínculos potenciais de resistência a partir das experiências anteriores acumuladas. Essas experiências os ajudam a alimentar a consciência individual em participar nos projetos de intervenção social ou de voluntariado, nos quais não apenas permite impulsionar mudança social, como também ajuda de alguma forma, a conquistarem espaço, estabelecer vínculos

afetivos, conseguir tranquilidade emocional e consequente reconhecimento da sociedade e do sistema como um todo.

Já três anos, trabalho com cerca de setenta jovens que procuram apoio no projeto da prefeitura de Fortaleza, voltado para recuperação de meninos vítimas de efeitos perversos de drogas; não é um trabalho que alguém vai dizer assim: este é o emprego da minha vida, porque o retorno financeiro é muito pouco, mas a sensação de estar envolvido com jovens e tentar ajudar cada um se livrar do vício e despertar nele a vontade de voltar para a escola não tem preço (guineense-Fortaleza/CE Entrevista 17/07/2015).

O terceiro e último fator exposto por nossos interlocutores que, segundo o qual também sobrepõe à decisão de voltar, relaciona-se com os fatores manifestos no domínio sócio-político nos seus países de origem. Se refletirmos sobre vários aspectos que levam a permanência dos egressos do PEC-Gno Brasil, poderá questionar-se se os aspectos que de fato determinam esta permanência são verdadeiramente pessoais, decorrentes de algum tipo de satisfação encontrado no Brasil, ou antes, se os reflexos da decisão de ficar víncula-se fundamentalmente com os aspectos oriundos de problemas sociopolíticos dos países de origem em relação aos egressos. Já percebemos nas duas primeiras categorias, isto é, família e amigos apresentados atrás, que correspondem dimensões afetivas e simbólicas essenciais que contribuem na perspectiva de criar vínculos mais duradouros em relação ao Nordeste e em relação às cidades onde residem.

Neste sentido, examinar os percalços imbuídos nos fatores sócio-políticos, torna-se um passo fundamental para compreender a forma como os processos sociais nos países de origens pesam por estes atores e permeiam explicações sobre a decisão de adiar a volta. A maior parte dos africanos dos PALOP entrevistados noutras ocasiões, ou seja, nas pesquisas anteriores, relataram que um dos vetores essenciais que podia contribuir para a decisão de ficar estava ligado a problemas sociais e políticos, como já mencionado anteriormente, a exemplo: a crise política crônica na Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe; instabilidade social e crises econômicas em Angola, Moçambique e Cabo Verde. Algumas opiniões colhidas para este trabalho, não apontam efetivamente questões ligadas à precariedade institucional de alguns países como parte condicionante para ficar; todavia, outros dão tónicas na incipiente do campo para o exercício de sua profissão e, alguns igualmente assinalam o recrudescimento da instabilidade social e política em seus países que pode pôr em causa sua integridade, em caso de decidir a voltar. Leopoldo conta:

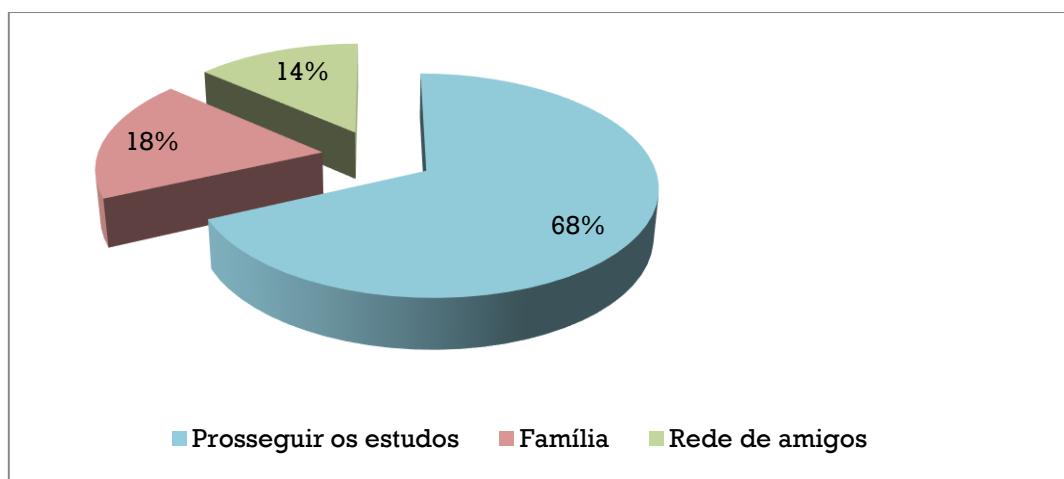
A gente é cidadão, essa cidadania faz manifestar o patriotismo, você quer voltar para ajudar; ajudar na medida em que o seu país te ajudou, por exemplo: na tua formação, ajudou no seu ser social em si, mas não no sentido de um sonho frustrado, ao invés de você contribuir, acaba com os dois sonhos em vão, porque você corre riscos de não ajudar ao seu país e, não ajudar a si mesmo (LEOPOLDO-Recife/PE Entrevista 04/05/2015).

Já Ana Mísia conta que se sentia insegura ao tomar qualquer decisão que pudesse facilitar a sua volta a Guiné-Bissau até os meados de 2010 e, explica:

[...] hoje estou otimista em relação à situação que se desenha no país. Eu estive pela primeira vez, no ano passado (2014), depois que saiu da Guiné-Bissau em 2000. Pude assistir o processo eleitoral, a campanha política e a eleição em si; eu nunca tinha assistido uma festa de democracia depois de 1994, ano das primeiras eleições democráticas no país, porque depois era só conflito político e militar. Mas agora parece que o cenário está mudando, às vezes, a gente não tem noção, de como esta se desenvolvendo nossa democracia e as relações entre os partidos e políticos. Hoje, apesar de ainda incipiente, me parece que o país está no caminho de amadurecimento democrático acelerado e, tenho esperança que os novos governos vão conseguir traçar bem prioridades do país que, a meu ver, são estabilidade política, social e depois busca o desenvolvimento econômico e, isso me dá um pouco de alento.

Entretanto, Leopoldo e Ana Mísia, guineenses que conquistaram graus de doutorado no Brasil se juntam com outros cinco interlocutores de Cabo Verde e Moçambique com graus de mestre e doutorado para anunciar que preferem continuar estar envolvidos com seus projetos de vida no Nordeste do Brasil, contudo, o desejo de voltar para a pátria continua latejando em suas mentes, expresso no gráfico a seguir.

Gráfico 6. Razões que fizeram permanecer no Brasil (%)



De maneira geral, os guineenses e os sãotomenses encontrados nas regiões metropolitanas de Salvador, Fortaleza e Recife foram unânimes em colocar, em partes, as razões acima descritas, sobre as quais estavam ligadas a decisão de adiar a volta, e garantiram que os problemas financeiros e a busca por melhores salários foram as que menos contribuíram nesta decisão. Os cabooverdianos queixam-se da falta de transparência das instituições estatais no processo de recrutamento de pessoas qualificadas para o acesso aos postos de trabalho. Zenão, nascido na Praia, conta: “nem pensar em tentar um trabalho se você não tem parente no governo central ou municipal”. Eles lamentam a falta de um mercado acolhedor em Cabo Verde. Por sua vez, os angolanos e moçambicanos entrevistados apresentam discursos heterogêneos no tocante à decisão de voltar. Entretanto, as queixas dos entraves políticos como razão para justificar o ato de ficar são menos acentuadas.

Casimiro acredita que: “retornar a Moçambique é hoje, acima de tudo, uma questão de tempo”. Luandina com seus três filhos vive há 27 anos em Recife e disse estar a acompanhar o crescimento econômico de Angola contemporânea, ela parece saber de tudo o que está acontecer na sua área de formação e das oportunidades existentes em seu país. Vale ressaltar que, nas últimas décadas, a dinâmica do crescimento econômico do continente africano, como um todo, tem chamado atenção e provocando uma profunda reflexão entre os economistas de todo mundo e das Instituições Financeiras Internacionais, alguns migrantes africanos com alto capital intelectual reconhecem essas crescentes possibilidades econômicas que emergem na “nova” África, isto é, do século XXI, em particular em Angola. Todavia, Luandina afirma: “o pior das guerras já passou, mas, eu vou esperar mais um pouco por aqui”.

Angola estava passando por uma guerra civil, quando concluí o curso; bom, um país que não é democrático e ainda em guerra, eu voltando para lá teria dificuldades, assim, por exemplo, exercer profissão de advocacia é impossível, até hoje a advocacia contenciosa não é muito bem vista, tanto que você vê que não há ações contra o estado. Isso revela que, nós não temos a cultura de justiça lá, nós temos a cultura de vingança, a cultura de poder, a cultura de monopólio e de pôr medo nas pessoas que não tem força (LUANDINA, 2015- Recife/PE).

De um modo ou de outro, a vontade de voltar predomina nos discursos dos entrevistados, independente da nacionalidade, alguns tiveram oportunidade de visitar o país em certas ocasiões e puderam perceber que o panorama está mudando, em alguns casos, o panorama é atraente. Ficar ou voltar? A grande maioria dos atores pesquisados possui pós-graduação, alguns têm poder satisfatório de aquisição ou possibilidades financeiras de fazer

inúmeras escolhas sociais e culturais no contexto local e internacional, outros constituem parte da classe média que ainda almejam uma satisfação trabalhista plena nas cidades onde escolheram para viver.

No entanto, quando confrontados sobre a questão de voltar e se há certeza de conseguir um bom emprego. Quase todos os inquiridos se tranquilizam quanto a isto, argumentando que, apesar de não terem nenhuma fonte de referência, 97% dos estudantes oriundos dos PALOP que vêm para o Brasil estudar, no Nordeste em particular, retornam aos seus países a pós a conclusão do curso de graduação, muitos dos quais conseguem com o tempo ascensão profissional considerável nos seus países de origem o que exprime, em parte, à expectativa em caso de voltar, a certeza de encontrar um bom emprego devido à larga experiência internacional ou pela aquisição de maior grau de qualificação profissional.

Apesar deste fato, são notórios os sinais de conflitos emocionais em relação à perspectiva de voltar. A meu ver, tais conflitos podem decorrer e serem traduzidos em uma pergunta: como voltar e fazer parte do país de onde partiu há tantos anos? Será que vale a pena arriscar-se na possibilidade de perder o pouco que custou tanto para ser conquistado? Entretanto, equacionar estas incertezas não tem sido tarefa simples. Magda ressalta:

O sentimento de retorno é sempre um sentimento recheado de dúvidas sobre o seu futuro. O futuro sempre é incerto, então, o que vai ser daqui para frente, é essa sensação que fica. Mas, ao mesmo tempo, de satisfação porque você vai encontrar a família, a satisfação de você estar perto dos amigos e, de conviver, de sentir o seu país (MAGDA-Recife/PE Entrevista 07/06/2015).

Para uma grande maioria, é consensual que o Brasil passa contemporaneamente uma crise política e econômica profunda iniciada nos meados de 2011, porém mesmo que este reverso econômico do país seja uma realidade no momento, não encontramos entre os interlocutores, manifestações explícitas de desejo imediato de um retorno definitivo. Curiosamente, esse fato não é justificado, supostamente, na possibilidade do Brasil ainda oferecer mais facilidades do que a maioria dos PALOP. Porém, acredito que se vincula, no entanto, aos processos sociais totais, ou seja, os africanos entrevistados sentem as cidades por onde vivem como fazendo parte delas; não necessariamente como lugares de trânsito imediato, mas como espaços, onde parte substancial de suas dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais se manifestam totalmente, dependendo do lugar que cada um ocupa no campo social e no mercado de trabalho.

De forma inédita, investigamos as intensidades dos vínculos sociais desta população no Brasil, perguntando se acham corretas por não terem voltados para seus países de origem e contribuir para o desenvolvimento social e cultural. Os resultados possibilitaram reafirmar algumas evidências empíricas heterogêneas já apontadas por estudo anterior, no que diz respeito à existência de um sentimento ou de uma obrigação moral de contribuir para o país de origem. Os africanos dos PALOP acreditam que, a questão não se vincula mais em trocar quadros coloniais, mas buscar a formação de pessoas para que todos consigam um espaço no mercado nacional e internacional. Contudo, constatou-se a persistência de certos valores e decisões ao lado de outros que mudaram ou foram ofuscados ao longo do tempo.

Eu não acho que seja correto nem incorreto, eu acho que é uma questão de tempo e, também não pretendo ficar no Brasil pro resto da minha vida, tanto que a médio ou longo prazo... Um dia sim eu vou retornar a Guiné-Bissau, só não tenho uma previsão de data, uma previsão exata, mas eu acredito que um dia sim eu vou retornar (DEPOIMENTO DE UM GUINEENSE EM SALVADOR, 2015).

... Já tive esse peso na consciência de querer participar, de apoiar na ideia mesmo da nação angolana, mas o tempo passou o mundo hoje é globalizado de forma abrangente, não interessa mais onde a gente nasceu; hoje o lugar da gente é onde a gente se sente melhor, então eu me sinto bem melhor aqui em Recife e vou continuar vivendo aqui; a terra é uma só, então, contribuindo aqui ou, contribuindo lá é a mesma coisa; eu estou contribuindo para o povo da terra, isso de alguma forma atinge Angola (DEPOIMENTO DE UM ANGOLANO EM RECIFE, 2015).

O fator tempo de estadia no Brasil, associado à aquisição da alta qualificação é simbólico, assim como a consolidação de inserção laboral não foram ganhos suficientes para atenuar o desejo de Solange de um dia poder participar no desenvolvimento econômico de Cabo Verde. Ela afirma que, às vezes se sente menos patriota por não ter um projeto próprio para o país, em decorrência disto, lamenta:

[...] essa é uma falta que eu sinto, meus irmãos e eu saímos com o mesmo propósito de se formar e voltar para Cabo Verde, contribuir com o desenvolvimento do país, mas infelizmente foi o curso da vida, as possibilidades foram surgindo longe; eu fui aproveitando essas possibilidades que eu não teria em Cabo Verde, mas eu me sinto em falta com o país e com minha ilha, em poder contribuir com alguma coisa; até tento de alguma forma contribuir via trabalhos acadêmicos relacionados a Cabo Verde, mas eu também me deparo com dificuldades, por exemplo, estou a dois anos, tentando conseguir o censo de Cabo Verde, mas eu não

consigo porque eles não divulgam algo que é tão comum em outros países. Áí fica difícil desenvolver alguma pesquisa que favoreça Cabo Verde, mas infelizmente tem essa carência (SOLANGE, CABOVERDIANA, 2015).

Há quatro entrevistados que também compartilharam os mesmos sentimentos com os seus respectivos Estados-nação e, defendem implicitamente a ideia segundo a qual se faz mais sentido voltar à pátria e dar contribuição para o desenvolvimento social e econômico do país.

Os relatos apanhados revelam a realidade singular desta categoria de imigrantes e, conclui-se que, as suas experiências na diáspora parecem estar fortemente atravessadas pela presença constante do Estado a partir de um sentimento que os ligam direto ou indiretamente aos projetos nacionais dos seus países e simultaneamente percebe a ausência do mesmo em suas trajetórias, impelindo-os a busca do equilíbrio social com a tônica nos estudos, na constituição da família, na capacitação profissional e na estabilidade econômica, contando com amplo apoio de suas redes constituídas, mas, tendo como base a aquisição de educação superior e do processo de qualificação acadêmica contínuo, tornando-se estas, obrigatória para alcançar este equilíbrio numa sociedade moderna altamente competitiva no sentido mais amplo. Uma vez graduados ou licenciados devem voltar ao país, mas o prolongamento dos seus estudos em nível de pós-graduação contamina esta decisão como também a de promessas anteriores com Estados-nação, dado que o tempo contribui para mudanças nas suas vidas e a terra de origem se torna um lugar de incertezas, deste modo fomenta-se opções de ficar, ainda que essa decisão costuma ser anunciada como infinitamente temporária, curiosamente menos se fala em projetos de migrar e galgar a vida nos países desenvolvidos – União Europeia e os Estados Unidos. Na análise e no exame de relatos, chegou-se igualmente a conclusão de que, a decisão de ficar não pode ser explicada sem, no entanto, recorrer ao peso que o mercado de trabalho exerce sobre esta decisão.

Ademais, contemporaneamente, é no mercado de trabalho que o sujeito qualificado consegue sua estabilidade social, econômica e certo reconhecimento social em função do seu trabalho. Contudo, reduzir a decisão de ficar destes africanos no Brasil, exclusivamente a questões laborais, implica aceitar uma limitação analítica e, ao vincular suas permanências meramente ao mercado de trabalho é permitir igualmente uma restrição teórica e política dos seus processos sociais no país.

A grande parte dos inquiridos justifica a prorrogação da volta aos seus países de origem, dando tônica às questões sociais, afetivas e nas oportunidades culturais que emergiram no país e nas cidades nordestinas onde frequentaram suas formações acadêmicas, e não unicamente por uma lógica economicista e mercadológica, o que ressalta a evidência de

que seus processos e motivos de ficar é heterogênea, multifacetada e carregada de emoções pessoais, de dinâmicas sociais e políticas, reforçadas e evidenciadas pelos seus comprometimentos com problemas sociais encontrados nas cidades nas quais optaram ficar, exigindo deles como que uma espécie de retorno cívico externalizados por meio de atitude política e ações concretas de cada um para mudanças.

A verdadeira grande questão para o debate que deve tomar primazia, neste posto de uma migração que era temporário deva ser superar barreiras persistentes em muitos contextos relacionadas o direito ao pleno exercício político, no caso dos ex-alunos africanos do PEC-G que permanecem no Brasil, não obstante, reivindicam este direito, queixando-se deste modo, das políticas tradicionais da migração que tendem a incorporar e classificar esta permanência a partir das teorias neoclássicas da migração também como uma simples força de trabalho, ainda que qualificado para a reprodução do capital. A ausência de uma atitude política que apostasse na reafirmação dos seus direitos e do pleno exercício da “cidadania social”, isto é, de abolir determinadas restrições políticas impostas a quem não é nascido num determinado país. Este parece ser o ideal anunciado por defensores de uma da suposta lógica do atual processo de globalização, latente nos inquiridos no qual parece que a espera vai ser longa.

Para alguns egressos do PEC-G, a “cidadania” reivindicada foi adquirida pelo longo período em que estiveram sob processos da educação superior dentro das Universidades Federais Brasileiras, entidades públicas, pluridisciplinares, com formação de quadros dentro de uma matriz curricular afincada na essência cultural e na lógica de fazer cidadania nacional, donde sai ou se espera sair cidadãos habilitados para atuar na vida pública nacional e internacional assim como para pesquisa e extensão. Esta propicia o domínio e cultivo do saber humano e a preservação de valores e do saber local.

Para alguns atores entrevistados, a falta do reconhecimento de um tipo de cidadania social adquirida e penetrante continua a enfraquecer as dimensões de suas pertenças culturais e o desejo de uma ação política incisiva nesta diáspora permanece, no entanto, com tais ímpetus políticos e com pouca possibilidade de externar efetivamente, faz com que enxerguem constantemente seus lugares de nascimento como único terreno no qual podem, enquanto pessoas qualificadas e com visão crítica das sociedades e seus diversos sistemas, cumprir não apenas determinados aspectos da cidadania, mas também exercer parte importante da vertente humanista do ser social; eis, então, o sentimento que parece assegurar parte da ideia de que: “havemos de voltar”.

O Estado, através de suas instâncias políticas e jurídicas deveria, segundo eles ir à via de tratar os egressos do PEC-G que, por motivos diferentes, ficam no país na sua complexidade multidimensional, incluindo aqueles que ingressam no serviço público de forma transversal e universalista, permitindo assim uma consolidação de seus processos de re-inserção como um ativo para o desenvolvimento cultural, social, econômica e político da sua nova cidade e sociedade. Os interlocutores encontrados nas capitais nordestinas testemunham que, além da inserção no mercado de trabalho, são pessoas comprometidas com os problemas sociais, gostam das redes de amizades constituídas e têm cosmovisões que compartilham a cada instante nos seus círculos sociais, culturais e laborais.

É preciso ressaltar que, uma vez olhando para seus diferentes países de origem, constata-se que alguns desses africanos têm medo de largar o pouco (ou muito) que conseguiram ao longo do tempo no Nordeste do Brasil. Não faltam razões, talvez mais objetivas, para justificar o indeferimento da volta e da teimosia em ficar. Deste modo, teimar em ficar, muitas das vezes está associado a uma procura de valorização do currículo científico, pois, mesmo nos dias atuais, ainda é comum que o nível máximo esperado ou admitido na maioria dos PALOP seja o título de graduação superior: bacharelado ou licenciatura. Isto pode parecer algo de menor importância, mas serve de indicador para mostrar que o sistema de enquadramento profissional nos países referidos não está preparado para receber pessoas, por exemplo, com pós-graduação, como são casos de grande parte dos inquiridos. Apresenta as evidências através de discursos de casos de especialistas vítimas de uma inserção e aproveitamento inadequado nos mercados de suas terras, sendo negado a estes a possibilidade de fazer carreira profissional.

Muitas das atividades que são ofertadas para os atores que voltam aos seus países – onde uma parcela destes já de posse da pós-graduação – são quadros de serviços bem abaixo das suas qualificações, podendo ser exercido por qualquer indivíduo que apresente um grau técnico. Isso culmina em certo ponto, em uma humilhação para os atores em questão, mesmo assim, a coragem de voltar pode ser de mais-valia ou um ideal necessário, uma vez que:

[...] aprender a se deslocar no espaço e no tempo, aprender outras histórias, educar o olhar com foco no presente, é, portanto, tornar-se menos ingênuo, é escapar na medida do possível de alguns constrangimentos e, é também o sinônimo da liberdade. A educação superior conseguido, continua valendo como garantia de acesso em todas as nações democráticas e lógicas econômicas contemporâneas. Porém os atores precisam reaprender a se deslocar, afim de sair do presente fixado, sair do entorno ou de um cerco, adquirindo outros interesses sem se alienar em relação a nenhuma deles (AUGÉ, 2010, p. 29).

“É preciso voltar, ir ver mais de perto e, não se nutrir exclusivamente de imagens, ou o simples “ouvi falar”. Foi com esta frase que, o presidente da Casa de Angola em Salvador abriu o diálogo.

Este historiador angolano defendeu a necessidade de mudança da narrativa sobre o processo de desenvolvimento da África, continente que tem conhecido nos últimos anos uma inversão econômica e social considerável, apesar da imagem negativa que ainda se tem do continente. Os africanos encontrados no Nordeste brasileiro revelam ter ao longo de suas graduações, executados projetos acadêmicos e culturais voltados para a desmistificação e reversão da imagem mítica ou “afro-pessimismo” que se tem da África no mundo, em especial no interior das universidades do Brasil. Estes defendem igualmente a necessidade de mudança de paradigmas e de discursos em relação ao continente negro.

Não obstante, Camilo qualifica a permanência dos ex-alunos do PEC-Gno Brasil como sinônimo de aceitação deste estigma que justifica o ficar de alguns quadros no exterior, concluindo que esta visão precisa ser combatida com fatos e não com mística, uma vez que as elites africanas encaram as mudanças com propostas concretas. Entretanto, vale ressaltar que, entre os africanos entrevistados, existem os que têm um entendimento de que, voltar agora pode transformar-se num pesadelo. Essa ideia não se trata de um exagero, na medida em que esta pesquisa revelou a existência desta psicose em três interlocutores, onde por esta e por várias outras razões preferem ficar, mesmo sendo preciso a encarar como um indivíduo “incompleto” no social, na política e, sobretudo, na cultura, ainda mais num cenário onde, talvez sua re-inserção efetiva jamais seja consolidada.

Por fim, conforme as palavras de Marc Augé precisamos de utopias, não para sonhar realizá-las um dia, mas para tê-las conosco e nos dar assim os meios de reinventar o cotidiano. Ficar ou voltar parece que, é uma decisão que cabe de maneira singular a cada um destes atores, podendo ser adiada quantas vezes for necessário sendo rigorosamente manifesto a inevitabilidade do ato quase teológico de decidir, ainda que, ficar ou voltar pode igualmente ser contagiado pelo racionalismo e otimismo da bipolaridade.

Parte 5

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, CÍCLOS POLÍTICOS E REGULARIZAÇÃO DE FLUXOS

5.1 – O Brasil e as políticas migratórias.

Durante muitos anos o Brasil foi quase que exclusivamente um país receptor de imigrantes, realidade que ocupou um lugar de destaque na literatura brasileira durante um bom tempo, nesta senda intelectual destacam-se os trabalhos de Diegues Jr (1964), Nogueira (1973), Hunter (1986), Beozzo (1992) e Paiva (2007). Nestas obras é reafirmada que, numa fase primária ou no período colonial, os portugueses foram os primeiros a aportarem neste território. A migração respondia ao forte interesse da Corte de Portugal.

Com a intensificação da realização de atividades econômicas, o Brasil passou a receber milhares de africanos trazidos de modo forçado para trabalhar como mão de obra escrava no cultivo da cana-de-açúcar. Segundo Jochem (1997) a partir da proibição do tráfico de escravos, em 1850, e diante da necessidade de mão de obra na agricultura e na indústria em formação, novos fluxos de imigrantes europeus foram recebidos no Brasil. Freitas (1999) estima que o Brasil, no período que engloba o final do século XIX e início do século XX, receptionou aproximadamente 4,4 milhões de pessoas, originárias, principalmente, de Portugal, Itália, Espanha, Japão e Alemanha. Nogueira (1973) observa que os japoneses, por exemplo, foram acolhidos a partir do início do século XX, sendo no período subsequente o fluxo migratório para o Brasil perde força.

A migração volta a ter papel expressivo no país na década de 1980, com o fenômeno migratório de brasileiros para o exterior, sendo os destinos principais: Estados Unidos, Japão e Paraguai. A estimativa do número de emigrantes brasileiros no referido período, segundo aponta alguns trabalhos varia entre 3 e 4 milhões fora do país. Anteriormente se destacava a recepção forçada ou planejada de fluxos africanos e europeus e mais tarde os asiáticos respectivamente. Importa destacar que, no caso dos europeus havia grande incentivo e até mesmo subsídios à imigração, como parte da política do Estado em busca de soluções laborais, mas também do “branqueamento” da população. De um período de recepção de grandes fluxos de imigrantes até a década de 1930, interrompido pela Segunda Guerra Mundial, seguiram-se algumas décadas de fluxos de entrada menos expressivos.

Entretanto, conforme referida acima é, a partir do final da primeira metade do século XX que surgem com evidência crescente os registros da emigração brasileira assim como a entrada dos imigrantes econômicos no país, exatamente como se pode perceber na atualidade.

De acordo com Carnier (2000) esta realidade, no referido período, se deu pelas mudanças e incertezas decorrentes da dinâmica internacional, principalmente na segunda metade do século XX, marcada essencialmente pela guerra fria. A partir de então, o país começou a transformar-se num potencial emissor de emigrantes, tendo como principal motivo a falta do emprego no país e uma perspectiva favorável de melhoria de condições de vida e bons salários nos países industrializados. Todavia, acrescenta Diegues Jr (1964) que este processo de deslocamentos em busca de condições de vida favorável já se verificava nas épocas anteriores através de fluxos de migrações internas dos brasileiros para as regiões mais industrializadas do país de dimensão continental.

Com base nesta introdução, pode-se afirmar apoando-se, em Diegues Jr (*ibidem*) que o Estado brasileiro devido à longa experiência, como receptor e emissor de migrantes, estiveram motivados pelo modelo de produção capitalista presente na época em questão nos países do primeiro mundo, identificou espaços privilegiados para instalação e fomento da produção industrial no país, resultando como consequência na migração maciça dos brasileiros de todas as regiões em particular das zonas menos favorecidas como Norte e Nordeste para as mais favorecidas, em especial o Sudeste; assim como do interior para o litoral. Por tal razão pensa-se que o Brasil contemporâneo tanto do ponto de vista social, como também do ponto de vista político, econômico e jurídico, consegue lidar da melhor forma possível com a problemática das migrações, ainda que, segundo observa Paiva (2007) que as circunstâncias e os condicionantes de migrações na atualidade apresentem alguns aspectos mais desafiadores para os Estados e governos, uma vez que a migração na contemporaneidade não se restringe apenas ao sexo masculino ou apenas por questões laborais como antes se verificava, nomeadamente nos meados do século XX.

Nas palavras do Sayad (1988) no que concerne a migração, a presença feminina em migrações internacionais sempre esteve vinculada a “reunificação da família”, tornando-se invisíveis os processos migratórios daquelas que se deslocavam sozinhas com seus projetos de migração econômica. O autor observa que, há especialistas que rejeitam a existência da predominância de migração feminina nos dias atuais, em relação ao passado. O relatório do Conselho de Estudo Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) revela que, contemporaneamente as mulheres são 48,6% dos migrantes internacionais, enquanto que na

década de 1960 esse percentual afigurava-se em 46,7%. Pode-se perceber que, numericamente, a mudança seja pouco expressiva. O mesmo documento enfatiza que, existem transformações e problemáticas específicas que atingem as mulheres migrantes, nem por isso pode-se falar com precisão sobre predominância de migração dos homens sobre mulheres.

Augé (2010) enfatiza que a globalização da informação sobre as diferenças de oportunidades na escala mundial, associada à modernização dos meios de transporte e de comunicação, fez crescer a pressão migratória. Para esse autor, primeiro a rapidez de circulação de informação, essencial para a tomada de decisões migratórias foi facilitada; segundo, os meios de transportes propiciam o fácil deslocamento, sendo este rápido, barato e com certa segurança. Por esses e outros motivos, o autor aponta a ação de redes de tráfico dos migrantes para os fins de exploração de todos os tipos que também promovem entradas de pessoas irregulares num país, visando obter benefícios de ordem financeira como um dos fatores que contribuem para o crescimento de viagens mais fáceis para todos os destinos.

Em decorrência deste fato, Castles (2000) sublinha que se não existir controle de fronteiras, pode emergir uma situação de migração maciça e sem limite, conduzindo à escassez do emprego e baixo nível de consumo dos países receptores, justificando a não adoção de uma perspectiva política de migração de porta aberta. A migração internacional parece estar se, tornando cada vez mais um fenômeno incontornável amplo, complexo e extremamente poderoso, acarretando a necessidade de controlar ainda mais - ou refrear um pouco – assim como de incentivar em alguns casos. Diante desta complexidade os Estados e governos se esforçam, de um lado para elaborar aparatos jurídicos eficazes no sentido de impedir ou controlar a entrada dos imigrantes, permanência, saída e deportação dos cidadãos estrangeiros em território de um país; de outro o próprio Estado tenta preconizar uma política de migração que visa integrar totalmente os estrangeiros com permissão para permanecer em território de um determinado país.

No caso brasileiro, em decorrência do crescimento econômico verificado na primeira década do século XXI e contínuo do fenômeno migratório, foram necessários ajustes para definir a situação dos imigrantes no país assim como adequar à forma de lidar com os estrangeiros, (estrangeiro aqui tem haver com a referência que Estatuto do Estrangeiro faz ao termo, isto é, todos os cidadãos nascidos nos outros países que estão no Brasil ou que, ainda por lei não adquiriram a nacionalidade brasileira). A legislação que pretendemos resumir a seguir estará de acordo com Estatuto do Estrangeiro existente desde que o Brasil começou a se apresentar como um país expressamente receptor, percebendo a entrada de diferentes

categorias de imigrantes, dentre eles imigrantes em trânsito, turistas, imigrantes econômicos, estudantes, entre outros que visavam adentrar no país para fixar e, em alguns casos, até servindo de mero lugar de trânsito, sendo necessário, em todos os casos, adaptações das leis, sempre no intuito de regular tais entradas, não no sentido de criminalização de quem vem de fora ou da imigração em si, mas no sentido de assegurar os seus direitos.

Neste sentido, grande parte de especialistas acredita-se que mesmo que as leis e as políticas de migração no Brasil fossem rígidas, as pessoas migram e, este ato não justifica qualquer paradigma de desrespeito aos direitos humanos em qualquer país. Pita (2003, p 57) enfatiza que, “os direitos de qualquer cidadania é, no entanto, intrínseco ao ser humano”. Falando em direitos, Arente (2000) demonstra que, no fundo, quase todo o cidadão sente imensa satisfação com a própria nacionalidade, porque emerge dela alguns direitos sociais, políticos e econômicos favoráveis, mas não há nacionalidade que possa estar acima das dimensões humanas. Uma cidadania universal não pode ser limitada nas fronteiras jurídicas ou econômicas erguidas a partir de uma visão igualmente limitada do próprio ser humano.

De acordo com, Amauri Mascaro Nascimento⁶⁰, professor de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a primeira tentativa sistemática de controle da imigração no Brasil foi destinada a reger a circulação de trabalhadores em função da sequência do processo de constituição do Mercosul, onde emerge a preocupação com a constituição de um mercado único na América latina. Dessa forma muitas pessoas, geralmente das nações menos desenvolvidas, sobretudo de países que integram o bloco econômico (Argentina, Paraguai e Uruguai), iriam desejar atravessar as fronteiras brasileiras em busca de melhores condições de trabalho, o que poderia culminar em desequilíbrio da participação estrangeira no comércio local. Isso levou segundo Nascimento a tomada da iniciativa por parte do Estado no sentido da regulamentação, estimulando não apenas a vinda de mercadorias e profissionais das mais variadas especialidades para atuar no mercado brasileiro, como também o Estado tendia a prevenir que a abertura fosse essencialmente para suprir as demandas econômicas internas de outras nações, tornando-se um movimento internacional de trabalho, para atenuar nos desequilíbrios geo-econômicos regionais e dirigidos ou compensados no Brasil mais rico no contexto latino americano.

⁶⁰ NORMAS PARA A CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES NO MERCOSUL. Disponível em www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/67301/69911. Acesso realizado em 18/março de 2015.

Segundo Patarra (2006, p. 90)⁶¹ durante os anos 1990, “os sul-americanos predominaram entre os imigrantes que chegaram no país, respondendo por quase 40% do total”. Este autor sublinha que, o início da década de 1990 testemunhou o término do interesse governamental na atração de imigrantes, conforme vimos atrás; este período inicial de migração foi caracterizado pela não-documentação dos imigrantes que se deslocavam por motivações econômicas e em razão das transformações das relações de trabalho, tanto no país de origem como no Brasil, emergindo assim a necessidade de uma nova legislação migratória.

De acordo com alguns especialistas de Direito de Trabalho, os aspectos que fundamentaram a nova regulamentação, afiguram-se: novas categorias de ingresso de trabalhadores no Brasil; condição de admissão; procedimentos e requisitos exigidos; prazos de permanência; proibição e causas de possível expulsão ou extradição; atividades permitidas ou proibidas; programas de incentivo ao ingresso de imigrantes com capital, sanções para os estrangeiros clandestinos; dentre outros. Mascaro Nascimento sublinha que no Brasil não há definição legal sobre migração econômica e, as regras do direito interno estão previstas na legislação comum no Estatuto do Estrangeiro. Desse modo, a migração econômica de pessoas, ou para outros fins - salvo algumas resoluções administrativas - é regida através das normas aplicáveis ao estrangeiro em geral, cujas origens são antigas.

Segundo este autor, o Código Civil de 1916, art. 30, declarava que “a lei não distingue entre nacionais e estrangeiros quanto à aquisição e ao gozo dos direitos civis”. Nascimento assevera que, o Decreto nº 18, de 11 de setembro de 1928, tornou obrigatório o passaporte, sob o impacto dos interesses da colonização e de restrições de exploração de minas e jazidas minerais. Por rigor do Decreto nº 18.926, de 1929 e do Decreto nº 18.871, do mesmo ano, foram incorporadas ao direito brasileiro as diretrizes da “Convenção sobre a Condição Jurídica do Estrangeiro” de Havana em 1928 cujo artigo 50 dispõe:

Os Estados devem conceder aos estrangeiros domiciliados ou em trânsito em seu território todas as garantias individuais que concedem aos próprios nacionais e gozo dos direitos civis essenciais, sem prejudicar, no que concerne aos estrangeiros das prescrições legais relativas à extensão e mobilidades do exercício dos direitos e garantias (Decreto nº 18.871).

⁶¹ PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana. *Mobilidade espacial da população no Mercosul*. Metrópoles e fronteiras. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 21 n. 60, 2006. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/rbcsc/v21n60/29762.pdf>. Acesso realizado em 18 de março de 20015.

Já o Código de Direito Internacional Privado - (Código Bustamante), ditas regras, onde o artigo I declarava que, “os estrangeiros regulares gozam no território, os mesmos direitos civis que se concedam aos nacionais”.

Patara e Baeninger (2006) afirmam que, a partir do início de 1930 a sequência das alterações não pararam, um exemplo disso foi o desenvolvimento de uma política de proteção à mão-de-obra nacional brasileira instituída através da legislação da União sobre migração e trabalho do estrangeiro. No início de 1942 valorizou-se um aspecto, a residência no país por parte dos estrangeiros independente da nacionalidade, visando à integração do estrangeiro no ordenamento jurídico do país. A Constituição de 1967 trouxe uma medida legislativa de regularização extraordinária no sentido de nacionalizar determinadas instituições no país, uma vez que a Constituição assim como a Emenda constitucional de 1969 art. 153, asseguram duas restrições encontradas, por Nascimento (*ibidem*) nos artigos 173, I § e 174, I e III e seu § 1º. A primeira refere-se aos comandantes de navios nacionais e a parte da tripulação dois terços, pelo menos desses navios, com reserva para brasileiros natos. A segunda diz respeito à propriedade e administração de empresas jornalísticas de qualquer espécie, inclusive de televisão e de radiodifusão, vedada a estrangeiros e às sociedades que tenham, como sócios estrangeiros, reservando-se a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa, das empresas mencionadas, a brasileiros nativos.

[...] O estrangeiro admitido no território nacional não pode exercer atividade de natureza política, nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do Brasil... Não pode organizar, criar ou manter quaisquer entidades de caráter político, ainda que tenham por fim apenas a propaganda ou a difusão, exclusivamente entre compatriotas, de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem [...] Não pode organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza. É lícito aos estrangeiros associarem-se para fins culturais, religiosos, recreativos, benfeiteiros ou de assistência, filiarem-se a clubes sociais e desportivos, e a quaisquer outras entidades com iguais fins, bem como participarem de reunião comemorativa de datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica (ESTATUTO DO ESTRANGEIRO, Art. 107, p. 25).

Este artigo não se aplica ao português beneficiário do Estatuto da Igualdade, ao qual tiver sido reconhecido o gozo de direitos políticos. A Constituição Federal de 1988 também atualizou o Estatuto do Estrangeiro no Brasil, destacando a Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1989 que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração, que alterara quase todo o Decreto dos anos anteriores sobre migração e trabalho estrangeiro no país. Nascimento (*ibidem*) observa que, a Constituição de 1988 consolida a Lei

do Trabalho, no artigo 352 e estabelece reserva de mercado com a denominada *lei dos dois terços* ao instituir uma proporcionalidade de empregados brasileiros nas empresas nacionais, segundo um princípio de nacionalização do trabalho devido a crescente internacionalização, resultante do Mercosul.

O Estado viu-se obrigado a proceder com algumas alterações na lei de modo a refrear, por um lado, a entrada de mais imigrantes, fazendo depender essas entradas das necessidades do mercado de trabalho, como traz a Portaria do Ministério do Trabalho nº 3.721, de 31 de outubro de 1990, que “emite instruções para simplificação dos procedimentos de mão-de-obra estrangeira”; a Resolução do Conselho Nacional de Imigração nº 25, de 25 de março de 1994, que “dispõe sobre concessão de visto permanente a estudantes estrangeiros admitidos para estágio no Brasil, mediante bolsas de estudo pagas por empresas ou instituições onde os mesmos realizarem os estágios”; e a Resolução do Conselho Nacional de Imigração nº 26, de 25 de março de 1994, que “dispõe sobre a concessão de visto permanente ao pesquisador estrangeiro que pretender se fixar no país para exercer atividade junto às instituições de pesquisas, ciência e tecnologia”.

Entretanto, pode-se afirmar que a política externa do Brasil na década de 1990 tanto a nível sub-regional como no plano intercontinental trouxe alterações profundas, abrangendo em linhas gerais a elaboração de Protocolos que tendia reger a regulamentação das diretrizes de migração dos estrangeiros no Brasil, não apenas cidadãos oriundos dos países membros do Mercosul como também os cidadãos dos Palop no âmbito, sobretudo, da constituição da CPLP, o que propiciou reflexos e aumento das migrações dos africanos para o Brasil.

O impacto decorrente do desdobramento destes acordos no contexto regional (Mercosul) e internacional (CPLP) atingiram o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80, art. 4º) que ao classificar as hipóteses de ingresso do estrangeiro no Brasil leva em conta os tipos de *vistos*, condicionando a prestação de serviços, assim como o ângulo não-trabalhista de classificação. Neste sentido, segundo Nascimento, o trabalho torna-se uma mera decorrência, mas não a causa de entrar no país, aspecto que não corresponde com o Mercosul, mas coadunava para época com grande parte das nações que integravam a CPLP, uma vez que esta também emitia imigrantes para o Brasil.

Deste modo, pode-se afirmar que a grande inovação de tais medidas vincula-se ao conhecimento da língua portuguesa falada no Brasil e a diversificação de tipos de *vistos* cujo processo de concessão de vistos para exercício de algumas atividades foi desburocratizado, passando a ser concedidos com menos documentação, tornando o processo

mais célere. Todavia, para a entrada de um estrangeiro em território brasileiro, os cidadãos de outros países, independente de fazer parte de um dos países da CPLP ou do MERCOSUL tem que cumprir um conjunto de requisitos, entre eles: ter posse de documento de viagem atualizado (passaporte com o respectivo Visto de entrada também atualizado). O estrangeiro deve provar ter meios de subsistência e condições de residência que lhe permita viver com dignidade no Brasil; não estar indicado como interdito ou procurado pela Polícia Internacional e ser possuidor de um visto válido adequado aos motivos da vinda para o Brasil.

Assim, o visto pode ser: de escala, de trânsito, de curta duração, de estada temporária e de residência. O interesse, para este trabalho são os vistos de estada temporária e os processos que os transformam numa estadia permanente. O Estatuto do Estrangeiro regulamenta diversas hipóteses de concessão de visto que corresponde a um a classificação de ingressos, são estas: 1º. *Trânsito*: para aquele que, para atingir o país de destino, tenha que entrar em território nacional; 2º. *Turista*: para o estrangeiro que vier ao país em caráter recreativo ou em visita e que não tenha finalidade migratória permanente nem intenção de exercício de atividade remunerada; 3º. *Temporário*: para o estrangeiro em viagem cultural, missão de estudos, viagem de negócios, artista, desportista, estudante, cientista, professor, técnico ou profissional de outra categoria sob regime de contrato ou a serviço do Governo brasileiro, jornalista de rádio, jornal, televisão ou agência estrangeira, membro de congregação ou ordem religiosa;

4º. *permanente*⁶²: ao estrangeiro que: a) pretenda se fixar no país, sendo que a migração tem objetivo de primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à política nacional de desenvolvimento em todos os seus aspectos, principalmente ao aumento da produtividade, à assimilação da tecnologia e à captação de recursos para setores específicos; b) que pretenda se fixar no país como investidor com recursos de origem externa; c) pesquisador que pretenda se fixar no país para exercer atividades junto a instituições de pesquisas em ciências e tecnologia (ESTATUTO do ESTRANGEIRO, 2013. Lei n. 7.180/1983).

O Artigo 1º da Lei nº 7.180/1983, dispõe que os estrangeiros beneficiados pelo registro provisório poderão obter a permanência no país, observada as disposições desta, a exemplo dos pais de filhos menores de 21 anos onde estes poderão receber a permanência no país. De maneira geral, no que se referem às migrações, muitas questões são tratadas na própria Constituição Federal. Por exemplo, à divisão de competências, tratada no artigo 22 da

⁶² Lei no 7.180/1983. Dispõe sobre a concessão da permanência no Brasil aos estrangeiros registrados provisoriamente. (ESTATUTO DO ESTRANGEIRO, 2013, p. 84).

Constituição Federal afirma que: “compete privativamente à União legislar sobre a nacionalidade, cidadania e naturalização” assim como sobre a “entrada, extração e expulsão de estrangeiros”. O mesmo artigo ainda define como competência privativa da legislação federal as questões referentes ao: “direito do trabalho” e “competência da polícia federal”. Esta última interessa particularmente aos imigrantes por ser o órgão responsável pelo atendimento dos imigrantes para o processamento de sua documentação brasileira.

No âmbito federal, os órgãos administrativos no contexto da atual divisão de competências de temas da política migratória no Brasil, foram estabelecidos a partir do Estatuto do Estrangeiro por intermédio da Lei nº 6815/80. De forma sintética e com base no Estatuto do Estrangeiro, pode-se afirmar que, as competências na gestão migratória são distribuídas de seguinte modo: Ministério das Relações Exteriores: concessão de vistos ao emigrante; Ministério do Trabalho e Emprego: concessão de autorizações para o trabalho ao imigrante, no caso dos vistos por trabalho; Ministério da Justiça, através do Departamento de Estrangeiros, órgão da Secretaria Nacional de Justiça, em parceria com a Polícia Federal: atuam na tramitação dos documentos relacionados com a residência temporária e permanente e, emissão da Carteira de Identidade do Estrangeiro (Estatuto do-Estrangeiro, 2013, p. 79).

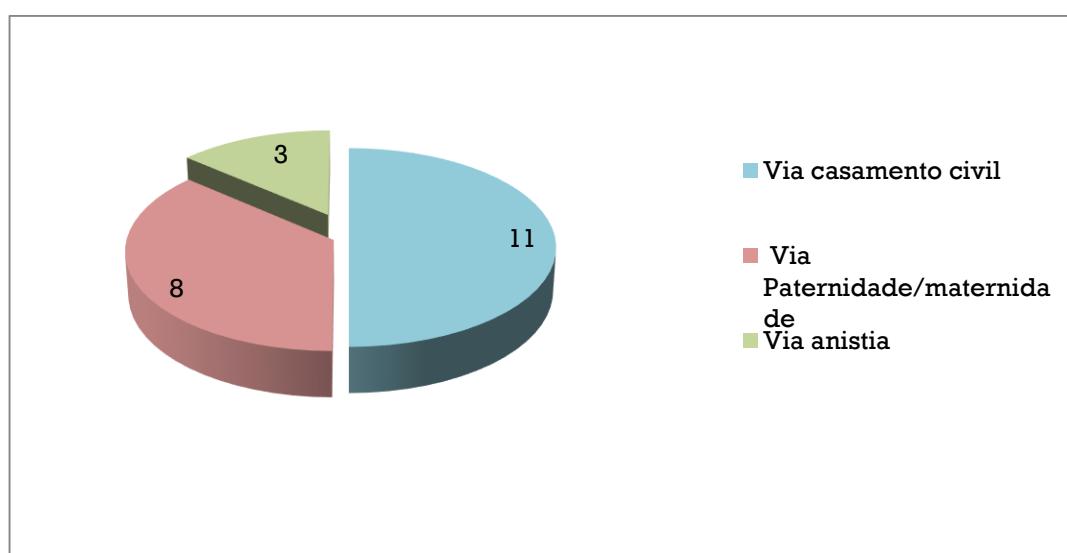
Importa ressaltar que, em relação à atuação dos agentes da Polícia Federal nos trâmites de documentos de imigrantes, predomina muitas reclamações dos africanos com os quais conversamos durante a nossa investigação. Estes se queixam de forma homogênea, sobre o atendimento no qual avaliam como de pouca civilidade, por vezes até discriminatória, a partir da sua origem nacional; enfatizam ainda o pouco profissionalismo dos agentes nas suas atribuições laborais. Para alguns dos nossos interlocutores a tramitação e concessão dos documentos deveriam, no mínimo, ser vinculado à luz da lei preconizada no Estatuto do Estrangeiro, uma vez que neste estágio não importa se prevalece o interesse nacional ou atenção a conveniência e oportunidade para o país.

Observa-se que, muitas questões importantes que surgem na concessão dos documentos para um imigrante não são previamente definidas, portanto, não consta no regulamento, deixando margens à avaliação exclusiva do agente, o que no mínimo gera uma dúvida jurídica e cria espaço para arbitrariedade, além do gasto de recurso e tempo para tantos deslocamentos. A experiência da pesquisa multisituada e de interlocução revelou que, estas interpretações a respeito das mesmas demandas variam, inclusive, de cidade para cidade e, até mesmo de agente para agente. Uma das evidências, no entanto, é a definição dos documentos

aceitos para comprovar de fato os requisitos previstos na lei para a transformação da estada temporária numa estadia permanente.

Os dados estatísticos que seguem abaixo revelam que nenhum dos nossos entrevistados conseguiu o Visto de permanência apresentando apenas o Contrato de Trabalho ou comprovante do exercício de profissão ou emprego justo e permitido ou a propriedade de bens suficientes de sua manutenção como justificativa plausível que lhe concede-se a permanência, ainda que a lei o contemple como uma das condições para tal:

Gráfico 7. Números e Formas de Obtenção do Visto Permanente



Ainda no que diz respeito às competências das questões migratórias, no Brasil, Lopes (2009, p. 91) afirma que, “os governos estaduais e municipais não são confiados quase que nenhuma responsabilidade em matéria de migração”, o que a nosso ver, afeta desfavoravelmente a vida do imigrante, uma vez que alguns possuem vínculos em termos de trabalho mais estreitos apenas com as instâncias governativas de unidades estaduais e municipais como na saúde e educação. Importa observar desde já que, em vários municípios brasileiros, em particular nas cidades onde a pesquisa foi realizada, um estrangeiro portador da Carteira Nacional do Cidadão Estrangeiro (RNE), emitida pela Polícia Federal se depara com dificuldades decorrentes do desconhecimento deste documento da identidade no comércio. Alguns dos nossos inquiridos relataram situações em que lhes foram inviáveis realizar qualquer tipo de transação ou compra de um produto ou prosseguir com as negociações no tocante ao aluguel de um imóvel, locação do veículo, entre outros,

principalmente quando há uma necessidade de uso do cartão de crédito no qual a transação somente é confirmada mediante apresentação do documento pessoal com a foto, no caso dos estrangeiros seria RNE, porém devido a falta de instrução dos agentes sobre este tipo de registro, nega-se o pedido, gerando desconfiança para quem oferece e gera desconforto para quem procura o serviço ou produto ofertado.

Quando perguntados se tais dificuldades relativas à identificação com RNE eram restritas apenas a transação comercial obteve-se como resposta um não homogêneo, argumentando-se que, até mesmo para efetuar determinados cadastros, inclusive nas plataformas ou páginas oficiais das instituições públicas estaduais e municipais disponíveis na internet, deparam com grandes dificuldades. Estas situações, a nosso ver, são consequências decorrentes da centralidade de gestão dos assuntos migratórios nas instâncias federais, assim como a forma muito tímida como a própria sociedade civil e classe empresarial, exceto aquelas que operam no ramo de turismo, participam ou avaliam no sentido amplo o Brasil contemporâneo no que diz respeito à maciça entrada e estadia temporária de pessoas ou permanência de outros atores oriundos de países diferentes nos quais são admitidos no território nacional, gozando de estatuto social distinto a do cidadão brasileiro.

No contexto internacional, o Brasil ratificou a maior parte das Convenções elaboradas pela Organização das Nações Unidas e pela Organização dos Estados Americanos (OEA), dentre estas, destaca-se uma das mais importantes para os migrantes, embora ainda não esteja vigente no Brasil, é esta a “Convenção das Nações Unidas sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, adotada pela Assembléia Geral da ONU desde 1990”. Em 16 de dezembro de 2010, a referida Convenção teria sido encaminhada ao Congresso para a aprovação e ratificação, as exigências de reconhecimento da condição de trabalhadores imigrantes e de suas famílias, nos termos da Convenção da ONU não são atendidas no Brasil, porém o texto desta foi arquivado no Congresso nacional.

Os que reivindicam a favor de uma alteração profunda da política migratória no Brasil apoiam-se no novo Projeto de Lei nº 5.655/2009 que deve - caso aprovado - modificar o Estatuto do Estrangeiro que está em vigor. Este documento é da Comissão de Direitos Humanos, Minorias, Sociedade Civil e Lideranças Migrantes. O texto visa essencialmente garantir o tratamento digno para os imigrantes e melhor gestão das questões ligadas à imigração no Brasil. Nas palavras de alguns estudiosos a nova proposta de Estatuto do Estrangeiro se adéqua as normas internacionais contemporâneas sobre a migração.

Em geral, a literatura brasileira de migração enfatiza a involução das normas destinadas a reger a migração no país, apelando para a necessidade de sua revisão em função do crescente fluxo migratório observado no começo deste século XXI assim como seus parâmetros não correspondem mais ao quadro da atual globalização, não apenas no que diz respeito a atender algumas exigências provenientes da comunidade internacional como também, cria obstáculos ao próprio avanço do capitalismo brasileiro no mundo que, se levarmos em conta a lei da reciprocidade entre os países, este fato tem indiscutivelmente reflexos negativos a demanda e aos objetivos dos brasileiros no exterior.

Dissemos atrás que, a Constituição Federal brasileira de 1988 trata também das garantias constitucionais às liberdades dos indivíduos. Em seu artigo 5º, esta assevera que: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, garantindo e defendendo tanto aos brasileiros como aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, além dos direitos primários, a Constituição brasileira garante diversos direitos sociais como educação e saúde, sem diferenciar o tratamento entre brasileiros e migrantes. Apesar disto, Lopes (*ibidem*, p. 79) verifica que, “existem algumas limitações explícitas de direitos aos não-nacionais brasileiros no texto da Constituição de 1988 como a proibição de votar e ser votado”. Em decorrência deste fato, os especialistas defendem uma nova Lei de Migração munida de mecanismos jurídicos capazes de dar resposta aos inúmeros problemas enfrentados pelos imigrantes, amparada no princípio de uma cidadania universal dos direitos humanos, eles lembram que, com efeito, que o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6815/80) vigente foi elaborado na época da ditadura militar, inspirado na doutrina da segurança nacional, impondo uma série de controles burocráticos e, restringindo alguns direitos e possibilidades sociais, políticas e econômicas aos estrangeiros residentes no Brasil.

Contudo, Lopes (*ibidem*) afirma que, há boas intenções entre alguns legisladores no Congresso Nacional que de fato têm interesse em discutir a temática, visando adequar ou até mesmo substituir o atual Estatuto do Estrangeiro, mas que acabam deparando-se com outras demandas políticas, onde se encontram receios de preconizar maior abertura - em especial aquela que pode permitir exercício político de um estrangeiro no país - consequentemente em razão disto, os debates em torno da política da migração se limita apenas na perspectiva de atualização de antigas normas estatutárias, por tal razão, os avanços em torno da referida temática ainda são modestos.

Para esse autor, a ideia de segurança nacional permanece como centro do pretexto de toda a burocracia do controle permanente dos estrangeiros. Lopes (*ibidem*) toma como exemplo o artigo 4º do Projeto de Lei nº 5655/09, na qual defende que a política migratória brasileira sempre esteve objetivada, primordialmente, na admissão de mão-de-obra especializada adequada aos vários setores da economia nacional, ao desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico, à captação de recursos e geração de emprego e renda, e a proteção ao trabalhador nacional. Porém, em relação possibilidade de um imigrante exercer atividade de gestão pública no país, ainda que possa ter um efeito didático para a política brasileira, esta nunca foi temática de discussão tão importante, como agora.

Lopes (*ibidem*) verifica a persistência em restringir os direitos políticos dos imigrantes no Estatuto do Estrangeiro, observando que:

[...] Os direitos políticos fazem parte do acervo de direitos de todos os cidadãos nos países democráticos. O seu reconhecimento para os migrantes é necessário para que estes realmente sejam partes da sociedade que os acolhe e, sintam-se como tal. Além de ser um direito inerente à democracia, que permite a participação de todos os habitantes de um território nas decisões correspondentes, também é um fator importante de coesão social, ao não permitir que existam cidadãos de diferentes classes (p. 79).

Alguns interlocutores deste trabalho, nomeadamente aqueles que exercem o magistério superior no Brasil, reivindicam o reconhecimento dos seus direitos políticos no país, a partir do argumento de que, gozam de uma cidadania adquirida na qual o Estado não a reconhece. Esta cidadania seria facilmente sentida e aceite se fosse levada em consideração o longo período de graduação e pós-graduação nas IES brasileiras, o que também tem sido uma reivindicação enfática dos egressos do PEC-G, uma vez que a possibilidade de exercer atividade político-partidária, incluída aí a organização, criação ou manutenção de associação ou qualquer entidade de caráter político, corresponde ao gozo da plena liberdade, sendo que qualquer regulamentação contrária é injustificável num Estado de Direito. Contudo, o Estatuto do Estrangeiro em seu Artigo 8º traz o seguinte trecho:

[...] o estrangeiro admitido no território nacional não pode exercer atividade político-partidária, sendo-lhe vedado organizar, criar ou manter associação ou quaisquer entidades de caráter político, salvo o *português* com o gozo dos direitos políticos no Brasil, conforme previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta (2013, p. 58).

Assim, apesar de constatar grande esforço na proteção e respeito aos direitos humanos no país, o que predomina na política migratória em suas disposições são os primados dos supostos interesses nacionais defendidas por alguns legisladores. Em relação à temática do voto assim como a hipótese da eleição do imigrante aos cargos públicos, o Brasil encontra-se na retaguarda de alguns países sul-americanos, que já reconhecem estes direitos políticos aos imigrantes. No Brasil a proibição do voto e da elegibilidade dos estrangeiros está determinada na Constituição Federal e acomodada sem nenhum retoque no Estatuto do Estrangeiro⁶³. Todavia, o Brasil surpreende o resto do mundo ao assumir uma posição crítica contra o Parlamento Europeu quando este aprovou em 18 de junho de 2008 a *Diretiva de Retorno* que estabelece procedimento comum para tratar com os imigrantes que permanecem em condições ilegais no espaço da União Europeia, violando vários direitos dos ditos imigrantes ilegais.⁶⁴

A Diretiva de Retorno elaborado pelos deputados europeus implantou um sistema duplo de regresso dos estrangeiros que vivem em situação irregular no espaço da União. Em primeiro lugar, será emitida uma ordem de regresso voluntária, para que o imigrante deixe o país da União Europeia no qual se encontra numa situação ilegítima; a diretiva prever um prazo entre sete e trinta dias para o retorno voluntário, sendo que o imigrante quando recebe notificação escrita poderá sair do território antes deste prazo predeterminado. Em segundo lugar, pode haver a possibilidade dos países alargarem o prazo previsto para a partida voluntária por um período adequado, tendo em conta as especificidades do caso concreto, tais como a duração da permanência, a existência de filhos que frequentam a escola e a existência de outros membros da família e de laços sociais estabelecidos no país. Uma das questões mais polêmicas da Diretiva de Retorno está relacionada com o internamento temporário que ocorre para fins de expulsão ou deportação.

Os termos da diretiva determinam que, os cidadãos estrangeiros em situação de ilegalidade podem ser objetos de ordens de detenção em um processo de expulsão para que se prepare o seu regresso, quando houver risco de fuga ou o sujeito ilegal estiver obstruindo ou dificultando o processo de afastamento do território da União Europeia. A Diretiva de Retorno determina que, na decisão de regresso de imigrantes ilegais serão acompanhadas de uma proibição de regresso ao território europeu.

A diretiva está em vigor desde 2010 e estabelece as normas para o retorno de um imigrante ilegal conforme descrito acima, inclusive com pena de detenção de até 18 meses.

⁶³ Ver art. 14 §2º e art. 14 §3º, I.

⁶⁴ Ver “Os paradoxos do tratamento da imigração ilegal na União Europeia frente à Diretiva de Retorno”. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/9664/5594>. Acesso realizado em 19 de março de 2015.

Porém, a diretiva tem sido alvo de muita crítica de várias nações que veem seus cidadãos detidos no espaço europeu sob precárias condições humanas a espera de deportação, a luz de normas diretrivas, inclusive brasileiras. Entretanto, para sustentar o discurso crítico, o Brasil precisa ajustar a sua própria forma de lidar com a realidade sobre a imigração existente no país. No entanto, por bem ou por mal, pode-se dizer que o debate sobre a política migratória e perspectiva de uma atualização já teve início.

Ademais, com base na análise do panorama geral da política migratória no Brasil, pode-se reafirmar que existem perspectivas de haver mudanças plausíveis nas próximas décadas deste século XXI, em especial nas formas de tratar o problema da migração no país, uma vez que existem grupos políticos, acadêmicos, pesquisadores entidades pastorais, movimentos sociais, grupos organizados assim como parte do poder público; todos atuando em diversas frentes e ações concretas sobre a questão migratória no Brasil. Somando-se a isso, há um crescente contingente dos imigrantes que parecem mais interessados em debater a problemática da migração, no sentido de ajustar as políticas migratórias e seus paradigmas. Dentre as ações realizadas, destacam-se o Seminário realizado em dezembro de 2012, pelo Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante, vinculado ao Instituto de Relações Internacionais da USP, sob o tema: “Por Uma Política Municipal de Migração: em Defesa da Vida e da Dignidade dos Trabalhadores Imigrantes e seus Familiares”, resultando na criação de um gabinete de coordenação de política migratória na prefeitura de São Paulo.

Outras questões de extrema importância que estão tendo destaque são as iniciativas de promoção ao acesso à educação e saúde dos migrantes; assim como a discussões sobre questões de Gênero e Criança. Esta última apresenta evidências que podem ser atestadas pelos números crescentes de crianças estrangeiras nas escolas públicas e privadas do país. É igualmente notório, o interesse da parte da sociedade brasileira pela diversidade cultural.

Ainda do ponto de vista cultural, a entrada de pessoas vindas de várias partes do mundo não somente enriquece a sociedade que as acolhe como também abre outras perspectivas culturais e educacionais para as crianças nas escolas do Brasil, ao trazer até elas os sotaques, as artes, as religiões, as suas gastronomias, as suas músicas, dentre outras características. A interculturalidade no ambiente escolar pode trazer a reciprocidade em termos de enriquecimento cultural entre os nacionais e os estrangeiros, essencialmente quando esse processo de interação ocorre no campo social e escolar e no mercado de trabalho. Nestas esferas interativas todos têm possibilidades de experimentar a diversidade na forma de pensar e agir, atitudes que em muito dos seus aspectos são efetivamente transmitidas pela cultura.

Portanto a novidade reside na interação com recém-chegado e nas orientações mútuas, assentes, enfim, na cultura.

A temática migratória e a presença do outro parece estar adquirindo *status* e visibilidade, levando muitos especialistas a acreditarem no que chamam de “Nova era da Migração no Brasil”. No nordeste brasileiro, destacam-se as ações do Escritório de Assistência a Cidadania Africana em Pernambuco (EACAPE), sediado na cidade do Recife. O EACAPE foi criado em 2012 com objetivo de atuar em defesa dos imigrantes africanos na educação, saúde, trabalho, entre outros aspectos, no sentido de contribuir para melhorar a qualidade de vida destes atores no Estado de Pernambuco. Já a Pastoral do imigrante em Fortaleza, promove anualmente os espaços de participação cidadã, debates e a visibilidade das reivindicações dos vários grupos dos migrantes no Estado de Ceará. A Pastoral consagra-se como uma instituição de referência em questões migratórias no Nordeste brasileiro e, tem se colocado como instrumento para alcançar a esperança através do impulso da fé, promovendo reflexões articuladas aos processos migratórios contemporâneos junto com outras entidades⁶⁵ espalhadas no Brasil⁶⁶.

Estas instituições refletem e promovem ações em defesa dos imigrantes na promoção do reconhecimento, da cidadania plena dos estrangeiros, em especial dos refugiados, atuando na defesa de seus direitos, na assistência sócio-jurídica e humanitária, bem como nos seus processos de integração social e da inclusão política. Contudo, pode-se igualmente asseverar que até o fim da primeira década do século XXI a política migratória brasileira, embora tenha dado notoriedades sobre algumas questões relevantes - a exemplo dos Direitos Humanos dos Imigrantes - ainda é preciso avançar em vários aspectos, nomeadamente o direito e a permissão do exercício político para os imigrantes. Este debate ainda é muito incipiente, mas com notáveis referências no contexto da política internacional. No contexto nacional, conforme dissemos atrás, a política migratória nacional historicamente tem focado com evidentes implicações nas esferas econômicas e geopolíticas e; algumas prioridades culturais, essa última prevalece em alta. Como já descrito, a política do embranquecimento no Brasil estava orientada para Europa, onde esta, no século XXI, elege com certa primazia a integração econômicas dos BRICS, em especial os países do Mercosul e as nações da África subsariana, sobretudo as que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

⁶⁵ A Cáritas Brasileira!

⁶⁶ Instituto Migração e Direitos Humanos/Rede Solidária, fundado em 1999.

5.2 - Dimensão demográfica: presença dos africanos no nordeste brasileiro.

A migração dos africanos para o Brasil, conforme dissemos atrás, sempre foi dominada por um movimento temporário, porém, de controle muito fácil por parte dos órgãos do Estado que lidam com a política migratória no país não apenas pela distância geográfica que separa a África do Brasil, mas pelo fato de que cruzar atlântico, por parte dos africanos para as terras brasileiras, sempre envolveu o Estado e as universidades como grandes promotores deste movimento e, consequentemente, a vinda de um contingente maior dos africanos sempre esteve vinculada à cooperação educacional e dos refugiados de nações dos PALOP com travessias extremamente controladas. Todavia, apenas em tempos muito recente cresce em número cada vez maior e em tendência, pessoas oriundas de diferentes nações africanas que entram no Brasil por outras vias além do atlântico, afetadas pelas necessidades econômicas, mercado de trabalho assim como aqueles que deslocam dos seus países, ainda que sem conflitos, e buscam melhores condições de vida nas cidades brasileira.

A fraca procura do Brasil por parte dos emigrantes econômicos africanos, pelo menos até final do século XX deveu-se grandemente, como já foi referido anteriormente, ao “tipo ideal” do imigrante requerido no século anterior que não podia ser fornecido pelo continente negro, assim como a própria perspectiva da política econômica adotada no país que vai predominar até o final da década de 1950, desprivilegiando a África como um todo, levando o fechamento do Brasil para a migração dos africanos desde a abolição da escravatura em 1888. Só então a partir do final da segunda metade do século XX, começou a falar de estrangeiro africano no Brasil na qual se consubstancia face às outras épocas, podendo caracterizá-la como novo fenômeno demográfico no Brasil contemporâneo, dando-se a virada migratória nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Só a partir da década de setenta, no século XX, o Brasil libera a entrada dos caboverdianos, guineenses, moçambicanos, angolanos e sãotomenses, sendo que alguns - como os de Cabo Verde – ainda eram nessa altura cidadãos portugueses, em consequência da dominação colonial português no continente africano. Antes disso, o Brasil era apenas o destino de alguns egípcios e sul africanos da descendência européia que procuravam o país para o comércio e estudos, entre outras atividades de ordem diplomática e turística.

É esta a tendência resumida na forma como os cidadãos dos países africanos entram na chamada História Oficial da Migração Brasileira. Uma investigação sobre “o tipo ideal de imigrante” realizada pelo historiador Fábio Koifman (2012), da Universidade Federal Rural

Fluminense (UFRF), parece retirar do Itamaraty toda a responsabilidade que lhe foi atribuída relativa adoção da política restritiva da migração dos africanos para o Brasil⁶⁷. Koifman afirma ter encontrado nos registros referentes à primeira metade do século XX as evidências históricas de que o Serviço de Vistos estava sob a tutela do Ministério da Justiça do Brasil, sendo responsável em deferir ou não o pedido de estrangeiros em relação ao Visto de entrada no país. Nas palavras de Koifman, este teria sido o único momento na história da República que a atribuição da emissão de Vistos não esteve no âmbito do Itamaraty. O investigador afirma ainda que:

[...] é a primeira vez que se analisa o papel central do Ministério da Justiça, de seu titular, o jurista Francisco Campos (1891-1968), e de Ernani Reis (1905-1954) parecerista do ministério, burocrata que, através de sua interpretação, dizia, baseada na legislação, quem entrava ou não no país. Suas sugestões quase sempre eram aceitas pelo ministro e se baseavam na seleção dos imigrantes ‘desejáveis’, que se encaixassem no projeto de “branqueamento” da população brasileira, inclusive durante a ditadura do presidente Getúlio Vargas. Negros, japoneses e judeus, assim como idosos e deficientes, não estavam nos padrões estabelecidos e eram recusados como indesejáveis (KOIFMAN, ibid, p. 30).

A propósito, Koifman (*ibidem*) assevera que, no início do Estado Novo cabia ao Itamaraty gerir a política de Vistos, mas isso mudou a partir de 1941. Na análise do autor, essa troca refletia o debate na elite brasileira sobre quem era o imigrante ‘desejável’ para o ‘aprimoramento’ do povo brasileiro. Ainda de acordo com Koifman, o presidente Getúlio Vargas era simpatizante aberto do ideário eugenético evidenciado em 1930 a partir de um discurso proferido na campanha à presidência, com as seguintes palavras: “durante anos pensamos a imigração apenas em seus aspectos econômicos é, oportuno obedecer agora ao critério étnico na escolha do imigrante”. Em suma, o autor explica que durante a Constituinte em 1934 - o *lobby* eugenista - o presidente Vargas conseguiu a aprovação de artigos baseados nas teorias racistas, onde desta vez o alvo então era os japoneses quanto grupo étnico.

De forma silenciosa foi institucionalizado um sistema de cotas para cada nacionalidade. Este sisteminha como objetivo manipular e restringir a entrada de orientais no país. Por exemplo, o decreto-lei nº 3.010, de 1938 que fazia exigência aos solicitantes de Vistos que se apresentassem pessoalmente ao cônsul para que o diplomata pudesse ver o

⁶⁷ Revista de Pesquisa - FAPESP – Edição 201 de Novembro de 2012. KOIFMAN, Fábio. *Os indesejáveis. Política imigratória do Estado Novo escondia projeto de branqueamento.* Novembro, 2012. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/11/12/os-indesejaveis/>. Acesso realizado em março de 2015.

candidato e relatasse se era branco, negro, ou se tinha alguma deficiência física. Para este quadro dominado por muitas prioridades cromáticas, era indiscutida a opção pelo europeu, já que o próprio segmento letrado da sociedade brasileira, incluindo o próprio presidente Vargas era de descendência europeia, diz Koifman.

Acreditava-se que o problema do subdesenvolvimento brasileiro estava relacionado à má formação étnica do povo e, para reverter este quadro era necessário trazer para o Brasil “bons imigrantes”, isto é, brancos, que se integrassem à população não branca, dessa forma o Brasil, em 100 anos, se transformaria em uma sociedade mais desenvolvida e branca.

A análise destas decisões políticas, ideológicas e racistas sobre a restrição da migração negra no Brasil no período citado, constitui um debate tautológico nas ciências sociais brasileiras. Porém acredita-se que, mesmo que a cor da pele não fosse determinante para entrada dos imigrantes, podia-se, no caso brasileiro não gerar tanto debate, uma vez que no tocante ao estado do desenvolvimento industrial brasileirão era suficientemente atrativo na época, para condicionar a vinda dos migrantes econômicos africanos, ainda que fosse talvez os africanos deparassem com barreiras decorrentes da grande reserva de mão-de-obra interna até mesmo regional no Brasil, portanto, a legislação laboral subjacente e restritiva aos migrantes não Ocidentais, no entanto, mesmo que a mão-de-obra não exigisse alta qualificação profissional não passava de uma atitude política da elite desequilibrada e racista.

Ademais, as questões pertinentes à África como um todo, encontrava-se envolvidas num processo intenso de descolonização, por isso, pode-se afirmar que a emigração talvez menos constituísse a pauta para os africanos, sobretudo nas primeiras décadas da segunda metade do século XX. Apesar disto, não se pode negar que tais medidas restritivas não impediram a migração dos negros para o Brasil, sendo que a presença africana somente emerge no país com maior impacto no contexto educacional, no desenvolvimento da ciência e desenvolvimento das temáticas culturais. Importa referir que, nos anos 80 e 90 do século XX o Brasil acolheu um contingente significativo dos refugiados e outros tantos asilados que vieram, sobretudo, da Angola e de Moçambique. Na maioria dos casos, os imigrantes se beneficiaram da *anistia* e, mais tarde de autorização para permanecer no Brasil. Como se pode observar pela análise do quadro, segundo os dados da PF nas três cidades pesquisadas (Recife, Salvador e Fortaleza), tem-se uma sobre-representação dos angolanos entre os imigrantes tradicionais, ou seja, não entraram no Brasil via PEC-G, oriundos dos PALOP que tiveram que passar pelo processo de anistia para mais tarde conseguirem a permanência.

Quadro 2. Quantidades dos Anistiados em Ceará, Pernambuco e Bahia.

Nacionalidade	Quantitativo	Processo-período: (2000/2014)
Angola	41 imigrantes	Anistia
Cabo Verde	0 imigrantes	Anistia
Guine-Bissau	11imigrantes	Anistia
Moçambique	16 imigrantes	Anistia
São tomé e Príncipe	2 imigrantes	Anistia

No quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, constituído por: Angola, Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e recentemente a Guiné-Equatorial⁶⁸, durante vários anos estas nações debateram em comum a perspectiva de alargar a cooperação entre si ou no âmbito Comunitária com ênfase, sobretudo, nos setores relevantes para o desenvolvimento social e econômico, levando em conta a realidade de cada país, com atenção especial nas áreas que pudessem reduzir as assimetrias sociais e econômicas existentes. Esta cooperação, além dos seus aspectos econômicos e comerciais entre os Estados membros, teria de combinar a abertura para a circulação de pessoas no espaço da CPLP na medida em que os acordos em gerais - em particular os acordos temáticos fossem viáveis, era necessário que os cidadãos de cada Estado membro pudessem usufruir de certos “privilégios” no país para o qual se desloca tanto no que concerne ao movimento no sentido mais amplo como o de circulação temporária por razões turísticas ou culturais, ou ainda tratamento médico, entre outros.

Em decorrência deste imperativo, com efeito, foram assinados em 2002 em Brasília, durante o Conselho de Ministros da CPLP, cinco projetos de acordos, em matéria de circulação de pessoas. Este documento foi assinado pelos vários Estados membros, porém alguns Estados pediram mais tempo para revisão. Estes acordos contemplaram vários aspectos ligados à circulação de pessoas, a saber:

- ❖ - Acordo sobre a Concessão de Visto Temporário para tratamento médico a cidadãos da CPLP;

⁶⁸ Todos os textos sobre os Acordos assinados entre os países que integram a CPLP estão disponíveis em <http://www.cplp.org/id-185.aspx>. Acesso realizado em 05/10/2015.

- ❖ - Acordo sobre a isenção de Taxas e Emolumentos devidos à emissão e renovação de autorizações de residência para os cidadãos da CPLP;
- ❖ - Acordo sobre o Estabelecimento de requisitos comuns para a Instrução de Processos de Visto de curta duração;
- ❖ - Acordo sobre o estabelecimento de balcões específicos nos postos de entrada e saída dos aeroportos para o atendimento de cidadãos da CPLP;
- ❖ - Convenção de Extradição entre os Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. (CADERNO DA CPLP, 2002, p. 49)⁶⁹.

Estes acordos, embora alguns governos tenham pedido que fosse alargado o período para uma análise pormenorizada do texto, este documento encontra-se em vigência e, foram assinados por todos os Estados que integram a CPLP, podendo afirmar que, esta convenção de Brasília sobre a circulação reúne hoje um consenso abrangente. No entanto, paralelamente a estes acordos, emergiu entre o Brasil, Portugal, Cabo Verde e Guiné-Bissau outro ideário que resultou num projeto ousado, por assim dizer, trata-se do Estatuto do Cidadão da CPLP, apresentado também em 2002, na V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília. Inicialmente, o referido estatuto recebeu uma forte resistência de Moçambique e Angola, este último, por sua vez, só veio participar na Cidadania da CPLP, em 2010, ampliando assim seus privilégios de circulação dos seus cidadãos.

Analiticamente, o projeto aponta a relevância de circulação e reforça o princípio de livre circulação de coisas e ideias. Todavia, segundo Leitão (2009)⁷⁰, o documento não oferece nenhuma garantia sociais e econômicas que trazem encargos aos Estados. Para esse autor, a vitória aparente do Estatuto não é consistente, uma vez que este traz várias implicações como qualquer outro acordo de livre circulação de caráter similar⁷¹. Por sua vez,

⁶⁹Cadernos da CPLP 2,Lisboa, CPLP, 2002. Disponíveis em <http://www.cplp.org/id-185.aspx>. Acesso realizado em 05/10/2015.

⁷⁰ LEITÃO, José. “Estudo sobre Cidadania e Circulação no Espaço da CPLP”, 2009. Disponível em <http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/cidCirc/Binder1.pdf>. Acesso realizado em 05/10/2015.

⁷¹O Espaço Schengen - trata-se do maior espaço de livre-circulação a nível global, pelo número de países que envolve, surge através dos acordos firmados em 1985. Neste acordo, vigora a ausência de controle das pessoas nas fronteiras internas (sendo apenas necessária apresentação de documento de identificação), a existência de regras comuns aplicáveis às fronteiras externas do espaço, no que respeitam ao que pode ser objeto de controle, procedimentos operacionais e horários de funcionamento; condições análogas de entrada de vistos de curta duração em todos os países; e a existência de um sistema de cooperação a nível internacional envolvendo os agentes nacionais e os sistemas judiciais. O Espaço MERCOSUL - mais reduzido que o Espaço Schengen. O MERCOSUL – Mercado Comum do Sul começou como uma comunidade econômica, sendo constituída por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile. Fundada em 1991, rapidamente a comunidade econômica evolui para outros campos, como a educação, ou a migração. O Espaço da Commonwealth - o espaço da Commonwealth é dominado pela influência britânica, envolve um total de 55 países.

Carmen Rocha (2008), delineando os desdobramentos do que pode ser essa nova cidadania, observa que:

[...] a imperiosidade da constituição de uma nova cidadania, a ‘lusófona’, sem qualquer diminuição do círculo do estatuto jurídico-constitucional dos cidadãos de cada Estado, obedece àquela configuração supra estatal antes mencionada, de direitos que se somam e se justapõem sem aniquilamento ou restrição de quanto já conquistado e garantido internamente, mas requerendo, entretanto, um novo contingenciamento jurídico a fortalecer os ideais e as instituições vinculantes dos Estados da Nova Comunidade. (ROCHA, 2008, p. 44).

Em termos práticos, apesar do acordo no âmbito da CPLP ter um caráter mais comercial, pode-se afirmar que este continua contribuindo na revitalização das relações entre os países e, de modo mais abrangente, entre as regiões onde se fala português, principalmente nos setores de educação, saúde e cultura; além de ajudar na reversão da fraca procura do Brasil por parte dos nacionais dos PALOP, prevalecente até final dos anos noventa parece permitir igualmente superar o desconhecimento do continente africano no Brasil. Na mesma ordem de ideia, Gusmão (op, cit) entende que a CPLP também tem a preocupação com a dimensão identitária da comunidade que perpassa na inserção de africanos no Brasil assim como dos brasileiros na África, prezando pela mesmas formas coletivas, engendradas na diáspora vivida enquanto cidadãos ou simples estudante nas regiões e países da ex-colônias de Portugal com a mesma realidade para os brasileiros e os portugueses.

A autora afirma que, este comunalismo que congrega nações de diversos continentes permite refletir sobre a construção de referenciais comuns, assim como identificar os seus aspectos mais complexos no que concerne às diferenças e similaridades, o que só é possível através de experiências interativas vividas, sobretudo, na educação superior. Partindo deste propósito, ela entende que, a circulação de pessoas nos contextos dos PALOP e da CPLP pode não estar vinculada apenas a luz dos acordos bilaterais de cooperação, isso porque, segundo autora, o que interessa registrar nos processos de circulação de pessoas na África e fora da África é que, “os andarilhos dessa nova era da globalização, são grupos sociais que partilham de diferentes coletivos e constroem muitos mapas ‘em que escapam ou em que se perdem’, mas que, de uma forma ou de outra, dizem muito neste início de século XXI” (GUSMÃO, 2010, p. 29).

Com efeito, uma das consequências destes acordos foi justamente o aumento da circulação dos atores sociais da CPLP entre si. Todavia, estes acordos bilaterais estabelecidos em diferentes áreas entre os países membros trouxeram uma simetria, sobretudo na educação,

na tecnologia, entre outros setores. Tais accordos continuam a comportar deveres e obrigações por parte dos cidadãos de cada país membro, obrigações estas que, em muitos casos foram atenuadas, se comparando aos atores cuja cidadania se situada fora do contexto da CPLP, mas não foram abolidas. O gráfico que segue reflete os dados da Polícia Federal-PF e do Ministério do Trabalho e outras organizações ligadas aos estudos da temática dos estrangeiros no Brasil. A realidade sobre o Visto de Permanência concedida aos cidadãos dos PALOP no país durante o período de 2012 a 2014⁷².

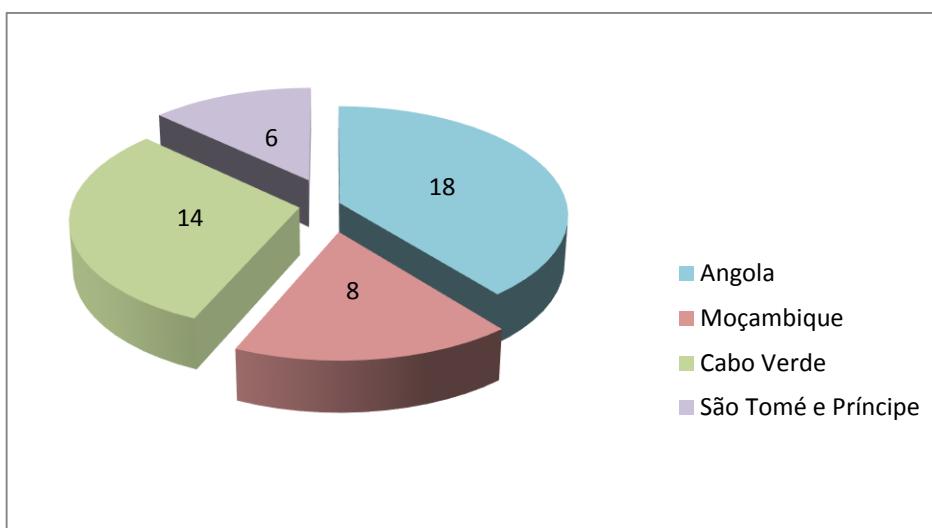
Quadro 3. Número de Visto Permanente no Brasil no Período de 2012 a 2014

País	Número de Visto Permanente no Brasil
Angola	3.153
Cabo Verde	398
Guiné-Bissau	459
Moçambique	333
São Tomé e Príncipe	60

Os aspectos normativos da migração para o Brasil se refere as regras de controlar e incentivar a migração através da análise do suporte jurídico do Estado preconizado no Estatuto dos Cidadãos Estrangeiros no país, encarregado de controlar a entrada, a permanência, a saída e a expulsão de pessoas originárias de outros países em território nacional brasileiro. Desde já apresenta-se o gráfico que revela o número de Vistos Permanentes concedidos aos imigrantes dos PALOP no decorrer do ano 2010 a 2014, nos Estados de Pernambuco, Bahia e Ceará.

⁷² Fonte: oestrangeiro.org.

Gráfico 8. Quantidade de Vistos Permanentes emitidos em 2010 a 2014 nos Estados de PE, BA e CE aos imigrantes dos PALOP



Assim, para entrar no Brasil os cidadãos de outros países que integram a Comunidade terão que satisfazer um conjunto de requisitos, já descritos atrás. Não obstante, embora exista uma grande facilidade de migração no espaço “lusófono” e de mecanismos, de certa forma, eficientes, de controle desta circulação, especialmente dos atores que se deslocam dos PALOP, esta facilidade não vem ajudando muito na criação de banco estatísticos confiáveis sobre este fenômeno migratório, principalmente daqueles PEC-G, residentes em diferentes unidades da federação. Este fato impõe dificuldades gigantescas aos estudiosos na realização de qualquer tipo de mensura estatística desta população nos dias de hoje. Portanto, não é uma tarefa fácil obter a dimensão demográfica institucionalmente confiável dos africanos no Brasil devido à ausência e o desencontro dos dados das instituições governamentais.

Os dados estatísticos e sondagens de opinião da União Europeia – EUROSTAT calcula que o número de imigrantes no mundo até o final de 2010 era de 250 milhões de pessoas. Este número subiu para 280 milhões em 2014, dos quais menos de 1 milhão deste contingente tem residência no Brasil. Os dados mais recentes da Polícia Federal (PF) fixam em 940 mil o número dos imigrantes africanos e não africanos permanentes no Brasil, confirmado os dados da Eurostat, segundo o qual o país abriga menos de 4% da população imigrante do mundo. Ainda no caso do Brasil, importa lembrar que este número que se aproxima de 1 milhão de imigrantes faz referência ao número de Vistos de permanência concedidos e, não leva em conta os pedidos de Visto de permanência indeferidos que ultrapassa 15.000 solicitações apenas entre o período de 2005 à 2014. Curiosamente, cerca

6.000 mil pedidos indeferidos entre os meados de 2014 a 2015 são dos imigrantes africanos naturais do Senegal e da Nigéria.

Ademais, há também carências de estatísticas oficiais sobre a quantidade dos imigrantes ilegais no Brasil. Contudo, a Polícia Federal e Comitê Nacional de Apoio aos Refugiados (CONARE) estimam que este contingente ultrapasse 600.000 mil pessoas que estão no Brasil em condições de refugiado. O Estatuto do Estrangeiro considera refugiado no Brasil - “todo indivíduo que, em razão, fundado em temores de perseguição por motivos de: raça, religiões, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontra-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção deste país, ou devido a grave e generalizada violação dos direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país”⁷³. No caso brasileiro, os efeitos da condição de refugiado serão “extensivos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontre em território nacional”. (Estatuto do Estrangeiro, 2014, p. 69).

Assim, ainda no que se refere aos dados estatísticos, em relação aos PALOP, o que existe é uma amostra do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE referente ao mesmo período, este aponta que existe no Brasil pouco mais de 15.000 imigrantes oriundos de países da África “lusófona”, com destaque para Angola com a estimativa de uma população de (44%), seguido por Moçambique (22%), Cabo Verde (16%), Guiné-Bissau (12%) e São Tomé e Príncipe (6%)⁷⁴.

Estes dados não contemplam os estudantes com estadia temporária no Brasil, todavia, é elucidativo sobre a quanto cresce a presença dos imigrantes africanos dos PALOP no país. Como dissemos atrás, grande parte dos estudos sobre os africanos neste país - assim como esta própria pesquisa - revelaram que os fluxos migratórios dos PALOP para o Brasil se movem, sobretudo, por razões de estudos e não laboral, ficando também isto a mostra pelas elevadas taxas de feminilidade bem como pela predominância das classes etárias entre os 20 e os 30 anos, o mesmo que dizer: em idade ativa.

No caso dos PALOP pode-se afirmar que, este fornece três tipos distintos de imigrantes ao Brasil: os imigrantes que vieram para o Brasil vinculados ao PEC-G, encontrando-se dentre eles pessoas que aqui chegaram nas últimas décadas do século XX e decidiram perpetuar-se, constituindo quase toda a família no país, sendo na sua maioria os nacionais de

⁷³ Ver a Lei no 9.474/1997 - Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

⁷⁴Fontes : Registro Geral desta população pela PF e IES, 2015.Nota: não contempla os estudantes.

Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau; outra presença já reportada desta população trata-se dos estudantes que continuam vindo ininterruptamente, ano após ano, para o Brasil atrelados ao PEC-G e PEC-PG, constituindo a maior população africana em quase todas as unidades da federação brasileira; recentemente nota-se um fluxo permanente, sobretudo de turistas e comerciantes; porém existe outra população africana que chega ao país, são compostas por beneficiários de regimes de junta médica para vir ao Brasil por motivos de saúde.

Entretanto, os países participantes do PEC-G – assim como o PEC-PG – não se restringe aos países da África⁷⁵, eles também se estendem a Ásia⁷⁶ e a América Latina e Caribe⁷⁷. De maneira geral, a vinda dos estudantes para estudar nas universidades brasileiras envolve alguns procedimentos que deve ser comum a todos, inclusive aos que procedem dos PALOP, ainda que fazem parte da Comunidade de Países da Língua Portugues.

Os fluxos dos cidadãos de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde é antigo no Brasil, sobretudo a população estudantil que vinha para o país no sentido de suprir a falta de oferta do ensino superior. Estes são a base primordial da constituição da cidadania africana no país, não necessariamente as primeiras nações a expedirem cidadãos para o Brasil, mas foram, sobretudo, os primeiros a fixarem residência permanente nas terras brasileiras, abrindo caminhos para a ampliação tímida dos fluxos migratórios, iniciada desde os anos 60 do século XX. Importa reafirmar que, a tendência migratória dos PALOP em geral começou a crescer, especialmente, após a mudança política de abril de 1974 e suas implicações no processo de descolonização dos PALOP. Em outras palavras, pode-se dizer que a vinda destes estudantes “inaugura o ciclo de imigração africana para o Brasil”. De acordo com o relatório da Polícia Federal, se levar em conta a África como continente no seu todo, a presença africana com estadia permanente ou regularizada no Brasil, de 38 nacionalidades africanas presentes o número, portanto, salta para 31.866 imigrantes permitido a permanecer no país vindos de 38 dos 55 países do continente africano assim como territórios dependentes ou integrados em Estados de outro continente, caso de algumas Ilhas, nas canárias.

⁷⁵ África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Cabo Verde, Camarões, Côte d'Ivoire, Egito, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, República do Congo, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Togo, Tunísia, entre outros.

⁷⁶ China, Índia, Líbano, Síria, Tailândia, Tanzânia, Timor Leste, entre outros.

⁷⁷ Antígua e Barbuda, Argentina, Barbados, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela.

Este indicador não integra os refugiados provenientes das Áfricas para o Brasil, lembrando que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) anunciou em junho de 2012, que os cidadãos angolanos e liberianos não são mais beneficiados pelo estatuto de refugiados. O número certo, portanto, não são 5.200 refugiados provenientes da África no Brasil, mas sim 3.880 abrigados em diferentes unidades da federação brasileira. Já que os 1062 angolanos e 258 liberianos não podem mais ser contabilizados.

A ACNUR, adotada esta medida com base na observância da paz e na estabilidade alcançada naqueles dois países africanos após sangrentas guerras civis referidas anteriormente. De acordo com o/a Conare (2012) isto significa que, os angolanos e liberianos que permanecem no exterior não devem mais ser considerados refugiados pelas Nações Unidas e pelos governos que os acolheram, ainda que, os governos e ACNUR buscam como já previstos nas Convenções Internacionais, soluções para refugiados que desejam voltar para seus países de origens ou permanecer nos países de refúgio devido aos laços sociais e culturais criados, o que não elimina o processo de repatriação voluntária, sendo também discutidas possibilidades de integração local.

Esta decisão do ACNUR permite falar da possibilidade de crescimento da população de imigrantes dos PALOP no Brasil, uma vez que cessado o reconhecimento da condição derefugiados angolanos, nos termos das definições anteriores, muitos destes se sujeitarão, seguramente, em serem enquadrados no regime geral de permanênciano território nacional. Importa destacar a existência de 8.687 mil pedidos de refúgio acolhidos pelo Comitê Nacional para os Refugiados no Brasil somente nos últimos quinze anos, sendo 57% destes pedidos homologados, são os nacionais provenientes de Gana, Senegal, Nigéria e da República Democrática do Congo. No geral, em apenas uma década e meia deste terceiro milênio, numericamente a quantidade dos africanos no Brasil, especificamente aqueles que provem de regiões francófonas e anflófonas voltaram a triplicar, sendo o caso dos nacionais do Senegal constitui o número mais expressivo, diz o ACNUR.

Paradoxalmente, a grande maioria se quer se enquadram na categoria de refugiados, definida pela ONU assim como pelo Estatuto do Estrangeiro no Brasil, uma vez que a maior parte vem dos países que não estão em guerras e, nem apresentam evidências concretas de qualquer tipo de perseguição religiosa, étnica, política, entre outras. Porém, há que dizer que se trata de jovens entre 25 e 30 anos de idade e que se deslocaram dos seus países em busca de melhor qualidade de vida, sendo que, ao entrarem no território brasileiro, depararam-se com um forte aparato burocrático que tende,em parte, a inabilitizar o sonho cuja realização

somente se passa, necessariamente, dentro de um processo inicial de regularização de estadia; em razão da burocracia excessiva, veem-se obrigados a adotar o estatuto de refugiado como estratégia na expectativa de beneficiar, de forma rápida, dos direitos que os deixem na condição, pelo menos, de ficar no Brasil, na esperança de estabelecer e trabalhar regularmente no país, mesmo não se encontrando numa situação de fuga decorrente de perseguições de qualquer ordem contra a vida.

O que de fato pode-se tirar desta demanda de entrada é, acima de tudo, a percepção de que o Brasil voltou a tornar-se um destino migratório, alargando-se para os africanos, ainda que, parte significativa dos imigrantes africanos sejam estudantes e refugiados. O relatório da Polícia Federal revela que, mesmo levando em conta à maciça entrada dos senegaleses, nigerianos e congoleses no país, o panorama migratório africano para o Brasil ainda se caracteriza pela predominância contínua dos cidadãos oriundos dos PALOP, nos quais a grande maioria dessa população vive no sudeste brasileiro. No nordeste, a esmagadora maioria desta população se encontra na cidade do Recife, Fortaleza e Salvador, razão pelo qual estas três cidades foram escolhidas para a realização desta pesquisa. Durante o período de 2014 a 2015 constatou-se uma sub-representação quantitativa dos moçambicanos e saotomenses no nordeste brasileiro.

Os fluxos migratórios que nos referimos relativos às décadas de 80 e 90, hoje não passam de embriões quando comparados com a magnitude que o fenômeno começou a ganhar desde início deste terceiro milênio. Com efeito, em 2005 a população dos egressos do PEC-Gresidente no Nordeste do Brasil teve um aumento significativo. Os dados obtidos na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) apontam que até o final dos anos 90 do século XX não havia registrado nenhum estudante pós-graduado egresso do PEC-G na Instituição, o contrário que se observou até o final de 2014 com total de 27 estudantes apenas dos PALOP matriculados nos cursos de pós-graduação, incluindo aqueles que ingressaram na pós-graduação através do PEC-PG, na sua maioria moçambicanos. O caso da UFPE permite-nos afirmar que, durante a primeira década do século XXI, o Nordeste brasileiro, como um todo, se tornou, pela primeira vez no seu passado recente, polo de atração para um número crescente dos africanos vindos principalmente dos PALOP. Apesar de não haver de forma embasada uma pesquisa científica com os dados que sustentem ou reforcem tal afirmação, sabe-se que o Nordeste vem se tornando, cada vez mais, um dos principais destinos favorávelde quem chega ao Brasil em busca de oportunidades de estudos ou de turismo e comércio.

De acordo com o Ministério do Trabalho, o volume de vistos concedidos aos estrangeiros em geral, tendo a região Nordeste como destino cresceu 310% entre 2010 e 2012, enquanto a média nacional subiu 21%; em números absolutos, os estados nordestinos atraíram 4.635 estrangeiros, acima da Região Sul que teve 3.553. Contudo, o Sudeste ainda permanece à frente, com 57.573 vistos de permanência concedidos aos imigrantes. Em relação aos nacionais de diversos contextos africanos, por exemplo, os dados apontam que a mobilidade destes na região em questão teve um crescimento numérico a partir de 2013, acima dos estados do Sudeste brasileiro, em decorrência da ampliação de vagas de acesso a Universidade Internacional de Integração Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

No entanto, são jovens que enxergam boas possibilidades nesta instituição para conseguir uma formação superior tanto no campus de Redenção no Estado de Ceará assim como no Campus de São Francisco do Conde, no Estado da Bahia.

Ademais, vale ressaltar que não é apenas a vinda dos estudantes que colocam a Região Nordeste como a que mais registrou a presença dos africanos no país, uma vez que essa região tem atraído os africanos com outros interesses além dos estudos, devido à facilidade de chegar, porém a cidade de Fortaleza, até pouco tempo tinha o único aeroporto no Brasil, no qual recebia vôos diretos do continente africano, em especial da África Ocidental, essa realidade se expandiu para o aeroporto Internacional dos Guararapes / Gilberto Freyre, em Recife que também inaugurou recentemente vôos procedentes de Cabo Verde, o que de alguma forma permitiu o embarque e desembargue de pessoas que procuram possibilidades de viver no Nordeste, o que trás implicações econômicas importantes bem como no que se refere ao crescimento numérico desta população nos estados e municípios da região.

No contexto nacional, curiosamente quando se analisa os dados disponíveis das instituições que lidam com a imigração constata-se que, o Estado do Ceará encontra-se em terceiro no ranking nacional de contratação de estrangeiros com vínculo empregatício ou com Carteira Assinada⁷⁸. Os dados da PF e do Ministério do Trabalho e Emprego apontam o Ceará como um dos Estados do Nordeste que ocupa lugar de destaque no nível de investimento realizado por pessoas físicas estrangeiras, nomeadamente os europeus. De acordo com dados do MTE, em 2013, o Ceará estava em segundo lugar no número de vistos permanentes emitidos no país. Já no que se refere à emissão de vistos temporários com base em contratos de trabalho também houve um crescimento no número de autorizações para o

⁷⁸ Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os dados são relativos ao primeiro semestre de 2013.

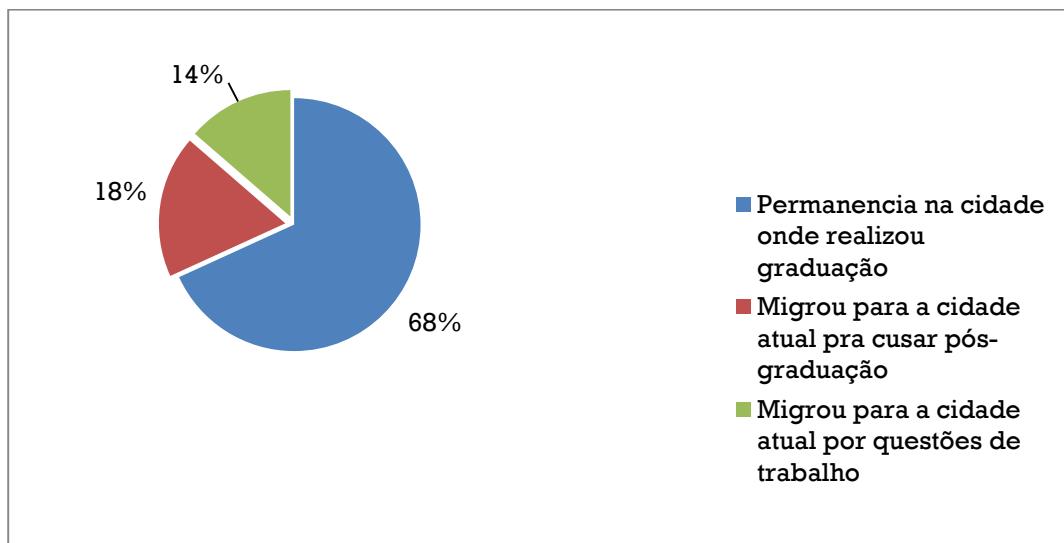
período de 2013, principalmente em relação aos nacionais dos Palop, em especial para os caboverdianos.

O trabalho de campo realizado com os egressos do PEC-G, sobretudo aqueles que concluíram suas graduações no período de 2010 a 2015 no Estado do Ceará e que adiaram o retorno para os seus países de origem estão sendo beneficiados da recente legislação laboral nº100/2013 ou da própria mudança da política migratória brasileira, segundo o qual altera as normas na atribuição de Visto de curta duração, ou seja, de noventa dias prorrogáveis aos estrangeiros para prestação de serviço, mas sem vínculo empregatício com a instituição ou o estabelecimento contratante no Brasil. Em Fortaleza, encontramos vários egressos do PEC-G com este tipo de visto temporário de trabalho, exercendo diversas funções nas empresas, sociedades ou firmas comerciais ou industriais, singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, sediadas no Estado do Ceará. De acordo com a resolução normativa da lei nº100/2013 já não é necessária a autorização prévia do MTE para a deste tipo de visto temporário, que passou a ser tratado diretamente com os consulados brasileiros no exterior, abolindo a exigência de apresentação do atestado de antecedentes criminais ou na Polícia Federal, no caso dos estrangeiros que já estão no Brasil⁷⁹.

O panorama descrito acima pode ser entendido como resultado da alteração na política econômica brasileira em relação à África desde início do século XXI, acompanhadas por novos movimentos migratórios temporários que, em muitos casos, encontram uma base facilitadora nos pequenos fluxos populacionais atrelados as IES e se caracteriza pela conducente fixação no Brasil. Outra particularidade desta vaga de emigração oriunda da África assenta no fato de que, grande parte dos atores que a compõem, nunca terem tido no passado qualquer experiência do tipo de imigração econômica, dessa forma há uma tendência maior de ficarem nas cidades ou regiões onde realizam os seus estudos, não importando se esse fluxo ocorre ou não entre as duas, por assim dizer, periferias do mundo, isto é, entre o lugar de partida na África e a cidade do destino e de fixação no Brasil, conforme já referida. O quadro seguinte apresenta o índice da mobilidade interna destes atores entre a cidade receptora e a cidade de fixação atual no Nordeste.

⁷⁹ De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, o número de autorizações de trabalho concedidas pelo governo a pessoas vindas de fora cresceu quase 26% em 2011, com cerca de 70 mil novos vistos. Mais da metade das autorizações temporárias concedidas em 2011 foi para profissionais com nível superior completo. O número de mestres e doutores estrangeiros quase triplicou, passando de 584 para 1.734. Disponível em <http://oestrangeiro.org/category/imigrantes/page/81/>. Acesso realizado em 19/09/2015.

Gráfico 9. Mobilidade entre as cidades do NE



O fluxo oriundo da África também se evidencia no fato desta participar na alteração do papel tradicional da região que até há pouco tempo era somente a fornecedora de emigrantes internacionais ou a outras unidades da federação brasileira economicamente mais desenvolvidas, este quadro foi sendo decisivamente invertido desde a primeira década do século XXI, recebendo inclusive os estrangeiros de várias origens nacionais, situação inteiramente nova para uma região que durante várias décadas apenas tinha estado envolvida em movimentos migratórios como área emissora. Embora saibamos que o processo migratório dos africanos para o Brasil tenha começado na década de 1960 e no Nordeste, os processos e os dados numéricos produzidos, em termos de fluxos, continuam para os dias de hoje, sendo suficientemente significativos na configuração do quadro estatístico como nacionalidades mais representativas dos Palop no Brasil.

De maneira geral, vale destacar a importância do primeiro e do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para a migração no Brasil como toda, no caso dos africanos, de um lado reafirma-se que os avanços na economia dos dois lados tiveram influências muito positivo a entrada de imigrantes nos anos dos governos ideologicamente classificados como sendo de esquerda. Contudo, vale igualmente reconhecer que este processo inicia ainda nos anos 90 com FHC, sendo que o progresso em termos da materialização das ideias, fixadas no âmbito da CPLP no período citado somente foi sentido

em tempos muito recentes e ampliado através do incremento de vários acordos multilaterais com a União Africana (UA), propiciando a intensificação de fluxos no sentido mais amplo.

Durante a primeira década do século XXI, o fluxo de imigrantes dos PALOP cresceu em volume, portanto, em força, sobretudo com os atores de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau. O fluxo oriundo de Moçambique e São Tomé e Príncipe permanecem de tal modo pequeno que não consta das nacionalidades mais representativas atualmente entre os africanos da “lusofonia” no Brasil.

Em 2010 até meados de 2015, entre os PALOP apenas Cabo Verde e Guiné-Bissau figuram na lista dos cinco primeiros países de origem da migração africana no Brasil, ocupando a primeira posição, sendo entre os PALOP, em geral, no período referido o Cabo Verde afigura no ranking da migração palopiana no país. Temos então por ordem decrescente Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Importa ressaltar que, Angola esteve durante muitos anos em primeiro lugar do ranking de países de origem de migrantes africano no país, desde que o Brasil começou a receber os cidadãos dos países africanos, mantendo-se nesta mesma posição até, pelo menos 2005, sendo ultrapassado recentemente por Cabo Verde. No que diz respeito a São Tomé e Príncipe, a migração para o Brasil iniciou-se tardiamente em relação a outros PALOP, precisamente nos anos 1980, década em que chegaram ao Brasil os primeiros estudantes deste país africano.

A semelhança do que sucedem na maioria dos países com fluxos migratórios numericamente significativos, acaba assumindo menor relevância no conjunto dos estudos dedicados aos seus processos e suas histórias. A propósito, reafirma-se que faltam dados confiáveis sobre a população estrangeira de origem africana que integra os imigrantes econômicos, refugiados e outras categorias estatutariamente classificadas como imigrantes que vivem no Brasil. A mesma ausência de dados é sentido em relação aos egressos do PEC-G que permanecem no Brasil, portanto há uma deficiência em termos de informação sobre esta parcela da população africana no país. Apesar de ser, uma população com alta qualificação aparentemente simples de ser quantificada, uma vez que grande parte se encontrar envolvida nos processos de trocas científicas que requer um mínimo de regularização de permanência além de que, cada vez mais são entendidas como fazendo parte da parcela dos estrangeiros que tendem a fixação o que não é um fenômeno recente, paradoxalmente não se tem dados específicos em números para fixar este tipo diferente de migração.

No entanto, acredita-se que dimensionar demograficamente estes atores no país pode permitir não apenas a captação de dados quantitativos como também, compreender nesse

novo cenário suas demandas reais que, a nosso ver, “são *a priori*, as mesmas de todo e qualquer ser humano, ou seja, segurança, paz, respeito e vida digna”, além de aprofundar a noção de que, há diversos caminhos para entrar numa sociedade diferente e fazer parte dela, entre estes caminhos, os nossos interlocutores optaram pela formação em nível superior e decidiram adiar o retorno e viver nesta sociedade como parte essencial dela. É a partir desta premissa que, a antropóloga brasileira, Gusmão (Idem) lembra que, os processos de deslocamentos com finalidade de estudo em universos contextuais específicos revelam por trás dos mesmos, diversas realidades postas em movimento, querendo com isto dizer que, é preciso emergir nestas diferentes realidades para compreender todas as suas dimensões, da melhor forma possível.

Esta antropóloga brasileira também reconhece que, há dificuldades de desenvolver os estudos sobre esta população com os efeitos que apreende os indicadores precisos e quantificáveis. Estas dificuldades são, segundo a autora, evidenciadas com os estudos numericamente reduzidos sobre esse tipo de migração e, o fato de que indivíduos envolvidos nesses processos escapam aos “Censos Demográficos e outras que visam não só à apreensão de diferentes aspectos que impelem nas suas decisões de ficar e as emoções para voltar” (GUSMÃO, Idem, p. 25). Assim, essa autora faz os questionamentos que, de alguma forma, já havíamos colocado na nossa investigação anterior, um desses é o fato de:

[...] poucos antropólogos se debruçam verdadeiramente sobre a questão das trocas internacionais e da circulação científica de indivíduos, e menos ainda sobre a relação entre essas trocas e a formação intelectual dos grupos envolvidos nesse processo ou sobre a relação entre as trocas e os processos de recomposição das elites e da redistribuição do poder (p. 60).

Como se pode observar, a migração dos PALOP para o Brasil se torna “marginal” pela sua incomensurabilidade, assim como por não existir estudos suficientes ou dados estatísticos que quantifique este processo. Porém, a permanência dos egressos do PEC-G no país sofre igualmente com a influência das limitações descritas e as tem acentuadas na medida em que cada vez mais, aquilo que era processo de mobilidade, isto é, estadia curta, se torna um processo de fixação no Brasil. Importa frisar que, o processo que envolve os egressos e suas decisões de ficar é de fato complexo. Em muitos casos, os alunos que ficam no país, os seus registros ou processos de permanência ocorrem em simultâneo e nas sequências de vários processos, pois, a própria decisão de ficar surge no contexto brasileiro e, em meio aos estudos em nível de mestrado e doutorado e, nem sempre na cidade que acolheu na primeira entrada, ainda mais desligado ao PEC-G, por meio do qual se deu sua primeira entrada e registro no

país. Para Gusmão (op, cit) outro aspecto que coloca limite no desenvolvimento dos estudos desta população no Brasil decorre da invisibilidade da própria relação Brasil e os países do continente africano no tocante as migrações temporárias ou ditas especiais.

Ela explora esta questão, questionando vários aspectos adjacentes sobre a migração dos africanos para o Brasil, começando com a própria definição teórica do que sejam tais processos, argumentando que chamá-las de temporárias ou especiais pode gerar, no debate público, muitos questionamentos quanto aos seus sentidos e desafia as possibilidades de abordagem reflexiva e crítica. Para autora, as dificuldades de ordem teórica expõem o fato de que as categorias em uso para referenciar (temporário-permanente) estes atores parecem flutuantes quanto aos sentidos e significados, portanto abertos a muitos debates, mas ela admite que, quando definidas a partir da realidade investigada podem dialogar com outros estudos já realizados em busca de consistência e de coerência analítica, assim ela chama atenção para esse quadro dominado pela necessidade do diálogo.

Os dados estatísticos da PF, IBGE entre outras Instituições acima apresentados revelam que, nas últimas décadas do século XX, os cidadãos de Angola e Moçambique tiveram maior presença no Brasil. Curiosamente, tais décadas coincidem com os períodos de conflitos sociais e militares nestes países, conforme dissemos atrás. Porém, observa-se que, no caso de Guiné-Bissau, o fato deste país enfrentar há mais de uma década um clima de guerra e de instabilidades políticas profundas que seguem nos períodos pós-guerra político militar de 1998, com as consequências que daí emergiu. Esta pode ser uma explicação, ainda que superficial, para a presença crescente da população guineense no Brasil. Este fato tem evidências com os números de entrada dos cidadãos deste país, que já ultrapassaram largamente os países como a Angola, levando, em última análise, a acreditar que Guiné-Bissau é um dos PALOP que atualmente mais depende do Brasil em termos de recepcionar seus cidadãos, ainda que grande parte desta população no país se vincula a IES e, não foi encontrado nem tivemos relatos nas cidades nas quais realizamos a presente pesquisa a presença de nenhum guineense na condição de refugiado ou de asilado.

Esta situação de crescimento demográfico, já foi observada, tanto no caso de Angola como no de Moçambique que durante os anos 90 apresentavam maior presença demográfica no Brasil tanto na condição de refúgio como também de estudante, não sendo mais dessa forma nos anos recentes. No caso de Cabo Verde, apesar da oscilação de sua presença, este país nunca foi largamente ultrapassado. Já São Tome e Príncipe manteve um fluxo moderado. Contudo, é difícil determinar com exatidão o número de pessoas que passaram ou que estão

no Brasil, não só pela discrepância entre várias fontes estatísticas, assim como também pelo número de fluxo entre idas e voltas, uma vez que alguns não aparecem nas estatísticas oficiais.

Assim pondo um olhar atento da entrada e da oscilação numérica entre a população angolana, guineense e moçambicana no Brasil, com efeito, pode-se aferir, em parte, que a instabilidade social e política constituem um dos fenômenos que determinam o fluxo dos PALOP para o Brasil com forte envolvimento das instituições de ensino superior. Isto pode explicar, em parte, as alterações que ocorrem no volume de representações em dado momento histórico. Assim, entre os PALOP a presença dos guineenses e caboverdianos, contemporaneamente, se apresentam com maior notoriedade nas principais cidades nordestinas. Como já dissemos, nos últimos cinco anos, efetivamente em análise, constatou-se o baixo número dos estudantes angolanos e moçambicanos em nível de graduação, particularmente no Nordeste brasileiro, isto se deve, muito provavelmente, à estabilidade política, às alterações das políticas educacionais, bem como à necessidade de fortalecimento das universidades locais, priorizando a emissão dos estudantes apenas em nível de pós-graduação.

No entanto, se analisarmos o número de estudantes, tendo em conta a dimensão geográfica de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, se comparados a Angola e Moçambique, verificamos que, comparativamente, os três primeiros têm um peso relativo em termos de presença nas universidades brasileiras muito superiores aos dois últimos. Isto pode de alguma forma, ser reflexo das condições favoráveis de estudos existentes hoje em cada um destes países. Alguns dos nossos interlocutores, que vivem no Brasil há mais de três décadas, enfatizaram o grande fluxo migratório dos PALOP no âmbito educacional, não só em termos de graduação como de pós-graduação. No caso da Angola, outra explicação avançada no que concerne à redução do contingente populacional deste país nas universidades brasileiras reside no fato destes países recorrerem, ainda, a Cuba, reconhecida, mundialmente, pela qualidade do seu sistema de saúde, ou a África do Sul, pela maior proximidade geográfica e, mais recentemente, à China pelo incremento de vários acordos bilaterais entre os dois países.

Ao contrário do que se pode pensar, pode-se perceber que por trás desses fluxos, existem fortes laços culturais e históricos existentes, sobretudo com Angola, podendo influenciar a escolha do Brasil para estudos ou destino migratório preferencial existente desde 1970. Mesmo assim, não se pode afirmar que existem colônias dos PALOP no Brasil o que se tem, de fato, são notoriamente números crescentes dos ex-estudantes caboverdianos,

angolanos, moçambicanos, guineenses e sãotomenses que chegaram ao Brasil para estudar e não necessariamente para trabalhar, mas que alguns dos quais decidiram em não retornar para os seus países de origem, por vários motivos acima descritos, constituindo presenças que se mesclam com os novos fluxos de estudantes e turistas que chegam a cada ano e a cada dia.

A transição migratória ou a decisão de ficar tende a aumentar nos próximos anos, tendo em vista que há uma tendência que emerge daqueles que ficaram, mesmo para depois voltarem, além de incentivar os mais novos avançarem nos estudos, alguns egressos já se tornaram referências que atraem outros grupos de jovens estudantes ao longo dos anos. Essa relação, entre a geração de estudantes de anos 80 e 90 radicados no Brasil e os novos grupos que chegaram ao início do século XXI mantém entre si os vínculos que apontam para uma intenção de ampliação de contingente dos que não retornam, uma vez que é muito mais fácil ficar onde existem já muitas pessoas de referência até mesmo amigos que os podem acolher e ajudar delinear os projetos de vida futura.

Já se sabe que muitos estudantes vêm para o Brasil por conta própria, ou seja, fora dos acordos educacionais estatais, isto é, vinculados às faculdades privadas. Muitos destes vêm fora do âmbito dos acordos porque não foram aprovados nos Programas oficiais como PEC-Gou porque não suportaram a burocracia dos consulados ou se “cansaram” de esperar pelo desenrolar de todo o processo que pode tornar-se demorado. Porém, por via de regra, este grupo são os que mais desejam ficar ou procuram outros destinos – no Brasil - que lhes sejam favoráveis.

Dos vinte e dois entrevistados nesta pesquisa, quinze falaram que tiveram pouco tempo esperando para vir, conseguindo logo na primeira tentativa, porém sete afirmaram ter esperado entre um e três anos. Os entrevistados que mais tempo estiveram aguardando para conseguir a vaga no PEC-G para vir estudar no Brasil afirmaram não terem recorrido a nenhuma ajuda informal no sentido de acelerar o processo. A grande maioria dos que chegaram ao Brasil fora dos Acordos Educacionais no âmbito do PEC-G foram, na sua maioria, os que acabam por recorrer ao mercado de trabalho para suprir suas carências, são imigrantes que não conseguiram arcar com os custos da faculdade e da própria manutenção. E, por serem imigrantes com poucos recursos profissionais, somente conseguem encontrar oportunidade de trabalhar em áreas e serviços pouco atrativos.

Por conseguinte, podemos reafirmar que, são os que vêm por conta própria, sem qualquer vínculo institucional formal, faz aumentar a procura pelo Visto Temporário de Trabalho. Há igualmente casos em que aumenta a procura nas outras instituições de apoio.

Pode ser em razão disto que, encontramos em Fortaleza vários estudantes dos PALOP vinculados às faculdades privadas com matrículas trancadas, muitos dos quais possuem contrato de trabalho temporário, exercendo atividades como garçom, segurança noturna, vigilantes de lojas, alguns trabalham com carga e descarga de mercadorias, entre outras funções, além de outras atividades que são apontadas como menos claras, mas necessárias para suprir as carências ou as faltas sentidas no dia-a-dia.

Em Fortaleza, nas conversas informais *Nô-nâ-N'guenha* o termo do crioulo guineense e *Bicabala* o termo do crioulo sãotomense foram sempre usados para definir a tarefa diária de cada um destes atores para sobreviver no dia-a-dia. As nossas conversas informais foram suficientes para perceber que, raras são as rendas que são suficientes para si mesmo ou para custear o restante do tempo da faculdade, daí que as atividades alternativas de compensação se multipliquem. Nestas atividades, segundo alguns informantes, raros são também os estudantes ou imigrantes oriundos de Moçambique que fazem estas atividades. Os angolanos e sãotomenses têm apresentados como uma minoria na prestação dos serviços citados acima, quando comparados com os cabo-verdianos e guineenses, sendo que além do trabalho, os guineenses residentes em Fortaleza são os que mais procuram a Pastoral do Imigrante para pedir ajuda, uma vez que alguns se quer conseguem arranjar trabalho devido a inexperiência profissional ou outras barreiras subjacentes, o que complica ainda mais as suas vidas, tornando-se totalmente dependente da caridade de outros.

De maneira geral, são os estudantes que não tiveram apoio do Estado, ou não foram contemplados nas políticas públicas educacionais, que contam com o retorno de familiares e, em decorrência de uma sequência prolongada de estadia no Brasil depara-se com dificuldades. Muitos destes ficam incapacitados de arcar com as despesas da formação acadêmica e acabam por abandonar os estudos ficando a mercê da sorte. Importa frisar que, em Salvador e em Recife, apesar de não existir redes sociais construídas entre os egressos do PEC-Ge nem associações de apoio que pudessem assumir diferentes funções, estas cidades apresentaram situações de menor vulnerabilidade em relação aos africanos, se comparadas a Fortaleza, por fim, parece ser apenas uma entre muitas situações que emergem com transnacionalização do ensino superior que, põe jovens de todos os lugares do mundo a deslocarem para vários contextos internacionais em busca de formação acadêmica, experiência profissional ou mesmo para aquisição do idioma.

5.3 - Migrações internacionais: tendências e seus impactos no século XXI.

O fenômeno migratório contemporâneo pode ser caracterizado pela sua intensidade e pela diversificação na qual está revestido, tornando-se cada vez mais complexo a sua tematização, principalmente no que se refere às múltiplas causas que os originam. Entre elas, destacam-se as transformações ocasionadas pela política econômica global, instabilidade política, proliferação dos conflitos e das guerras, terrorismo, violência, as situações à intolerância étnica e religiosa, situações ambientais, assim como os movimentos vinculados aos grandes projetos da construção civil e aos serviços em geral; somando-se ainda ao incremento de vários acordos de cooperação na educação, na cultura e no esporte, como já vimos anteriormente. Todos esses fatores parecem levar cada vez mais a um crescente deslocamento de pessoas e grupos de diversas regiões para as outras, pessoas estas que acabam de alguma forma envolvendo-se nos lugares do destino em vários desafios de caráter político, jurídico, econômico e cultural pelo desejo de algum tipo de participação e reconhecimento ou mesmo de sobrevivência no atual cenário de globalização fortemente marcada pela migração internacional.

Tais fatores levaram alguns especialistas como Gusmão (2005), em sua obra intitulada *Os filhos da África em Portugal* a colocarem algumas perguntas tais como: se o fenômeno migratório atual é voluntário ou forçado? E até onde vai a impressão de que a migração de pessoas para os países desenvolvidos ou ricos emerge da livre escolha ou, então resulta dos aspectos “imprevistos” do atual modelo de globalização neoliberal ou, então, é principal causa? No entanto, parece não haver uma resposta homogênea para estas questões, contudo, vale fazer referência ao filósofo alemão, Roberto Kurz quando este afirma que a necessidade de abandonar explicações do tipo, o ser humano sempre fez guerras e sempre migrou. Para este autor, isto não ajuda a compreender este fenômeno que não é inédito, porém este jamais ocorreu em mais alta escala como agora. Este autor reafirma que, a migração não é um fenômeno recente na história da modernidade, mas entende, todavia, que há um erro recorrente na avaliação quando insiste na ideia de que as pessoas migram livremente em busca de melhores condições.

O autor, ainda classifica a migração como um processo coativo, uma vez que os pobres são livres para negociar sua mão-de-obra, porém fazem-na porque não possuem condições para controlar sua existência. A transformação do capitalismo em escala mundial produziu uma sociedade de exclusão, num sentido mais amplo. Dessa forma, as pessoas

participam de um sistema no qual vendem abstratamente sua mão-de-obra para produzir acumulação infinita de capital. Porém, importa lembrar que para muitos, a migração constitui além do acúmulo do capital, o único meio necessário para sobrevivência.

De fato, a migração internacional atrelada à globalização contemporânea tem despertado a atenção de especialistas de todas as áreas de conhecimento, evidenciando a sua complexidade e implicações no atual cenário, reafirmando igualmente que as migrações em todas as épocas trouxeram desafios múltiplos tanto para os países receptores como os países emissores ou mesmo para as regiões e sociedades nas quais os fluxos migratórios se destinavam. Partindo destapremissa, Siqueira (2006)⁸⁰ lembra igualmente que, em cada contexto histórico estes desafios se configuraram na busca constante de medidas ou estratégia políticas por parte de autoridades do Estado. Em muitos casos, tal medida - como refere Joaquim Marques de Oliveira – resumiam-se a implementação de legislações que visam à regulamentação da entrada, da permanência, da aquisição de nacionalidade e da expulsão de um território nacional um cidadão estrangeiro, entre outras.

No entendimento de Canotilho (2003, p. 59) “estas legislações, permitiram os Estados nacionais abrissem para si possibilidades binárias, chamada: protecionismo e liberalismo”. Para o autor, este binarismo concedeu um respaldo jurídico aos Estados receptores dos imigrantes determinarem a sua maneira de atuar perante o fenômeno migratório, podendo assinalar uma posição receptiva ou negativa perante a entrada de pessoas num território de um determinado país. A partir deste binarismo, Canotilho (*ibid*, p. 67) afirma que “os tipos de decisão política e jurídica sobre vários aspectos de processos migratórios foram restringidos às duas abordagens, a saber: uma abordagem *expansionista* e uma abordagem *restricionista*”. De acordo com este autor, numa tipologia expansionista pode-se observar a existência de um expansionismo de princípio e de um paradigmático. Ainda segundo ele, independente da abordagem que possa ser seguida, observa-se que as justificativas de expulsar ou deixar de acolher um imigrante ou grupos de imigrantes sempre foram às mesmas ao longo do tempo, isto é, o medo de uma invasão dos imigrantes, os riscos de desemprego para os trabalhadores nacionais, a perda de oportunidades assim como o medo da reconfiguração drástica da identidade nacional, soma-se a isso o “medo” do diferente. Para ele, decisões políticas ou jurídicas sobre imigrante quase sempre foram explicadas com base nas tipologias acima referidas. Não temos aqui o espaço suficiente para aprofundar entendimento sobre a legitimidade desses argumentos.

⁸⁰ SIQUEIRA, S. Migração Internacional e seus efeitos na configuração do desenvolvimento da Cidade de Governador Valadares. Disponível em <www.univale.br>, acesso realizado em 20/nov/20014.

Contudo, este autor explica que, no primeiro tipo de expansionismo/princípio, a passagem de fluxos migratórios está associada à abertura de fronteiras de maneira seletiva, mas sempre transmitindo uma ideia de determinação “individual” no ato migratório que fomenta a migração legal. Para ele, tais estratégias ocorrem esporadicamente na maioria dos países desenvolvidos onde estes percebem algumas características, tais como: primeiro, percebem que a população está a envelhecer e isto tende a diminuir a contingência da população ativa; segundo, notam que, na maioria dos países em desenvolvimento costuma-se ter uma população jovem, demograficamente expressiva, enquanto que nas nações desenvolvidas muitos problemas derivam do envelhecimento da população, como a diminuição da população ativa cujo reflexo se manifesta nas dificuldades para financiar a previdência social pelo crescimento dos níveis de dependência. Assim, adotam-se estratégias que, poderíamos por assim dizer, da abertura de fronteiras para a entrada seletiva de atores com grande potencialidade produtiva com o objetivo de atenuar problemas mediante um incremento da migração, resultando no aumento da produtividade com este processo.

De acordo com Canotilho (*ibid*), isto não só beneficiaria aos próprios imigrantes, como também a seus países de origem, uma vez que o retorno financeiro que decorre deste processo, assim como principalmente a transferência de conhecimento técnico permite estimular a atividade produtiva no país de origem do imigrante. Em relação ao segundo tipo de expansionismo/pragmático, existe uma relação direta entre a migração e o mercado de trabalho, uma vez que o aumento da imigração apresenta como razões a escassez de mão-de-obra nacional ou situações de crescimento econômico que requerem capital humano.

Em relação a uma modalidade mais restricionista existe igualmente um restricionismo de princípio e um restricionismo pragmático. Segundo ele, o primeiro modelo é baseado no medo, onde atos de xenofobia permitem adotar um restricionismo de princípio no qual assenta na ideia de que os níveis atuais de imigração ameaçam certos objetivos da sociedade de acolhimento, tendo efeitos perniciosos sobre as camadas sociais de rendimentos mais baixos, privados de acesso aos seus domínios tradicionais de empregabilidade, gerando assim manifestações claras de intolerância religiosa e de outras formas correlatas de descriminação por parte dos indivíduos do país acolhedor.

Quando se coloca um olhar sobre fluxos migratórios contemporâneos e começa a relacioná-los com as tipologias apresentadas por Canotilho, sobretudo o da restricionismo, de princípio, esta restrição parece ser dotada de aspectos teóricos que podem suscitar um grande interesse, uma vez que coloca em debate determinadas questões jurídicas que ganham

importância no contexto da globalização. Quando se coloca um olhar para a onda migratória contemporânea em direção a Europa iniciada nos meados de 2014, essa discussão - quando levam em conta tais tipologias - ganha *status* de reflexão interdisciplinar profunda, é o nosso interesse, trazendo importantes contribuições de cunho teórico e empírico, reforçando a necessidade de alargar seu caráter de abrangência, de significados e implicações sociais, políticos e culturais que acompanham este fenômeno no começo deste terceiro milênio. Na opinião de Castles (2004), as políticas migratórias restritivas falham por diversos motivos, dentre os quais a incapacidade de conter certos deslocamentos na medida em que, são causados pelas forças alheias e involuntárias do indivíduo ou grupo que migra.

Para ele a dinâmica de cada processo migratório parece ser particular, geralmente resulta de um contexto e causa histórica determinada. Desse modo, podemos dizer que o início do século XXI será lembrado pela imagem da criança síria Aylan Kurdi encontrado de bruços e com o rosto enterrado na areia da praia do Mar Egeu. Kurdi de três anos e seu irmão de cinco, acompanhado dos pais morreram em setembro de 2015 quando tentavam chegar à Grécia para depois realizar o desejo de se juntar à família no Canadá, quando numa madrugada o pequeno barco desequilibrado encheu-se de água, jogando seus passageiros na imensidão do mar, dentre estes, as crianças, ficando para memória seus poucos anos vividos entre os bombardeiros do Estado Islâmico e o Exército fiel ao presidente Bashar al-Assad. Diante da maciça difusão dos meios de comunicação social a imagem de Kurdi concorre para ser um dos símbolos do drama migratório no século XXI.

Em geral, a imagem de Kurdi será igualmente associada a um processo migratório como forte inter-relação com a instabilidade política em vários países da África do Norte e do Oriente Médio assim como a Europa do Leste. No entanto, quando se discute a migração no começo deste século XXI, parece não haver como escapar destas discussões, estas deviam iniciar-se a partir da compreensão de que o desdobramento do projeto euro-americano de democratização do mundo concorre para ser principal causa da instabilidade na região referida na atualidade, já que estes vêm sendo intensificado desde o início desse milênio sob outras estratégias e outras formas de intervenções. Importa ressaltar que as referidas nações ainda têm o apoio de alguns países emergentes, mesmo sabendo que, tal projeto tem ocasionado vários conflitos sociais e desestabilização política de diversas regiões do planeta.

Nos países como a Líbia e a Eritréia, talvez se possam falar da desintegração social de povos e culturas que historicamente sempre defenderam e representaram a “civilização” Islâmica antagônica, aquela que predominantemente era aceite no mundo Ocidental, mas que

agora encontram exposta a profanação capitalista através dos eventos patrocinados por aquilo que poderíamos designar-se do “Projeto Capitalista de Democratização do Mundo euro-americana”, onde um dos seus episódios ocorreu no mundo Islâmico recebendo metaforicamente o nome de “Primavera Árabe”, numa tentativa de fazer entender que, tais revoltas sociais e políticas ocorridas, nomeadamente nos países como a Tunísia, Egito, Líbia, Éritreia, Iraque, Síria, entre outros são decorrentes de ações antidemocráticas internas contra os regimes “ditoriais” instalados há mais de um século.

Por enquanto, se pudéssemos falar em resultados concretos de tal “Projeto Democratizador” nos contextos em questão, estes até agora somente trouxeram conflitos políticos, quase sempre interpretados como assentados nas diferenças étnicas, consequentemente resultando na maciça migração e refúgio de milhares de famílias, mas também podemos falar, no sentido de pontuar os resultados de que é lucrativa para os grupos capitalistas que atuam na extração de petróleo, assim como das organizações do ramo das construções, passivas aos atos de destruição, no intuito de lucrar na reconstrução. As transformações políticas ou a ideia de democracia, no seu sentido literal, tem associado a sua importância social até o presente momento à permuta de atores políticos que se substituem sucessivamente na presidência da República, como se vê, no caso do Egito, através das eleições ditas “democráticas”; mas que não conseguem interromper o estado de beligerância e de hostilidades sociais que haviam sido, de alguma forma, contida por regimes anteriores, mesmo com rótulos de serem ditaduras.

Com efeito, põem-se a caminho milhares de pessoas que abandonam dia após dia seus países de origem em busca da paz e estabilidade noutros países, nos quais também encontram um cenário onde existem todas as formas de restricionismo de princípio acima descrita. As nações acima citadas constituem, no momento, os maiores emissores de imigrantes, algumas destas nações, a menos de uma década já se encontrava em ebulação, é o caso da Éritreia, com diversos conflitos armados e instabilidade social generalizada. Por conseguinte, pode-se a partir destes fatos, encontrar a origem de grande parte dessa onda migratória internacional contemporânea, pessoas em busca, no mínimo, da possibilidade de segurança e paz que, parece motivação primária de deixar suas casas, suas raízes e alegorias simbólicas nos seus países de origem.

Por sua vez, o restricionismo pragmático rejeita a ideia de que a ameaça da migração esteja inerente na natureza desta, encarando os conflitos por ela gerados como contingências empíricas, mantendo-se, apesar de tudo, aberto à prova dos benefícios reais da migração sob

uma dada conjectura. É de fato, em torno das potencialidades dos imigrantes abordadas no capítulo anterior que se encontra uma espécie de resposta política para os diversos cenários que possam surgir. Essas rápidas reflexões revelam a complexidade do fenômeno migratório e a consistência da estigmatização dos imigrantes como responsáveis pelas crises sociais, talvez econômicas nos países de acolhimento. Caso para dizer são os relatórios de todas as Instituições Humanitárias Internacionais, onde tais consideram que o mundo vive hoje a maior crise de migração e de refúgio, desde a Segunda Guerra Mundial.

Segundo a Organização das Nações Unidas o contingente de migrantes totalizava cerca de 150 milhões em 2001, ou seja, cerca de 2,5% da população mundial. Já os dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) refere que o número de refugiados reconhecidos pela agência é de 15,4 milhões em 2010, contra 11 milhões de 2001. (ACNUR, 2015 e EUROSTAT, 2015)⁸¹. Os dados mais atualizados da ONU referem que, em 2015, 59,5 milhões de pessoas foram forçados a abandonar seus países devido à violência. Até final de 2015, a previsão é de que haverá um número ainda maior. Os mesmos documentos asseveram que os países com histórico de guerras são os que lideram a lista dos que mais emitem refugiados. Em primeiro lugar vem o Afeganistão, seguido pela Síria, Somália e Sudão, e por fim o Iraque. Ao que parece, nada indica que o número de refugiados possa diminuir nos próximos dez anos.

Desde 2001, o ACNUR registrou um expressivo aumento de pessoas vivendo fora dos seus países. A nosso ver, tudo indica que, não há muito interesse em resolver fatos que determinam estes fluxos, a não ser que eles interfiram diretamente nos interesses sócio-econômicos dos países hegemônicos. Este crescimento de pessoas deslocadas de seus contextos nacionais também é reconhecida pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), que no documento “Globalização e Desenvolvimento” afirmam que nos primeiros dez anos do século XXI ao início da segunda década do mesmo século registrou-se um aumento dos fluxos de deslocamentos de pessoas, razão pela qual esse período já é

⁸¹ O Eurostat produz estatísticas sobre uma série de questões relacionadas com os fluxos de migração, os stocks de população estrangeira e sobre a aquisição de nacionalidade. Os dados são recolhidos anualmente e comunicados ao Eurostat pelas entidades estatísticas nacionais dos Estados-Membros da UE. Em 2010, cerca de 3 milhões de pessoas migraram para um Estado-Membro da UE, enquanto 2,0 milhões de emigrantes terão abandonado um Estado-Membro da UE. Os últimos dados disponíveis revelam um declínio substancial da migração em 2010 em comparação com 2009. Note-se que estes valores não representam os fluxos migratórios de para o conjunto da UE, dado que incluem também os fluxos entre diferentes Estados-Membros da UE. O Reino Unido comunicou o maior número de migrantes (591 000) em 2010, seguido da Espanha (465 200), Itália (404 900) e Alemanha (404 100); juntos, estes quatro Estados-Membros acolheram 61,9 % dos imigrantes nos Estados-Membros da UE. Disponível em: <http://www.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Migration>. Acesso realizado em 15/09/2015.

reconhecido como a “era dos deslocamentos maciços”. No caso da África, ao endurecerem as condições de migração para a Europa, os migrantes dirigem-se para Marrocos, Quênia e Angola, isto é, para os países com crescimento médio positivo no continente.

A *International Organization for Migration* registrou em 2010, mais de 19 milhões de imigrantes internacionais em África. A organization estima que, cerca de 25 mil imigrantes partiram da Etiópia, Somália, Zimbábue e Moçambique para tentar sorte na África do Sul. A estatística apresentada pela *International Organization for Migration*, assim como o Estudo intitulado “*Immigration et Diaspora: Un regard africain*” coordenado pelo cientista político camaronês Jean-Emmanuel Pondi não confirmam o medo europeu de uma invasão africana. De acordo com o referido estudo, a cada 100 migrantes africanos clandestinos, apenas 5 consegue chegar a América do Norte e 1 na Europa, seguindo o restante em direção a outros países africano. Assim, considera-se que a União Europeia está cada vez mais blindada para estes imigrantes, é quase uma fortaleza intransponível.

TRAVESSIAS ILEGAIS DE FRONTEIRAS DA UNIÃO EUROPEIA		
Detenções nas Fronteiras e Deportações		
Nacionalidades	01/2013	12/2014
■ - Afeganistão	25 918	13 169
■ - Síria	861	7903
■ - Albânia	33 260	5651
■ - Argélia	8763	5479
■ - Bangladesh	1647	5417
■ - Somália	4619	5058
■ - Paquistão	3878	4877
■ - Tunísia	1498	2717
■ - Eritreia	1439	2604
■ - Marrocos	1959	2122

Fonte: Frontex - Annual Risk Analysis. International Organization for Migration, 2014. Disponível em www.iom.int Acesso realizado em 15/09/2015.

Figura: 1

A migração africana para os países referidos acima, raramente se realiza de forma direta. De acordo com Pondi (2010) as viagens seguem por cidades que interceptam o caminho, servindo estas de apoio, onde os migrantes passam alguns dias, às vezes meses, o tempo necessário para juntar algumas economias e partilhar narrativas de viagem em que a ganância dos motoristas de transportes existentes disputa com a corrupção policial e a brutalidade dos bandidos em cada trajeto. O objetivo de viajar, vencer e mandar recursos para

a família no país de origem é mais forte do que os assaltantes ou trabalho duro, ou até explorações nas mineradoras.

De acordo com os dados do Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) e da Divisão de População da (CEPAL), houve, na América Latina e no Caribe, nos primeiros cinco anos deste século, um significativo aumento do número de migrantes internacionais, passando de 21 milhões, em 2000, para 26 milhões, em 2005. Essa cifra representa 13% dos cerca de 200 milhões de migrantes internacionais em nível mundial. Para a avaliação desses dados é importante ter em mente que, com a expressão “migrantes internacionais” entendem-se todas as pessoas latino-americanas e caribenhas que vivem fora do país em que nasceram. Nesse sentido, os migrantes internacionais latino-americanos podem ser divididos em duas categorias: os migrantes internacionais intra-regionais, ou seja, que migraram para outro país da região, e os migrantes internacionais extra-regionais, ou seja, que se deslocaram para a América do Norte ou até mesmo para outros continentes. (CELADE, 2006⁸² apud CEPAL, 2006, p. 72)⁸³

O panorama migratório apresentado faz com que o tema das migrações internacionais se afigure na pauta, impulsionado ainda mais com o drama migratório para a Europa, iniciado efetivamente em 2011, despertando a atenção de especialistas nos quais voltam a refletir, contribuindo para evidenciar sua diversidade, significados e implicações. Todavia, é para dizer que existem reflexões que se mostram limitadas pelo fato de suas interpretações apontarem para perspectiva queisentam os países centrais de qualquer responsabilidade. Essas análises, ideológicas e descontextualizadas, na realidade, omitem as influências que as dinâmicas geopolíticas e econômicas internacionais exercem no acirramento deste drama migratório contemporâneo. Patarra (2006) se mostra favorável à diversificação da discussão quando afirma que o debate deve evidenciar posições ideológicas que se confrontam na tentativa de enfrentamento das contradições e crise de múltiplas ordens hegemônicas. Este autor também entende que, grandes partes dos movimentos migratórios internacionais constituem em contrapartida o resultado de reestruturação política de algumas regiões do planeta, intrinsecamente relacionada à instabilidade social e econômica que afeta principalmente as sociedades culturalmente diferentes da civilização ocidental.

Já Hily (2003) analisa a migração internacional contemporânea observando as mudanças sociais e políticas das sociedades, a exemplo da egípcia e iraquiana, atribuindo os ideais Ocidentais - Direitos Humanos e Democracia - os maiores protagonismos dos seus

⁸² CELADE. *Migración interna y distribución espacial*. Temas de población y desarrollo, n. 6, 2006.

⁸³ CEPAL. *Migración internacional, derechos humanos y desarrollo*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2006.

efeitos, chamando atenção para alguns aspectos importantes, especialmente sobre o convívio da diversidade cultural e da integração. Mas, alerta para a análise das mudanças no condicionante ideológico do fenômeno migratório nas últimas décadas do século XX, assim como para as migrações das primeiras décadas do século XXI, sobre a qual afirma que:

[...] período anteriores foram marcados pelas políticas migratórias liberais, onde os governos estimulavam a entrada e permanência de estrangeiros, como forma de garantir a oferta de mão-de-obra, tão necessária para a ocupação dos territórios, assim como, a expansão de atividades econômicas. E, em alguns casos, havia a preocupação em promover o ‘branqueamento’ da população, incentivando a migração de europeus. Sendo que, somente no início do século XX, as políticas passaram a conter restrições, particularmente quanto à discriminação de asiáticos, como aconteceu com os chineses no Canadá, Estados Unidos e Austrália. Desta forma, houve a retração do movimento migratório no mundo (HILY, 2003, p. 51).

Há entre especialista certa concordância de que as migrações internacionais ganharam parâmetros mais complexos mediante o processo de globalização econômica contemporânea e de alianças regionais em forma de comunidades geopolíticas. Martine (2005, p. 3) afirma que “a globalização tão falada é parcial e inacabada”, mas que se reflete claramente nas migrações; enquanto a integração econômica, idealizada e gerenciada pelo liberalismo que incide seletivamente sobre os países, proporcionando maior distanciamento entre colonizadores e colonizados ou entre ricos e pobres. Tal panorama aumenta a migração, uma vez que algumas regiões se configuram neste processo apenas como campos de extração e, as regras do jogo da globalização não se aplicariam a elas, tornando recintos de instabilidade social e violações de direitos humanos, que nada mais é que a outra fase da modernidade e da globalização contemporânea.

Orelatório anual da CEPAL mencionado acima apresentou em março de 2015 duas perspectivas migratórias. A primeira apresenta os países receptores detalhando a origem de seus migrantes. O relatório apresenta a composição dos fluxos, mostrando a importância ou a determinação de alguns elementos como: distância, idioma, relações históricas e as afinidades culturais. O fator distância é exemplificado pelo Comitê, demonstrado no caso do Japão, onde a maioria dos estrangeiros, cerca de 48%, são provenientes de países próximos como a China (20,3%), Filipinas (20%) e Coréia (8,2%). O mesmo ocorre nos países como os Estados Unidos, onde os vizinhos: México, Canadá e República Dominicana são responsáveis por cerca de 25% dos imigrantes.

A segunda análise realizada pelo CEPAL centra nas relações históricas, a exemplo dos laços culturais que evidenciam na origem dos migrantes para o Reino Unido e França, onde prevalece a forte presença do imigrante proveniente de países de diferentes continentes, cujos laços foram construídos a partir dos longos anos de relações imperialistas e expansionistas. Na França os provenientes de ex-colônias, como a Tunísia, Marrocos e Argélia somam mais de 25% dos imigrantes. No Reino Unido esta realidade é mais explícita, onde cerca de 50% dos imigrantes são provenientes de suas ex-colônias: Estados Unidos, Austrália, África do Sul, Índia e Nova Zelândia, entre outras que aparecem ocupando as cinco mais expressivas comunidades de imigrantes.

Todavia, os laços culturais, relações históricas ou proximidade geográfica são de fato interessantes, uma vez que trazem aspectos distintos e fundamentais para compreender fatores que pesam na escolha do destino. Não obstante, parece não explicar totalmente o direcionamento dos fluxos migratórios contemporâneos, na medida em que é motivado na sua maioria pela migração forçada de pessoas e grupos que tentam escapar, às vezes dos bombardeiros dos grupos políticos rivais o que leva, por exemplo, um sírio, um iraquiano, um líbio, um sudanês, entre outros a vir, por exemplo, para o Brasil ou para Grécia, países que além de não compartilharem afinidades em termos culturais com os refugiados que chegam são geograficamente distantes. Porém são esses grupos sociais que estão a se refugiar em busca de segurança, não se importando estes com especificidades culturais das sociedades que queiram os acolher.

Em decorrência deste fenômeno observa-se que, os Estados têm reforçado a tendência de restrição e controle cada vez mais rigorosos da migração, para impedir especialmente o crescimento da migração ilegal assim como conter formas aceleradas de reconfiguração identitárias. Geralmente estes controles são introduzidos através de reformas na legislação com o objetivo de controlar as migrações não autorizadas, assim como o maior controle das fronteiras e regularização dos migrantes não documentados. É nesta senda que Hily (2003) e Martine (2005) encontram paradoxos nas políticas de migração internacional no atual contexto político planetário, enfatizando que o “Mundo sem fronteiras” é parte essencial que integra a definição técnica da globalização contemporânea, mas não se aplica ao movimento de determinadas pessoas. Ressaltam ainda que, as fronteiras se abrem para os capitais e mercadorias, mas estão cada vez mais fechadas aos imigrantes e refugiados.

Para estes autores, essa é a grande inconsistência que define o atual momento histórico das migrações internacionais cuja evidência pode ser percebida com o longo silêncio dos

governos europeus diante do drama da migração no qual foi preciso esperar até que o Mediterrâneo fosse transformado num cemitério que abrigasse centenas de pessoas mortas para que surgissem as primeiras reações dos dirigentes das nações economicamente mais desenvolvidas da Europa. Mesmo assim, prevalece à indiferença dos governos europeus face ao drama migratório em geral e, em relação aos refugiados, parece que estes terão que conviver nas próximas décadas com esta realidade e com todas as formas de diferenças culturais, uma vez que as instituições como a ACNUR mostram que:

Nos últimos anos, outro tipo de deslocamento geográfico se tornou mais comum e assustador: os assim chamados ‘refugiados’. São pessoas obrigadas a se deslocar por causa de guerras, secas, inundações, furacões e outras calamidades ‘naturais’. A ACNUR calcula em milhões o número de pessoas deslocadas por causa de desastres naturais e guerras. ACNUR, estima que até 2050, cerca de 50 milhões de pessoas enfrentarão a mesma situação, além de cerca de 250 milhões permanentemente deslocadas por fenômenos diretamente relacionados a condições climáticas. Cabe lembrar que esses deslocamentos forçados também decorrem de situações de injustiça e exclusão social (ACNUR apud CASTLES, 2004, p.147).

O relatório do PNUD ainda ressalta que estas catástrofes naturais serão, na realidade, antropogênicas, na medida em que o número de mortos e feridos por elas provocados assim como número dos desabrigados que procuram refúgios em outros países pode crescer assustadoramente nas próximas décadas. No entanto, pode-se afirmar que o atual fluxo migratório para a Europa até o momento é marcado predominantemente pelas explicações emotivas sobre os fatores que os causam como as guerras, perseguições religiosas, terrorismo, fome e miséria. Impressiona as imagens de desespero de mulheres e crianças na travessia do mediterrâneo que enfrentam frio para chegar à nova terra o que contribui para uma relativa aceitação momentânea por parte de algumas sociedades do destino, sendo que os efeitos de sua diversidade étnica e racismo são temas que deverão predominar os debates futuros no interior das disciplinas como antropologia, sobretudo quando a situação atual alcançar níveis de controle relativo. No entanto, pode-se afirmar que além dos problemas que surgirão ligados a problemática das diferenças culturais há ainda outra situação que poderá estabelecer e definir determinadas fronteiras entre parte da sociedade local e grande parte dos imigrantes; trata-se da dimensão do trabalho, pois pessoas em condições de refúgio costumam concentrar-se em certas atividades que, geralmente exigem pouca qualificação, por isso poderão vir a concorrer com parte da população nativa segregada, de baixa renda, até mesmo excluída.

Analiticamente, podemos assegurar que a problemática migratória, envolvendo especialmente as pessoas que deslocam de países em conflitos, sem dúvida constituirá um dos desafios mais urgentes no panorama internacional contemporâneo, uma vez que a realidade das pessoas coagidas a fugir dos seus países parece que não deve ter respostas humanitárias e políticas adequadas por parte da Comunidade Internacional, já que as principais nações que gozam do alto protagonismo econômico mundial têm, no passado muito recente, a memória de alguns fatores numeráveis que, a nosso ver, constituem pretextos que impedem ações políticas e diplomáticas pró-ativas, pelo menos a curto prazo.

De um lado, os atentados de 11 de setembro e a mais recente ação terrorista em Paris, ao Jornal francês, *Charlie Hebdo* e o atentado na casa de shows *bataclan* em 2015 revigoraram, segundo vários estudiosos, os ideais republicanos em quase todas as sociedades ocidentais, provocando a intensificação de sentimentos nativistas. Em âmbito estatal provocou igualmente tomadas de decisões mais restritivas relativa à política de migração com suspeitas generalizadas, exacerbando os medos e preconceitos que de alguma forma pode dificultar os procedimentos de determinação da condição da distribuição de refugiados que chegam atualmente na Europa assim como para outros países como os Estados Unidos.

Estes alegam existir dificuldades de identificação de verdadeiros refugiados que solicitam asilo e dos radicais islâmicos supostamente infiltrados. Em outras palavras, existe uma alerta internacional de que os *jihadistas* estão infiltrados entre os refugiados, as autoridades europeias têm medo de abrirem as fronteiras dos seus países para os extremistas entrarem junto com aqueles que tentam escapar dos conflitos. Este fato permite as autoridades fazerem uma ligação entre imigrante ilegal: refugiado que busca segurança; e os terroristas: que almejam outros propósitos. Neste novo cenário, esta lógica parece muito difícil para ser entendida e aceite diante do drama migratório que envolve famílias inteiras, mulheres e crianças. Mieth (2008) constatou que, nos últimos anos grande parte dos recursos da defesa dos EUA foi destinado para à fronteira com o México, um país Latino Americano onde até então não tem nenhuma confirmação de existência de grupos organizados sob a forma de terrorismo, a exemplo da Colômbia. Porém comenta-se que pode existir algumas células de terror no Canadá, no Reino Unido ou na Índia, países nos quais a entrada dos cidadãos destas nações em qualquer Estado Norte Americano é menos restrito.

A França, por seu turno, restringe e endurece a vigilância contra a entrada dos africanos, em especial os magrebinos, no seu território enquanto os próprios jovens franceses se alinham aos grupos terroristas, o que de alguma forma coloca em dúvida a lógica da severa

restrição da entrada dos refugiados e concessão de asilos; pois as pessoas forçadas a sair de casa parecem nada têm com o terrorismo.

É caso para dizer que, os integrantes de grupos cuja ação terrorista conhecidas pelo seu impacto nas sociedades onde ocorreram e sua repercussão no contexto internacional parecem terem entrados com seus documentos como passaporte e vistos como validade em dia através dos próprios aeroportos americanos, francesas, inglesas, entre outros, às vezes como estudantes, professores, turistas, empresários ou homens e mulheres de negócios, mas que não há por causa disso restrições severas. Enfatiza-se que, a questão da segurança nacional é uma prioridade para todos os Estados soberanos assim como proteger o Estado de direito, as liberdades fundamentais e a coesão social numa perspectiva mais ampla. Todavia, o paradoxo encontra-se justamente em militarizar as fronteiras de países latinas americanos para impedir que o próximo Salah Abdeslam não entre nos Estados Unidos ou na Europa através delas, o que parece uma tentativa especulativa para desviar a atenção política internacional.

Há que ressaltar igualmente que, os motivos aduzidos para a demora no enquadramento humanitário dos refugiados pelos franceses, britânicos, entre outros países parece que nada tem com a luta anti-terrorismo.

Por vezes, acredita-se na existência implícita de uma guerra entre cristãos e muçulmanos, onde este último é tido como um credo beligerante e ponto final! Se existisse de fato tal guerra, então, não há como negociar. Neste caso, pode-se afirmar que as possibilidades de negociação diminuem na medida em que não há reconciliação quando a guerra é de fato religiosa. Mas, entendemos que o fomento da islamofobia não passa de um pretexto de alguns países ocidentais fomentado pelos grupos políticos conservadores, tendo o Estado Islâmico e outros jihadistas como um bode expiatório. Entretanto, no caso da Síria, assim como outros casos, pode-se negociar com quem tiver essa disposição, a nosso ver, essa disposição deve emergir exatamente entre os próprios países como os Estados Unidos, a Rússia e a União Europeia, uma vez que há vários países envolvidos, interessados em viabilizar a logística e homens para suprir as demandas da guerra, porém, diga-se de passagem, quando há envolvimento de outras forças pode-se não conseguir chegar aos atores em si, mas pode-se chegar àqueles que os apoiam e defendem, isto é, por intermédio dos aliados, pode-se encontrar uma solução para toda a região do Oriente Médio.

Não obstante, percebe-se que este fenômeno representa um grande desafio para as Organizações Humanitárias e, na mesma proporção possibilita a ascensão política dos partidos conservadores, os chamados extrema direita que, ganham terreno e defendem o

sentimento nacionalista, legislam a favor da criminalização da migração e dos imigrantes nos territórios dos seus países.

Perante estes fatos, quais são as alternativas? Acredita-se que, trata-se de um fenômeno complexo talvez não haja uma única resposta; talvez daqui algumas décadas quando se puser a pensar, pode-se perceber que este fenômeno foi uma estação de virada. Richard Alba observa que, “ao longo da história, fluxos migratórios foram responsáveis pelas mudanças sociais importantes na redução de desigualdades”. Alba recorda que, com a chegada de migrantes e refugiados aos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial, num período de três décadas, distinção entre grupos étnicos e religiosos ganharam o seu significado social na dinâmica da população branca. A integração tornou-se fácil pela ampla expansão econômica do país naquela época. No entanto, isto pode se repetir na Europa, significando o começo de uma abertura no sistema migratório no sentido mais amplo.

O relatório do Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat) aponta a intensidade de fluxos migratórios e crescentes mobilidades intercontinentais de pessoas para todos os fins nas três últimas décadas, principalmente para Europa, a partir do momento em que o BRICS assumiu grande protagonismo desenvolvimentista do Sul, conseguindo reunir todas as potências emergentes e, tomando para si a responsabilidade de reorganização política e econômica de países subdesenvolvidos, tendo por assim dizer, conseguido coletivamente neste começo do século XXI um bom crescimento econômico, ao ponto de algumas economias periféricas ultrapassarem o desempenho econômico de vários países europeus, permitiu a intensidade de circulações até mesmo das migrações econômicas para todas as direções do mundo, principalmente para os países que integram a União Europeia e América do Norte (EUROSTAT, 2015).

Com efeito, o crescimento econômico do BRICS possibilitou a expansão de emissão de vistos para os cidadãos de nações em desenvolvimento tanto para os fins de estudos, sob tutela de diversos programas de mobilidade acadêmica e intercâmbios culturais, tanto para as atividades empresariais e negócios; assim como houve grande incentivo internacional por parte dos governos de países desenvolvidos com os programas da promoção de turismo através dos investimentos de natureza empresarial que acabaram contribuindo para o aumento da qualidade, da inovação e da competitividade da oferta do setor turístico nestes países cujos efeitos direto ou indireto resultaram no aumento das viagens turísticas assim como da permanência, gerando bons números para a economia, reduzindo os efeitos negativos de recessão econômica nos principais mercados receptores de fluxos turísticos em toda a Europa.

No entanto, ficaria a percepção de que a dificuldade econômica tanto pode facilitar a abertura dos migrantes como pode impedi-la.

Mas, os fatores que facilitariam a migração, segundo Augé (2010) nunca serão suficientes para significar a eliminação de fronteiras entre os países ou até mesmo diferenças étnico-raciais, muito menos significariam a superação da desigualdade entre ricos e pobres. Dissemos anteriormente que o BRICS constitui um bloco econômico, apenas compartilham entre si um desempenho econômico semelhante, por isso fortalece a necessidade de se manter alianças para ganhar mais barganha no cenário internacional. Com efeito, a estabilidade política e econômica dos BRICS e demais nações do Sul incrementou o fenômeno inédito no contexto da migração na medida em que alguns países que, até um tempo atrás, somente recebiam pessoas oriundas de outras nações na condição de imigrantes, passando estes a emitir seus cidadãos e recebidos igualmente como migrantes em outras regiões do mundo.

Hoje, diante da gigantesca onda de migração na qual parece a Europa não conseguir conter, nota-se que há famílias em meio a tantas outras que se desloca para encontrar os parentes que já viviam em algum dos países daquele continente, o que por si só já facilita o acolhimento e manutenção em tempos de fuga. Apesar, de ser um contingente muito pequeno de pessoas que também são forçadas a correr para casa dos parentes nesses países, suas situações relativamente favoráveis permite alguns governos a facilitar o acesso temporário, uma vez que não causam nenhuma despesa extra para o Estado já que se dirigem para residência de algum parente, todavia, é entorno destes que se constroem um discurso político humanista, onde é veiculada a falsa noção de que: “as portas estão abertas”, para receber as pessoas que fogem dos seus países por causa da guerra e procuram segurança num dos países do continente europeu. É desta forma que alguns países encobrem suas posições diante da falta de vontade de absorver os refugiados, restando estes últimos, simplesmente as opções de serem absorvidos e enquadrados como ilegais ainda que sejam refugiados.

De acordo com algumas Instituições Humanitárias, nos países mais visados pelos imigrantes são constituídas instalações de recolhas dos imigrantes ditos ilegais, somente a Itália e a França mantêm cerca de 20 complexos de detenções onde os ilegais ou refugiados permanecem detidos por vários meses enquanto esperam a deportação para zonas de conflitos das quais partiram. Segundo Vainer (1999)⁸⁴, no entanto, pode-se falar em aproximação, mas não numa única categoria entre a condição do migrante ilegal e aquela do refugiado. Porém

⁸⁴ VAINER, C.V. *Deslocamentos compulsórios*: Restrições à livre circulação: Elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. In Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000268&pid=S0102-3098201000010000700046&lng=pt Acesso realizado em dezembro de 2015.

em caso de violência e perseguições no país de origem, tem-se uma situação onde o imigrante indocumentado pode ser caracterizado como um “refugiado de fato”.

O recente panorama migratório para a Europa expôs a fragilidade de compromissos internacionais pelos direitos humanos; algumas organizações independentes como *Physicians for Human Rights*, *Global Detention Project* e *The Migration Observatory* denunciaram a inoperância dos centros de detenções na Itália, França, Espanha, Holanda e Reino Unido, afirmando serem incapazes de garantir a dignidade e os direitos humanos básicos, mas quase ou nada foi feito; os problemas vão desde a administração das suas instalações evidenciadas com existência de pessoas mantidas em barracas e navios. O relatório anual da *Physicians for Human Right*, sublinha que, os imigrantes detidos nestes países sofrem torturas psicológicas e mentais graves, principalmente por não saberem quando a prisão vai acabar e, qualifica a detenção dos refugiados como pior que a prisão comum, que tem duração definida. Estas organizações humanitárias fazem denúncias ao afirmarem que a busca de asilo ou refúgio coincidem com os flagrantes de incumprimentos de quase todas as Convenções Internacionais dos Direitos Humanos, especialmente pelas nações liberais.

Desse modo, a ideia de que pode ser perigosa qualquer tentativa de esvaziar a proteção internacional dos imigrantes e dos refugiados, principalmente num cenário de drama migratório que se desenha para as próximas décadas, parece ser bem capturada pela CEPAL e pela ACNUR. No entanto defende-se que, diante do crescente deslocamento de pessoas, a preservação dos instrumentos internacionais de proteção em matéria de migração e de refúgio, pode servir de *mais-valia* a contundente afirmação do direito universal à vida e à segurança que todos os seres humanos precisam, independente de sua origem ou crença, onde quer que esteja. Com base nisso Castro (2008, p.90) observa que “o panorama de crescimento dos deslocamentos parece questionar a história política do planeta”.

Segundo Augé (2010) é questionável a manutenção das fronteiras tradicionais no momento em que um mercado liberal mundial ocupa espaço, e onde as tecnologias de comunicação parecem suprimir cada dia mais obstáculos, ligando o espaço ao tempo. Todavia, tem sido difícil lidar com alguns fenômenos do período, como a migração maciça de pessoas forçadas a saírem de suas casas por causa das guerras e perseguições, o que por si só já revela as aparências da globalização, recobrindo desigualdades, podendo ser constatadas em diferentes escalas. A permissão de entrada de refugiados e outros agentes não econômicos para os países ricos tendem a assumir formas trágicas. O autor ressalta que, são os países liberais que erguem muros, prisões para se protegerem dos imigrantes, principalmente dos

refugiados. Os refugiados fogem das guerras, das perseguições políticas, étnicas, religiosas que colocam em causa suas vidas, por este motivo são merecedores de uma recepção humanitária que assente no imperativo de ordem internacional, respaldado na Convenção das Nações Unidas disposto no Estatuto dos Refugiados.

Deste modo, os refugiados, pelas suas condições de fuga gozam de alguns privilégios pré-escritos nas Convenções Internacionais de Direitos Humanos, devendo-se por isso contar com o amparo de todas as nações modernas, o que implica um procedimento neutro face a nacionalidade, cor da pele, religião, idade, sexo, habilitações ou competências individuais e, por princípio, esta deve ser uma recepção transitória. Porém, nota-se que diante da lógica fria e do racionalismo de cálculos orçamentários, quase todos os países nos quais os refugiados se dirigem se esforçam para o não acolhimento, evitando situações que podem agravar suas finanças. Um refugiado parece que não precisa ser mais-valia ou ter mão-de-obra qualificada, mas os argumentos a favor de vantagens econômicos como critérios para não receber pessoas em fuga que pedem um espaço para ficar pode ser problemático e levar a um resultado perverso.

Os liberais não devem silenciar ou deixar procurar respostas perante a crise migratória para a Europa, onde ao invés de acolherem mulheres e crianças refugiadas, preferem desenhar novas fronteiras, ou antes, novas barreiras entre eles e os “outros”, que se erguem sob todas as formas, principalmente quando tratam imigrantes ou refugiados como terroristas, clandestinos ou ilegais, termos emprestado a Marc Augé. Todas as categorias referidas definem um imigrante como aquele que entra num país de destino, violando as leis de migração deste país. Em outras palavras, imigrante ilegal pode ser descrito como um estrangeiro que atravessa ilegalmente uma fronteira política internacional seja, por via terrestre, área, ou por via marítima. A ilegalidade atinge igualmente o estrangeiro que entra num país e permanece após o vencimento do prazo da condição que permite a sua permanência legal num país.

Assim, “parte dos estadistas que sonham com uma sociedade mais humana, que consideram que o planeta é sua pátria, jamais deve ignorar a força do enclausuramento comunitário, cultural dentre outros que desejam afrouxar as fronteiras” (AUGE, 2010, p. 33). Entretanto, o que se pode concluir é que parece claro que ganhos da globalização econômica atual pertencem a uma casta de “privilegiados” no meio de bilhões de pessoas exploradas e vitimadas em todo o mundo. Segundo Kuschel (2007) a migração não é um crime, ou não deveria ser considerado um delito! Ao contrário, pela dimensão gigantesca e a complexidade de seus desdobramentos entre nações emissoras e receptoras, até neste meado da segunda

década do século XXI deveria vigorar como parte da agenda-política permanente de desenvolvimento dos países e não como mera questão de segurança nacional, uma vez que:

[...] As migrações internacionais estão provocando a difusão da diversidade religiosa no mundo inteiro. É cada vez mais difícil identificar países ou regiões geográficas, onde predomina de forma absoluta uma determinada religião específica. Começa-se a surgir sinais evidentes da 'Islamização' da Europa, pois se estima que, em 2020, o continente poderá contar com cerca de 20 milhões de muçulmanos. Nos Estados Unidos a migração mais intensa provém da América Latina e Caribe, ou seja, de países predominantemente católicos. Cresce a cada ano comunidades evangélicas em diversas regiões da África. Essa migração trará consequências tanto religiosas quanto culturais: calcula-se, por exemplo, que em 2050, 53% dos católicos estadunidenses serão latinos, o que poderá acarretar significativas mudanças no rosto e na prática do catolicismo na América (KUSCHEL, *ibid*, p. 78).

Neste sentido é que alguns especialistas, como (Wilfred, 2006 e Mieth, 2008) descrevem os desafios ligados ao crescente diversidade ou pluralismo religioso no mundo quando observam que jamais as sociedades experimentaram conscientemente a diversidade religiosa como agora e, atribuem este fato, em parte, à maciça migração de pessoas pelo mundo, impulsionada pelas políticas de integração econômica comunitária, pela tecnologia e pelos meios de comunicação que colocam em contatos os agentes culturais e religiosos, tradicionalmente antagônicas e estranhas entre si, assim como impulsiona o renascimento das identidades locais. Há, portanto, quase que um consenso de que entre primeira até o começo da segunda década do século XXI houve uma intensificação de uma série de mudanças fundamentais de problemas da consciência social em relação à religiosidade, estas fizeram com que o olhar e a atenção dos antropólogos se voltassem à noção de diversidade religiosa como eixo fundamental para entender o que está acontecendo nesse período ou mesmo prever os tempos vindouros.

No entanto, parece óbvio que todas as civilizações - em particular a civilização ocidental que se caracteriza, antes por ser cristã, naquilo que a determinou como essencial - vive desde décadas passadas um fenômeno de deschristianização massiva dos seus jovens, ao contrário do que sucedeu durante séculos, uma educação de base cristã; para além de viverem em sociedades nas quais a crença religiosa foi relegada para o plano das consciências individuais e deixou de ser uma herança sociológica indiscutível. Ao contrário, percebe-se certa proliferação de todas as outras crenças religiosas no mundo, isto parece suscitar algum tipo de inquietação no mundo ocidental.

O crescimento da importância de todas as religiões no contexto universal decorre, em parte, das migrações e tudo indica que continuará tendo por bem ou por mal tamanha

repercussão no sentido de tolerância ou de endurecimento de posições que, por sinal, já começou formalmente no sentido negativo. Pode-se tomar como exemplo o primeiro ministro da Hungria Viktor Orban, tornando-se o primeiro vilão da crise migratória contemporânea por considerar todos os refugiados como imigrantes econômicos. Este afirmou ainda que “os refugiados não vêm das zonas de conflitos e nem procuram a Europa por causa da segurança, mas vêm com o propósito de conseguir vida melhor”; Orban adota, deliberadamente, uma política de dissuasão, comprometendo-se, inclusive, em aceitar em territórios húngaros, tão somente imigrantes ou refugiados não muçulmanos, sendo os demais combatidos pelo exército e pelas outras forças húngaras. Abrimos espaço aqui para referir que o termo imigrante econômico, envolve o deslocamento de pessoas em busca de uma vida melhor em decorrência da falta de oportunidades no mercado de trabalho no país de origem e da atração exercida pela riqueza material do país de destino. Contudo, acredita-se que o migrante econômico também deve ser recebido por razões econômicas, isto é, em função da necessidade de absorção de um tipo específico de profissional no mercado de trabalho, por isso, não deve ser rotulado como marginal. Importa ressaltar que a migração econômica, assim como o deslocamento por refúgio, são realidades diferentes, dessa forma, ambas devem ter tratamentos diferenciados.

O mundo inteiro parece sofrer ou beneficiar-se com as influências do processo acelerado de migrações, porém, a partir das evidências que o CEPAL (2014) através do seu relatório de 2014 levanta, tem-se o seguinte questionamento: como será o cosmopolitismo? Pois, parece que o problema das relações não é mais entre o nativo e o migrante, mas entre o local e o global, onde o local se globaliza. Para alguns especialistas, estas evidências empíricas tendem a colocar em pauta a necessidade de reconhecimento da alteridade, assim como os direitos humanos, visando atenuar as incertezas em relação à presença do *outro* e pulverizar a resistência ao *outro*, podendo inviabilizar o etnocentrismo. Concordamos com Marc Augé quando este sublinha que a globalização continuará sendo cada vez mais necessária para o próprio controle e gestão da migração, a mobilidade e o trânsito numa perspectiva mais abrangente. No entanto, o autor lembra que, isto não quer dizer, que os Estados devem abandonar o seu papel de regulação a entrada dos estrangeiros nem a sua permanência no território.

Por conseguinte, a questão permanente é: como relacionar com o outro neste encontro, mesmo sabendo que no passado nem sempre estes encontros foram pacíficos e cordiais. Hoje, a antropologia dispõe de lições importantes para intervir, nomeadamente as lições que

ensinam a nos descentrar de nós mesmos assim como da nossa própria sociedade e cultura, abrindo-se para novas possibilidades de aprendizagem com os outros que entram para fazer parte da nossa sociedade, como disse Sahlins (2007, p. 8) “o indivíduo apreende o mundo a partir de esquemas simbólicos que ordenam suas relações cotidianas, mas que jamais devem ser entendidos como os únicos possíveis”. Com essas palavras, o autor quis dizer que, outros grupos podem organizar tais esquemas simbólicos de forma diferente da nossa e, desse modo sempre lidamos com diferentes probabilidades de aprendizagem possíveis.

Importa ressaltar que, pela dimensão e abrangência do fenômeno não se oferece nenhuma outra opção civilizatória para lidar com o problema migratório contemporâneo, a não ser que se preparassem as sociedades de uma forma adequada a ponto de perceber, pensar e sentir o outro. Isto parece à melhor maneira possível de enfrentar a diferença e a alteridade, o que já acarreta uma grande demanda universal para uma antropologia pedagógica, para orientar sobre a diversidade étnica e o pluralismo religioso, entendendo-os como fenômenos crescentes e, talvez, irreversíveis. A questão não é aceitá-los ou não, mas como lidar com eles. Pode-se ensinar que a presença do outro que se situa num polo cultural diferente do eu pode gerar diálogo e enriquecimento recíproco; já, numa perspectiva etnocêntrica, gerará conflitos que podem envolver gerações em genocídios ou em etnocídios.

Para tanto, quanto a integração sócio-cultural dos grupos que chegam, acreditamos na possibilidade de excluir, de um lado, modelos de assimilação, para não fazer do diferente uma cópia de si mesmo; de outro lado, deve-se evitar o modelo de marginalização, com atitudes que podem chegar até as opções de *apartheid*. O ato de acolher e de integrar deve ser abordado numa perspectiva simétrica entre interlocutores em vista do enriquecimento recíproco. Numa perspectiva mais empírica, pode-se afirmar que, as sociedades contemporâneas vivem aquilo que Marshall McLuhan chamou de “Aldeia Global”, ainda que seja atravessado com o paradoxo do individualismo.

O desafio da alteridade, decorrentes de relações étnico-culturais parecem tornar-se uma prioridade absoluta, sobretudo no que concerne o cotidiano dos imigrantes e refugiados assim como as sociedades que os recebem. A lição veio do mestre, Marcel Mauss quando ensina que, os “homens não internalizam regras e normas estruturais de conduta para serem executadas cegamente, além de seu caráter biológico, fisiológico e psicológico o indivíduo constitui uma invenção social recente e, não apenas um dado objetivo como emerge em Durkheim” (Mauss, 1974, p. 201). Ele afirma:

[...] comportamento e símbolos em jogo entre pessoas e grupos sociais são simplesmente estabelecidas pelas faculdades imaginativas complexas do homem através de vários processos igualmente sociais e educativas. É com este complexo psicológico total que estamos lidando. Não podemos descrever o estado de um indivíduo ou sociedade “obrigada”, isto é, moralmente presa, culturalmente alucinada por suas obrigações, por exemplo, uma questão de honra, a não ser que saibamos qual o efeito fisiológico e não apenas psicológico do sentimento desta obrigação (MAUSS, 1974, p. 201).

O regramento moral da sociedade, segundo Mauss encontra-se também no plano da relação simbólica, da expectativa da ação e reação do outro, assim como na dimensão psicológica e fisiológica. As regras e normas de conduta social, cultural e moral, como uma relação simbólica dirigida ao outro, também são inconscientes, mas também operam em outros planos, como o psicológico e o fisiológico. Mauss explica que, uma sociedade e sua cultura são entendidas menos como uma dualidade dicotômica entre indivíduo e sociedade, do que como um sistema simbólico total. A estrutura social não está, jamais, definida rigidamente *a priori*; nada está pronto e acabado de uma vez por todas. Querendo com isso dizer que, há, no entanto, a possibilidade de mudanças, de inovações de atitudes em relação ao Outro, de descontinuidades a partir das relações vividas ou experiências novas postas em movimento pelas pessoas e grupos sociais.

Segundo Maussa consciência étnica ou religiosa que há muito pensava que reunia todas as características dos fatos sociais era precisamente o seu aspecto simbólico. Na maioria das representações coletivas e modernas, a crença religiosa foi relegada para o plano individual, já não se trata de uma representação única, de uma única coisa, e sim de uma representação escolhida arbitrariamente diante de várias opções. Nesta perspectiva, importa, com efeito, ressaltar que a construção da identidade social é histórica, contudo, nada possui de biológica ou de genética. Na atualidade, são os partidos de extrema direita com ascensão crescente na Europa que mais defendem esta vertente identitária que de nada tem de científico e, muito menos da política moderna.

Também nessa mesma linha de reflexão Stuart Hall (2009) defende a ideia de identidade como uma construção, portanto, não é coesa, sólida e nem estável como era no passado, onde os sistemas sociais forneciam uma quantidade menor de papéis com os quais os sujeitos podiam se identificar. Na atualidade, a construção da identidade, de tal forma segura e singular, tornou-se uma tarefa difícil devido às mudanças estruturais decorrentes de processos amplos de transformações impulsionadas pelos fluxos da modernidade, observando que pelas dimensões de fluxos no sentido mais amplo, impedem que as nossas identidades nos deem

hoje um porto seguro. De acordo com Hall (ibid), nas sociedades contemporâneas um indivíduo passa por dois processos simultâneos de descentramento, a saber: objetivo e subjetivo. O primeiro é aquele que descentra um indivíduo de um lugar social, lugar este que lhe fornecia uma âncora social mais ou menos sólida e estável em termos identitários. Para esse autor, esse descentramento é basicamente social e histórico, levando ao segundo, que descentra a própria identidade pessoal do indivíduo, curiosamente leva a uma situação de duplicidade, por meio do qual autor afirma:

[...] ao invés de nos vermos como um eu coeso, contínuo e contíguo, estável, sólido e unitário, cada vez mais nos vemos de forma fragmentária, uma vez que, as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades, fragmentando o indivíduo moderno, até há pouco tempo era visto como um sujeito unificado (HALL, ibid, p. 27).

Para fundamentar o seu argumento, Hall rastreia a construção de algumas concepções da identidade em diferentes períodos históricos: a do sujeito do Iluminismo, o sujeito Sociológico e sujeito Pós-moderno. Hall verifica que, o sujeito na concepção iluminista era altamente centrado, dotado de liberdade, vontade, razão, autonomia, capaz de decidir racionalmente o seu querer. O autor verifica igualmente que embora livre, o sujeito do Iluminismo apropria-se de uma perspectiva individualista, sendo a identidade deste fixa e estável, mantendo-se a mesma durante toda a vida. Numa concepção sociológica, a identidade vai ser vista, conforme as palavras de Hall a partir da perspectiva de interacionismo simbólico desenvolvido no século XIX e XX nos EUA, concebendo o sujeito como aquele que interage com uma sociedade, grupos sociais assim como outros sujeitos. Esta concepção torna-se diferente da primeira, isto é, do sujeito Iluminista, isto porque incorpora o contexto social a questão da identidade, passando a falar da identidade relacional, mas que ainda preserva um “eu” interno como dado *a priori*. Todavia, a partir do momento em que este sujeito interage com outros será influenciado pelos processos sociais amplos, resultando na adulteração de identidade. Por isso, de acordo com Hall (idem, p. 31), “o problema hoje estaria vinculado na percepção de não haver mais tanta certeza, integridade e solidez capaz de tornar o mundo algo previsível aos indivíduos”.

Nesta conjuntura agravada com intensos fluxos migratórios, as identidades sociais, segundo Hall (2000) se tornam cada vez menos coerentes, unificadas e transparentes. Ademais, o próprio processo de identificação parece tornar também cada vez mais flexível. É neste processo que emerge o sujeito pós-moderno, concebido como aquele que não possui uma

identidade permanente. Assim, fluxos, trânsitos, presenças, entre outras formas de deslocamentos contemporâneos tornam a identidade numa celebração móvel que se constitui e é ao mesmo tempo reconstituída de forma continua em relação a todos os sistemas culturais que rodeiam os sujeitos pós-moderno. Este incremento nos processos sociais contemporâneos tem impactos em todas as sociedades, não apenas sobre a identidade social, cultural e pessoal que sofre transformações profundas, mas também de várias identidades que uma pessoa pode assumir ou representar em momentos distintos da vida, dependendo de cada contexto social.

O autor lembra que o desdobramento social deste processo se apresenta de forma mais clara quando:

[...] Entramos em contato com as diferenças em escala global, principalmente devido a migração e aos meios de comunicação, daí tomamos consciência de que o que acreditávamos que fosse sólido, único, estável, autêntico e verdadeiro, ou seja, nossa forma de ser, estar e viver, é apenas mais uma dentre muitas outras formas de se estar no mundo, nem melhor nem pior, apenas, diferente (HALL, idem, p. 15).

Partindo desses pressupostos, parecem caber as instituições sociais, nomeadamente às religiões e seus seguidores, reunir as forças de suas tradições espirituais e interagir com os processos sociais, políticos e culturais a fim de criar maior solidariedade e harmonia universal, centrado no princípio que toma todas as relações sociais afincadas na alteridade.

Neste sentido, Wilfred (2000) ressalta que, até as relações essencialmente econômicas sob vários aspectos devem ser tidos como meros fenômenos de expectativa à “loteria”, a especulação, o crédito, o desconto, a moeda correspondem à probabilidade de um acontecimento. É por isso que, embora, afirmando a riqueza de cada tradição identitária ou religiosa, precisa-se igualmente destacar a importância do encontro com o outro para salvar o mundo, a humanidade e a natureza. No geral, a sociedade moderna marcada pela ampla gama de possibilidades com que podemos nos identificar afrouxou os vínculos que mantinham as pessoas, de alguma forma, presa a um sistema social único. Agora se percebe cada vez mais a relevância desta, passando a mesma ser atribuída fundamentalmente as formas como estabelecemos contatos com a diferença cultural.

As relações sociais contemporâneas, sobretudo quando surgem a partir de fluxos migratórios caracterizam-se por uma maior complexidade, rapidez e promotores das “diversidades totais” se compararmos às pequenas deslocações do passado, constituindo pela sua amplitude um importante fenômeno de mudança social e uma realidade política e jurídica no mundo contemporâneo. Desse modo, reafirma-se através de palavras do Castles (2002) que

a migração tornará um dos traços dominantes da política internacional neste século XXI, podendo ser um dos assuntos políticos mais importantes nas próximas décadas. Uma vasta gama da literatura recente sobre a migração entende que, as migrações no século XX se assentaram por ideais econômicas, já as do século XXI tende a ser dominadas por viagens caóticas, de fugas incontroláveis, correspondendo como resposta aos sobressaltos decorrentes do egoísmo, pela instabilidade crescente de certas regiões, pelas guerras e terrorismo.

Com efeito, existe uma tendência para um número cada vez maior de países a serem afetados pelos movimentos migratórios ao mesmo tempo. Ademais, estes processos, se por um lado, resultam de transformações econômicas, demográficas, políticas e sociais, por outro, irão constituir, como dissemos atrás, um fenômeno catalisador de mudança social. Segundo alguns estudiosos, as migrações vão persistir como uma força dinâmica na constituição das sociedades modernas; a globalização suscitará fluxos turbulentos de pessoas com padrões de circulação que contrariam e atravessam as necessidades econômicas e as medidas políticas. Contemporaneamente, a migração começa paulatinamente a vigorar na agenda dos Estados mediante a importância que este fenômeno vem adquirindo sob diversas perspectivas, constituindo um desafio também sob o ponto de vista científica. Mas, é no campo jurídico que se engendra a problemática da regulamentação, é neste também onde se encontra com os maiores desafios de adequar às leis e políticas migratórias que atendam as novas demandas sociais, culturais, políticas e econômicas neste século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho originou-se a partir do estudo de mestrado que pretendia, na época, averiguar os processos de sociabilidade entre os estudantes africanos do PEC-G, oriundos dos PALOP, vinculados a Universidade Federal de Alagoas e a Universidade Federal de Pernambuco, assim como os seus processos de integração social na cidade do Recife e Maceió, no período de 2011. Com base nisso, fomos instigados a observar os processos de permanência de alguns ex-estudantes nas regiões metropolitanas do nordeste brasileiro, ou seja, a geração dos africanos que estudaram nas universidades brasileiras nas décadas de 1980 e 1990, igualmente vinculados ao PEC-G e que depois da conclusão dos seus cursos de graduação decidiram radicar no país, comprovadamente sem nenhuma ligação formal com as IES. Aptos a ingressarem no mercado de trabalho profissionalmente, alguns aspectos, relacionados às suas vivências no Brasil enquanto ex-estudantes do PEC-G, nos eram incompreensíveis naquele momento.

A nossa reflexão, neste trabalho, acabou por incidir sobre as implicações sociais em que se reveste a decisão *entre ficar e voltar* destes africanos, considerando novos contatos sociais, culturais e laborais que eles estabeleceram no Brasil, para alguns há mais de duas décadas, conjugando este fato com a crescente possibilidade econômica que emerge na “nova” África, do século XXI.

Desse modo, este trabalho centrou-se no essencial etnográfico, em fontes primárias através da pesquisa de campo com o uso de técnicas da entrevista, assim como o nosso primeiro estudo. Contudo, tal como explicitamos, o estudo que antecedeu este trabalho não contemplou uma análise quantitativa da população dos Palop nas duas cidades onde as investigações foram realizadas naquela ocasião.

Porém, neste trabalho foram desempenhados esforços congregando uma avaliação qualitativa e quantitativa respectivamente, para que, de alguma forma, pudéssemos esclarecer, através de dados coletados e outras informações estatísticas encontradas nas plataformas virtuais e nos documentos consultados das instituições públicas brasileiras, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Polícia Federal, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Comitê Nacional de Apoio aos Refugiados e outras fontes governamentais, para elucidar os graus de dimensão e importância desta população na reconfiguração e diversificação do fenômeno migratório no Brasil.

A travessia do Atlântico por parte dos africanos, de diferentes nacionalidades, tendo as terras brasileiras como destino, teria começado com os acordos educacionais formalmente tecidos pelo Estado brasileiro com os países africanos e foram oficialmente iniciados nos anos 60 do século XX. Com efeito, interessa-nos em contextualizar a África no período referido para de alguma forma entender o momento histórico em que se fixa o PEC-G como o programa cuja política não só inaugurou a vinda dos primeiros africanos para o Brasil, mas também viabilizou nos tempos que seguiram a emigração de grande parte dos africanos para o Brasil. A população da “África Lusófona”, que antes rondava nas décadas de 80 até nos meados dos anos 90, somavam centenas de indivíduos em cada região brasileira, porém, com a constituição da CPLP em 1996, desenhou-se a tendência que viria se confirmar no início do século XXI. Mais do que duplicar o contingente da população africana no país, contava-se, aos milhares, a presença de africanos em cada região do Brasil contemporâneo.

Podemos dizer que o acordo educacional que integra o PEC-G “inaugurou” o processo migratório dos cidadãos de países africanos para o Brasil, sendo os Palop que se caracterizam como os que mantêm a dinamicidade deste processo, uma vez que são, até o presente momento, os maiores fornecedores de grupos que constituem imigrantes ou estrangeiros oriundos de países africanos no país.

No decurso desta investigação nos foi possível compreender que as nacionalidades mais representativas provenientes da “África Lusófona” no Brasil são pela ordem: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Apósvárias incursões pelas bases de dados disponíveis confirma-se que, embora existissem relações entre o Brasil e África protagonizados por vários governos brasileiros no passado; é com a nova política externa brasileira para África iniciada no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que pode ser caracterizada como parceira e solidária que vai induzir ainda mais a maciça travessia dos africanos, não apenas vindos restritamente dos PALOP, mas também de nações africanas de “Francofonia” como Senegal, Camarões e República Democrática do Congo e da “Anglofonia” a exemplo da Nigéria, Libéria, entre outros, na sua maioria, estudantes que vieram ao Brasil nutridos e ansiosos para conquistarem sua formação universitária.

Pondo-se, agora, um olhar retrospectivo para o percurso de investigação histórica, teórico-prática e discursiva realizada, neste trabalho, pode-se afirmar, em parte, que a busca pela formação universitária no Brasil continua a atender não só os objetivos de vários países na África, ancorada no desafio de promover a instrução de quadros dirigentes como agentes sociais, propensos a engajar na execução de projetos de mudanças sociais, culturais e de

transformação exigidos na modernidade como também respondem, em termos gerais, as subjetividades individuais dos jovens africanos em termos de encontrar o equilíbrio social, cultural, econômico e político, nomeadamente, dos jovens oriundos dos PALOP.

Neste sentido, segundo alguns especialistas, o ensino superior e a formação universitária são vistos como caminhos que podem conduzir essa transformação social, mas também individual, particularmente, em contexto em que há uma fraca qualidade das instituições de ensino como são os casos da Angola e Cabo Verde e onde quase não existem, a exemplo da Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, implicando a dependência das universidades estrangeiras para suprir essas demandas educacionais através do envio para exterior os seus cidadãos.

A fragilidade institucional como um todo, em especial, na área da educação, no caso dos PALOP, pode ser explicada, em parte, como decorrente de um longo processo colonial, anos de lutas armadas pela libertação e da resistência total contra o colonialismo, pois, conseguida as independências quase todos os PALOP iniciaram extensos períodos marcados pela realidade de guerras, realidade essa que ilustra bem o real dilema entre o otimismo e o pessimismo que vivem a maioria dos inquiridos neste trabalho. As independências nos PALOP começaram tarde na década de 1970.

As lutas pelo controle do Estado, o separatismo e os conflitos políticos e militares não puderam ser contidos e triunfaram. Os ideais do Pan-africanismo de Du Bois e Nkrumah não foram seguidos a independência do exterior se ampliou substancialmente com a guerra fria. A fragilidade dos estados se confirmou com rebeliões que não foram mais que conflitos empacotados e delegados pelo ou entre os Estados Unidos e a União Soviética. Na Guiné-Bissau e Moçambique tentaram prosseguir como solução, o ideal marxista com o socialismo na sua versão revolucionária autêntica, porém, essas perspectivas políticas sofreram uma metamorfose interna, dando origem à ditadura de líderes ou de partidos únicos no poder até década de 1990.

O quadro acima descrito, ainda prevalece, pelo menos, na memória dos ex-alunos dos PALOP encontrados em Fortaleza, Salvador e Recife. Essas memórias, no fundo, parecem guardar feridas que pesam e, de alguma forma, perturba ou influi na redefinição da trajetória quanto ao *entre ficar e voltar* destes africanos. Os seus processos migratórios envolveram, inicialmente, a formação em nível superior no Brasil, e, não como imigrantes econômicos ou refugiados, o que constituiu para eles um meio fundamental de manutenção de certo *status* e autonomia em relação as suas decisões e escolhas num mundo de inúmeras opções.

Contudo, a experiência desta vivência, manifestadamente, parece não lhes foram suficientes para extirpar a presença dos seus países na memória, sobretudo a história da trajetória da construção do Estado-nação de cada um destes atores e, embora vivam na diáspora, postulam igualmente o alto grau de compromisso com as cidades e com os processos sociais de sociedades que os acolheram.

Concordamos com Neuza Gusmão quando afirma que os “processos da vinda e da permanência dos estudantes africanos no Brasil não podem ser pensados nos moldes das teorias tradicionais dos estudos dos fenômenos migratórios, posto que, por sua natureza e objetivos, devem ser temporárias”. A autora apoiando-se em Maria Aparecida Morais Silva sublinha que, “a migração temporária, na verdade, é o migrante que se considera a si mesmo ‘fora de casa’; ‘fora de lugar’, ausente, mesmo quando em termos demográficos, tenha migrado definitivamente.”

Para a autora, se afora de casaé o núcleo da consciência do migrante temporário, é porque ele não cumpriu e não encerrou o processo de migração com seus dois momentos extremos e excludentes: a dessocializações relações sociais de origem e a ressocializações relações sociais de ‘adoção’. Ele se mantém, pois, na duplicidade de suas socializações. A autora conclui, a “demora desse reencontro define o migrante temporário”.

Ao levar em conta tudo isso, pode-se afirmar que a permanência dos ex-alunos do PEC-G dos PALOP no Nordeste brasileiro se caracteriza como migração temporária, uma vez que são recorrentes as afirmações de que a decisão de retorno foi apenas adiado, acredita-se que, a decisão de voltar e de ficar são faces da mesma realidade social. Especialistas como Neuza Gusmão e Maria Aparecida ressaltam que esta realidade envolve um “estar aqui no Brasil” e um “ser de África”, envolve, igualmente, ser africano, estrangeiro e, talvez também ser “negro” “fora de África”.

Essas autoras interagem para mostrar que estas situações possuem dimensões contraditórias e conflituosas, uma vez que não só se associam as perdas e separações, mas também, de alguma forma os ganhos, as conquistas, reconstruções, desejos, sonhos entre outros aspectos.

Consideramos, portanto que a permanência dos ex-alunos do PEC-G no Brasil possa, igualmente, ser vista como parte de um processo da nova “internacionalização da África”, que começa com migração temporária para os fins de estudos com promessa declarada de retorno, porém, no decorrer deste processo, pesam ponderavelmente, as subjetividades individuais, familiares, sociais, culturais, econômicas, entre outras, às vezes, fincadas nos novos processos

de diasporização calcada nas formas contemporâneas da circulação internacional assim como a pulverização da ideia do Estado nacional no sentido exclusivista e essencialista. Como afirma Ayittey:

[...]Esta nova geração africana na qual (parte está no Brasil), parece não ter relação tão séria com o velho paradigma colonial, não se interessa muito que lhe seja sempre recordado as condições da *escravatura* pelas quais os seus antepassados passaram e muito pouco se interessa pelo que os *nacionalistas pós-coloniais* projetaram para o continente africano (AYITTEY 2004 apud CASTIANO, 2010, p. 36).

Para este autor, a falta de interesse em não ser permanentemente recordados de que houve um sistema colonial, ou mesmo escravatura em África, se deve, em parte, porque as novas gerações ainda não entendem bem o que houve no passado ou porque questionam de que lhes servirá tudo isso, afinal? Para Castiano (*ibidem*) esta situação da nova geração africana pode se agravar, uma vez que grande parte desta não tem sequer o tempo e nem as energias para pensar nesta história da África.

De fato, a geração contemporânea de jovens africanos, em especial grande parte daqueles que participam do PEC-G a partir do começo do século XXI, parece não demonstrar muito interesse em esperar que a aliança euroamericana, e outras coligações, façam algo para eles e por eles. Assim, por meio dos seus próprios projetos traçam os caminhos que devem percorrer por bem ou por mal. Da mesma forma, Castiano percebe, no entanto que: “esta mesma geração também não fica sentada à espera que o governo faça algo por elas. Não esperam que o emprego lhes seja dado pelo Estado ou governo, por uma ONG ou ainda caia do céu.

Lançam-se diariamente à rua para começarem um pequeno negócio, apertam-se, diariamente, nas ruas da cidade para conseguirem vender qualquer coisa, lutam para estudarem nas escolas e universidades até de outros países e formam-se em mais de uma área de conhecimento, falam vários idiomas, preocupam-se por ensinar as pessoas como devem sobreviver neste mundo selvagem dominado de esquemas elaborados pelas gerações anteriores. Para o autor, “eles nasceram na selva onde cada um luta diariamente para sobreviver; portanto, é uma geração de empreendedores que veem o seu futuro não hipotecado na política, senão nas suas próprias mãos e no trabalho árduo, aonde quer que este serviço esteja” (AYITTEY 2004 apud CASTIANO, 2010, p. 38).

Importa referir que as opiniões de vários interlocutores seguem esta mesma perspectiva exposta pelos autores acima citados. Alguns entrevistados acreditam que vão

conduzir os próprios destinos, uma vez que não permitem que sejam objetivados nos dois sentidos, de um lado não querem que alguém escreva a sua história por eles e, do outro lado, não querem que alguém mantenha o seu futuro preso ao passado heroico dos libertadores. Concordamos com Castiano quando afirma que, para esta geração, o mais importante parece sediado tanto na tradição quanto na modernidade, mas somente interessa, à medida que uma ou outra oferece um leque de possibilidades de progresso e sobrevivência. O saber e o seu uso, para eles, só têm sentido se lhes coloca no ideal de realizações e desenvolvimento.

Segundo Castiano (*ibidem*, p. 48) “por causa do discernimento que esta geração tem em usar as oportunidades para sobreviver, estes não olham os meios para atingirem os seus fins; esta geração se quereme por não ter bebido suficiente dos valores nacionalistas que orientaram o processo das lutas de libertação”.

Assim, pode-se, com isto, afirmar que a transformação de uma estada temporária em permanência ou retorno adiado dos alunos africanos encontrados se configura também no âmbito de processos relacionados à própria reconfiguração dos Estados nacionais em África, que abrange seus projetos de desenvolvimento aliado à subjetividade dos seus nacionais no mundo contemporâneo, cuja realidade está em constante transformação.

Importa ressaltar que, em todos os países, nomeadamente os PALOP, o objetivo de formar pessoas para a reconstrução e para o desenvolvimento social e econômico são propósitos que se realizam, frequentemente, através da força objetiva e subjetiva que se materializa com o segmento mais jovem da população, às vezes, sob amparo de um acordo educacional, a formar pessoas fora de seus países de origem.

Como já mencionado, por conseguinte, a decisão de ficar emerge igualmente influenciada ou atrelada aos novos projetos objetivos e subjetivos da vida. A importância significativa de tais projetos e processos que tentamos explicitar neste trabalho, mesmo sabendo que ainda estamos longe de atingir o patamar do conhecimento desejável para compreender e interpretar aspectos ainda pouco conhecidos do fenômeno migratório ou os efeitos e as consequências para os que ficam, mas que pensem em voltar um dia. Assim sendo, o fenômeno migratório tem que ser tratado hoje de forma diferente aquilo que foi no passado, sendo que para compreender parte da decisão de ficar no lugar de destino vai exigir para quem reflete sobre esta população específica, compreender não apenas um pouco sobre sua história no país de origem, mas também levar em conta a imprevisibilidade de escolha de jovens que estudam num país estrangeiro liberal em um período de inúmeras opções.

Os africanos que vêm para o Brasil são, na sua maioria, jovens que carregam especificidades significativas entre si, mas são poucos os estudos que refletem sobre esta realidade e suas relações com a sociedade de cada localidade, porém esta pesquisa também não pôde captar tais especificidades, pois focou apenas em entender os objetivos que inspiram e sustentam a decisão de ficar diante da crescente possibilidade econômica que emerge na “nova” África do século XXI.

Reafirmamos que o primeiro estudo, assim como este trabalho, foram finalizados com uma percepção ou sensação extremamente encamada que provocam uma necessidade de se prolongar ainda mais no sentido de aprofundar as abordagens referentes a várias questões levantadas cuja análise não foram devidamente esgotadas. Para este trabalho, em particular, importa ressaltar que a insuficiência de informação estatística contribuiu para sua limitação. De fato, refletiu como uma situação inesperada, como demonstramos atrás, conhecer a dimensão demográfica desta população no país constituía uma das maiores prioridades deste trabalho acreditava-se ser facilitada, uma vez que trata de um seletivo grupo de imigrantes, numericamente, menor em relação a outros tipos de imigrantes mais numerosos.

Consideramos que esta escassez de dados estatísticos como falho imputado ao Estado, que só será superada se for colocada em pauta como prioridade, na necessidade de um melhor conhecimento da dimensão, em termos estatísticos, de africanos no país por parte das Instituições estatais que linda com a política da migração e do controle dos fluxos de imigrantes no Brasil.

Assim, se de um lado foi-nos possível captar grande quantidade de informações, fatos, emoções, dores, cores e sentimentos, de outro, não tivemos o mesmo privilégio em decorrência de questões metodológicas, dado que foi tratado, em parte, de um trabalho do tipo exploratório – que geralmente consiste na investigação sobre um problema com pouco ou nenhum estudo anterior a seu respeito objetivada na busca de padrões, ideias ou hipóteses - resultando na construção de uma pequena amostra, menos representativa, sendo também, como dissemos, marcado pela insuficiência e contradição das informações estatísticas entre as mais variadas fontes, causando, às vezes, muitas dúvidas e inquietações.

Apesar de existir um sentimento que, no fundo, traduz a sensação de termos conseguido uma aproximação empírica e teórica, relativamente bem-sucedida com a população estudada, as circunstâncias em que a pesquisa foi finalizada aliada a pluralidade e complexidade das dimensões da análise de dados, deixam, em aberto, um número muito considerável de indagações acerca de experiência de vida cotidiana da população em questão.

Todavia, ao realizarmos um balanço relativo a investigação podemos confirmar, apesar da insuficiência já conhecida, que há uma tendência crescente de ex-alunos do PEC-G permaneceram no Brasil, não necessariamente nas cidades onde frequentam seus estudos em nível de graduação, na medida em que os egressos do programa das décadas (1980 e 1990), em sua maioria, embora suas decisões de ficar tinhão sido resultado de um processo complexo, conseguiram uma inserção social e mercadológica relativamente bem-sucedido no país, no entanto, sirvam, hoje, de uma forma geral, de referência para a nova geração de estudantes africanos do PEC-G.

A diversidade da experiência dos mais velhos produz efeitos sobre os mais novos, pois continuam, enquanto africanos, a partilhar os mesmos espaços de discussões, de debates acadêmicos e a festejar as datas comemorativas relacionadas à África, e de diversos países do continente, e, de forma geral, confirmam que conversam sobre a sua inter-relação com a sociedade brasileira como um todo.

Caso para dizer que o imigrante africano que não retorna a seu país de origem, após o término dos estudos, em nível de graduação e pós-graduação, no Brasil, com efeito, sua inserção no mercado de trabalho tende a ocorrer num tempo relativamente curto, independente, da experiência e da capacidade individual, se compararmos com um brasileiro nativo graduado e pós-graduado no exterior, visto este último deve antes enfrentar o processo de reconhecimento do diploma o que não ocorre, no caso dos ex-alunos do PEC-G, com a formação integral no país. Isto assinala que as dificuldades, em alguns casos, se atenuem para o imigrante africano qualificado, podendo, de alguma forma, participar nos diferentes sistemas funcionais na sociedade brasileira.

Durante o decurso da investigação observamos que a permanência destes atores envolvem outros aspectos importantes na compreensão de uma variedade de questões sociais subjacentes no interior da estrutura da sociedade brasileira. Em muito dos seus aspectos, organiza-se, inicialmente, na base de questões formais que congrega os dois Estados nacionais o de origem e do acolhimento, no entanto, quando se desligam formalmente da universidade surge outras preocupações indissociáveis as dinâmicas de vida cotidiana, isto é, a necessidade de envolver-se na vida pública através da ação política social e *partidária* mais engajada. Para alguns interlocutores, a participação política ativa pode funcionar não apenas como instrumento que facilite a integração total, mas também como fazer parte de outro sistema funcional ao lado de tantos outros sistemas sociais existentes na sociedade tais como: o estado, a sociedade, o mercado, ou seja, o sistema social e o sistema econômico.

Consideram que, a reconstrução de uma cidadania plena na terra onde estudaram, e decidiram ficar para viver e trabalhar se caracteriza, nesse aspecto político específico, por inúmeros obstáculos e problemas que se justificam tão exclusivamente pelo conservadorismo político de alguns setores como a mídia, sobrando para eles o constrangimento por falta de opção de participar do sistema político brasileiro talvez o mais funcional.

Esta limitação, segundo José Carlos Marques e Pedro Góis citandoautores como Niklas Luhman (1998) e Rudolf Stichweh (2004) assinalam um tipo de situação que pode ser caracterizada como forma deliberada para o “reforço sucessivo da diferenciação” com a sociedade receptora, especialmente, com as oportunidades no mercado de trabalho.

Porém, comprehende-se que há vantagem e oportunidades para determinado grupo nacional qualificado para extrair ganhos com as prestações ou assessorias em termos de qualificação ou experiência profissional no sistema político enquanto que outros grupos de profissionais igualmente qualificados e, ao serem, não nacionais, não operam no respectivo sistema funcional o que conduz a desigualdade e ausência de opções que manifesta não por razões de incapacidade de realização destas prestações, mas no impedimento, permitindo a retenção da experiência produtiva, além de impedir uma atitude política mais ampla.

Ao longo desta pesquisa que envolve estrangeiros, nomeadamente os ex-estudantes africanos no Brasil, permitiu descobrir a existência de várias entidades sociais filantrópicas e outros núcleos ligados as mais diversas instituições governamentais e não governamentais que desenvolvem propostas tendentes a uma ação cívica e política contra todas as formas de limitações impostas aos estrangeiros no país, apelando para fato de que tais constrangimentos ferem os direitos sociais em contextos liberais além de tirar a dinamicidade do sistema político devido e ausência da variedade, da diversidade, da multiplicidade no jogo político nacional, impedindo a evolução em qualquer sociedade moderna, abertas no sentido mais amplo e democrático.

Neste sentido, observamos de modo homogêneo que os nossos inquiridos compartilham estes ideais da liberdade do exercício pleno da política independente da origem nacional, já que todos, mesmo sendo oriundos de distintos países, vivem as mesmas situações e ainda fazem parte do mesmo sistema público que ordena suas ações sociais e trabalhistas. Outra situação compartilhada é a discriminação racial com base nos aspectos fenotípicos (a cor da pele), persistente na sociedade brasileira, acompanha, também, o cotidiano destes africanos nas cidades acolhedoras e nas suas relações com a sociedade como um todo,

constituindo, assim, um problema que os constrange e os tornam vulneráveis nos seus processos interativos nos lugares que frequentam.

Eles afirmaram que, nos espaços extra institucionais, ainda se deparam com situações mais violentas envolvendo autoridades policiais com os procedimentos de abordagens, desproporcionais e seletivas, extremamente dolorosas. Quanto às pessoas comuns, convém mencionar pelo menos um desses relatos: “nordestino é cheio de graça e isso não é ruim. Mas existem brincadeiras mal intencionadas que lhe fazem rever sempre a sua condição racial”.

Nas narrativas, ou nas histórias que ouvimos dos entrevistados, são evidentes os ganhos que, apesar de tudo, a vinda para o Brasil trouxe para os sujeitos deste trabalho em todas as suas dimensões, apontando indicadores válidos que tendem mais a revelar os benefícios sociais e econômicos envolvidos no ficar no Brasil.

Enquanto africanos onde cada um levando em conta as particularidades do país, reconhecem que voltar agora para terra de origem pode não ser uma decisão racional, mas, efetivamente, elegem outras ações nesta diáspora como sendo fundamentais nas suas relações com os governos e com realidade social, em seus países, como a participação em algumas esferas de produção do conhecimento, debates e de ações cívicas e políticas como requisito essencial no sentido de contribuir na formação de uma consciência coletiva, sobretudo neste momento em que os espaços se unem cada vez mais, evidenciando a interdependência planetária que busca globalizar as lutas sociais, relações sociais e políticas assim como do conhecimento em todas as áreas.

Importa ressaltar que os imigrantes africanos estudados correspondem a um contingente heterogêneo quer em termos da nacionalidade, em dimensão social da etnicidade, em termos de percursos escolares e prática linguística, em termos de autoidentificação religiosa e, ainda, de classe. Neste sentido, o perfil da população entrevistada enquadra-se no perfil geral do típico imigrante *legal* oriundo dos PALOP que se encontram no Brasil: pertença étnica e cultural diversificada, alta qualificação profissional e fixam residências nos bairros centrais de áreas metropolitanas das cidades nordestinas junto com suas famílias e perto dos seus serviços.

Conforme frisamos anteriormente, não há entre estes atores, quem afirmasse que já acalentava o sonho de um dia viver no Brasil e que só vieram para estudar, muito embora falem em um dia voltar, esse sonho pouco tem a ver com questão de ter deixado familiares, pois muitos deles já perderam seus entes queridos (pai, mãe, irmãos e outros parentes).

Reafirmamos que este trabalho alicerçou-se em diferentes níveis da abordagem na perspectiva de captar a problemática sob diversas facetas no intuito de clarificar os contornos deste universo de circulação internacional de estudantes e seus aspectos invisíveis, circulação esta que parece tomar rumos em direção à consolidação de pacto cultural na “lusofonia” com a inauguração da Unilab.

Na atualidade, quando se realiza um exame mais pormenorizado nesse cenário de globalização no continente africano, se tomarmos como parâmetro a primeira década deste milênio, revela-se, imediatamente, mudanças rápidas no campo político e econômico e diplomático que influem na dinâmica relacional do continente com os seus parceiros internacionais, em especial, com o Brasil.

Em termos da influência política e econômica, verifica-se que os espaços dominados e os privilégios políticos que antes eram exclusivamente das antigas potências coloniais em África, agora, estão sendo cada vez mais deslocados e dominados, para o bem ou para o mal, por países como o Brasil, China e Índia, encontrando, pelo caminho, apenas a resistência “heroica” dos Estados Unidos da América e dos países que integram a União Europeia.

Nas últimas décadas do século XX, e no início deste milênio, as novas “potências econômicas” têm ampliado sua presença no continente africano com uma multiplicidade de ações, possibilitando a abertura de novas perspectivas de cooperação em vários domínios. Não obstante, diante da crescente complexidade do próprio sistema econômico internacional, a ação da diplomacia brasileira se orienta a partir da percepção de que a África tem uma relevância extraordinária: politicamente o continente africano é uma fonte potencial de apoio para demandas comuns no diálogo Norte-sul, nas Nações Unidas e em outros órgãos políticos e econômicos multilaterais, e, no plano comercial, essa percepção torna-se igualmente válida.

Essas demandas foram traduzidas, inicialmente, no aperfeiçoamento da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa por meio da reforma ortográfica, elaboração do estatuto da cidadania lusófona entre outras ações políticas que favorecem positivamente a participação do Brasil nas cimeiras do BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China), fórum dos países que formam a elite das economias emergentes e dos países em vias de desenvolvimento, tentando parcerias para a integração, o desenvolvimento, a industrialização e a troca de experiências políticas e culturais no hemisfério sul.

Perante este panorama econômico internacional, as relações contemporâneas entre o Brasil e os países africanos só podem ser apreendidas na sua totalidade se forem investigadas através de um percurso multidisciplinar e em dois contextos políticos e econômicos, podendo

assim, apreender, adequadamente, a ação brasileira em África e os interesses dos africanos no Brasil numa perspectiva mais ampla, ações essas que propiciam, igualmente, o fluxo migratório cada vez maior dos africanos para o país, na sua maioria, proveniente das nações que integram os PALOP.

Constatou-se que, a rota de imigração dos cidadãos africanos para o Brasil tem sido caracterizada também pela entrada diversificada, abrangendo os estudantes com a permanência temporária, imigrantes que procuram trabalho, comerciantes e refugiados de guerra, formando uma variedade de pequenos grupos nacionais nesta diáspora. Estas categorias de imigrantes africanos identificadas no país, singularmente, carecem de um esforço científico rigoroso de investigação e análise dos seus processos para compreender suas interconexões com os estudantes que ficam no país.

Na apresentação de considerações finais deste trabalho não podemos deixar de manifestar a nossa convicção, apesar das inúmeras dificuldades que encontramos no seu decurso devido à complexidade do tema o que nos leva a reafirmar que este trabalho não encerra esta temática nem apresenta uma visão exaustiva de toda a história do imigrante africano em sua relação com as cidades que os acolhem e o próprio país.

Mesmo assim, tem-se aqui uma abordagem inicial bastante ampla sobre a temática, cabendo a antropologia e os antropólogos reorientarem a atenção para a problemática da vinda e permanência dos africanos no país. Do nosso ponto de vista, conseguimos apresentar indicadores válidos que poderão orientar futuras pesquisas sobre esta população, com outro enfoque e outro nível de profundidade.

Apesar da atualidade de questões que envolvem a migração internacional e a crescente mobilidade estudantil, mais ainda, com a inauguração e o pleno funcionamento da UNILAB, apenas nos foi possível encontrar poucas obras publicadas na área da Antropologia. Optamos, ainda, por acessar os documentos eletrônicos nos quais deparamos-nos, também, com poucos artigos e textos sobre esse tipo de imigrante que passa de temporário para permanente muitos dos quais nos suscitou algumas dúvidas devido ao rigor que orientou a seleção das nossas fontes.

Um último percalço liga-se com o fato do campo da investigação nos exigir deslocamentos para percorrer distâncias consideráveis para realizar a pesquisa, bem como uma abordagem teórico-metodológica que se constrói a partir da perspectiva multisituada do campo (Recife, Salvador e Fortaleza) e, no nosso entender, a análise também envolveu uma perspectiva multidisciplinar de interpretação das escolas e correntes teóricas clássicas com

abordagens ora parecidas ora contraditórias, assim como algumas tendências contemporâneas sobre a migração.

Todos esses domínios de conhecimento deram, certamente, uma contribuição na análise sob múltiplos aspectos, principalmente, no que se refere às implicações políticas, sociológicas e às dimensões antropológicas inerentes ao “viver fora de casa, as estratégias totais de inserção na esfera pública e no mercado de trabalho, levando em conta as emoções que marcam as possibilidades latentes de continuidade e o retorno possível”, reconhecendo que alguns conceitos-chave deste estudo, como Estado-nação, diásporas, comunidades nacionais, poderiam ser trabalhados de uma forma mais aprofundada, mas, devido ao enfoque desta investigação e ao tempo que acabou por restringir este desejo não foi possível fazê-lo, sobretudo, em razão da nossa participação e admissão no concurso público federal para professor de Antropologia na Unilab cujo intuito principal é o de iniciar a atividade profissional de docência na área da Antropologia.

Tudo isto, de alguma forma, impediu a possibilidade de ampliar a discussão, com o orientador e outros profissionais comprometidos e, ao mesmo tempo, com a migração e com Educação superior de pessoas fora dos seus contextos de origem nacional, não só na tarefa de elaboração teórica destes dois campos, mas na própria atividade profissional de pesquisa, assim como alargar o nosso horizonte de investigação com os cônjuges dos entrevistados, deixando, em aberto, um número muito considerável de questões acerca das experiências de vida cotidiana e da permanência destes imigrantes africanos nas cidades de Recife, Fortaleza e Salvador.

Contudo, acreditamos que este estudo pode constituir uma base de trabalho empírico e conceitual para desenvolver, num futuro próximo, inúmeras pesquisas que analisam exaustivamente a presença dos cidadãos da “África Lusófona” nas regiões metropolitanas do nordeste brasileiro com o otimismo de ter conseguido, neste momento, que até algum tempo atrás parecia ser final, uma aproximação relativamente bem-sucedida, tendo uma noção abrangente sobre a geografia destes atores e suas microcomunidades nacionais formadas nesta diáspora.

O fascínio que presidiu a escolha do tema, ainda que consciente da dificuldade de sua realização o qual nos propusemos vencer nessa última, mas continuada fase de investigação, continua a estar presente no nosso espírito e será, certamente, este fascínio que nos conduzirá, numa etapa futura acessando os processos de reinserção dos ex-alunos que se formam no Brasil nos seus contextos nacionais ou em outros mercados internacionais, a reflexões mais

aprofundadas, em vários contextos, sobre esta problemática da vinda, da formação, do retorno e da permanência, procurando ultrapassar algumas das limitações e dificuldades que, ao longo do presente trabalho, nos foram apresentadas, envolvendo outros/as narradores/as e narrativas.

Com certeza, em nosso espírito persistem, ainda, algumas interrogações sobre este universo de convívio de africanos residentes nas regiões metropolitanas do Nordeste brasileiro. A cada um dos interlocutores com os quais conversamos, de maneira formal ou informal, queremos desde já manifestar anossa mais profunda gratidão pelo tempo que tiramos de vocês, das fortes emoções que em alguns momentos causamos e a todo o empenho que tiveram para conosco, com as informações doadas na realização deste trabalho coletivo. Sem a contribuição generosa de cada um de vocês este trabalho podia tornar-se mais uma ideia no mundo da utopia. Mas, em razão da vossa colaboração, conseguimos lançar algumas concepções conjuntas que poderão ser debatidos hoje, amanhã ou depois.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDEL, Gaffar Ahmed. **Some remarks from the third world on anthropology and colonialism:** the Sudan. In ASAD, Talal (ed.): Anthropology and the Colonial Encounter. London: Ithaca Press, 1973.
- ALMEIDA, Eugénio Costa. **Angola, potência regional em emergência.** Lisboa: edições Colibri, 2011.
- _____. **África, trajectos políticos, religiosos e culturais.** Lisboa: Autonomia 27, 2004.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Mercosul: fundamentos e perspectivas.** São Paulo: LTE, 1998.
- _____. **O estudo das relações internacionais do Brasil:** um diálogo entre a diplomacia e a academia. São Paulo: Editora LGE, 2006.
- _____. **Relações internacionais e política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira.** 2^a ed. revista, ampliada e atualizada. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- AMADO, Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (org.), **O desafio internacional:** a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias (Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1994)
- AMORIM, Celso Luiz Nunes. **O Brasil e o renascimento africano.** Folha de São Paulo: 25/05/2003.
- ANDRADE, Mario Pinto. **Antologia da poesia negra de expressão portuguesa.** Paris: Pierre Jean Oswald, 1958.
- _____. **Ideologias de Libertaçāo nacional.** Maputo: Universidade Eduardo Mondlane. Centro de Estudos Africanos, 1985.
- _____. **A origem do nacionalismo africano:** Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa -1911-1961. Celta: Dom Quixote, 1997.
- ANTÔNIO, Carlos Lessa. **A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional desenvolvimentismo.** Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 38, no 1 1995.
- APPIAH, Kawame Anthony. **Na casa de meu pai.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- ARENKT, H. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- ASANTE, M.K. **The Afrocentric Idea.** Temple University. Philadelphia, 1998.

- AUGEL, Moema Parente. **O Desafio do Escombro**: nações, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BAENINGER, R. **Estrangeiros autorizados a trabalhar no Brasil**. Estudos da demografia da base técnica-científica brasileira. Brasília: CEGEB, 2010.
- BANTON, Michael. **A ideia de raça**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEOZZO, José Oscar. **Brasil; 500 anos de migrações**. São Paulo: Ed. Paulinas. Centro de Estudos Migratórios, 1992.
- BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e as Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.
- BENOT, Yves. **Ideologias das independências africanas**. Volume I e II, Livraria Sá da Costa Editora, 1981.
- BIENEFELD, Stefan, y Johan Almqvist. **Student life and the roles of students in Europe**. London: European Journal of Education, 2008.
- BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BECKER, Howard. S. **Método de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- BRIGGS, Charles. L. **Anthropology, interviewing and communicability in contemporary society**: current. Anthropology/volume 48, número 4, Agosto de 2007. Texto discutido na Disciplina: Seminário Avançado de Metodologia-PPGA-UFPE, 2012.
- BROADNAM, Harry G. **Africa's Silk Road**: China and India's New Economic Frontier, The World Bank; Washinton, 2005
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007.
- BOUTROS-GHALI, B. **L'Organisation de l'Unité Africaine**. Paris: Librairie Armand Colin, 1969.
- BUSSCHE, Eric Vanden. **A dimensão histórica das relações sino-brasileiras** (séc. XVI-1943). Tempo Brasileiro, n°. 137. 1995.
- CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
- CABRAL, Amilcar. **Révolution en Afrique**. La libération de la Guinée Portugaise. Paris: Seuil, Col. Combats, 1969.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO. São Paulo, n. 201, p.48, ago. 1997. Disponível em: <http://www.dialogosdosul.org.br/tag/cadernos-do-terceiro-mundo>. Acesso realizado em outubro de 2014.

CLASTRES, Pierre. **Sociedade contra o estado:** investigação da Antropologia Política. Editora: Afrontamento, Porto, 1974.

CAPOCO, Zeferino. **Nacionalismo e Construção do Estado-Angola (1945- 1975).** Escolar Editora, Angola, 2012.

CARDOSO, Fernando Jorge. **Comunidade de Países de Língua Portuguesa:** entre expectativas e realidades. Europa mundo. Lisboa, 2003.

CARDOSO, Ruth. **O papel das associações de jovens na aculturação dos japoneses.** São Paulo: Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1970.

CARNIER Júnior, Plínio. **A imigração para São Paulo:** a viagem, o trabalho, as contribuições. 2. ed. São Paulo : FTD, 2000.

CÁRMEN, Lúcia Antunes Rocha. “**Os Direitos de Cidadania no Brasil, no Mercosul e na CPLP**”. Portugal – Brasil: Editora Coimbra, 2008.

CASTLES, Stephen. **Por qué fracasan las políticas migratorias.** Madri: Migraciones, 2004.

CASTRO PITA, Ari. **Direitos humanos e asilo:** Refugiados, realidade e perspectivas. São Paulo: Loyola, 2003.

CASTLES, Stephen e Miller; Mark J. **Age of migration:** international population movements in the modern world.Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2003.

CANOTILHO, J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** 3 Edição. Coimbra. Almedina, 2003.

CELSO, Furtado. **A economia da cultura.** Indústrias Culturais no Mercosul. Brasília: IBRI, 2003.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** São Paulo: Ática, 1992.

CLAPHAM, C. **Africa and the international system:** The Politics of State Survival. Cambridge: Cambridge UniversityPress, 1996.

COHEN, Michel. **Mozambique, histoire géopolitique d'un pays sans nation.** Lusotopie, Paris: L'Harmattan. 1-2, 1994.

COLLIER, P. **The political economy of fragile states and implications for europeand development policy,** 2000.

COSTA, Suzana & VARELA, Odair. **(Des) construindo o discurso legitimador da CPLP.** Comunidade Lusófona ou Fictícia? Lisboa: URL, 2012.

CAPOCO, Zeferino. **Nacionalismo e Construção do Estado-Angola(1945-1975).** Escolar Editora, Angola, 2012.

CRISTÓVÃO, Fernando. **Os três círculos da lusofonia.** Lisboa: In Humanidade, Setembro, 2002.

CUTILEIRO, José. **Vida e Morte dos Outros:**A comunidade internacional e o fim da Iugoslávia. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

CUNHA, Junior Henrique, 1952 - **Tecnologia africana na formação brasileira** - Rio de Janeiro : CeaP, 2010.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica:** antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

DANTAS, Fábio Lafaiete. **Origens das relações entre o Brasil e a China:** a missão especial de 1879. Brasília: Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1986.

DECRAENE, Philipe. **O Pan-africanismo.** São Paulo: Difusão européia do livro, 1962.

DIEGUES JR., Manuel. **Imigração, urbanização e industrialização:** estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1964.

DIAS, Juliana Braz e LOBO, Andréa de Sousa. **África em movimento.** ABA Publicações, 2012.

DOWBOR, Ladislau. **Guiné Bissau:** a busca da independência econômica. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DÖPCKE, Wolfgang. **A vida longa das linhas retas:** cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. Rev. Bras. Polít. Int. 42 (1): 77-109 [1999]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v42n1/v42n1a04.pdf>. Acesso realizado em novembro de 2015.

DUARTE, Margarida Lourenço. **O projeto de cidadania da CPLP.** Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010.

DU BOIS, W. E. B. **As almas da gente negra.** Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

EISENBERG, Peter L. **Escravo e proletário na história do Brasil.** Brasília: Estudos Econômicos, jan./abr. 1983.

ELISIO, Macamo. **A trânsição poríüca em Moçambique,** Cademos do Centro de Estudos Africanos do ISCTE. Lisboa: CEA/ISCIE, 2002.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador, Formação do Estado e Civilização.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

EISENBERG, Peter L. **Escravo e Proletário na História do Brasil.** Estudos Econômicos: jan./abr. 1983.

FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro:** como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Porto: Paisagem, 1975.

FELDMAN-BIANCA, Bela. Nações e diásporas: estudos comparativos entre Brasil e Portugal. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

FLORES, M. **Conflict, rural development and food security in west África.** ESA Working Paper No. 04-02. Rome: FAO, 2004.

FREITAS, Sônia Maria de. **E chegam os imigrantes:** (o café e a imigração em São Paulo). São Paulo: Edição da Autora, 1999.

FRIEDMAN, Susan. **Bodies on the move.** A poetics of home and diaspora. Tulsa Studies in Women's Literature, 2004.

FRY, Peter. **A persistência da raça:** ensaios antropológicos sobre o Brasil e África austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 14 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

FURTADO, Cláudio. **A busca de uma integração (im) possível.** O mundo em português. A Europa mundo: Lisboa, IEEI, 2003.

GARCIN, Thierry. **Les grandes questions internationales depuis la chute du mur de Berlin.** 2a. ed. Paris: Economica, 2009.

GARVEY, Amy Jacques. **Garvey and Garveyism.** Londres: Collier-MacMillan Ltda, 1963.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Anti Anti-Relativismo.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1988.

_____. **El antropólogo como autor.** Barcelona/Buenos Aires/México: Ediciones Paidos, 1989.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

GUSMÃO, Luiz. **O fetichismo do conceito:** limites do conhecimento teórico na investigação social. Rio de Janeiro: Topbook, 2012.

GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização.** 4ª edição. Lisboa: Presença, Lisboa, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GÓIS, Pedro. **Emigração Cabo-Verdiana para europa:** sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, ACIME, 2006.

GOMES, Henrique Manuel. **A Nova Ordem Mundial:** Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais. Dissertação de Mestrado: Estudos Euro-Asiáticos.Lisboa,2009.Disponívelem:<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2053/1/Tese%20de%20Mestrado%20Final.pdf>. Acesso realizado em novembro de 2015.

GUAHA, Ranjit. **Subaltern studies:** IV writing on south asian history and society. New Deli: Oxford University Press, 1994.

GUSMÃO, Neusa M. M. de. **Os filhos da África em Portugal:** antropologia, multiculturalidade e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

HALL, Stuart. **Cultural studies and its theoretical legacies:** critical dialogues in cultural studies. London/New York: Routledge, 1996.

_____. **Pensando a diáspora:** reflexões sobre a terra no exterior. In: SOVIK, Liv (org). Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte:UFMG, 2003.

_____. **Da Diáspora.** Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora. UFMG, 2009.

_____. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 4^a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HANNERZ, Ulf. **Fluxos, fronteiras, híbridos:** palavras-chave da antropologia transnacional,1997.Disponívelem:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-9313&lng=en&nrm=iso. Acesso realizado em 11 de novembro de 2015.

_____. **Transnational connections:** culture, people, places. London:Routledge, 1998.

_____. **Reflections on varieties of culturespeak.**European-London: Journal of Cultural Studies, vol. 2, n 3, 1999.

HARRIS, A. Leila e Edwidge Danticat. **De História em História. In Diásporas, Mobilidades e Migrações.** Florianópolis: Ed. Mulher, 2011.

HARRIS, Joseph. E; Zeghidour, Slimane. **A África e a diáspora negra.** In: MAZRUI, Ali. A; WONDJI, Christophe (Org.). **História Geral da África.** Brasília: UNESCO, 2010.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola. 2007.

HILY, Maria Antoneta. **As migrações contemporâneas:** dos Estados e dos homens, SEMINÁRIO CULTURA E INTOLERÂNCIA - SESC V São Paulo, nov, 2003. Disponível

em: <http://docplayer.com.br/2408630-As-migracoes-contemporaneas-dos-estados-e-dos-homens.html>. Acesso realizado em 30 novembro de 2014.

HINSLEY, F. H. **Power and the Pursuit of Peace**. Nationalism and the International System. Cambridge: System, 1980.

HOBSBAWM, Eric. **A questão do Nacionalismo:nações e nacionalismo desde 1780**, Terramar, 1998.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Programa, Mito e Realidade. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

HUBAND, Mark. **África después de la guerra Fria. La promesa rota de un continente**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2004.

HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1941**: o processo imigratório. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1986.

HENRIQUES, Maria Adelina Oliveira Graça. **Argumentos para uma viagem sem regresso: a imigração PALOP por via da saúde: um estudo de caso [Em linha]**. Lisboa: ISCTE, 2009. Tese de mestrado. [Consult. Dia Mês Ano] Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/1809>](http://hdl.handle.net/10071/1809). Acesso realizado em 20 de março de 2015.

JAGUARIBE, Hélio. **O Nacionalismo na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

JIMÉNEZ, José Luis Rodríguez. **La extrema derecha europea**. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

JOAQUIM, Marques de Oliveira. **Cidadania e Circulação**. Estudo comparativo das normas de Direito. Disponível em: <http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/cidCirc/Binder1.pdf>. Acesso realizado em 11 de outubro de 2015.

JOCHEM, Toni Vidal. **A epopéia de uma imigração**: resgate histórico da imigração. Águas Mornas (SC): Edição do Autor, 1997.

KANT, Hurrel Andrew. **Kant and the Kantian paradigm in international relations**. Boston: Review of International Studies, n. 16, 1990.

KELLY, C. **Demography and International Migration**: (ed.), Migration Theory – Talking across Disciplines; London: Routledge. 2000.

KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. **Power and interdependence**. World politics in transition, Third Edition, Boston: Little-Brown, 2001.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra**. 02 vols. Mem Martins (Portugal): Biblioteca Universitária, 2002.

_____. **Para quando África? Entrevista com René Holenstein.** Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2006.

_____. **História da África Negra:** I e II volumes, Biblioteca Universitária, Publicações Europa-América, 2^a edição, 1972.

KOIFMAN, Fábio. **Os indesejáveis:** Política imigratória do Estado Novo escondia projeto de branqueamento. Novembro, 2012. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/11/12/os-indesejaveis/>. Acesso realizado em março de 2015.

KONDAKCI, Yasar. **Student mobility reviewed:** attraction and satisfaction of international students in Turkey, London: Higher Education, 2011.

KUSCHEL, Karl-Josef. **Euro-Islã: desafio ou chance?** Concilium 305 – 2007.

KWAME, Nkrumah. **A África deve unir-se.** Lisboa: Ulmeiro, 1977.

_____. **A Luta de classes em África.** Lisboa: Livraria Sá da Costa editora, 1977.

KOURY, Mauro G. P. **Sociologia da emoção.** O Brasil urbano sob a ótica do luto. Petrópolis, Vozes, 2003.

LANDES, David S. **A riqueza e a pobreza das nações:** porque algumas são tão ricas em outras são tão pobres. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

LARA, Antônia de Souza. **Colonização moderna e descolonização:** sumários para o estudo da sua história. Lisboa: ISCSP, 2000.

LEITÃO, José. **Estudo sobre Cidadania e Circulação no Espaço da CPLP, 2009.** Disponível em: <http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/cidCirc/Binder1.pdf>. Acesso realizado em 05/10/2015.

LESSA, Carlos Antônio. **A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do nacional desenvolvimentismo.** Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 38, no 1 1995.

LEE, Everett S. **A theory of migration.** Jackson (Ed.), Migration, Cambridge –Vol. 3, Cambridge University Press, 1969.

LINHARES, Maria Yedda. **A luta contra a metrópole:** Ásia e África. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LLEWELLYN-SMITH, Catherine, y Vivienne S. McCABE. **What is the attraction for exchange students:** the host destination or host university? Empirical evidence from a study of an Australian university": International Journal of Tourism Research, 2008.

LOPES, Carlos. **A transição histórica na Guiné-Bissau:** do movimento de libertação nacional ao estado. Bissau, Guiné-Bissau: Colecção - INEP, 1987.

_____. **Entre o regional e global:** O mundo em português. A Europa mundo. IEEI. Lisboa: IEEI, 2003.

LOPES, Cristiane. **Direito de Imigração:** o estatuto do estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: OAB, 2009.

LOPES, Moite Paulo Luiz e BASTOS, Cabral Liliana. **Experiência identitária na lógica dos fluxos:** Uma lente para se compreender a vida social. In: Luiz P. da Moite Lopes e Liliana Cabral Bastos. Para Além da Identidade: fluxos, movimentos e trânsitos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica da cultura.** Petrópolis: Vozes, 1970.

_____. **Argonautas no Pacífico Ocidental.** São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os pensadores, 1976.

MAFEJE, Archie. **Anthropology in post-independence África:** end of na era and the problem of self-redefinition. Kenya: Heinrich Böll Foundation, 2001.

MARQUES, José Carlos. **Os Novos Movimentos Migratórios Portugueses:** O Caso da Emigração Portuguesa para a Suíça: Coimbra. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Dissertação de Doutoramento, 2006.

MASSEY, Douglas. Arango, J. **Theories of internation migration:** a review and appraisal, population and development review, Nº 19, 1993.

_____. **Worlds in motion:** understanding international migration at the end of the millennium. Oxford: Oxford University Press, 1998.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: EDUSP, 1974.

MARCUS, George. **Identidades passadas, presentes e emergentes:** requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, 1991.

MARTINE, George. **A Globalização Inacabada:** migrações internacionais e pobreza no século XXI, São Paulo em Perspectiva. V. 19, n. 3, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a01.pdf>. Acesso realizado em 29 de novembro de 2015.

MAYER, Robert. Jaccoud. M. “**A observação direta e a pesquisa qualitativa**”, In PESQUISA QUALITATIVA: enfoque epistemológico e metodológico. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MIETH, Dietmar. **Homens em fuga:** considerações ético-sociais sobre a partilha de direitos e deveres. Revista Internacional de Teologia (RIT). Concilium: 2008.

MITRANY, David. **The Funcional Approach to Word Organization.** In International Affairs, Vol. 24, (RIT). Concilium 1948.

MBEMBÉ, Achille. **Meio século depois do fim das colónias.** Portugal. Courrier Internacional. Junho, nº 172, 2010.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra:** história e civilizações. Salvador/São Paulo: Edufba/Casa das Áfricas, 2011.

MENEZES, Adolpho Justo B. **O Brasil e o mundo ásio-africano.** Rio de Janeiro: PONGETTI, 1956.

MENESES, Maria P. **O Indígena africano e o colono Europeu:** a construção da diferença por processos legais. Oeiras. E-cadernos CES, nº 7, 2010.

MORGAN, Lewis Henry (1871). **A sociedade primitiva.** Lisboa, Presença-Martins Fontes, 1980.

MOREIRA, Adriano. **Teoria das Relações Internacionais.** 2.^a Edição, Coimbra. Livraria Almedina, 1997.

_____. **Teoria das Relações Internacionais.** Coimbra. Livraria Almedina, 2005.

MOTTA, Antonio. **Da África em casa à África fora de casa:** Notas sobre uma exposição em trânsito. In: DIAS, Juliana Braz e LOBO, Andréa de Souza. África em Movimento. Brasília. ABA Públcacoes, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Cultura, Identidade e Estado Nacional no Contexto dos Países Africanos.** São Paulo: CEA-USP/SDG-Marinha/CAPES, 1997

N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo:** último estágio do imperialismo. Tradução Maurício C. Pedreira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista:** (1908-1922). São Paulo: IEB, 1973.

NUGENT, Paul. **Africa Since Independence:** A Comparative History. Londres: Palgrave Macmillan, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo Soares. **A África desde o fim da Guerra Fria:** Relações Internacionais n.24 Lisboa dezembro, 2009. Disponível em: http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S164591992009000400011&script=sci_arttext. Acesso realizado em novembro de 2015.

_____. **Oil and politics in the gulf of Guinea.** Londres:Hurst Publishers, 2007.

PAIVA, Odair da Cruz (ORG). **Migrações Internacionais:** desafios para o século XXI. São Paulo: Memorial do Imigrante, 2007.

PATARRA, Neide Lopes. **Migrações Internacionais de e para o Brasil Contemporâneo.** volumes, fluxos, significados e políticas São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392005000300002&script=sci_arttext. Acesso realizado em 5 de outubro de 2015.

_____. **Migrações Internacionais:** Teoria, políticas e movimentos sociais. São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392005000300002&script=sci_arttext. Acesso realizado em 5 de outubro de 2015.

PÉLISSIER, R. **História da Guiné:** Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841-1936. Lisboa, Ed. Estampa, 2^a edição, 2001.

PEIXOTO, João. **A mobilidade internacional: migrações internacionais** de quadros e empresas transnacionais em Portugal. Oeiras: Celta, 1999.

PIO, Carlos. **Relações internacionais:** economia política e globalização. Brasília: IBRI, 2002.

PORTES, Alejandro. **Migrações Internacionais:** Origens, Tipos e Modos de Incorporação. Oeiras: Celta, 1999.

POUPART, Jean. “A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas”. In A PESQUISA QUALITATIV: enfoque epistemológico e metodológico. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

PONDI, Paul. **Année africaine.** Éditions A. Pedone. Centre d'étude des relations internationales:France - Centre d'étude d'Afrique noire, 2010.

PREUSS, Ulrich K. **Migration:** A challenge to modern citizenship. Constellations, v. 4, Number 3, 2008.

RANGER, Terence. **As iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista.** São Paulo: Ática-UNESCO, 1991.

RAVENSTEIN, E.G. **The laws of migration.** London. Journal of the Royal Statistical Society, Nº 52, 1889.

_____. **The Laws of Migration.** Journal of the Statistical Society, 48, 167-227 - 1885.

REIS, Nascimento Luiza. “África volta à Bahia”: o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UBA) e o intercambio de estudantes africanos – 1961-1965. In Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional. / Org Wilson Trajano Filho. - Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. 2. Ed. São Paulo, Companhia das letras, 1999.

ROMEIRO, Sílvio. **História da literatura brasileira.** Rio de Janeiro, José Olympio, 5vols. 1943.

ROBER, Kurz. **O colapso da modernidade.** Lógica e Ethos da Sociedade de Trabalho, Lisboa, Afrontamento, 2000.

- RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1945.
- SAHLINS, Marchal. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. **A formação da África contemporânea**. Campinas: Atual, 1993.
- _____. **O lugar da África**: A dimensão atlântica da política externa brasileira. Brasília: Editora. Unb, 1996.
- _____. **África parceira do Brasil atlântico**: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- _____. **Relações internacionais**: dois séculos de história. Entre a ordem bipolar e o policentrismo. Brasília: IBRI; Fundação Alexandre de Gusmão, FUNAG; Coleção Relações Internacionais, 2001.
- _____. **Comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP)**. Solidariedade e ação política. IBRI, 2001.
- _____. **A dimensão do atlântico da política externa brasileira**: uma história de oportunidades latentes. São Paulo: CEA-USP/SDG-Marinha/CAPES, 1997.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada objetiva. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. 2ºedição. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. **Desenvolvimento como liberdade**. Gradiva: Lisboa, Afrontamento, 2012.
- SERRANO, Raquel, Àngel LLANES, y Elsa TRAGANT. “**Analyzing the effect of context of second language learning**: domestic intensive and semi-intensive courses vs. study abroad in Europe”, *System*, 2011.
- SIQUEIRA, S. **Migração internacional e seus efeitos na configuração do desenvolvimento da cidade de Governador Valadares**. Disponível em <www.univale.br>, acesso realizado em 20/nov/20014.
- SOARES, J. L. **O rastro da vida**: uma pequena história de bilhões de anos. São Paulo: Moderna, 1990.
- SOUSA LARA, António. **Colonização moderna e descolonização**. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - UTL, 2000.

_____. **O desenvolvimento humano e os investimentos em formação médica: O caso de Moçambique.** DT, nº 63, Lisboa. CEsA, 2012.

_____. **O nacionalismo africano no caminho para a democracia:** trânsito do poder colonial para o partido único nos PALOP. WP 119. Lisboa. CESA, 2013.

TEICHLER, Ulrich. **Temporary study abroad:** the life of Erasmus students, European Journal of Education, 2004.

TELLES, V.da S. Favela, Favelas: **interrogando mitos, dogmas e representações.** Revista brasileira de Ciências Sociais. SP - vol.21, nº 62, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092006000300011> Acesso realizado em: 31 de Julho de 2015.

TOMÁS, Antônio. **O fazedor de utopias:** uma biografia de Amílcar Cabral. Lisboa: Tinta da China MMVII, 2007.

TULL, D. **China in Africa:** European Perceptions and Responses to the Chinese Challenge. Washington. SAIS Working - Papers in African Studies. No 02-08. 2008.

VAINER, C.V. **Deslocamentos compulsórios:** Restrições à livre circulação: Elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000268&pid=S0102309820100001000700046&lng=pt. Acesso realizado em dezembro de 2016.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX.** Tradução de Tasso Gadzanis. Salvador: Corrupio, 2002.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. 2º edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **“Observando o familiar”:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar. 1994.

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva:** a estratégia da autonomia pela diversificação. Contexto int.[online]. 2007, vol.29, n.2. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010285292007000200002&script=sci_abstract&tlang=pt. Acesso realizado em 4 de novembro de 2015.

WEBER, Max (1864-1920). **A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais.** Sociologia. São Paulo: Ática, 1979.

WILFRED, Felix. **As religiões em face da globalização.** Revista Internacional de Teologia (RIT). Concilium, 2006.

WILSON FILHO, Trajano. **Lugares, pessoas e grupos:** as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, 2010.

YAZBEK, Mustafá. **Argélia: a guerra e a independência**. São Paulo: Brasiliense, 1983.